



Instituto Politécnico  
de Castelo Branco  
Escola Superior  
de Educação

# **Necessidades das famílias de jovens com necessidades educativas que migraram do Brasil para o concelho do Fundão**

Angélica Carlos Sebastião

## **Professora**

Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Helena de Pedro Mesquita, Professora Adjunta da Unidade Técnico-Científica de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Março, 2024



## **Composição do Júri**

### **Presidente do Júri**

Professor Doutor Marco Alexandre da Silva Batista, Professor Adjunto da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

### **Vogais**

Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita, Professora Adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Professora Doutora Luzia Lima Rodrigues, Professora Adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.



## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a todas as famílias com as quais eu já tive a oportunidade e prazer de trabalhar, inclusive as que participaram desse estudo. Obrigada por tanto aprendizado!



## Agradecimentos

Por acreditar e vivenciar o poder de todas as artes, particularmente da literatura e música, os agradecimentos deste trabalho vêm embalados principalmente num álbum musical, escutado por dias e noites, chamado **AmarElo** do Rapper brasileiro Emicida. Este que provocou todos os sentimentos necessários que precisei para escrever. Desde a sensação primordial e visceral de indignação e resistência que nos faz questionar as estruturas sociais e tentar provocar possíveis mudanças até a vivacidade da esperança, da solidariedade e do amor... *“Enquanto a terra não for livre, eu também não sou”<sup>1</sup>...* Ou como diria Gramsci *“Pessimismo da razão, quando enfrentamos a realidade e otimismo da vontade de transformar o mundo”*. Portanto, escrevo esses agradecimentos *“como quem manda cartas de amor”* e afirmando sempre que o *“amor é o segredo de tudo”*, mas tendo em mente o que Ângela Davis fala *“Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo”*.

Agradeço imensamente à minha orientadora, que esteve sempre presente quando precisei, e mais que isso, compreendeu que esse ano foi um pouco conturbado. Obrigada por me mostrar que a inclusão está em tudo, e ser um exemplo de uma excelente profissional, além de justa, prática, solidária e principalmente por *“Ser luz nesses dias cinzentos”*.

Aos amigos que de perto ou do outro lado do oceano, que vibraram com cada *“achei a fonte teórica que eu precisava pra afirmar aquilo que eu estava pensando em escrever”* e estiveram sempre comigo, em forma de apoio, desabafos e risadas. Obrigada por serem e estarem sempre presentes e acreditarem em mim, as vezes mais do que eu mesma. *“Quem tem um amigo tem TUDO, se o poço devorar ele busca no fundo”*.

Aos companheiros de trabalho do Centro de Reabilitação Ana Maria Philippi – CENER, obrigada por todo aprendizado, trocas, discussões. A escrita deste estudo me lembrou diariamente da nossa rotina de trabalho e toda a nossa luta por melhores condições de atendimento, me fez admirar a nossa capacidade de se indignar, sem perder o afeto. *“Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro, ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”*

Ao meu parceiro, como naqueles versos poéticos da música que amamos *“Cale o cansaço, refaça o laço, ofereça um abraço quente. A música é só uma semente, um sorriso ainda é a única língua que todos entendem”*. Obrigada por todos os abraços quentes, os sorrisos, o cuidado, o apoio, a ajuda em relação a parte numérica deste trabalho e também pela parceria de aproveitarmos juntos *“as pequenas alegrias da vida adulta”*.

À minha família, que juntos seguramos a saudade, os momentos de angústia, o choro... e liberamos as risadas e o amor. Obrigada pelo apoio, paciência e a pressão para voltar logo para casa. *“Correr a maratona, chegar primeiro, e gritar é por vocês...”*

**“Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte...”**

---

<sup>1</sup> Trechos das músicas de Emicida.



*“Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovakloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: **me ensina a olhar**” (Eduardo Galeano)*



## Resumo

O objetivo geral desta pesquisa é identificar quais as necessidades das famílias brasileiras de crianças e adolescentes com necessidades educativas, que migraram para o concelho do Fundão. Para obter essas respostas foram utilizados o Questionário Socioeconômico – QSE, para caracterizar cada família; e o Questionário da Necessidades das Famílias – QNF, para identificar as suas necessidades. A pesquisa teve caráter qualitativo, na forma de estudo de caso, no qual foram realizados os inquéritos com 6 famílias. Os resultados, obtidos através do QNF, demonstram que 36,3% das famílias optaram pela opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda”, seguidos de 24,4% na opção de resposta 2 “não tenho a certeza”, destacando-se, a opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” com 39,3% das respostas obtidas. As categorias de necessidades que mais se destacaram foram as de: Informação (57,1%); Apoio (40,5%); e Serviços da Comunidade (38,9%). Em relação as prioridades das necessidades das famílias, as categorias de necessidades que mais se destacaram foram as de: *Informações, Apoio e de Explicar aos Outros*. No que diz respeito a relação entre as 6 categorias do QNF (necessidades de: informação, apoio, explicar a outros, serviços da comunidade, financeiras e funcionamento da vida familiar) e as 5 utilizadas do QSE (composição do agregado familiar, situação perante o emprego, satisfação com a renda, idade por fase e tempo de migração) tem-se os seguintes resultados: em relação ao agregado familiar a maioria optou por “não necessito deste tipo de ajuda” exceto as famílias com 5 elementos que optaram por “necessito deste tipo de ajuda”. Em relação a situação perante o emprego remunerado, as famílias com 1 responsável com emprego, destacam-se com o total de 46,4% na opção “necessito deste tipo de ajuda” e as com 2, com o total de 44% da opção “não necessito deste tipo de ajuda”. Na característica de satisfação da renda familiar a opção “não necessito deste tipo de ajuda” se sobressai nas famílias com renda suficiente (60,7%) e nas famílias com renda suficiente para poupar (55,4%), as famílias com renda insuficiente destacaram a opção “necessito deste tipo de ajuda” (57,1%). Sobre a idade por fase, as famílias com crianças (8 anos) e adolescentes (15 anos) destacam-se na opção “necessito deste tipo de ajuda” com 75% e 64,3% respectivamente. A opção “não necessito deste tipo de ajuda” se sobressaiu, com 49,1%, nas famílias com crianças pré-adolescentes (10 a 13 anos). Na característica tempo de migração, o destaque dos resultados foi para as famílias dos grupos que migraram entre 0 e 2 e 3 e 4 anos, com respectivamente 41,1% e 60,7% na opção “não necessito deste tipo de ajuda”. Já as famílias que migraram há mais de 5 anos, destacam-se na opção “necessito deste tipo de ajuda” correspondendo à 48,2% das respostas.

## Palavras-chave

Necessidades das famílias. Famílias migrantes. Inclusão. Participação Social. Autonomia.



## Abstract

This research aims at identifying the needs of Brazilian families who migrated to the municipality of Fundão and have children and teenagers with educational needs. A social-economic questionnaire (Questionnaire Socioeconômico – QSE) for characterizing each family and the questionnaire of the family needs (Questionário da Necessidades das Famílias – QNF) were adopted to obtain answers. It was qualitative research in the form of a case study in which six families were inquired. The results obtained through the QNF have shown that 36.3% of the families chose the first option: "I do not need this type of support", followed by 24.4% choosing the second option: "I am not sure", and the third option: "I need this type of support" standing out with 39.3% of the obtained answers. The categories of needs that stood out the most were the following: Information (57.1%), Support (40.5%) and Community Services (38.9%). Regarding the priorities of families' needs, the categories that stood out the most were *Information*, *Support* and *Explaining to others*. Concerning the relation between the six categories of the QNF (needs of information, support, explaining to others, community services, financial and functioning of family life and the five categories used in the QSE (household composition, professional status, income satisfaction, age group and migration time) the following results were obtained: the household, the majority chose "I do not need this type of support" except for five-member families who chose "I need this type of support. Regarding the situation of paid employment, families with a single employed person stand out with a total of 46.4% in the option "I need this type of support" and those with two, with a total of 44% in the option "I do not need this type of support". In the characteristic of satisfaction with the family income, the option "I do not need this type of support" stands out in families with sufficient income (60.7%) and in families with sufficient income to keep a savings account (55.4%), families with insufficient income highlighted the option "I need this type of support" (57.1%). About the age group, families with children (8 years old) and teenagers (15 years old) stand out in the option "I need this type of support" with 75% and 64.3% respectively. The option "I do not need this type of support" stood out with 49.1% among families with young adolescents (between 10 and 13 years old). In the characteristic of migration time, the highlights of the results were for families in groups that migrated between zero and two years and three and four years ago, respectively corresponding to 41.1% and 60.7% in the option "I do not need this type of support". Families that migrated more than five years ago stand out in the option "I need this type of support" corresponding to 48.2% of the answers.

## Keywords

Families' needs. Migrating families. Inclusion. Social Participation. Autonomy.



# Índice

<i>Composição do Júri</i> .....	III
<i>Dedicatória</i> .....	V
<i>Agradecimentos</i> .....	VII
<i>Resumo</i> .....	XI
<i>Palavras-chave</i> .....	XI
<i>Abstract</i> .....	XIII
<i>Keywords</i> .....	XIII
<i>Índice de Quadros</i> .....	XVII
<i>Índice de Gráficos</i> .....	XVIII
<i>Índice de Tabelas</i> .....	XIX
<i>Lista de Abreviaturas e Siglas</i> .....	XXI
<i>Introdução</i> .....	1
<b><i>Capítulo I - Necessidades humanas básicas e direitos fundamentais - Qual a sua relação com as famílias?</i></b> .....	<b>4</b>
1.1 – O que são necessidades humanas básicas e porquê defini-las?.....	4
1.2 – A importância da satisfação das necessidades básicas para o funcionamento das famílias. ....	13
1.3 – As necessidades das famílias de indivíduos com deficiência e/ou necessidades educativas.....	16
1.3.1 – A produção de conhecimento a partir do uso do QNF.....	21
<b><i>Capítulo II – O universo familiar, sua diversidade e complexidade.</i></b> .....	<b>25</b>
2.1 – Afinal o que configura uma família? .....	25
2.2 – Família e migração - A construção identitária das famílias transnacionais.....	31
2.2.1 – Migração de famílias brasileiras para o concelho do Fundão .....	39
2.3 – Considerações atuais sobre as famílias com crianças e adolescentes .....	43
2.3.1 – Envolvimento parental e abordagem centrada na família .....	47
<b><i>Capítulo III – Educação, inclusão e dignidade - Ultrapassando as barreiras das necessidades educativas.</i></b> .....	<b>51</b>
3.1 – Da desconstrução do tradicional a exaltação da diversidade: As mudanças no percurso da educação inclusiva .....	51
3.2 – Educação inclusiva e o conceito de Necessidades Educativas.....	58
3.3 – Educação inclusiva: Um grande passo para a inclusão social.....	60
3.3.1 – Legislações e recomendações em Educação Inclusiva em Portugal.....	70

<b>Capítulo IV – Enquadramento Metodológico.....</b>	<b>77</b>
<b>4.1 – Questão de investigação e objetivos do estudo .....</b>	<b>77</b>
<b>4.2 – Caracterização do tipo de pesquisa .....</b>	<b>78</b>
<b>4.3 – Técnicas e instrumentos de recolha de dados .....</b>	<b>79</b>
4.3.1 – O Questionário sobre as Necessidades das Famílias (QNF) .....	80
4.3.2 – O Questionário Socioeconómico (QSE) .....	81
<b>4.4 – Procedimentos e considerações éticas.....</b>	<b>82</b>
<b>4.5 – Tratamento de dados.....</b>	<b>83</b>
<b>4.6 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa .....</b>	<b>83</b>
4.6.1 – Caracterização dos responsáveis pela criança e/ou adolescente .....	84
4.6.2 – Caracterização da família da criança ou adolescente .....	92
4.6.3 – Caracterização da criança ou adolescente .....	97
<b>Capítulo V – Apresentação e Discussão dos Resultados .....</b>	<b>103</b>
<b>5.1 – Necessidades mais frequentes nas famílias .....</b>	<b>104</b>
5.1.1 – Necessidades de informação.....	104
5.1.2 – Necessidades de apoio .....	105
5.1.3 – Necessidades de explicar a outros .....	107
5.1.4 – Necessidades de serviços na comunidade .....	108
5.1.5 – Necessidades financeiras .....	110
5.1.6 – Necessidades do funcionamento da vida familiar.....	111
5.1.7 – Análise global das necessidades das famílias .....	112
<b>5.2 – Prioridade das necessidades .....</b>	<b>114</b>
<b>5.3 – Questão aberta sobre outras necessidades da família.....</b>	<b>117</b>
<b>5.4 – Possíveis relações entre o QSE e o QNF .....</b>	<b>118</b>
5.4.1 – Composição do agregado familiar.....	119
5.4.2 – Situação perante o emprego.....	123
5.4.3 – Renda familiar .....	126
5.4.4 – Idade dos filhos com NE .....	129
5.4.5 – Tempo de migração.....	132
5.4.6 – Síntese das relações entre QSE e QNF .....	135
<b>5.5 – Como construir uma educação inclusiva .....</b>	<b>138</b>
5.5.1 – Estratégias de intervenção com vistas à inclusão educacional e social .....	140
<b>Capítulo VI – Considerações finais .....</b>	<b>145</b>
<b>6.1 – Conclusões .....</b>	<b>145</b>
<b>6.2 – Limitações e recomendações.....</b>	<b>148</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>150</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>157</b>

## Índice de Quadros

<b>Quadro 1</b> - Principais diferenças na concepção de família, séculos XVII - XXI. Baseado em; Caniço et al. (2010) e Carnut e Faquim (2014). .....	30
<b>Quadro 2</b> - Diferenças entre os modelos educacionais, baseado em Mesquita (2001), Rodrigues (2001, 2006 e 2014), Serrano (2005), Meireles-Coelho et al., (2007), e nos documentos da UNESCO (1994) e European Agency for Development in Special Needs Education (2009 e 2011) .....	57

## Índice de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> - Definição do Responsável 1 .....	84
<b>Gráfico 2</b> - Definição de quem respondeu o questionário.....	85
<b>Gráfico 3</b> - Definição Responsável 2 (a partir do questionário) .....	86
<b>Gráfico 4</b> - Definição Responsável 2 (a partir da análise individual) .....	86
<b>Gráfico 5</b> - Idade dos Responsáveis 1.....	87
<b>Gráfico 6</b> - Idade dos Responsáveis 2.....	87
<b>Gráfico 7</b> - Cor e etnia dos responsáveis 1 .....	88
<b>Gráfico 8</b> - Cor e etnia dos responsáveis 2 .....	88
<b>Gráfico 9</b> - Situação Familiar dos Responsáveis .....	89
<b>Gráfico 10</b> - Habilitações Acadêmicas dos Responsáveis.....	90
<b>Gráfico 11</b> - Situação perante o trabalho dos Responsáveis.....	90
<b>Gráfico 12</b> - Situação Global de Emprego dos Responsáveis .....	91
<b>Gráfico 13</b> - Áreas de domínio de trabalho dos Responsáveis.....	91
<b>Gráfico 14</b> - Número de pessoas que possuem renda na família .....	92
<b>Gráfico 15</b> - Tempo de Migração para o Fundão .....	93
<b>Gráfico 16</b> - Número de pessoas por família.....	93
<b>Gráfico 17</b> - Composição do Agregado Familiar .....	94
<b>Gráfico 18</b> - Acesso ao Serviço Nacional de Saúde – SNS .....	95
<b>Gráfico 19</b> - Acesso a planos de saúde privados.....	95
<b>Gráfico 20</b> - Situação da Habitação .....	96
<b>Gráfico 21</b> - Compatibilidade de tamanho da Residência x Família.....	96
<b>Gráfico 22</b> - Satisfação do Poder Econômico .....	97
<b>Gráfico 23</b> - Idade das Crianças e Adolescentes.....	98
<b>Gráfico 24</b> - Sexo das crianças e adolescentes.....	98
<b>Gráfico 25</b> - Cor/Etnia das Crianças e Adolescentes.....	99
<b>Gráfico 26</b> - Posição das crianças ou adolescentes perante os irmãos .....	99
<b>Gráfico 27</b> - Necessidades de Utilização de Medicamentos .....	100
<b>Gráfico 28</b> - Local de Identificação das NE.....	100
<b>Gráfico 29</b> - Necessidades Educativas das Crianças e Adolescentes .....	101
<b>Gráfico 30</b> - Como foi o processo para acessar medidas referentes as NE.....	101
<b>Gráfico 31</b> - Como foi trabalho de orientação da escola em relação as NE. ....	102

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1</b> - Necessidades de Informação.....	104
<b>Tabela 2</b> - Necessidades de Apoio.....	106
<b>Tabela 3</b> - Necessidades de Explicar a Outros.....	107
<b>Tabela 4</b> - Necessidades de Serviços da Comunidade.....	109
<b>Tabela 5</b> - Necessidades Financeiras.....	110
<b>Tabela 6</b> - Necessidades do Funcionamento da Vida Familiar.....	111
<b>Tabela 7</b> - Análise Global das Necessidades.....	112
<b>Tabela 8</b> - Prioridade das Necessidades.....	114
<b>Tabela 9</b> - Prioridade das Necessidades por Categorias de Análise.....	116
<b>Tabela 10</b> - Apresentação das necessidades relatadas pelos responsáveis.....	117
<b>Tabela 11</b> - Relação entre composição do agregado familiar e as 6 categorias do QNF.....	122
<b>Tabela 12</b> - Relação entre Situação perante o emprego e as 6 categorias do QNF.....	125
<b>Tabela 13</b> - Relação entre satisfação com renda familiar e as 6 categorias do QNF.....	128
<b>Tabela 14</b> - Relação entre Idade por Fases e as 6 categorias do QNF.....	131
<b>Tabela 15</b> - Relação entre tempo de migração e as 6 categorias do QNF.....	134
<b>Tabela 16</b> - Relação Global entre QNF e QSE.....	137



## Lista de Abreviaturas e Siglas

**AR** – Autorização de Residência

**CDAM** – Certificado de Direito a Assistência Médica

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**DGE** – Direção Geral de Educação

**FNS** – Family Needs Survey

**IOM** – International Organization of Migration

**NE** – Necessidades Educativas

**NIF** – Número de Identificação Fiscal

**NISS** – Número de Identificação de Segurança Social

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PMIM** – Plano Municipal para a Integração de Imigrantes

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**QNF** – Questionário das Necessidades das Famílias

**QSE** – Questionário Socioeconómico

**SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**SNS** – Serviço Nacional de Saúde

**UNICEF** – United Nations International Children’s Emergency Fund

**WHO** – World Health Organization



## Introdução

Desde os primórdios da humanidade a família é o elo central entre o desenvolvimento dos sujeitos e sua relação com o mundo. Partindo-se do pressuposto da importância da família no desenvolvimento (motor, cognitivo e psicológico) das crianças e adolescentes, no cuidado, afeto e proteção destes, na educação e na transmissão de conhecimentos e cultura, pretende-se neste trabalho analisar as relações entre necessidades humanas básicas, as necessidades das famílias e as suas influências na inclusão educacional e social das crianças e adolescentes com necessidades educativas.

Reconhece-se, que para realizar essas funções tão importantes, a família precisa ter condições econômicas, sociais, físicas e emocionais para alcançar suas potencialidades e transpor as barreiras. Neste sentido o suporte do estado e da sociedade é crucial para o que esse desenvolvimento pleno aconteça. Esse suporte, principalmente o do Estado, precisa acompanhar as mudanças sociais e culturais que envolvem as famílias, com o intuito de não as deixar desamparadas caso não se encaixem em critérios pré-estabelecidos. (Freitas, 2015 e Mito, R. C.T. & Dal Prá, 2015).

Quando as funções não são cumpridas, tanto por parte da família, do estado quanto da sociedade, pode haver um desequilíbrio no desenvolvimento das crianças e adolescentes, não permitindo que eles explorem suas potencialidades, sendo assim, os progressos relacionados a aprendizagem, inclusão e participação social ficam prejudicados. Portanto é imprescindível que se identifique as necessidades singulares de cada família, que podem envolver desde questões financeiras, até de necessidades de informações ou de rede de apoio. Identificar e resolver essas necessidades é o caminho para a construção de uma vida familiar próspera (Pereira, 1996).

Essas necessidades, quando se fala de famílias migrantes, podem se acirrar ainda mais, principalmente nas áreas relacionadas ao acesso a informações (dos mais variados tipos como: documentações necessárias, sobre escolaridade dos filhos, sobre inserção no mercado de trabalho, apoios financeiros do governo, entre outras coisas), redes de apoio e questões socioeconômicas e culturais (Machado et al., 2008 e Cogo, 2017). A migração pode causar grandes impactos no núcleo familiar, no entanto com o devido apoio, acolhimento e inclusão, os laços familiares podem ser fortalecidos bem como os sociais (Becker 2014).

As questões das necessidades básicas humanas, as necessidades singulares de cada família e a migração, culminam na possibilidade ou impossibilidades de participação social, garantia de direitos de cidadania, inclusão e autonomia. No que diz respeito a vida de crianças e adolescente e suas famílias, a escola é o local principal para impulsionar essas questões, promovendo o acolhimento e a inclusão e incentivando todos a participar ativamente, de acordo com suas possibilidades, do processo

educacional e social, isso envolve aos alunos, suas famílias, os professores e a comunidade (European Agency for Development in Special Needs Education, 2011).

Nesse sentido, reforça-se a importância dos profissionais que trabalham com famílias, identificarem as necessidades que a permeiam, bem como procurar maneiras de ajudar, através de acolhimento, disponibilização de informações, encaminhamentos para outras instituições, entre outras coisas. Vale ressaltar que qualquer profissional que trabalhe com crianças e adolescentes (mas principalmente profissionais da educação, saúde e assistência social) precisa compreender que sempre trabalhará com a sua família e isso deve ser entendido como algo positivo e de grande potencial. (Pereira, 1996)

Portanto, com este trabalho pretende-se aprofundar a temática geral, citada acima, e identificar as necessidades das famílias brasileiras de crianças e/ou adolescentes com necessidades educativas que migraram para o concelho do Fundão e propor ideias e estratégias que possam contribuir com o processo de inclusão. Entendendo que o papel principal da educação é formar cidadãos que tenham autonomia e consciência do mundo em que vivem (Mesquita, 2001).

O interesse pela temática parte inicialmente por questões profissionais uma vez que o trabalho com famílias é um dos pontos centrais do Serviço Social. Portanto, considera-se que a possibilidade de unir e aprofundar as áreas de: trabalho com famílias, a educação e inclusão é a proposta ideal para conectar os conhecimentos adquiridos no mestrado em Educação Especial e na Graduação em Serviço Social<sup>2</sup>. O interesse pessoal pela temática inclui as questões ligadas a migração, garantia de direitos de cidadania e respeito a diversidade.

A motivação se dá pela necessidade de dar voz ativa a esses sujeitos, identificando as possíveis barreiras físicas e/ou atitudinais que os impedem de ser incluídos e participar ativamente da sociedade e propondo sugestões para eliminar tais obstáculos. A ideia central é contribuir para a melhoria do processo de inclusão social.

O estudo está organizado em 6 capítulos. Os três primeiros capítulos são referentes ao enquadramento teórico do trabalho. O quarto capítulo aborda o enquadramento metodológico. Já no quinto capítulo serão apresentados e discutidos os resultados referentes a pesquisa. A seguir serão abordados os conteúdos dos capítulos.

O capítulo I trata sobre as necessidades básicas humanas, baseando principalmente nos estudos de Pereira (2006). As necessidades das famílias com crianças e adolescentes com necessidades educativas também será abordada baseando-se nas análises de Pereira (1996). O capítulo ainda aborda a importância da satisfação dessas necessidades para o melhor funcionamento das famílias.

No Capítulo II são abordados a diversidade e a complexidade do universo familiar, considerando as mudanças estruturais no seio das famílias que ocorreram

---

<sup>2</sup> A investigadora é formada em Serviço Social há 13 anos pela Universidade Federal de Santa Catarina no Brasil.

principalmente ao longo dos séculos XX e XXI. A condição de famílias migrante e transnacionais também é objeto de estudo e as considerações atuais envolvendo todas essas mudanças nas famílias. O capítulo encerra enfatizando a importância de abordagens centradas na família e envolvimento parental.

As mudanças ocorridas na educação e o percurso da educação inclusiva, com suas legislações, recomendações e estudos, na Europa e em Portugal, são a temática principal do capítulo III.

No capítulo IV é apresentado o enquadramento metodológico do trabalho, no qual apresentam-se os objetivos do estudo e delinea-se o percurso da investigação, que se caracteriza como qualitativa. Para o estudo utilizou-se o método estudo de caso e o instrumento escolhido foi o questionário. O instrumento utilizado foi o chamado de *Questionário das Necessidades da Família* – QNF, adaptado por Pereira (1996), também foi utilizado um questionário socioeconômico – QSE, para fins de caracterizar a família.

O capítulo V, apresenta, em conformidade com os objetivos desse estudo, os resultados da pesquisa, obtidos através dos questionários e também uma análise desses dados obtidos. A partir dessa análise dos resultados, juntamente com a abordagem teórica realizada ao longo do trabalho, apresentam-se maneiras de como construir uma educação inclusiva e possíveis estratégias de intervenção para estado, sociedade e famílias, com vistas a inclusão educacional e social.

Por último, no capítulo VI, serão apresentadas as conclusões, limitações e recomendações do estudo. O trabalho é finalizado com as bibliografias utilizadas ao longo deste trabalho e, ainda, os anexos.

## Capítulo I - Necessidades humanas básicas e direitos fundamentais - Qual a sua relação com as famílias?

*“A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida. A gente quer saída para qualquer parte. A gente não quer só comida. A gente quer bebida, diversão, balé. A gente não quer só comida. A gente quer a vida como a vida quer.”*  
(Arnaldo Antunes)

O preâmbulo da declaração universal dos direitos humanos de 1948 inicia pela consideração de que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. (Organização das Nações Unidas [ONU], 1948, s.p.). No entanto, o documento não define quais são as condições para alcançar esses níveis de dignidade humana.

É reconhecido, no entanto, que é fundamental para os indivíduos e suas famílias terem acesso às condições básicas de cidadania, pois somente assim eles terão a possibilidade de descobrir e explorar suas potencialidades, tanto individuais quanto coletivas. Uma pessoa que tem sua dignidade e cidadania preservadas terá condições de se desenvolver plenamente. Quando falamos em crianças e adolescentes, isso fica ainda mais evidente, pois se os responsáveis por eles têm suas necessidades básicas satisfeitas, o ambiente familiar tem grandes chances de ser acolhedor, seguro e respeitoso com seus membros. Neste capítulo serão explorados o tema das necessidades humanas e sua importância no desenvolvimento das famílias e seus membros.

### 1.1 - O que são necessidades humanas básicas e porquê defini-las?

Até meados do século XX, o que eram considerados os mínimos sociais, variavam (politicamente, socialmente e historicamente) de acordo com o esquema econômico vigente. A cada época discutia-se o que os seres humanos precisavam para se manter minimamente vivos, ou seja, a oferta para que suas necessidades fossem supridas minimamente, sem levar em conta questões de dignidade humana ou ampliação dos direitos de cidadania. “Tratava-se, portanto, os mínimos sociais, de provisão social residual, arbitrária e elitista, que se constituía e processava à margem da ética, do conhecimento científico e dos direitos vinculados à justiça social distributiva” (Pereira, 2006, p. 16).

A partir do século XIX, as discussões em relação à pobreza e conseqüentemente das necessidades mínimas de sobrevivência ganharam força, sendo discutidas por muitos estudiosos e influentes. A pobreza, até então, era vista como incapacidade pessoal e

foco da filantropia e de ações religiosas, no entanto, paulatinamente, a ascensão industrial, das cidades e principalmente da classe operária passou a exigir do Estado medidas de proteção aos trabalhadores e suas famílias. A “questão social” dos operários e suas condições de trabalho passam a ser o foco de muitos estudiosos. (Yazbek, 2012).

A temática da questão social será referenciada neste trabalho, principalmente a partir dos estudos de Yamamoto (2003) que define que é o:

conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Yamamoto, 2003, p. 27).

Yamamoto e Carvalho (2008) argumentam ainda que as expressões da questão social, portanto, são intrínsecas ao sistema capitalista e a relação de capital *versus* trabalho, definindo que questão social “é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (Yamamoto & Carvalho, 2013, p. 77). Junto dessa necessidade de novas intervenções é que devem prosperar políticas de Estado (configurando-se como direitos) e não de governos ou filantrópicas, que tendem a ser assistencialistas e paliativas. Para encerrar, é importante frisar que ao discorrer sobre a questão social também se fala em resistência popular, pois os sujeitos afetados se rebelam e a ela se opõe (Yamamoto, 2003).

Esses novos estudos provocam inquietações na sociedade, pois começa-se a questionar a naturalização da pobreza e até mesmo a sua romantização quase sagrada, evocando inúmeros questionamentos políticos, sociais, econômicos e religiosos.

Só no século XX é que os mínimos sociais de subsistência passaram a ser revistos à luz de valores que, identificados com os princípios da *liberdade, equidade e justiça social*, conferindo-lhes um novo status. Assim os chamados mínimos sociais foram perdendo o seu estrito caráter individual, a sua conotação meramente biológica ou natural e a sua vinculação exclusiva com a pobreza absoluta. Em decorrência, sua tematização deixou de girar em torno de necessidades pessoais e extremas, de formas de proteção voluntaristas e de concepções mágicas ou informadas pelo senso comum, para privilegiar

*necessidades sociais* como matéria de direito, a ser enfrentada por políticas resultantes de decisões coletivas. (Pereira, 2006, p. 17)

Junto a esse debate coletivo, que passou a considerar o acesso aos *mínimos sociais* ou *necessidades mínimas* como um direito dos cidadãos, começou-se a questionar o próprio termo “mínimos”, que remonta a desproteção social e supressão de direitos, optou-se pelo uso do termo *básico* (*necessidades básicas*) que remete ao que é fundamental e objetivo, que não se contenta em apenas suprir isoladamente algo. Portanto, o *mínimo* transmite a ideia de estagnação, não vai em direção ao ótimo, já quando se fala em *básico*, tem-se a noção de movimento, de um impulso que pode levar ao estado de máximo de excelência. Outra diferença crucial é que o mínimo era voltado apenas para uma determinada classe social e a ideia do básico é para todos, universal. (Pereira, 2006).

Necessidades básicas constituem o pré-requisito, ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em acepção mais larga. (...) o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados (Pereira, 2006, p. 26).

Quando se fala em necessidades básicas é importante afirmar que são sobre estratégias coletivas e não sobre necessidades individuais (não desmerecendo-as) e essa coletividade vai além das pessoas, diz respeito a inúmeras situações (interligadas) que os seres humanos enfrentam para sobreviver. Sendo assim, é possível afirmar que “as necessidades básicas são objetivas, porque a sua especificação teórica e empírica independe de preferências individuais. E são universais, porque a concepção de sérios prejuízos, decorrentes da sua não-satisfação adequada, é a mesma para todo indivíduo, em qualquer cultura”. (Pereira, 2006, p. 68)

Os programas voltados para as necessidades básicas amplas devem ter objetivos bem especificados e estarem conectados para que haja diálogos e reflexões acerca do que está sendo proposto. Isso gera, o que Pereira (2006) chama de “encadeamento positivo para a frente”, que são as interconexões entre as políticas que geram efeitos positivos em várias áreas diferentes. Como exemplo, pode-se citar a melhora na alimentação escolar, com a proibição de lanches e snacks industrializados e a oferta gratuita de lanches saudáveis, com alimentos advindos de pequenos produtores. É uma medida que além de beneficiar a todas as crianças, sem distinção de classe, vai trazer melhorias também em relação a saúde, aprendizado e na economia local. (Pereira, 2006).

Essa nova visão social em relação aos que vivem em privação e sobre como propiciar o acesso digno a direitos sociais que sanem as necessidades básicas dos indivíduos, permite que a pobreza seja entendida como algo multidimensional, ou seja estão envolvidas características relacionadas a saúde física e psicológica, trabalho e remuneração digna e a capacidade do Estado de prover estruturas funcionais. Ao compreender essa multidimensionalidade da pobreza, tira-se a culpa dos indivíduos sobre sua situação e pensa-se em estratégias coletivas para quebrar os ciclos de perpetuação da pobreza do qual muitas famílias passam de geração em geração. França (2014), afirma que:

No âmbito microsocial, a família, devido à prática de redistribuição de recursos entre os seus membros, é um domínio privilegiado no estudo da pobreza. Nela, a exclusão de um se traduz na pobreza dos outros. Assim, produz-se e reproduz-se um ciclo de pobreza. (França, 2014, p. 2)

Para romper esse ciclo da pobreza, é necessário investir nas famílias, para que elas tenham condições de se desenvolverem plenamente e se organizarem socialmente. No entanto, para permitir esse desenvolvimento, a família precisa estar apta para realizar essa função, ou seja, ter suas necessidades primárias sanadas, apoio estatal e social e uma rede de suporte emocional. Sendo assim, é possível afirmar que as famílias são “espaços de cuidado, mas principalmente espaços a serem cuidados.” (Mioto, 2000, p. 220).

A família é o primeiro local de socialização dos sujeitos, e é no espaço familiar que eles se desenvolvem e constroem suas identidades. (Kupfer et al, 2009). Nesse sentido, as funções da família estruturam-se em dois níveis, configurando o nível interno como de proteção psicossocial dos indivíduos e o externo como de transmissão e acomodação a uma cultura. Esse processo faz com que a família atenda às exigências sociais adaptando-se às eventuais circunstâncias e tornando-se um modelo de referência para seus membros. (Minuchin, 1982).

Sendo assim, para que haja envolvimento da família nas diversas áreas que as crianças e adolescentes estão inseridos, é preciso que a família consiga se autogerir, tendo acesso a condições dignas de vida. Esse acesso se dá por meio de políticas públicas efetivas e participação social. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), em seu artigo 25 afirma, em um trecho, que “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]”. A declaração é um norteador dos direitos humanos básicos, ou seja, a partir dela os países devem traçar estratégias para que esses direitos sejam efetivamente respeitados.

No entanto, o documento não traz soluções e nem definições precisas, como por exemplo: o que é esse padrão de vida e como defini-lo tendo em vista a diversidade cultural mundial? O acesso a esse padrão possibilita o pleno desenvolvimento humano?

O desenvolvimento humano é entendido pelo PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] como um processo de ampliação de oportunidades, no qual as pessoas, tanto individual como coletivamente, possam desenvolver todos os seus potenciais e levar uma vida produtiva e criativa conforme suas necessidades e interesses (Pereira, 2006, p. 62).

Com o intuito de tentar responder sobre esse padrão, Pereira (2006) em seu livro “Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais”, aborda essas questões, fazendo um contraponto ao ideário neoliberal, atentando para o fato de que existem necessidades humanas básicas, que deveriam ser satisfeitas, concomitantemente, para cada pessoa, não importando o local do mundo em que se encontra. Ter essa noção sobre universalidade e padronização do que são as necessidades humanas básicas é de extrema importância para as questões migratórias que serão abordadas neste trabalho.

Voltando ao livro, a autora explora vários autores, com concepções políticas e econômicas diferenciadas, que dissertam sobre as questões das necessidades básicas. Pereira (2006) se aprofunda nos estudos de Doyan e Gough, de 1991, o qual definem que:

Só existem dois conjuntos de necessidades básicas objetivas e universais - que devem ser concomitantemente satisfeitos para que todos os seres humanos possam efetivamente se constituir como tais (diferentes dos animais) e realizar qualquer outro objetivo ou desejo socialmente valorado. São eles: *saúde física* e *autonomia*. Estas necessidades não são um fim em si mesmo, mas precondições para se alcançarem objetivos universais de participação social.” (Pereira, 2006, p. 68)

A saúde física é autoexplicativa, no entanto para alcançá-la é necessário o acesso às diversas questões que a compõem, são as chamadas necessidades intermediárias. Pereira (2006) à luz dos estudos de Doyan e Gough (1991), ressalta que elas influenciam diretamente a saúde física dos seres humanos e conseqüentemente sua

autonomia, as necessidades intermediárias são divididas pelos autores em 11 tópicos, quais sejam:

- **alimentação nutritiva** (aqui falando-se em macronutrientes como boas fontes proteicas, de hidratos de carbono e gordura, bem como os micronutrientes presentes em legumes, verduras e frutas variadas.), água potável e saneamento básico;
- **habitação adequada** (levando em conta aspectos culturais, climáticos, sociais e a privacidade dos membros da casa);
- **ambiente de trabalho desprovido de riscos** (condições de trabalho que garantam a saúde física e mental, salários e jornada de trabalho dignos, legislações que garantam os direitos dos trabalhadores);
- **ambiente físico saudável** (garantia de poder existir dignamente, meio ecológico saudável e seguro);
- **cuidados de saúde apropriados** (com foco também em prevenção de doenças e não somente na cura, quando algo já se instalou. Uso de tecnologias e recursos avançados para todos);
- **proteção à infância** (com o intuito de incentivar a autonomia e o acesso a todas as suas potencialidades. Ter um ambiente seguro, acolhedor e estável, que lhe proporcionem as mais diversas experiências e principalmente poder usufruir do brincar para o seu desenvolvimento cognitivo, motor e social);
- **relações primárias significativas** (redes de apoio que podem ser membros da família estendida, amigos, pessoas na comunidade e as instituições públicas);
- **segurança física** (está ligada ao quanto as pessoas se sentem seguras em existir. Tem relação com a proteção do estado para com os indivíduos frente às mais variadas formas de violência. Também se refere a proteção internacional quando é o estado que pratica a violência);
- **segurança econômica** (que permite ao indivíduo se organizar, construir estratégias de planeamento para o futuro e suprir as necessidades individuais);
- **educação apropriada** (Importância do conhecimento formal, mas também dos conhecimentos populares, com o intuito de fortalecer a autonomia dos indivíduos, o senso de coletividade e a transmissão de culturas. Acesso às tecnologias educativas e ao aprimoramento profissional por parte dos professores. Traz a ideia de que as instituições educacionais devem ser um espaço de acolhimento de ideias, debates e de transdisciplinaridade / transversalidade do conhecimento);
- **segurança no planeamento familiar, na gestação e no parto** (aqui entende-se que ter um filho em momento oportuno ou um filho indesejado pode afetar tanto a saúde física das mulheres quanto a sua autonomia. Por isso a importância da educação sexual, do poder de escolha, do atendimento médico especializado, do amparo da rede - seja família e amigos ou através de políticas públicas, na proteção do trabalho e no acesso às ofertas de trabalho. O planeamento familiar possibilita às mulheres a terem

autonomia na sua vida sexual e reprodutiva e isso terá repercussões na sociedade, esse item está diretamente ligado ao que foi citado no item sobre proteção da infância) (Pereira, 2006, pp. 76 - 83).

No que toca o acesso à categoria autonomia, ressaltamos que a satisfação das necessidades intermediárias citadas acima é primordial. E por autonomia, entende-se pela aptidão do indivíduo de tomar decisões, poder exercer suas crenças, ter direitos e responsabilidades, livres de qualquer opressão. Autonomia, é, portanto, poder eleger opções, avaliá-las e ter meios e informações de como proceder, no entanto, exercer a autonomia, não é deixar o indivíduo sozinho para tomar suas decisões e sim compartilhar saberes, experiências e responsabilidades, pois não basta somente ser livre para agir como quer, é preciso entender as consequências das suas decisões.

No horizonte dessa noção de autonomia está, em última instância, a defesa da democracia como recurso capaz de livrar os indivíduos não só da opressão sobre as suas liberdades (de escolha e de ação), mas também da miséria e do desamparo (Pereira, 2006, p. 70).

Vale ressaltar, que para esse estudo, o entendimento de autonomia também é entendido em relação ao ambiente físico, livre de qualquer obstáculo que possa interferir no seu exercício, por mais que esteja implícito, quando a autora reforça que o ser humano deve estar livre de qualquer forma de opressão. Destacamos que os indivíduos devem, portanto, ter a possibilidade de se locomover e ocupar todos os espaços sociais que desejarem. No trecho abaixo, esse entendimento fica mais compreensível.

As necessidades humanas básicas como categorias objetivas e universais, que devem ser satisfeitas concomitantemente são: saúde física e autonomia. Nenhuma das duas categorias constitui um fim em si mesmo; ambas são condições prévias ou precondições, cuja satisfação adequada poderá impedir a ocorrência de sérios e prolongados prejuízos à participação social e a libertação do ser humano de qualquer forma de opressão. O objetivo, último, portanto, da satisfação concomitante dessas duas necessidades básicas é contribuir para a *participação* das pessoas tanto nas formas de vida e cultura das quais fazem parte (autonomia de agência) quanto nos processos de avaliação crítica dessa

cultura, com o propósito de melhorá-la ou modificá-la (autonomia crítica)  
(Pereira, 2006, p. 83)

A satisfação das necessidades básicas, culmina na participação social dos indivíduos, o que significa que eles gozam de autonomia e liberdade para viver e ocupar todos os espaços sociais e conviver respeitosamente com todos ao seu redor. É nessa convivência que se aprende a respeitar o outro como ele realmente é, e todas as suas escolhas e crenças, que se aprende os limites da liberdade de poder se expressar livremente.

É, portanto, na interação com outras pessoas que o indivíduo aprende a viver em sociedade, a obedecer regras como expressões da vontade coletiva e a manter e reforçar objetivos e crenças. Tais regras constituem o parâmetro tanto de seu senso de pertencimento, como pessoa e como cidadão, como do reconhecimento, de sua parte, dos direitos e deveres dos outros (Pereira, 2006, p. 72).

É nesse exercício de perceber e respeitar o outro que se desenvolve a solidariedade, a empatia e a prática da cidadania. “A solidariedade só se constrói com liberdade e igualdade e não como caridade do mais forte diante dos vulnerabilizados. É na sustentabilidade de si e do coletivo que a solidariedade se arquiteta como direito e autonomia na cidadania inclusiva” (Faleiros, 2006, p. 11)

Esse sentimento de pertencimento, de segurança de ser o que quiser ser, deve ser algo universal, ou seja, não importa onde o indivíduo esteja, se no local de nascimento ou outro que por motivo de escolha ou por questões superiores (políticas, de segurança, econômicas ou sociais), todos devem ter o poder de participar ativamente da comunidade na qual estão inseridos. “A oportunidade de participar implica que as pessoas tenham à sua disposição meios objetivos para exercerem papéis sociais significantes na sua vida social e na sua cultura.” (Pereira, 2006, p. 71).

Nesse sentido, é possível concluir que é necessário considerar as questões que envolvem as necessidades básicas e intermediárias na confecção de políticas públicas e no entendimento geral da sociedade. E principalmente, na práxis dos profissionais que trabalham diretamente com indivíduos e suas famílias, como por exemplo profissionais da saúde, da educação e os envolvidos com a operacionalização das políticas sociais, pois é nesse cenário que se percebe o que de fato afeta as famílias e o que pode ser feito.

É a virada de chave para que os profissionais percebam que as famílias precisam de acolhimento, orientações, informações precisas, acesso a direitos básicos para então se

tornarem protagonistas responsáveis pela sua própria história, tendo todo poder de impulsionar as potencialidades dos que a compõem. É o momento em que se percebe que em muitos casos existe uma linha muito tênue entre uma família que negligencia seus membros e uma família que vive num ciclo de perpetuação da pobreza e privações que é negligenciada pelo Estado que apenas oferece os mínimos.

A ausência de protagonismo estatal no processo de provisão social, não apenas priva os cidadãos da fruição de direitos, que só o Estado pode garantir, mas também sobrecarrega a família com encargos que superam as suas possibilidades de bancá-los. Isso sem falar do incitamento à proliferação do assistencialismo, ou da negação da assistência social como política pública.

(Mioto & Dal Prá, 2015, s.p.)

Vale ressaltar, portanto, que o objetivo principal de se afirmar que existem necessidades básicas que devem ser satisfeitas para todos é romper com o ciclo do assistencialismo e naturalização da pobreza, as políticas públicas isoladas e focadas em necessidades individuais, acabam por institucionalizar as desigualdades socioeconômicas, culpabilizando as famílias e seus membros, negando seus direitos de cidadania e impedindo que desfrutem das oportunidades para que alcancem suas potencialidades, Pereira (1996), Mioto e Dal Prá (2015).

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais-valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não a participação social e política. (Silva, 2010, p. 157)

Outro ponto importante que deve ser destacado, é que essas necessidades básicas, por mais que sejam algo coletivo, pois são necessidades comuns a todos os seres

humanos, elas são para cada indivíduo e o foco das políticas deve ser nesse sentido, ou seja, a ideia é que cada indivíduo alcance a satisfação, e não por exemplo, a instituição família. Esse entendimento se dá, principalmente pelo excesso, das políticas públicas, na responsabilização das famílias e pela grande diversidade que envolve o que é ser uma família.

Nessa perspectiva, implica reconhecer que a política social ao eleger a família como foco na destinação de recursos e serviços, sempre está elegendo um tipo de família e, conseqüentemente, ferindo o princípio da universalidade de direitos. Por isso é que se tem insistido na inconveniência de se ter a família como destinatária da política social. (Mioto & Dal Prá., 2015, s.p.)

A ideia, portanto, é que antes de constituir uma família, os indivíduos já estejam desfrutando digna e plenamente da sua cidadania, de sua autonomia e ocupando todos os espaços sociais que têm necessidade e vontade. Dessa forma, evidencia-se novamente a importância do caráter universal das políticas sociais, sem critérios de acesso. Somente assim, as famílias, principalmente as com filhos, terão reais condições de exercerem o seu papel.

Para encerrar, este estudo sobre a satisfação das necessidades humanas básicas, ressalta-se que infelizmente, atualmente, há pouquíssimos países que adotam esse pensamento, tornando-se de certa forma uma utopia. No entanto, essa forma utópica de entender e pensar a realidade serve de base para compreensão dos indivíduos e suas famílias, um norte para que os profissionais acolham as demandas da família da forma mais respeitosa possível e não naturalizem as situações de miséria, violência e desigualdades sociais. E principalmente para que discutam, reflitam e lutem pelos direitos de todos os cidadãos.

## **1.2 - A importância da satisfação das necessidades básicas para o funcionamento das famílias.**

Definida as questões do que são as necessidades humanas básicas, é necessário ressaltar que a família, como uma unidade singular, precisa alcançar essas categorias para então cumprir suas principais funções. Mesmo em sua diversidade de culturas e estruturas, sendo únicas, com suas regras e funcionamento próprios, a falta de acesso a essas estruturas propicia diversas situações estressantes para o núcleo familiar. Esses gatilhos estressores, podem afetar tanto a saúde física quanto a mental dos membros, bem como sua autonomia.

Na atualidade temos diversas teorias sobre o papel do Estado e suas funções, ora elas promovem a inclusão, ora reforçam a exclusão. Algumas levam em consideração a importância das famílias na construção do bem-estar social, outras não. Há ainda, determinadas políticas que são extremamente focadas nas famílias atribuindo o sucesso ou fracasso a elas mesmas, sem levar em conta a figura do Estado e sem considerar as exclusões sociais que geram no caminho. (Mioto & Dal Prá, 2015)

Essa focalização e seletividade das políticas sociais, ao invés da universalidade de acessos, causa uma mercantilização das necessidades humanas básicas. O atendimento dessas pessoas fica a cargo dos prestadores de serviços, sem grandes fiscalizações, sem compromisso com a qualidade e o mais importante sem que as pessoas possam exigir seus direitos. A qualidade oferecida, muitas vezes vai depender do quanto a pessoa possa pagar (Mioto & Dal Prá, 2015). Nesse terreno contraditório é que se assinala o acirramento das desigualdades sociais e conseqüentemente a exclusão social dos que não podem comprar os serviços.

O processo de exclusão social é inerente ao sistema capitalista, pois este se produz e reproduz através das desigualdades sociais. A exclusão é, desta forma, considerada natural e aceita socialmente, pois os excluídos se tornam invisíveis tanto na política, quanto na cultura e na sociedade, tendo suas cidadanias negadas. (Faleiros, 2006)

A exclusão é definida, neste contexto, como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades, diversificada, relacional, multidimensional, e com impactos de disparidade, desigualdade, distanciamento, inferiorização, perda de laços sociais, políticos e familiares, com desqualificação, sofrimento, inacessibilidade a serviços, insustentabilidade e insegurança quanto ao futuro, carência e carenciamentos quanto às necessidades, com invisibilidade social, configurando um distanciamento da vida digna, da identidade desejada e da justiça. (Faleiros, 2006, p. 4)

Quando a família, ou seus membros, não são incluídos socialmente, tudo se desestrutura, pois a exclusão se torna “um impedimento, uma barreira, uma fronteira elaborada socialmente em relações de poder, que dividem os grupos, de forma a

estabelecer hiatos tanto nas condições objetivas de vida ou de meios de vida como na percepção de si mesmo como sujeito” (Faleiros, 2006, p. 3).

A inclusão social e a universalidade do acesso aos direitos de cidadania vão na contramão do mercado, do modelo capitalista e neoliberal e da ascensão das ideias políticas conservadoras, conseqüentemente tem-se grande dificuldade de garantir que os cidadãos tenham condições equitativas de acesso e possibilidade de desenvolverem suas potencialidades. (Yazbek, 2012)

A concepção teórica norteadora deste trabalho, tem como foco a importância do papel do Estado, este deve ser o garantidor das necessidades básicas, suas políticas públicas devem ser universais e estar voltadas para a garantia dos direitos de cidadania, já que a família tem a grande responsabilidade de cuidar, proteger, educar os cidadãos, sendo a mediadora entre seus membros e a sociedade. “A inclusão em direitos, ao contrário do que propõe o neoliberalismo, pode contribuir para maior produtividade, pois mostra uma responsabilidade coletiva pelos seres humanos” (Faleiros, 2006, p. 1).

Pode-se afirmar, por conseguinte, que a priori para uma família se desenvolver e impulsionar o desenvolvimento das potencialidades dos seus membros, precisa primeiramente ter suas necessidades básicas resolvidas, depois suas necessidades enquanto família, para poder participar ativamente da sociedade e ter seus membros incluídos de forma satisfatória em todos os âmbitos de sua vida. De acordo com Pereira (1996), “Uma vida familiar de sucesso requer que todas as necessidades das famílias, incluindo as dos pais, sejam identificadas e resolvidas” (p. 14).

A partir do exposto, é possível afirmar que todas as esferas (estado, sociedade e a própria família) devem garantir que os sujeitos tenham condições de equidade para exercer sua cidadania (e para isso precisam ter acesso a saúde física e autonomia como já citado). E essa garantia não pode ser desigual, a exclusão social não pode limitar o acesso à justiça, aos direitos de ir e vir, a liberdade e autonomia e a satisfação das necessidades humanas básicas. (Faleiros, 2006, p. 9)

Assim sendo, as garantias de inclusão social das famílias e seus membros, salvaguardam o sucesso de uma cidadania ativa e participativa e o processo emancipatório das famílias. Emancipação essa, que é sempre coletiva, que prega liberdade e respeito a todos. “A emancipação humana implica, tanto o reconhecimento de direitos iguais, como a efetivação e garantia desses direitos e a possibilidade de reclamá-los, de gritar por eles, de constituir-se em atores políticos” (Faleiros, 2006, p. 12)

Portanto, quando a família tem todos os suportes, ela desenvolve seus potenciais e ocupa seu espaço na sociedade, e só assim podemos afirmar que ela, como uma unidade, e seus membros, de forma singular, foram incluídos. De acordo com Braga e Schumacher (2013) “a inclusão verdadeira, ocorre de três formas distintas: reconhecimento no campo das relações de cuidado e afeto familiares; nas relações

jurídicas, com o estabelecimento de legislações específicas; e por último nas relações sociais, com suas contribuições ao coletivo”. (p. 378)

Sendo assim, baseado no que afirmam Mioto e Dal Prá (2015), Yazbeck (2012), Faleiros (2006), Braga e Schumacher (2013), Pereira (1996), Pereira (2006), Rodrigues (2014) sobre políticas públicas, inclusão social e direitos de cidadania é possível afirmar para que o “sucesso familiar” aconteça, a família precisa de apoio e suporte do Estado e da Sociedade. As ações por parte do Estado podem ser representadas principalmente pela implementação de políticas públicas e gratuitas, legislações específicas que garantam a satisfação das necessidades básicas; criação de rede de apoios para as famílias; oferta de serviços e tratamentos de qualidade; criação e manutenção de instituições de qualidade; escuta e acolhimento qualificados dos que demandam. Em relação à sociedade, seu papel define-se principalmente a: promoção da inclusão; socialização e democratização das informações; suporte e proteção; reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos; formação cidadãos; respeito à diversidade; promoção e incentivo da acessibilidade; incentivar as famílias a participarem ativamente de atividades, tais como: reuniões promovidas nas escolas, nos centros de saúde, entre outros. Já por parte da família, como visto anteriormente seu papel principal é o cuidado, desenvolvimento de relações significativas e afetuosas, segurança e educação.

### **1.3 - As necessidades das famílias de indivíduos com deficiência e/ou necessidades educativas**

Como já visto anteriormente, a satisfação das necessidades básicas das famílias é essencial para o seu fortalecimento e desenvolvimento. E o trabalho com as famílias envolve diretamente essa temática. Este item é uma intersecção entre o capítulo I deste estudo, que define as necessidades básicas humanas e o capítulo II que explora o universo familiar e o trabalho com famílias. Sendo assim, aqui serão abordadas as necessidades singulares das famílias, adentrando especificamente no universo das famílias com indivíduos com deficiência e/ou necessidades educativas.

No trabalho com famílias, muitas vezes os profissionais se deparam com a ausência de participação, de respostas satisfatórias e parceria dos responsáveis pelas crianças e adolescentes, nesse sentido é preciso refletir sobre o motivo desse acontecimento. Nem sempre a falta de participação da família é por má vontade, ou desinteresse, às vezes a “falta de consenso no olhar sobre a natureza do problema, sobre a necessidade da intervenção educacional, médica e terapêutica e sobre o tipo de actuação que deve ser desenvolvida” (Pereira, 1996, p. 33<sup>3</sup>).

---

<sup>3</sup> Toda numeração de páginas de Pereira (1996) foi feita de acordo com a contagem do PDF, pois o documento não possui paginação.

Na opinião de Merton (1976), o entendimento sobre as verdadeiras necessidades da família e quanto à forma como cada uma pode dispendir tempo e esforço para resolver essas mesmas necessidades tende a variar conforme a posição que a família ocupa na estrutura social. Importa, assim, ponderar até que ponto as exigências colocadas à família pelos profissionais, em termos de tempo, energia e investimento, contribuem para o seu bem-estar físico e emocional. (Merton, 1976 as cited in Pereira, 1996, p. 34)

Cabe ressaltar ainda que essa identificação, não deve vir apenas de uma vontade vazia do profissional, ele precisa ter objetivos concretos e meios (informações concretas, legislações, instituições para encaminhamentos, entre outras coisas) de realmente provocar alguma mudança no seio familiar ou corre o risco de se frustrar e quebrar expectativas dos participantes. Ao “falarmos de necessidades, métodos e estratégias para identificar as necessidades das famílias, não faz sentido se posteriormente não existirem recursos necessários para colmatar as respetivas necessidades” (Simões, 2010, p. 42).

Corroborando com o que já foi explicitado no item anterior, sobre a relação da satisfação das necessidades básicas e o desenvolvimento familiar, Pereira (1996) cita os estudos de Dunst, Leet e Trivette (1988), para elucidar que, se as necessidades humanas básicas dos membros da família não estiverem satisfeitas, toda energia e investimento dos familiares serão para sanar essas questões, e o envolvimento e participação familiar nas atividades relacionadas às crianças e os adolescentes ficarão em segundo plano.

Partindo do pressuposto que as necessidades singulares de cada família influenciam diretamente no comportamento dos responsáveis, os profissionais envolvidos devem identificar essas necessidades, refletir sobre elas e, ao solicitar colaboração dos responsáveis, levá-las em consideração. “A adoção deste procedimento permitirá preparar famílias actuaentes em vez de famílias culpabilizadas e envergonhadas por falharem” (Pereira, 1996, p. 34).

Mesmo com tanta diversidade, é possível identificar nas famílias, algumas necessidades de apoio que são comuns a todas as famílias, ao longo da sua existência. Pereira (1996), cita os estudos de Turnbull et al., (1984), no qual agrupa as necessidades de apoio das famílias em sete categorias. É importante notar que essas necessidades estão em conformidade com os estudos de Pereira (2006) sobre as necessidades humanas básicas e como já citado, quando não são satisfeitas de forma individual, tornam-se problemas coletivos. As sete categorias das necessidades de apoio das famílias são (Turnbull et al., 1984 as cited in Pereira, 1996):

- **Necessidades econômicas:** Mesmo que muitas famílias tenham essas necessidades em comum, quando se fala em deficiência e/ou as necessidades educativas, elas podem ser aumentadas, pois esses fatores podem criar despesas adicionais, que surgem a partir da demanda, por exemplo: atendimentos especializados com profissionais, uso de medicamentos, necessidade de materiais e tecnologias específicas, adaptações arquitetônicas, entre outras questões. E pode influenciar na evolução da carreira profissional dos responsáveis. Cabe aos profissionais envolvidos na relação com a família, orientá-la para poder acessar os apoios financeiros governamentais e incentivar a própria troca de experiências entre os responsáveis.

- **Necessidades de cuidados diários:** A função básica da família é garantir a saúde física e mental dos seus membros, garantindo afeto, proteção, alimentação, higiene, entre outras coisas. Quando uma pessoa com deficiência e/ou necessidades educativas faz parte do grupo familiar, esses cuidados diários podem ser mais complexos e exigirem mais energia dispendida dos responsáveis. Vale destacar, a importância da divisão de tarefas, para os cuidadores (principalmente as mães) não ficarem sobrecarregados física e mentalmente. Neste caso é importante que os professores, a família e a comunidade ajudem e orientem as crianças e adolescentes a terem autonomia em suas atividades de vida diária.

- **Necessidades recreativas:** A família é o espaço no qual é possível interações baseadas no lúdico e na imaginação, onde acontece a transmissão de valores e cultura, e é nela que os indivíduos se sentem seguros para serem eles mesmos. E é através do lúdico, dos passeios ao ar livre, de atividades culturais que se desenvolvem e fortalecem os laços. No entanto as barreiras arquitetônicas e atitudinais podem reprimir a participação nessas atividades, em famílias com crianças ou adolescentes com deficiência e/ou necessidades educativas. É importante reconhecer o quanto essas atividades são essenciais para o desenvolvimento de todas as crianças e adolescentes e para o bem-estar geral da família. Os profissionais podem dar ideias de como realizar esses momentos recreativos para a família e movimentar as instituições e comunidade para realizarem momentos culturais e de lazer.

- **Necessidades de socialização:** O ser humano, é um ser social e precisa do outro para se desenvolver. O primeiro local de socialização dos indivíduos é a família. E é através dela que se aprende a interagir com os outros, a entender e utilizar as regras sociais e experimentar novas coisas. No entanto, para algumas pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas, essa interação se encerra no âmbito familiar, não extrapola os muros da casa. Os profissionais e os responsáveis precisam incentivar e promover a participação social de todos os indivíduos, respeitando suas limitações e explorando suas potencialidades. A dimensão social dos indivíduos não pode ser negada ou renegada, é preciso incentivar a participação e a construção de laços, isso fortalece e impulsiona do desenvolvimento de todos.

- **Necessidades de auto-identidade ou Necessidades de identidade pessoal:** Fazer parte de uma família, um grupo coletivo, é extremamente importante para a validação da identidade, no entanto é preciso se reconhecer enquanto indivíduo, seus interesses, aspirações e desejos. No entanto quando se trata de família, as vezes não há espaço para o desenvolvimento do eu, tudo fica no coletivo. E quando se trata de famílias com pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas, o assunto, as atividades, o lazer e até mesmo a construção de laços gira em torno da temática, tornando a deficiência a identidade da família. Para que isso não aconteça e imprescindível que os membros dialoguem, falem sobre seus sentimentos e perspectivas, que entendam a família como uma unidade e porto seguro, mas que se permitam uma identidade individual.

- **Necessidades de apoio afectivo-emocional:** Como já dito anteriormente família é local de afeto, e essa troca influencia diretamente no desenvolvimento dos seus membros, trazendo um equilíbrio entre a saúde física e a emocional.

- **Necessidades de atendimento educativo:** A educação é essencial para todos. No caso das crianças e adolescentes com deficiência e/ou necessidades educativas, a informação e orientação aos pais por parte dos profissionais é crucial para o desenvolvimento das potencialidades desses sujeitos. É importante alinhar as expectativas entre os pais, alunos e professores e traçar estratégias e objetivos reais que potencializem o aprendizado dos alunos.

Considerando as famílias um universo único e uma teia complexa de fazeres, saberes, responsabilidades e sentimentos, é importante conceber que as suas necessidades singulares, mudam ao longo do tempo e de família para família, mas no geral se encaixam nessas definições. Como visto acima, os profissionais que trabalham com as famílias, tem um grande papel no que tange a escuta qualificada, a orientação técnica, ajuda, encaminhamentos e sugestões, por isso que conhecer as necessidades das famílias é um terreno fértil para uma atuação mais realista e com grandes chances de sucesso.

Quando se fala de famílias com sujeitos com deficiência ou necessidades educativas, têm-se uma grande diversidade de necessidades de apoio. No entanto, como já mencionado, é possível encontrar pontos em comum em todas essas famílias, sendo que nas famílias com um membro com deficiência e/ou necessidades educativas, essas carências tendem a se tornar mais acirradas e evidentes. (Pereira,1996)

Corroborando com o que foi descrito, Branco (2014) cita os estudos de Serrano (2007) e Giné (2000), que refletem sobre a importância de conhecer as famílias, identificar suas necessidades, mas também seus pontos fortes para assim auxiliá-la e realizar um trabalho colaborativo e de corresponsabilidade. Destacando que o foco das intervenções deve ser a melhoria das condições de vida das famílias e seu progresso.

Em relação ao profissional que avalia as necessidades das famílias, Dunst, Trivette e Deal (1988) informam que devem seguir algumas recomendações, tais como: identificar os projetos da família e suas aspirações, para entender suas prioridades;

identificar as potencialidades das famílias, exaltando os pontos fortes, partindo do princípio do que podem e sabem fazer; identificar e conhecer a rede de apoio e assistência da família; fazer intervenções com intuito de fortalecer a família e auxiliar seu progresso socioeconômico e emocional (Dunst, Trivette & Deal 1988 as cited in Branco, 2014, p. 66).

Nos estudos de Pereira (1996) fica evidente, portanto, a importância do profissional que trabalha direta ou indiretamente com famílias, ter conhecimento dessas necessidades, e mais que isso, conhecer como elas se manifestam em cada família, para que assim possa ajustar suas expectativas de trabalho e poder exigir das famílias somente o que é possível dentro da realidade de cada uma delas.

Baseado nos estudos de Pereira (1996) e atribuindo uma licença poética à afirmação *ninguém é uma ilha*, os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes, precisam também aprender a trabalhar com seus responsáveis, ouvi-los e conhecer suas histórias e cotidiano, pois as crianças e adolescentes são frutos e atores dessa dinâmica.

Com o intuito de conhecer essa realidade tão singular das famílias, e mais especificamente das famílias com crianças e adolescentes com deficiência e/ou necessidades educativas a autora Filomena Pereira apresenta o *Questionário das Necessidades das Famílias* (QNF), resultado de uma adaptação do instrumento denominado *Family Needs Survey* (FNS) desenvolvido Donald B. Bailey, Jr. e Rune J. Simeonsson, da *University of North Carolina* (Pereira, 1996). Ao adaptar o instrumento para realidade de Portugal, Pereira (1996) dividiu o QNF em 6 categorias de necessidades, para avaliar as necessidades das famílias com indivíduos com deficiência e/ou necessidades educativas, são elas:

- **Necessidades de informação:** Parte do princípio que os responsáveis precisam de informações sobre a condição que envolve seus filhos; sobre manejo; sobre atendimentos e serviços; e sobre o prognóstico futuro.

- **Necessidades de apoio:** Tem o intuito de avaliar os apoios e recursos formais e informais que a família tem acesso e identificar possíveis estressores. A categoria avalia as necessidades em relação ao diálogo, acolhimento e construção de uma rede de apoio (familiar, amigos, outros responsáveis na mesma situação, técnicos e instituições) para a família, possibilitando momentos de escuta, troca e reflexão.

- **Explicar a outros:** Muitas famílias relatam a dificuldade de comunicar aos outros (sejam membros da própria família, amigos, profissionais ou estranhos) sobre a deficiência e/ou necessidade educativa do indivíduo, bem como conseguir expressar como é ser responsável por essa pessoa.

- **Serviços da comunidade:** Os responsáveis muitas vezes necessitam de algo além da informação de que existe algum serviço para acessar os serviços que necessitam, muitas vezes precisam de apoio concreto para obter esses serviços, através de indicações.

- **Necessidades financeiras:** A categoria foca na realidade financeira das famílias, e vai além das necessidades humanas básicas, destacando também as despesas com materiais, próteses, cuidados médicos em geral, atendimentos especializados, entre outros.

- **Funcionamento da vida familiar:** Nessa categoria o intuito é perceber as necessidades dos responsáveis em relação ao cotidiano familiar abordando as necessidades em relação ao diálogo, colaboração, parceria e a divisão de tarefas.

Essas necessidades do QNF, serão mais bem exploradas no capítulo V deste trabalho, no qual serão apresentados os resultados da aplicação do QNF com famílias de migrantes brasileiros. Para concluir, fica evidente que o conhecimento acerca das necessidades das famílias, as intervenções que respeitem seus limites, culturas, preservando a dignidade de todos os membros, e o diálogo e acolhimento das demandas são essenciais para realização de um trabalho que realmente impacte positivamente na vida das pessoas e provoque mudanças significativas tanto nas estruturas das instituições e sociedade, quanto no fazer profissional e no âmbito familiar.

### 1.3.1 - A produção de conhecimento a partir do uso do QNF

Para corroborar com a importância deste estudo, neste item foram selecionados alguns exemplos de estudos já realizados em Portugal na área das Necessidades das famílias e o uso do QNF, que norteará essa pesquisa. Começamos por citar o pioneiro estudo de Filomena Pereira, realizado em 1996 intitulado de “As representações dos professores de educação especial e as necessidades das famílias”, a autora responsável pela tradução e adaptação do QNF, aborda neste livro as questões relacionadas a diversidade das famílias e seus diferentes jeitos de lidar com o stress e também sobre a eficácia dos trabalhos nos quais os profissionais desenvolvem estratégias junto com a família. A amostra contou com a participação de 391 famílias.

A partir deste estudo, tem-se o surgimento de uma vasta produção de dissertações acadêmicas nessa área, com a aplicação do instrumento QNF em diversas situações. Carmo (2004) utiliza este instrumento, concomitante a outros, para conhecer de que modo certas características das famílias, de crianças com necessidades específicas dos 0 aos 5 anos, influenciam as suas necessidades e a utilidade da sua rede de apoio social. O estudo teve a participação de 146 famílias, que residiam nos sete concelhos que constituem o núcleo educativo da Coordenação da Área Educativa de Entre Douro e Vouga.

Gonçalves (2006), utilizou o QNF como um dos instrumentos para realizar a pesquisa sobre as necessidades e recursos das famílias de crianças portadoras de síndrome de down residentes em área rural e urbana de Lisboa. O estudo contou com a participação de 51 famílias.

Para analisar as necessidades das famílias de adolescentes com deficiência mental, Serra (2009), aplicou o QNF em 52 famílias de adolescentes com Necessidades Educativas Especiais, sendo que todos os jovens tinham Deficiência Mental, da área da grande Lisboa. 22 desses adolescentes estavam em instituições de educação especial (EE). O objetivo era perceber se as necessidades das famílias dos adolescentes que estão no ensino regular são as mesmas das dos que estão institucionalizados.

Simões (2010) investigou as necessidades dos pais de crianças e jovens com défice cognitivo – motor em idade escolar. Identificando as necessidades mais frequentes e prioritárias para os pais e de que forma as características da família se relacionam com essas necessidades. A pesquisa foi realizada com pais dos alunos com deficit cognitivo e motor da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Castelo Branco e contou com a participação de 13 responsáveis.

Ferro (2012), analisou as necessidades das famílias de crianças de 0 a 6 anos, com problemas do desenvolvimento ou em risco que eram acompanhadas pela equipa local de intervenção dos concelhos de Reguengos de Monsaraz e de Mourão, com o intuito de conhecer como se relacionam as necessidades e as características sociais. A pesquisa contou com 50 participantes.

Branco (2014) abordou as necessidades das famílias cujas crianças são portadoras de Necessidades Educativas Especiais em idade pré-escolar (entre os 3 e 5 anos) e que estão incluídas num jardim-de-infância de Castelo Branco, com o intuito de identificar as necessidades mais frequentes e as prioritárias. A pesquisa contou com 11 participantes.

Para identificar as necessidades das famílias apoiadas pela Intervenção Precoce e o atendimento das equipas, no Concelho da Povoação na Ilha de S. Miguel, Passos (2014) utilizou o QNF como um dos instrumentos do seu estudo. A pesquisadora contou com a participação de 10 famílias para verificar a compatibilidade entre as necessidades inventariadas como mais importantes pelas famílias apoiadas pela Intervenção Precoce do Concelho da Povoação e as descritas pelas equipas que atuam nesta área.

Em outro estudo, Sousa (2014), pesquisou as necessidades das famílias de crianças com perturbações do espectro autista e como se dá o suporte social e a resiliência, pois de acordo com a autora, a literatura evidencia que essas famílias passam por inúmeras situações de stress. A pesquisa contou com 48 participantes.

Para identificar as necessidades das famílias com crianças com PEA, o seu suporte social e a sua resiliência, Luz (2018), utilizou o QNF como um dos instrumentos da sua pesquisa, que contou com 55 participantes provenientes dos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Guarda, Leiria, Castelo Branco, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Beja, Faro e Ilhas. A pesquisa teve o intuito de poder contribuir para otimizar o trabalho dos profissionais que trabalham com estes pais, e de forma a poderem fomentar abordagens mais positivas no contexto familiar.

As necessidades das famílias cabo-verdianas foram o ponto de partida da pesquisa de Évora (2019), que identificou as necessidades mais frequentes das famílias cabo-

verdianas de crianças com NE incluídas no agrupamento de escolas na zona de Amadora, com o intuito de comparar as características das famílias e suas necessidades. A pesquisa contou com a participação de 6 famílias.

Correia (2020) utilizou o QNF como um dos instrumentos da sua pesquisa, que contou com 208 participantes, a pesquisa foi disponibilizada online e anunciada em grupos de pais. O estudo visa compreender as necessidades dos pais de filhos com perturbação do espectro do autismo (PEA) e com perturbação da hiperatividade/défice de atenção (PHDA).

Para compreender as necessidades das Famílias com filhos com Perturbações do Espectro Autista, Luís (2020), utilizou o QNF para descobrir as necessidades das famílias de crianças, jovens e adultos com autismo a viverem nos Municípios de Santiago do Cacém e Grândola, com o intuito também de encontrar possíveis formas de satisfazer essas necessidades. O estudo teve um total de 8 participantes,

A possível relação entre fatores de risco e necessidades das famílias é o tema abordado por São Pedro (2021), que junto da Equipa Local de Intervenção (ELI) Precoce de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão pretendeu verificar se existem relações entre as variáveis sociodemográficas e as necessidades da família e se existem relações entre estas mesmas necessidades e os fatores de risco. Esse estudo contou com a participação de 35 famílias. Nele foi utilizado a versão original, de 1990 que posteriormente foi adaptada por Pereira (1996).

Duarte (2022) dissertou sobre as Necessidades mais frequentes e principais das famílias de jovens do ensino profissional com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão de uma escola profissional de Castelo Branco. O estudo contou com a participação de 15 famílias.

A produção científica sobre o QNF também se estende na confecção de artigos científicos publicados em revistas. Sampaio e Geraldês (2006), analisam estas consequências (emocionais, funcionais e materiais) na perspectiva das necessidades reportadas por 40 famílias de crianças autistas.

A importância do envolvimento das famílias é o tema abordado no artigo de Simões e Mesquita (2010), que pretende analisar as necessidades mais frequente dos pais de crianças e jovens com défice cognitivo – motor em idade escolar e identificar de que forma as características da família se relacionam com as necessidades.

As necessidades frequentes e prioritárias das famílias de crianças com NE inseridas em um jardim de infância foi o foco de estudo de Mesquita et al. (2017) e a relação dessas necessidades com as características da família. O estudo contou com a participação de 6 famílias.

A partir deste levantamento concluímos que o QNF, mesmo sendo específico para famílias com filhos com deficiência e/ou necessidades educativas, possibilita uma ampla exploração de temáticas envolvendo as necessidades educativas e as necessidades das famílias. Podendo variar entre situações mais amplas, que permitem

a participação maior de responsáveis e algumas mais específicas, nas quais o número de participante é consideravelmente menor.

Rego et al. (2018) citam Malterud et al. (2016) para falar sobre as premissas para definição do tamanho da amostra, que podem ser mais amplas e esparsas ou estreitas e densas, são elas: objetivo do estudo, especificidade da amostra, o referencial teórico, qualidade do diálogo e a estratégia analítica. “Quanto mais amplo o objetivo do estudo, maior é o número de casos necessários para o investigar” (Rego et al., 2018, s.p.). No entanto, haja vista a quantidade de estudos envolvendo o QNF, e a especificidades deste estudo, optou-se por uma concepção teórica e amostra mais aprofundadas, ao invés da amplitude. (Rego et al., 2018).

Como é possível perceber o instrumento permite ao pesquisador ter autonomia e liberdade para definir as especificidades do seu público-alvo. E pode ser usado por diversas áreas do conhecimento, como educação, psicologia, serviço social, sociologia, e áreas da saúde. Portanto, o uso do QNF, além de ser compatível com a temática escolhida, contribuirá para a produção de conhecimento na área e principalmente para provocar e evocar novas pesquisas na mesma temática. Vale ressaltar que não foram encontrados estudos semelhantes ao dessa pesquisa, *Necessidades das famílias de jovens com necessidades educativas que migraram do Brasil para o concelho do Fundão*.

## Capítulo II - O universo familiar, sua diversidade e complexidade.

*“(...) é essencial determinar que políticas e programas melhores, podem contribuir para reforçar as famílias a cumprir a façanha mágica que só elas são capazes: fazer e manter humanos os seres humanos” (Urie Bronfenbrenner)*

Neste capítulo serão discutidos o conceito de família, as mudanças ao longo do tempo, incluindo as questões migratórias e seus impactos. A seguir serão exploradas as perspectivas atuais sobre as famílias e como trabalhar com esse grupo tão diverso, complexo e rico culturalmente que é o universo das famílias, inseridas na realidade atual, ou seja, que fazem parte do sistema capitalista e neoliberal que pouco ou nada preza pela satisfação das suas necessidades básicas.

A ideia é configurar o trabalho com famílias a partir da perspectiva do acolhimento, compreendendo sua situação socioeconômica, situando-se no panorama biopsicossocial, ou seja, reconhecendo os entraves e desafios que enfrentam em todas as esferas da vida. Para tanto, serão discutidos primeiramente uma abordagem sobre o que se configura uma família, as considerações atuais sobre a família com filhos e posteriormente como envolvê-la nas atividades, principalmente do processo educativo.

### 2.1 - Afinal o que configura uma família?

Ao longo da história a “instituição família”, passou por inúmeras mudanças, desde seu conceito, até de seus deveres e responsabilidades. (Caniço et al., 2010). Portanto, existem inúmeros conceitos sobre o que é uma família e seu direito de existir, a maioria deles permeados por visões religiosas, culturais, políticas e morais. Atualmente ainda não é possível mensurar a origem da família, no entanto é consenso que os seres humanos, desde sua origem, se unem e criam certos vínculos, seja pela companhia ou pelo instinto de perpetuação e preservação da espécie. O conceito de família está, portanto, em constante mudança, mudando ao longo dos tempos, de acordo com as experimentações sociais, políticas e econômicas.

Alguns desses conceitos, principalmente os que envolvem a questão dos direitos, são conservadores, muitos têm a concepção extremamente ligada a conceitos morais e religiosos que não abarcam toda a diversidade de famílias que existem. Por isso é importante entender o contexto político, social e econômico no qual surgiram os conceitos mais modernos de família e discuti-los, para desconstruirmos certos preconceitos que na atual conjectura podem se fantasiar de cultura e podem ser prejudiciais para o trabalho com famílias.

Como a lei vem sempre depois do fato e procura congelar a realidade, tem um viés conservador. Mas a realidade se modifica, o que necessariamente acaba se refletindo na lei. Por isso a família juridicamente regulada nunca consegue corresponder à família natural, que preexiste ao Estado e está acima do direito. A família é uma construção cultural (Dias, 2015, p. 29).

Entendendo a família como produto das construções sociais e culturais, é possível afirmar que as origens da ideia de família coincidem com a ascensão da religião, do Estado e também da propriedade privada, ou seja, as questões da família estão diretamente ligadas à produção e reprodução da vida social dos seres humanos ao longo da história. (Engels, 2014). Muitas das questões que envolvem a concepção de família atual, foram criadas com a intenção de aquisição e manutenção do poder, mais especificamente, do poder do homem sobre a mulher, os filhos e a propriedade. Nesse sentido essa família patriarcal e monogâmica, garantiria a paternidade e o direito à herança por filiação paterna. “Essa forma de família mostra a transição da família de pares para a monogamia. A fim de assegurar a fidelidade da esposa e, portanto, a confiabilidade da linhagem paterna, as mulheres são entregues absolutamente ao poder dos homens” (Engels, 2014, p. 84).

Quando se trata de família, tudo que a envolve está sempre em movimento e em constante mudança, “a família é o elemento ativo; nunca é estacionário, mas em progressão de uma forma inferior para uma superior na mesma medida em que a sociedade se desenvolve” (Engels, 2014, p. 43). Por sua característica, de nunca permanecer estática, diversos foram os modelos familiares existentes ao longo da história, cada qual com seus códigos de conduta, costumes e concepções morais.

A noção de família patriarcal e monogâmica tornou-se por muito tempo a ideologia do Estado, portanto as legislações e políticas sociais tinham esse viés do qual existe um homem provedor da família, que todos os membros respondem a ele. A monogamia, principalmente no ocidente, era exigida (para as mulheres) e a composição familiar era basicamente pai, mãe e filhos, ou seja, a concepção norteadora era heterossexual. Outro ponto importante é que por muito tempo, o casamento era considerado indissolúvel e é nesse ponto que se percebe a presença da religião no contrato, a família não poderia ser desfeita. Vale ressaltar que por muito tempo perdurou a ideia de uma relação hierarquizada dentro das famílias, as mulheres e as crianças não tinham poder e direitos.

Essa família aparece representada, na grande maioria das vezes, como sendo branca, de classe média, composta de pai, mãe, filhos (dois) e avós; pai provedor, ocupando a posição mais alta na hierarquia do poder, e a mãe doméstica,

responsável pelo bem-estar e educação da prole. É a família pensada (Szymanski, 1995), o modelo de família ideal oferecido por nossa sociedade. Pensada por que permanece subjacente ao projeto de construção de uma família, apresenta-se como parâmetro para avaliação e promete constituir-se em passaporte para a felicidade. (Szymanski, 2004, p. 6)

No entanto, com o advento das questões sociais e o surgimento de diversos movimentos sociais (principalmente os que discutem a posição das mulheres dentro de um matrimônio) a partir da década de 1970, a culpa moralista pela falta de perfeição da instituição família, passou a ser entendida como algo estrutural, pertencente as mudanças sociais. A noção “universal” (com regras e hierarquias rígidas) de família passou a ser questionada. Aos poucos o conceito de família deixou de ser apenas uma forma para o repasse de bens e de controle, através de um contrato vitalício (econômico, moral e religioso), ela passou a ser considerada um local de fluidez e transitoriedade. (Pedroso & Branco, 2008)

Até o início da década 1990, por exemplo, a Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO), definia o conceito de família pelo grupo formado pelo casamento, adoção ou parentesco por sangue. Em 1994, a nova ideia proclamada pela OMS, é de que não é necessário casamento, laços de sangue ou relações românticas e sexuais, o significado de família passa a ser relações baseadas em confiança, suporte e pontos de vida em comum (Évora, 2019, p. 29).

Para além da definição da OMS, uma das principais referências, em relação ao trabalho com famílias, no Brasil, Mioto e Takashima (1996), definem que família é:

Um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido (Mioto & Takashima, 1996, s.p.)

Ainda, no que toca a definição da família e importância do afeto, Szymanski, (2004) define que é: “um grupo de pessoas que convivem, reconhecendo-se como família, propondo-se a ter entre si uma ligação afetiva duradoura, incluindo o compromisso de uma relação de cuidado contínuo entre os adultos e deles com as crianças, jovens e idosos” (Szymanski, 2004, p. 7). Dias (2015), afirma ainda que se torna impossível citar o termo “família” no singular, pois é preciso reconhecer a plenitude e não limitar o grande universo das famílias,

A partir dessas novas definições do entendimento do que se configura uma família, surge uma importante noção de capacidade de escolha entre as famílias, escolha de ter ou não filhos e quando os ter; de quem faz parte e é considerado da família; de como vai ser a sua família. Esse sentimento surge a partir da eclosão de diversos movimentos sociais, entre eles o feminista, bem como a chegada de métodos contraceptivos e das tecnologias de reprodução assistida (Sarti, 2008, p. 22).

No entanto, essas mudanças que ainda estão em processo atualmente, provocam diversos conflitos, éticos, políticos, religiosos e sociais. Nesse contexto, as famílias que fogem do padrão idealizado socialmente como por exemplo aquelas com constituição monoparentais; homoafetivas; por afinidade; sem filhos; com filhos com deficiências; não monogâmicas etc., sofrem uma grande carga de stress apenas por existirem.

As mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas nas famílias têm como referência, a respeito desta, definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, os quais têm nos meios de comunicação, um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem “modelos” do que é e como deve ser a família, ancorados numa visão que a considera como uma unidade biológica constituída segundo leis da “natureza”, poderosa força simbólica. (Sarti, 2008, p. 23)

Partindo do que foi exposto é seguro afirmar que atualmente não é mais possível classificar as famílias a partir daqueles modelos, restritos antes presentes em diversos livros ou até mesmo em definições de políticas públicas. Cada família é singular, sendo impossível sustentar uma ideologia. “Com seus laços esgarçados, torna-se cada vez mais difícil definir os contornos que a delimitam” (Sarti, 2008, p. 21). Sendo assim, é de extrema importância para os profissionais que lidam com famílias, desconstruir na sua práxis esses modelos pré-estabelecidos e trabalhar de modo singular com cada família baseando suas ações de forma acolhedora e respeitosa, reconhecendo todos os tipos de famílias.

É possível afirmar que essas mudanças sociais, ocorrem de formas diferenciadas para cada família e neste caso o profissional que trabalhará com elas, deverá estar atento às suas narrativas históricas, pois é através delas que se constitui a família.

Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que

não se antecipe à sua própria realidade, mas que nos permita pensar como ela se constrói, constrói sua noção de si, supondo evidentemente que isto se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos. (Sarti, 2008, p. 27)

Destarte, entende-se, portanto, que cada família é um universo único, inserida numa sociedade capitalista extremamente complexa, e que a pobreza é algo multidimensional e frutos da desigualdade causada pelas contradições capitalistas. Sendo assim as políticas públicas e o trabalho com famílias (realizado por profissionais do setor público) devem partir do princípio da não responsabilização somente das famílias, pela sua situação socioeconômica, cuidado e afeto dos seus membros e do respeito às suas histórias de vida e o modo enquanto se constituem enquanto família. (Mioto & Dal Prá, 2015)

Diante desse cenário, é importante afirmar a necessidade de desconstruir “o outro lado” a visão romantizada da família, ela tudo resolve, tudo protege e cura. Sem as condições adequadas de sobrevivência e devidas orientações profissionais as famílias podem vir a ser fontes de risco em relação à saúde física ou mental dos seus membros, bem como causar conflitos que interferem em sua autonomia e liberdade de participação. (Carnut & Faquim, 2014, p. 69)

É de suma importância, destacar, que por mais que ocorreram e ainda ocorrem muitas mudanças na concepção de família, Silva (2007) cita alguns autores, para afirmar que algumas coisas permanecem, como por exemplo: ela não perde sua capacidade de proteção, socialização e afeto (Carvalho, 2000,), ela não deixa de ser o espaço privilegiado onde os membros se desenvolvem e aprendem a conviver em sociedade (Mioto, 2004), ao contrário os direitos de existir de cada membro estão cada vez mais assegurados (Carvalho, 2000; Mioto, 2004 as cited in Silva, 2007).

Cabe ressaltar ainda, que somente no século XX, o cuidado com a família enquanto instituição coletiva, passou ser de corresponsabilidade entre o estado e a sociedade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 1948), em seu artigo 16, no item 3 estabelece que: “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.”

Para finalizar este assunto e sintetizar algumas mudanças importantes na concepção de família, o **Quadro 1** mostra as principais diferenças entre os séculos XVIII e XXI, é válido destacar que muitas das diferenças citadas coexistiram em e ainda perduram nas sociedades atuais. O referido quadro é uma ampliação, baseada na bibliografia apresentada neste item e com devidos ajustes do quadro apresentado por Caniço et al. (2010). E dos estudos de Carnut e Faquim (2014), que adaptaram pontos importantes dos estudos de Macklin (1980).

**Quadro 1** - Principais diferenças na concepção de família, séculos XVII - XXI. Baseado em; Caniço et al. (2010) e Carnut e Faquim (2014).

<b>Principais diferenças na concepção de famílias e seus membros</b>	
<i>Séculos XVIII - XX</i>	<i>Séculos XX - XXI</i>
Era reconhecida apenas se o relacionamento fosse firmado na igreja e na assinatura de contrato.	Pessoas solteiras formam uma família. União de facto é reconhecida, mesmo sem um contrato assinado.
Inicialmente sempre formada sempre por um pai e uma mãe.	Formada por qualquer tipo de relação baseada em confiança mútua e afeto.
Indissolubilidade do casamento (na moral religiosa e legislações). Se acontecesse a separação de corpos, os membros eram excluídos socialmente (principalmente as mulheres).	É possível dissolver o casamento através do divórcio e construir uma nova família (famílias reconstituídas). O casamento é desfeito, mas a noção de família continua. Divórcio e separação são aceitos socialmente.
Mulheres não tinham direito de escolha. Para ser família era necessário a presença de filhos.	Surgimento de métodos contraceptivos e planejamento familiar. Possibilidade de escolha. Não há obrigatoriedade de ter filhos para ser família.
Crianças são responsabilidade apenas da família e esta tem poder total sobre elas.	Crianças são vistas como responsabilidade da família, do estado e da comunidade. E se for necessário podem ser protegidas legalmente das violências familiares.
Reconhecimento apenas de famílias heterossexuais.	Reconhecimento de todos os tipos e arranjos familiares: família homoafetivas; famílias monoparentais (inclusive chefiada por mulheres); famílias sem consanguinidade; famílias por afinidade; famílias formadas por trisais ou mais.
Relações monogâmicas e exclusivas.	Relações sem envolvimento sexual; relações sem exclusividade sexual (como por exemplo casamentos abertos e consensuais, trocas de casais); responsável pela família com múltiplos parceiros sexuais.
Família patriarcal na qual é o homem quem decide, ele é o provedor da casa. A mulher fica responsável pelo cuidado da casa, dos filhos e do marido.	Famílias nas quais podem ter mais de um provedor (e inclusive a mulher pode assumir o papel de provedora principal); as decisões são horizontais e democráticas; direitos igualitários entre todos os membros; divisão de tarefas domésticas. Estímulo ao diálogo.

O homem, detentor de poder na família, podia resolver as questões com a violência física, contra as crianças e mulheres. E em caso de adultério podia cometer assassinato da esposa e do amante “em defesa da sua honra”	Violência doméstica é crime. Cometer assassinatos para defender a honra é crime (feminicídio e crimes passionais). O diálogo é sempre incentivado em relação à educação das crianças, e é utilizado em detrimento aos castigos físicos.
Após o casamento o direito das mulheres e dos filhos eram negados, tendo o homem todo poder sobre eles.	Mulheres e crianças reconhecidos como sujeitos de direitos.
Família composta por dois adultos responsáveis (geralmente de gerações próximas, mesmo pertencimento racial e étnico) e pelos filhos.	Famílias compostas por vários adultos; Famílias intergeracionais; Famílias multirraciais e multiétnicas.
Apego a terra e propriedade implicando que a cada geração vivam no mesmo local.	Famílias migrantes ou transnacionais, que migram para outros locais em busca de melhores condições de vida.
Trabalho doméstico e cuidado com casa e filhos é responsabilidade da mulher.	Divisão do trabalho doméstico entre os pares. Divisão da responsabilidade do cuidado.

Vale ressaltar que por mais que os autores definam alguns tipos de famílias, essa construção não é fixa, ela pode mudar com o passar dos anos e com os acontecimentos cotidianos (nascimentos, mortes, divórcios, adição de novos membros, mudanças de status afetivo, por causa de questões socioeconômicas, entre outras coisas). Por exemplo, estabelecendo os tipos, família do “tipo 1” pode não ser assim para sempre, não é um dogma. Ela pode se tornar um “tipo 2”, ou evoluir um “tipo 3” ou ter atributos simultâneos com as os tipos 4 e 5. (Caniço et al., 2010)

## 2.2 - Família e migração - A construção identitária das famílias transnacionais

A escolha do termo *famílias transnacionais* (referenciado neste trabalho pelos estudos de Machado et al., 2008 e Cogo, 2017) para falar de famílias que migram, se dá principalmente pelo conhecimento acerca do público-alvo do estudo de caso deste trabalho, famílias que mudaram de país, que vieram com seus filhos em busca de melhorar sua qualidade de vida, primando principalmente pela oportunidade de trabalho, segurança e educação. No entanto, deixam no seu país de origem, a família

alargada, aquela construída por laços de parentesco ou afinidade, constituída por pais, irmãos, avós, tios, sobrinhos, amigos.

Esses laços, no país de origem, ajudam tanto no suporte emocional, como na manutenção da cultura e com o advento da tecnologia e principalmente da internet, essas relações se intensificaram ainda mais. Essa prática é uma forma de manter a experiência de existir enquanto “ele mesmo”, que corrobora com a experiência de ser aceite na sociedade. Essa manutenção das relações provoca também um grande fluxo de informações e a transmissão de uma nova cultura, a partir da narrativa do migrante. Sendo assim, a família transnacional também se caracteriza pela “capacidade dos migrantes de portarem, intercambiarem e fazerem circular fluxos de ideias, comportamentos, identidades e capital social entre os lugares de origem e destino” (Guarnizo 2004, as cited in Cogo, 2017, p. 179).

É importante destacar que esses laços, geralmente também são econômicos, ou seja, o migrante geralmente ajuda os parentes e amigos, fazendo remessas de dinheiro, que podem ser ocasionais ou fixas. Essas remessas geram um grande impacto econômico a nível global e movimentam diversos setores econômicos (Cogo, 2017, p. 179).

É válido afirmar que por mais que a maioria das pessoas que migram, deixam uma parte da família para trás, nem sempre são laços significativos ou desejáveis de manter, por isso essa noção diferenciada de família transnacional, pois nela esses membros significativos, que ficaram, podem funcionar como apoios e podem ser decisivos inclusive na decisão de permanecer no país ou retornar para sua terra natal. Sendo assim, as ditas famílias transnacionais, lidam com muitos choques culturais, pois têm vínculos (afetivos, culturais, políticos, econômicos e sociais) tanto com o país de origem quanto no novo local que a recebe. (Machado et al., 2008, p. 86)

Esse posicionamento teórico pretende entender os movimentos de pessoas entre fronteiras nacionais e espaços sociais ou culturais, desenvolvendo suas vidas cotidianas com base não na “cultura de origem” ou “cultura pré-migratória”, tão menos unicamente nos costumes e modos de vida da cultura receptora, mas sim no surgimento de uma síntese, um novo arranjo de símbolos e significados culturais agora híbridos e não necessariamente vinculados a apenas uma localidade ou território físico (Machado et al., 2008, p. 86).

Assim, é possível afirmar que as famílias transnacionais se organizam das mais variadas formas, driblando as questões de morar em países diferentes, com o intuito de continuar a ampliação dos laços familiares. A manutenção do vínculo se dá principalmente pelo suporte emocional e/ou econômico. (Machado et al., 2008, p. 95)

Elucidado o motivo da escolha do termo, a seguir será definido também o que é migração, já que ambos estão correlacionados. A migração é um dos fenômenos mais antigos da civilização, o impulso de realizar mudanças territoriais para melhores condições está presente desde os primórdios da humanidade.

Desde os tempos mais antigos, os deslocamentos das pessoas apresentam-se como um processo humano e natural, mas foi a partir do desenvolvimento das relações capitalistas de produção, do desenvolvimento tecnológico, dos transportes e da globalização, somado às oportunidades econômicas tão desigualmente distribuídas em termos geográficos, que homens e mulheres passaram a deslocar-se de forma generalizada em busca de melhores salários e condições de vida. (Franken et al., 2012, p. 203)

O deslocamento territorial, os novos encontros, as descobertas acerca do meio ambiente e o estabelecimento de novas relações são, portanto, os responsáveis pelo desenvolvimento de novos modos de vida. (Becker, 2014)

No período pré-histórico, a migração contribuiu para a evolução da espécie humana, por meio da capacidade de adaptação a diferentes ambientes. Na época do Império Romano, a campanha das cruzadas e o período das grandes navegações, a finalidade que se destinavam as migrações era a colonização. Já a partir da Revolução Industrial, a migração passa a ser uma alternativa encontrada pelas classes camponesas para buscar melhores condições de sobrevivência. (Becker, 2014, p. 31)

A *International Organization of Migration* [IOM], afirma, enquanto instituição com grande alcance mundial, que por mais que não haja uma definição unânime internacionalmente, o migrante é<sup>4</sup>:

Termo genérico não definido no direito internacional que, de uso comum, designa qualquer pessoa que se desloca para fora do seu local de residência

---

<sup>4</sup> Tradução livre, sobre a Definição do termo migrante, do texto em inglês presente na página da IOM.

habitual, seja dentro de um país ou através de uma fronteira internacional, temporária ou permanentemente e, portanto, por vários motivos. Este termo abrange uma série de categorias jurídicas de pessoas bem definidas, tais como trabalhadores migrantes; pessoas cuja forma específica de transferência está legalmente definida, como os migrantes contrabandeados; bem como pessoas cuja situação ou meio de transferência não estejam expressamente definidos no direito internacional, como os estudantes internacionais. (IOM, s.d)

A declaração universal dos direitos humanos de 1948 (ONU, 1948), disserta em seu artigo 13, sobre o direito das pessoas de se deslocarem para onde quiserem e também retornarem ao seu país de origem quando for da sua vontade. Esse é um importante marco para que os governos tenham um novo olhar sobre o migrante, bem como compreendam a importância de garantir os direitos deste cidadão e este por sua vez entenda sobre seus deveres e responsabilidades com o novo local de moradia.

A IOM adverte que se os governos estiverem preparados para receber os novos membros, a migração será muito positiva, tanto para o país quanto para a comunidade local. Ela pode ser algo que melhora as condições de vida do indivíduo, no qual acede a melhores condições de trabalho, educação, saúde e lazer, por exemplo, mas também pode ser um fator de acirramento de desigualdades.

As desigualdades também podem surgir da própria migração. Aqueles que migram podem enfrentar desigualdades no acesso ao gozo de direitos e recursos sociais, incluindo o direito de procurar proteção no caso daqueles que fogem de conflitos, violência e perseguição. Como existem frequentemente desigualdades persistentes no desenvolvimento combinadas com padrões de migração distintos dentro dos países e comunidades, também será necessário considerar se e como a migração contribui ou equilibra a concentração de pessoas e recursos em determinadas áreas de um país ou região (IOM, s.d)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Tradução livre, sobre os Dados sobre redução da Desigualdade no mundo, do texto em inglês presente na página da IOM.

De acordo com a IOM, o número de migrantes internacionais em 2020 era de 281 milhões, somando um equivalente de 3,6% da população, ou simplificando, uma a cada 30 pessoas migraram do seu país de origem. Por mais que, comparado a população mundial, os números parecem mínimos, na realidade eles são bem expressivos, representando por exemplo o triplo do que acontecia na década de 1970. E com a globalização tendem a aumentar cada vez mais, por isso a importância de discutir o tema e traçar estratégias de inclusão e de enfrentamento das desigualdades, xenofobia e respeito (IOM, s.d.).<sup>6</sup>

Portanto, ao reconhecer o aumento expressivo da migração no mundo particularmente em Portugal e no Fundão, e partindo do pressuposto da importância do conhecimento do contexto social das famílias, entende-se que é essencial compreender sobre as questões migratórias e o background cultural de cada uma delas. Nesse sentido vale primeiramente afirmar que não se pode reduzir o entendimento das famílias e seus membros ao local de onde vieram, obviamente, o país, a cidade ou até mesmo a comunidade de onde vieram terão influências sobre suas vivências, no entanto o importante é não se limitar a isso. Pois, mesmo dentro de um único país, existem imensas diferenças culturais e socioeconômicas. Reforça-se ainda que o impacto da migração é diferente para cada família e os motivos que a levam a tal ato igualmente.

Compreende-se que o ato de migrar não implica somente no deslocamento físico a partir dos limites transpostos geograficamente; uma vez que pode ser entendido como um processo dinâmico e complexo, para o qual converge uma diversidade de aspectos, decorrentes de fatores econômicos, sócio-culturais e psicológicos, que se tornam o alicerce deste fenômeno de mobilidade social (Moré & Queiroz, 2007; Sarriera et al, 2005). Tal processo pode desencadear um estado de vulnerabilidade psíquica no modo de o migrante perceber e lidar com a realidade, tendo em vista o rompimento dos laços afetivos e as referências socioculturais de origem. (Becker, 2014, p. 32)

De acordo com o exposto acima, entende-se que a migração pode causar grande impacto na dinâmica das famílias, mesmo que seja para mudar para um lugar com condições melhores, sempre haverá perdas, entre elas as culturais, de convívio e afeto

---

<sup>6</sup> Tradução livre, sobre os *Dados sobre migração*, do texto em inglês presente na página da IOM.

entre outras. Essa repercussão pode ser ainda mais forte em famílias com crianças e adolescentes que serão inseridos em um novo contexto escolar.

Dessa forma, a imigração<sup>7</sup> implica a complexidade de relações que se estendem tanto na dimensão cultural do país de acolhimento quanto no âmbito psicossocial do indivíduo, em suas redes sociais e no ciclo vital familiar que se encontra. Neste último aspecto, destacam-se os impactos da imigração na dinâmica familiar. (Becker et al., 2017, p. 163).

A identidade coletiva das famílias e a individual de cada membro é sempre impactada em grandes processos de mudança. Mesmo que o conceito de identidade seja algo flexível, dinâmico e relacional, essa desconstrução para uma nova reconstrução é um processo exaustivo e pode ser um fator estressante para a família, pois tudo que antes era fixo e rotineiro passa a ser instável, as referências mudam, é um grande excesso de novidades (novos relacionamentos, rotinas e lugares) até tudo se tornar confortável e estável novamente ou acontecerem outras mudanças (Dantas et al., 2010).

Nesse processo, identificações conscientes e inconscientes entram em jogo na formação da pessoa e em sua relação com o mundo. Cabe lembrar que nosso senso de identidade é desenvolvido a partir da conexão com os outros. Essa conexão aliada ao processo de reflexão e observação simultâneas são a base da formação identitária. (Dantas et al., 2010, p. 48)

Vale lembrar, que a comunidade que recebe essas novas pessoas, também passa por mudanças em relação a sua identidade coletiva, como referido no trecho abaixo:

Na sociedade que recebe o imigrante, mudanças culturais também ocorrem, concepções identitárias da própria sociedade hospedeira mudam a partir do contato. Essas mudanças podem tomar uma direção positiva, de ampliação e enriquecimento cultural da sociedade ou negativa, de enrijecimento e

---

<sup>7</sup> Ao longo do texto serão encontrados os termos migrante e imigrante. Atualmente o termo mais usado é migrante ou migrações, utilizado pela International Organization of Migration - IOM que faz parte da ONU. No entanto, alguns autores ainda utilizam o termo imigrante para se referir especificamente às pessoas que mudam de país.

acirramento de preconceitos e fronteiras nacionais e de políticas públicas que abarcam essa população. (Dantas et al., 2010, p. 49).

Pode-se afirmar, de acordo com Franken et al. (2012), que a migração é também sobre rupturas de: relações (familiares, amigos); de expectativas (em relação a trabalho, modos de vida e futuro); de tradições (culturas, costumes socialmente aceitos no local a qual pertencia). O migrante vive num delicado e complexo movimento de descobrir o novo e sentir nostalgia e saudade do antigo. E todo esse processo acontece em uma nova cultura, com normas, linguagens e papéis sociais diferentes. Entende-se, por conseguinte que cultura:

É um conjunto de hábitos, instrumentos, objetos de uso, arte, tipos de relações interpessoais, regras sociais e instituições de um dado grupo (Bonin, 1999). A cultura corresponde às percepções compartilhadas sobre a sociedade, comportamentos desejáveis ou prescritos para os membros daquela cultura (normas), assim como os diferentes lugares ocupados na hierarquia social (papéis). (Alencar-Rodrigues et al., 2007, p. 169)

Becker (2014), considera ainda que a cultura se expressa na forma de comunicação entre o eu e o mundo externo. É nas relações culturais que o sujeito se constrói e se desenvolve e sente-se pertencente a uma comunidade.

Considera-se, portanto, que a cultura, é de modo mais abrangente, um reservatório de significações às quais o ser humano recorre para encontrar sentido às suas experiências. Desse modo, o mundo interno (mundo psíquico) e o mundo externo (cultura) podem se comunicar, encontrando de forma mútua um sentido, uma vez que possuem uma mesma linguagem. Por conseguinte, pondera-se a cultura como um lugar de construção da linguagem simbólica do sujeito (Becker, 2014, p. 30)

Portanto, quando se fala em cultura, é preciso ter um olhar multidimensional, entendendo que “o desenvolvimento humano é decorrente de uma relação dialética entre o sujeito e os contextos socioculturais estabelecidos” (Becker et al., 2017, p. 162).

As mudanças culturais, principalmente aquelas provocadas pela migração, implicam em conflitos, tanto coletivos como individuais, para adaptar-se a uma nova

situação, novas regras, estilos de vida, legislações e costumes. Elas também provocam nos sujeitos questionamentos e reflexões sobre si e seus modos de entender e se relacionar com o mundo, bem como incita a reflexão e crítica sobre a cultura que antes vivia. (Alencar-Rodrigues et al., 2007). Para mediar esses conflitos, é extremamente importante que os migrantes sejam acolhidos de forma respeitosa, tenham liberdade de escolha e garantias para manter o que acham importante da sua identidade étnica e ao mesmo construir uma nova identidade relacionada ao local atual (Dantas et al, 2010).

Por isso afirmamos que a experiência de imigração pode promover uma expansão do self, na medida em que entendemos o self como processo, relação, como uma maneira de contar a nossa própria individualidade, uma autobiografia que escrevemos e reescrevemos em forma constante, ao participar das práticas sociais que descrevemos em nossas narrações. O self não é a simples acumulação de experiência, é uma expressão (Dantas et al, 2010, p. 52).

A fim de ressignificar a experiência de mudar para outro local, se faz necessário a manutenção das redes de apoio que ficaram, bem como construir novas redes, que sejam significativas trazendo conforto e segurança. No entanto, nem sempre é possível formar redes de forma rápida, às vezes por diferenças culturais ou por falta de oportunidades. Neste sentido, atualmente, as *redes sociais*<sup>8</sup> têm feito esse papel, existem muitos grupos de apoio no *facebook*, *instagram* e *whatsapp*, no qual os migrantes mais antigos repassam informações e orientações para os novos. Esses grupos também facilitam contatos de amizade e a criação de pequenas redes de apoio.

É possível perceber claramente a importância desses grupos na questão da identidade, pois, por mais que existam diferenças regionais, religiosas e de estilos de vida, existe a percepção de acolhimento entre os pares. No entanto, é válido ressaltar que esses limites fora dos grupos precisam ser extrapolados, é necessário viver e entender a nova realidade e celebrar os encontros culturais do novo local.

É com essa ideia positiva de acolhimento dos novos, de celebração e enriquecimento da cultura, de respeito a história de cada um e principalmente do direito de ir e vir dos cidadãos que os governos devem trabalhar.

---

<sup>8</sup> Em alguns momentos no decorrer do texto, o termo rede social irá parecer com significados diferentes. Nesse caso refere-se às redes sociais que as pessoas se conectam através da internet. No entanto, alguns autores também usam o termo quando se referem às redes de apoio que as pessoas constroem, porém sempre será especificado de qual se trata.

O conhecimento acerca dessas várias dimensões psicossociais se faz essencial a fim de que medidas concretas que envolvem o acesso aos direitos de cidadania a todos e o reconhecimento de cidadãos biculturais (ou multiculturais) como a personificação da possibilidade de ampliação e enriquecimento cultural de todas as sociedades, possibilitem contatos interculturais baseados no respeito a si e ao outro, baseado em concepções de processo e não estanques ou monolíticas e nos direitos humanos, de todos. (Dantas et al, 2010, p. 57).

É importante compreender que por mais que o fluxo migratório impulse mudanças nas áreas sociais, econômicas, políticas e culturais, ele pode ser algo muito enriquecedor e positivo para todos, desde que o foco esteja nos direitos de cidadania, de existir com dignidade e reconhecendo em cada indivíduo a potencialidade de contribuir socialmente. Nesse sentido, acredita-se que a Educação tem um grande potencial de contribuição, acolhendo as diversidades, incluindo todos que nela estejam inseridos, trabalhando na comunidade as questões de respeito, acolhimento e inclusão. Por ser um instrumento essencial na inclusão de migrantes e suas famílias, a temática da educação inclusiva e intercultural será aprofundada no capítulo três deste trabalho.

### **2.2.1 - Migração de famílias brasileiras para o concelho do Fundão**

De acordo com o relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Portugal no ano de 2022 tinha 781,915 migrantes legalizados, um aumento de 11% em relação a 2021. Desses, os migrantes de nacionalidade brasileira somam 239,744, ou 30,7% da população migrante, sendo a nacionalidade mais representativa no país. O mesmo relatório, aponta também que o distrito de Castelo Branco possui 8,413 migrantes, porém não destaca a nacionalidade deles.

Para melhor acolher esses migrantes, Portugal criou um sistema de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes (PMIM). Esses instrumentos contam com ações estratégicas, para, no que consta em todos os documentos oficiais, *integrar* o imigrante à comunidade, adequando a diversidade dos fluxos migratórios ao progresso da comunidade. (Conselho Nacional de Educação [CNE], 2022, p. 9)

Os PMIM visam incrementar o nível de intervenção local na gestão da diversidade, favorecendo um modelo de valorização da diversidade cultural, garantindo os direitos das pessoas imigrantes, mediante a promoção de

condições que tornem real e efetiva a sua integração em todos os âmbitos da sua vida, desenvolvendo para isso medidas e ações que permitam resolver os seus problemas e necessidades. (CNE, 2022, p. 9).

Esses planos, realizam um diagnóstico social e envolvem uma grande diversidade de instituições, no entanto os responsáveis efetivos normalmente são os municípios e os agrupamentos de escolas. O foco é tentar resolver as questões conflituosas que surgem no território e atuam em diversas áreas, tais como: “Serviços de Acolhimento e Integração; Cultura; Saúde; Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; Educação e Língua; Racismo e Discriminação; Religião; e Igualdade de Género, entre outras” (CNE, 2022, p. 10).

Como a escola é um dos pilares na construção desses planos e as crianças migrantes e suas famílias, objetos desse estudo, o documento do CNE será um norteador, corroborando com o que o plano disserta acerca de muitas questões podem ser trabalhadas transversalmente na educação, como por exemplo:

o reforço da aprendizagem da língua portuguesa; a auscultação de todos/as os/as intervenientes no processo de aprendizagem do/a aluno/a; a realização de eventos promotores da interculturalidade para a comunidade educativa; a formação na área da educação intercultural, racismo e discriminação étnico-racial para alunos/as, professores/as e auxiliares de educação; o desenvolvimento de Projetos Educativos direcionados para o acolhimento e inclusão de alunos/as de origem estrangeira; a criação de Guias de acolhimento para apoio à integração escolar em diferentes línguas; o reforço da articulação entre as escolas e os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes para regularização dos/as alunos/as em situação irregular; a dinamização de projetos na área da cidadania ativa. (CNE, 2022, p. 10)

Reconhecer a diversidade e riqueza da educação intercultural e traçar estratégias eficazes para que todos sejam acolhidos, respeitados e tenham condições de participar socialmente, é, portanto, o objetivo dos PMIM. É de extrema importância frisar que, por mais que os planos não preveem isso categoricamente, é necessário escutar as pessoas migrantes, incentivar sua participação nas discussões e acolher suas demandas. Outro ponto crucial é ter uma base de dados sólida sobre a quantidade de migrantes, o gênero,

suas nacionalidades, os motivos do deslocamento (que pode ser trabalho, novas experiências, estudo, melhor qualidade de vida, requerentes de asilo, etc.), entre outros fatores. E também métricas que avaliam como eles estão vivendo no país.

Em relação ao município do Fundão, nota-se um constante aumento de migrantes, seja por questões relacionadas a trabalho, melhores condições de vida ou requerentes de asilo. Para se ter uma ideia, o PMIM do Fundão, relata que em 2009 o número de migrantes era de 417, já os últimos dados de 2020, declaram existir 1062 estrangeiros no município, vindos de 57 países diferentes. Sendo que 444 migrantes são oriundos de países fora da Europa e destes 220 são de nacionalidade brasileira. Estima-se que após a pandemia, com o aumento das vagas de trabalho este número seja maior tanto em brasileiros, como em migrantes de outras nacionalidades.

O PMIM e o programa *Move to Fundão* favorecem a vinda de migrantes para o município, oferecendo alguns benefícios tanto para as pessoas, quanto para as empresas. Essa ação, particularmente, trouxe para o Fundão, muitas famílias brasileiras com filhos, nas quais um ou mais membros tem o visto de atividade altamente qualificada, trabalhando principalmente nas áreas de tecnologia da informação.

Ao analisar PMIM do Fundão (setembro 2020 - dezembro 2022), entende-se que o município tem como objetivos principais:

- a) A integração plena de migrantes oriundos de países que não pertencem à União Europeia – os chamados “Nacionais de Países Terceiros” (NPTs) – na sociedade Portuguesa, através de parcerias e redes locais que promovam, e apoiem, as relações sociais, laborais, culturais e afetivas entre aqueles/as que chegam e aqueles/as que acolhem; b) A contínua mobilização da consciência coletiva da sociedade Fundanense – ela própria já composta por locais e “novos locais” – para os temas da diversidade, do diálogo entre culturas, da solidariedade e da cooperação. (Câmara Municipal do Fundão, 2021, p. 14)

De acordo com o estabelecido pelo Alto Comissariado para as Migrações, os PMIM contam com 14 áreas de intervenção: Acolhimento e Integração, Urbanismo e Habitação, Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Formação e Capacitação, Educação e Língua, Cultura, Saúde, Solidariedade e Resposta Social, Cidadania e Participação Cívica, Media e Sensibilização da Opinião Pública, Racismo e Discriminação, Relações Internacionais, Religião, Igualdade de Género. (Câmara Municipal do Fundão, 2021, p. 18).

De acordo com o PMIM, para todas as áreas, foram levantados os problemas, através de um questionário e traçadas soluções. Na questão da educação, o foco foi voltado principalmente para os migrantes que já estão no mercado de trabalho e seus parceiros, já que 61% dos que responderam têm licenciatura ou mestrado. Sendo assim, as propostas na área da educação, propriamente dita, são focadas nas questões de encaminhamentos para capacitação profissional, orientação para obtenção de certificados de equivalência e promoção de cursos de língua portuguesa. (Câmara Municipal do Fundão, 2021, p. 51).

Vale ressaltar que essas medidas relacionadas ao mercado de trabalho, são de extrema importância, visto que muitas vezes a capacidade laboral dos migrantes é subutilizada ou subvalorizada (Franken et al., 2012). No entanto, os desafios educacionais não se encerram nessas demandas. Como por exemplo os desafios das escolas e o trabalho a ser feito nelas não foi citado no plano, no entanto muitas dessas famílias têm crianças inseridas nos agrupamentos do município, ou seja, é urgente pensar em objetivos voltados para as crianças e adolescentes inseridos nas escolas.

No que trata as questões educacionais e a escola o documento *Recomendação sobre acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva*, orienta que os PMIM devem:

criar políticas e medidas que incentivam as escolas numa abordagem holística da criança, as autoridades educativas podem assumir um papel importante no apoio aos/as alunos/as de origem migrante, quer no suporte à aprendizagem de línguas e de outras disciplinas do currículo, quer no seu desenvolvimento social e emocional. A pesquisa recente mostra que as escolas que oferecem um modelo holístico foram capazes de responder às necessidades psicossociais e emocionais dos/as seus/suas alunos/as (Arnot & Pinson, 2005; Pugh, Every, & Hattam, 2012) e de contribuir para a melhoria do desempenho escolar de quem é de origem migrante, reduzindo o risco de insucesso e abandono escolar precoce (Trasberg & Kond, 2017). (CNE, 2022, p. 10)

Como é possível perceber, o PMIM do Fundão de 2020, não está em consonância com o que se pensa atualmente em termos de acolhimento do migrante, visto o trecho citado anteriormente, do CNE, que disserta que os responsáveis pelos planos são a câmara e os agrupamentos escolares e enaltece a importância de trabalhar, transversalmente, a multidimensionalidade da migração em disciplinas escolares. No referido PMIM, de todas as 14 áreas de intervenção, as escolas são citadas apenas em

relação à formação e reconhecimento profissional; aprendizagem da língua portuguesa; combate ao racismo, xenofobia, e desigualdade de gênero; troca de conhecimento na área de migrações e política internacional. (Câmara Municipal do Fundão, 2021)

É importante salientar a importância do potencial das escolas trabalharem de forma interdisciplinar em todas as 14 áreas citadas, o alcance desse trabalho pode ter um grande impacto, pois além dos alunos, temos suas famílias, suas redes e a comunidade. A escola é um local que se bem aproveitado pode gerar profundas mudanças sociais e impulsionar a inclusão de todos e sua ativa participação social.

A fim de concluir essa discussão, vale destacar que todos os planos dissertam sobre a *integração* dos imigrantes e não na sua inclusão, ou seja, ainda se tem um grande caminho a percorrer no entendimento relacionado à participação social efetiva e plena dos migrantes. Mais adiante será discutida a importância de pensarmos sempre em inclusão ao invés da integração, visto que uma das questões norteadoras deste trabalho é o foco na otimização das políticas e não nos mínimos sociais oferecidos.

### **2.3 - Considerações atuais sobre as famílias com crianças e adolescentes**

No item anterior, foi estabelecido, portanto, que família é um grupo que está junto principalmente por questões de afinidade, sendo assim, tem como papel principal o de cuidado, respeito, proteção e afeto. A família, portanto, ocupa o lugar privilegiado dentro das primeiras relações do ser humano, é através das interações e vínculos familiares que o sujeito constrói sua identidade e sua visão social da realidade.

É o sistema familiar o responsável por influenciar diretamente o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Silva et al. (2008), cita alguns estudos sobre a temática, entre eles o de: Pereira-Silva & Dessen (2003) que afirmam que a família é a instituição mais significativa para o desenvolvimento; de Colnago (1991), que disserta sobre a importância do bom funcionamento da família, em relação às interações entre si, caso as interações não sejam boas, a relação indivíduo e sociedade será prejudicada; e de Sigolo (2004), que enfatiza a importância da família na transmissão de cultura, fator essencial para a construção da identidade (Silva et al., 2008, p. 216).

É na família que a criança encontra os primeiros “outros” e com eles aprende o modo humano de existir. Seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito. Isto se dá na e pela troca intersubjetiva, construída na afetividade, e constitui o primeiro referencial para a sua constituição identitária. (Szymansk, 2004, p.7)

Ao dissertar sobre a importância da família no desenvolvimento dos indivíduos, Szymanski (2004), cita que Bronfenbrenner (1996), considera relevante para o desenvolvimento, os significados que o indivíduo atribui ao que acontece ao seu redor, como por exemplo as atividades e experiências, os papéis, as interações, e tudo que isso provoca nele. Nesse sentido, é de extrema importância que a família tenha meios de incentivar seus membros através da proposição de atividades que vão sendo dificultadas ao longo do tempo (como por exemplo responsabilidade com suas coisas, com tarefas domésticas, cuidado de um outrem ou animal de estimação), obviamente de acordo com a idade; brincadeiras que incentivam a imaginação; e o diálogo com trocas de ideias e exposição de sentimentos. Essas trocas subjetivas propiciam o desenvolvimento para todos os membros da família (Szymanski, 2004)

Vale destacar, que quando se fala sobre desenvolvimento infantil ou de crianças e adolescentes, parte-se de uma abordagem holística, na qual, a ideia é que os indivíduos tenham pleno acesso a tudo que precisam para alcançar suas potencialidades. Ou seja, em um mundo ideal, falamos de famílias economicamente estáveis, que exerçam sua cidadania, tenham autonomia e estejam seguras em relação ao acesso à saúde e educação gratuitas e trabalho digno, que tenham tempo de qualidade para incentivar o desenvolvimento máximo dos sujeitos. Outro ponto relevante, é que se fala de famílias que reconhecem suas crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, que acreditam na importância da construção de uma infância baseada em respeito, segurança, acolhimento e afeto. Família é, portanto, o local de:

de vivência das emoções dos afetos extremos como o nascimento e a morte, espaço de conflito e também de reconciliação em que as pessoas aprendem a se relacionar, a família justifica sua complexidade e demonstra a necessidade de dedicação intelectual sobre o tema. Local no qual o crescimento, o desenvolvimento e o bem-estar dos seus indivíduos estão em jogo. (Carnut & Faquim, 2014, p. 69)

Bronfenbrenner (1996, as cited in Martins & Szymanski, 2004) alertava sobre a importância de conhecer os múltiplos contextos que envolve a vida dos jovens, ao criticar as pesquisas que não levam em consideração todo o meio que o indivíduo faz parte. “As investigações focalizavam, somente, a pessoa em desenvolvimento dentro de ambiente restrito e estático, sem a devida consideração das múltiplas influências dos contextos em que os sujeitos viviam. (Bronfenbrenner, 1996, as cited in Martins & Szymanski, 2004, p. 64).

A magnitude do poder do papel da família nos processos de desenvolvimento das crianças é inegável. Sendo assim, antes de se estabelecer medidas de trabalho ou terapêuticas para uma criança ou adolescente, deve-se conhecer e acolher sua família,

conhecer o ambiente em que vive, as instituições que frequenta e rede de suporte, sua realidade socioeconômica e cultural, entre outras questões. Entender a família, para posteriormente orientá-la sobre seus direitos e deveres, é um norteador, para quem trabalha com elas e seus membros, para alcançar algum nível de sucesso. (Martins & Szymanski, 2004).

Mesmo ao considerar toda essa importância da família, reconhece-se, no entanto, como já visto em Pereira (2006) que nem sempre é possível que as famílias alcancem esse ideal de proteção e cuidado sozinhas, por diversos motivos, sejam econômicos, sociais, psicológicos, culturais, ou todos juntos. Portanto, é preciso reconhecer, em relação ao trabalho com famílias, a importância de identificar as situações relacionadas ao ciclo básico da vida que ela enfrenta enquanto grupo coletivo (Pereira, 1996), mas também as dificuldades individuais e as questões específicas e singulares de cada família. Somente dessa forma, é possível construir uma intervenção que respeite a importância da família para o progresso dos seus membros. (Pimentel, 2005).

Ao falar sobre os modelos sociais, Pimentel (2005) cita os estudos de Dunst (2000), reafirmando a importância de conhecer todo o contexto das famílias, “os contextos ecológicos e as pessoas e acontecimentos que operam no seu âmbito não funcionam isoladamente, influenciam-se mutuamente, de forma directa ou indirecta e que a mudança numa unidade específica acarretará inevitavelmente mudanças nas outras unidades” (Pimentel, 2005, p. 59).

Quando se tem a noção dos contextos e estruturas em que a criança e sua família estão inseridas, é possível traçar estratégias mais reais para a inclusão deles em todos os cenários, e no tocante a crianças e adolescentes com necessidades educativas ou deficiências, esse processo de inclusão contribui para o sucesso na aprendizagem, nas práticas terapêuticas e de reabilitação, na socialização e desenvolvimento das potencialidades. “Esse conjunto de estruturas, parece lembrar um jogo de bonecas russas encaixadas uma dentro da outra, interferem mutuamente entre si e afetam conjuntamente o desenvolvimento da pessoa.” (Martins & Szymanski, 2004, p. 67).

Entender os fatores que levam o indivíduo a estar condicionado a uma situação de pobreza e desigualdade é de extrema complexidade e se faz necessário o entendimento, pois, muitas vezes isso ocorre devido ao aprisionamento do indivíduo e sua família em um ciclo vicioso chamado de ciclo intergeracional de pobreza (Schröder, 2017, s.p.).

Um exemplo são as questões de vulnerabilidade econômicas em que uma família se encontra, como já visto anteriormente, a pobreza não pode ser vista de forma isolada ou como escolha da família. Schröder, 2017, afirma que segundo Scalon (2011), a pobreza é multidimensional e “o indivíduo está preso em condições que aprisionam

sua percepção de desenvolvimento e passam a dificultar o acesso à justiça social, reforçando a ideia de que a pobreza não é algo apenas relacionado à renda, mas, ao comportamento.” (Schröder, 2017, s.p.).

Sendo assim, as intervenções, sejam na escola, nas terapias que frequenta ou na comunidade, devem ter um foco especial na família e no seu papel no desenvolvimento da criança. Lembrando que as famílias têm uma grande responsabilidade, mas precisam estar bem amparadas para poderem desenvolver suas habilidades de cuidado, afeto e segurança. No entanto, deve-se ter um cuidado extra ao trabalhar com as famílias, no sentido de enxergar seus potenciais, ter paciência, solidariedade e empatia com seus processos, respeitar sua cultura e tradições e encaminhá-los, caso necessário, para apoios socioeconômicos vindos de políticas públicas governamentais e o mais importante: não culpabilizá-los antes de oferecer meios para transpor a situação.

As famílias, tal como preconizado pela Convenção dos Direitos da Criança (UNICEF, 1990/2019), são primordiais para a educação e desenvolvimento das crianças, ao assegurarem instrução, orientação e um nível de vida adequados. Contudo, no exercício desta responsabilidade, tem de existir o compromisso no apoio do Estado e das instituições, criando as condições necessárias para que os pais possam desempenhar o seu papel. (Mata et al, 2022, p. 264)

Considerando que as crianças são, portanto, responsabilidade da família, do Estado e da comunidade, qualquer trabalho, em qualquer área, que envolva crianças, deve levar em conta, no mínimo, essas três esferas. Portanto é essencial que os serviços, as escolas, as famílias e a comunidade trabalhem de forma cooperativa e articulada, com intuito de melhorar a qualidade da inclusão e a participação social, do ensino e da aprendizagem, e de responder, de forma eficaz e eficiente, às necessidades educativas de cada criança. De acordo com a *Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência*,

a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem o direito de receber a proteção da sociedade e do Estado e de que as pessoas com deficiência e seus familiares devem receber a proteção e a assistência necessárias para tornar as famílias capazes de contribuir para o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência (ONU, 2006, s.p.)

Desse modo, a construção de estratégias coletivas, que possibilitam a participação das instituições, do indivíduo e sua família, com vistas à inclusão social e a construção de sua autonomia e da cidadania, resulta num processo de corresponsabilização e gestão integrada das situações. De acordo com Rodrigues (2006), pensar a família e sua complexidade, dentro de padrões tradicionais é um mau caminho para o trabalho da inclusão social. Para tanto, é preciso considerar a história de vida real dos envolvidos, suas necessidades individuais e coletivas e o contexto em que está inserido.

### 2.3.1 - Envolvimento parental e abordagem centrada na família

No que tange ao trabalho com abordagem centrada nas famílias, faz-se necessário uma visão individualizada para cada uma delas e reconhecê-las como parceiras, além de apresentar as ideias e expectativas do serviço que será prestado (seja uma equipe de intervenção precoce, serviços de saúde, educação ou assistência social), é preciso informar seu modo de funcionamento e seus planos. É importante ouvir a família, conhecer o histórico familiar (entendendo que não existe um modelo de família), suas rotinas, identificar suas potencialidades e barreiras limitantes, saber de suas expectativas, para assim impulsionar sua participação com o objetivo que assumam suas responsabilidades e seu protagonismo no processo desenvolvimental da criança (Pereira, 1996).

Essas *práticas centradas na família*, reconhecem a importância dela na vida dos sujeitos. “Nesta abordagem as famílias são apoiadas no seu papel de cuidadoras, partindo de seus pontos fortes, únicos e diferenciados.” (Associação Nacional Intervenção Precoce, 2016, p. 69). Essas práticas visam fortalecer os laços familiares, construir estratégias de corresponsabilidade e impulsionar o desenvolvimento das famílias. A abordagem centrada na família, requer, portanto, o reconhecimento do seu papel na vida da criança e pode ser usada em qualquer contexto e serviços,

A prestação de serviços centrada na família, transversal às diferentes disciplinas e contextos, reconhece a importância fulcral da família nas vidas dos indivíduos.

Orienta-se por um conjunto de escolhas devidamente informadas feitas pela família e foca nos pontos fortes e capacidades das famílias. (Associação Nacional de Intervenção Precoce, 2016, p. 77)

No documento intitulado *Práticas Recomendadas em Intervenção Precoce na Infância – um guia para profissionais*, a Associação Nacional de Intervenção Precoce (2016, p. 78), ressalta os dez princípios orientadores das práticas centradas na família, parafraseando-os:

- as famílias e seus membros devem ser tratados com dignidade e respeito;

- os profissionais devem ser sensíveis e éticos em relação à diversidade cultural, étnica, sexual e socioeconômica das famílias;
- a criança e a família participam, escolhem e tomam decisões durante todo o processo;
- os profissionais partilham as informações com a criança e a família de modo acessível, objetivo, sensível e sem distorções;
- o foco das intervenções assenta nos desejos, prioridades, preferências e condições da criança e da família, concomitante com o que é possível de realizar;
- os profissionais disponibilizam apoios e orientações, recursos e serviços de forma singular para a criança e suas famílias;
- para se atingirem os objetivos da criança e da sua família, os profissionais devem utilizar variados recursos e apoios, tanto na própria instituição, como em outras e na comunidade;
- os profissionais constroem sua prática sobre os pontos fortes, capacidades e interesses da criança e sua família, com o intuito de fortalecer o funcionamento da família;
- a relação entre os profissionais, a criança e a família caracterizam-se pela parceria colaborativa, baseadas em confiança e respeito mútuos e na partilha dos processos de resolução de conflitos;
- e por último, os profissionais devem usar práticas de prestação de ajuda e apoio visando sempre o fortalecimento do núcleo familiar.

Partindo do pressuposto de que uma estrutura interfere na outra, e de que a centralidade na família é o ponto de partida das intervenções, podemos reafirmar a grande importância da família nos processos de inclusão e terapêuticos de uma criança, pois ela precisará de apoio emocional, físico e econômico para adentrar nos mais diversos espaços e fazer parte deles realmente. É importante lembrar que inclusão não se refere apenas a escola, e também não apenas a estar em algum lugar, incluir é fazer parte ativamente, é ser ouvido e respeitado, ter equidade no acesso.

A partir desse reconhecimento da importância da família e da sua centralidade na prática profissional, não como única responsável, mas como unidade a ser cuidada, orientada e responsabilizada, ressalta-se a necessidade de tornar o processo atrativo para elas, ou seja, envolvê-las para que se sintam parte do processo, que se sintam seguras para opinarem, pedir ajuda e fazer sua parte dentro do que foi combinado e de acordo com o que pode oferecer. (Pereira, 1996)

Mata et al. (2022), dissertam sobre o envolvimento parental, e trazem a concepção de inúmeros autores sobre a temática, os quais enfatizam que antes envolvimento era caracterizado apenas pelas relações entre os pais e escola, e atualmente passa a ser entendido como algo multidimensional e abrange todas as instituições e relações das quais as crianças e adolescentes fazem parte. Essas novas concepções fortalecem a

importância da participação, valorizam a competência de cada envolvido e a diversidade das famílias, desenvolvendo e capacitando os profissionais para conceber novas formas de abranger essa diversidade das famílias, beneficiando todos os envolvidos com o intuito de desenvolver parcerias (Mata et al, 2022).

Para que esse envolvimento aconteça é necessário: diálogo e acolhimento, o levantamento das necessidades, o trabalho em rede, socialização e democratização das informações, seguranças que as orientações foram compreendidas, reavaliações dos objetivos propostos, trocas de conhecimentos e cooperação entre os envolvidos. (Pereira, 1996). Tudo isso sempre visando o sucesso da inclusão da criança, no sentido mais amplo da palavra, na escola, na família e na sociedade e com o objetivo único de construir coletivamente estratégias e abordagens inclusivas e mais flexíveis que correspondam às necessidades individuais da criança.

Considerando as escolas como agente principal na promoção e operacionalização do envolvimento das famílias, Mata et al. (2022), citam os estudos de Epstein (2011), nos quais estabelece seis formas de envolver as famílias tanto na escola, como na comunidade, são elas:

- 1) Formação e ajuda às famílias: apoio dado às famílias no desenvolvimento de ambientes e condições para promover as aprendizagens;
- 2) Comunicação: interações e trocas de informação entre a escola e a família sobre programas educativos, progressos e dificuldades dos alunos;
- 3) Voluntariado: recrutamento e organização de apoio às atividades da escola e dos estudantes;
- 4) Aprendizagem em casa: visa promover as competências educativas dos pais para melhor acompanharem os filhos em casa;
- 5) Tomada de decisão: contributo dos pais na gestão, liderança e tomada de decisão, e participação efetiva nos órgãos representativos da escola;
- 6) Colaboração com a comunidade: práticas mais abrangentes de integração e rentabilização dos recursos disponíveis na comunidade de forma a reforçar os programas educativos, as práticas familiares e a qualidade das aprendizagens. (Mata et al., 2022, p. 265)

Sendo assim, reforça-se o importante papel das escolas como: mediadoras das relações entre família, estado, comunidade e própria escola; e como parceiras essenciais das famílias no que diz respeito ao desenvolvimento e educação das crianças

e adolescentes. Esse trabalho colaborativo e em rede, depende de algumas questões cruciais para seu sucesso, são elas: intersetorialidade; relações horizontais; autonomia e escuta dos participantes; respeito; transparência; circulação e socialização das informações; universalidade das ações; corresponsabilidade das ações; controle social; clareza do fluxograma de encaminhamentos (Ministério Público do Rio Grande do Sul, s.d.).

A guisa de conclusão, ressalta-se que é necessário primeiramente solucionar as questões relacionadas às necessidades básicas da família (se aproximando do ideal) para que tenha condições de se organizar internamente e desenvolver suas potencialidades. Posteriormente o trabalho a ser feito é identificar as necessidades singulares de cada família (rotinas, redes de apoio, necessidades de informações ou orientações, relações, divisão de tarefas, crenças, background cultural, situação socioeconômica etc.). Esse trabalho é necessário para se definir, junto com a família, o que é possível ser feito de acordo com suas potencialidades e objetivos de vida.

## **Capítulo III - Educação, inclusão e dignidade - Ultrapassando as barreiras das necessidades educativas.**

*“Não acredito que seja saudável escolher uma luta e dizer que é mais importante do que outra, mas sim em reconhecer como as diferentes lutas se conectam”  
(Angela Davis)*

Nos dois capítulos anteriores foram abordados o que são as necessidades básicas humanas e qual sua influência no desenvolvimento das famílias, bem como a importância da sua compreensão para trabalhar com o universo complexo e diverso das famílias. Neste item será abordado o quanto o conceito de inclusão corrobora com essas perspectivas e a importância da compreensão delas no trabalho com crianças e adolescentes com necessidades educativas. Este capítulo encerra o referencial teórico deste trabalho enaltecendo a ideia de que a inclusão acontece quando todos os indivíduos têm sua autonomia e participação social garantidos e ressaltando a importância das escolas como instituições chave desse processo.

### **3.1 - Da desconstrução do tradicional a exaltação da diversidade: As mudanças no percurso da educação inclusiva**

O século XX foi o berço de grandes mudanças sociais, dentre as quais na educação, principalmente no acesso a educação de pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas. Essas mudanças no paradigma educacional, surgem a partir dos estudos e pesquisas na área da educação e também a partir da efervescência de movimentos sociais que lutavam (e lutam) pelo fim da desigualdade e exclusão social nos mais diversos temas e pela construção de uma sociedade inclusiva.

A exclusão social provoca instabilidade e invisibilidade social em várias áreas da vida dos seres humanos, deixando os vínculos sociais fragmentados. Sawaia (2001) refere sobre a perversidade da exclusão, no qual a sociedade funciona excluindo uns para incluir outros. A autora reflete ainda que todos estão incluídos de alguma forma em algum cenário da vida, mas nem sempre de uma maneira digna e respeitosa e isso causa uma grande ilusão de pertencimento. “Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico” (Sawaia, 2001, p. 8).

De acordo ainda com a autora, o binômio inclusão/exclusão possui uma relação dialética e tem inúmeras subjetividades que se manifestam nas suas relações afetivas, na construção das identidades e no seu modo de viver. Portanto Sawaia (2001), define que exclusão é um:

(...) processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. (p. 9)

No que toca as pessoas com deficiência, essa exclusão social era (e talvez ainda seja) ainda mais acirrada e perpetuada, pois estes eram afastados da sociedade, segregados, considerados incapazes de participar da vida social e improdutivos para o mercado de trabalho.

O reconhecimento do corpo com impedimentos como expressão da diversidade humana é recente e ainda um desafio para as sociedades democráticas e para as políticas públicas. A história de medicalização e normalização dos corpos com impedimentos pelos saberes biomédicos e religiosos se sobrepôs a uma história de segregação de pessoas em instituições de longa permanência. Apenas recentemente as demandas dessas pessoas foram reconhecidas como uma questão de direitos humanos. (Diniz et al., 2009, p. 73)

Atualmente, as perspectivas sobre a pessoa com deficiência, focam mais no modelo biopsicossocial da deficiência do que no biomédico. Esse modelo “desafiou as narrativas do infortúnio, da tragédia pessoal e do drama familiar que confinaram o corpo com impedimentos ao espaço doméstico do segredo e da culpa” (Diniz et al., 2009, p. 74), ou seja, esse novo entendimento tornou pública a deficiência, trazendo para o debate a importância da inclusão. Assim surge um novo olhar que define a deficiência como “um conceito guarda-chuva que engloba o corpo com impedimentos, limitações de atividades ou restrições de participação” (Diniz et al., 2009, p. 73), no entanto não mais condenando esse corpo ao esquecimento.

Quando se fala sobre a diversidade de pessoas com corpos e necessidades diferenciadas, entende-se que a sociedade não os acolhe e inclui e exige que eles se adaptem a sociedade, e não o contrário. Com o devido embasamento jurídico e teórico, podemos afirmar que deficiência ou as necessidades educativas, não são, elas estão, ou seja as pessoas vivenciam a dificuldades no seu cotidiano, não pela diversidade de seus corpos e mentes, mas pelas barreiras impostas pela sociedade. (Diniz et al., 2009).

Um corpo com impedimentos é o de alguém que vivencia impedimentos de ordem física, intelectual ou sensorial. Mas são as barreiras sociais que, ao ignorar os corpos com impedimentos, provocam a experiência da desigualdade. A opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas resultado de sociedades não inclusivas. (Diniz et al., 2009, p. 67).

A deficiência, é antes de tudo, uma experiência social e cultural e como tal, deve ser discutida e enfrentada de maneira coletiva (Diniz et al., 2009). A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), em seu artigo 8º, alerta para a importância da conscientização acerca da temática e sobre o combate a discriminação das pessoas com deficiência. A educação popular e a democratização das informações, podem ser, inclusive, o ponto chave para uma mudança realmente significativa que torne a sociedade mais inclusiva. “A Educação de qualidade é um direito humano fundamental e um investimento para o futuro. Aprender a tomar decisões informadas é aprender a exercer uma cidadania democrática” (Direção Geral de Educação [DGE], 2017, p. 3).

Baseando-se em Rodrigues (2014) e Diniz et al., (2013), é possível afirmar que, no que diz respeito a inclusão, por mais que existam ótimas legislações, na prática o que se têm garantido está mais voltado para a integração do sujeito, são ações que nem sempre garantem sua permanência ou a qualidade dos serviços prestados, para que a inclusão aconteça, a sociedade precisa entender antes de tudo o que ela significa e estar aberta para se desconstruir. “Assegurar a vida digna não se resume mais à oferta de bens e serviços médicos, mas exige também a eliminação de barreiras e a garantia de um ambiente social acessível aos corpos com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais.” (Diniz et al., 2013, p. 74).

No documento *Educação para todos e sucesso de cada um: do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca*, Meireles-Coelho et al., (2007), citam o documento da UNESCO de 1977, intitulado de *Table ronde internationale sur le thème: 'Images du handicapé proposées au grand public'*, que associou a evolução da humanidade com a forma que as pessoas com deficiência eram tratadas. No documento estão descritos 5 estágios principais dessa evolução, são eles: *filantrópico* em que o conceito de doença e anormalidade dominava e os deficientes eram completamente excluídos da sociedade; o segundo é denominado de *assistência pública*, no qual os “anormais, inválidos ou incapazes” eram colocados em instituições com o intuito de promover uma higiene social e segregação; o terceiro estágio foi o dos *direitos fundamentais* onde nasce uma noção do direito a educação, mas ainda sem ser universal; o quarto fala sobre a *igualdade de oportunidade* que colocou em discussão a noção da normalidade e principalmente considerou as questões socioeconômicas e culturais como decisivas

para o sucesso da aprendizagem e inserção social; o quinto estágio citado, no entanto, não definido, é o *direito a integração*. (Mireles-Coelho et al., 2007)

Como é possível perceber, quando se fala em educação inclusiva e universal, tudo é muito recente, o processo está acontecendo ainda, em alguns lugares mais avançados que em outros, no entanto, vale lembrar que os modelos tradicionais e integrativos podem ainda estar presentes em diversas instituições. Na idade média e até meados do século XIX, a educação para pessoas com deficiência, era basicamente inexistente, os sujeitos eram tratados de modo segregacionista e assistencialista, com o objetivo de isolá-los do convívio social e tratá-los em hospitais, asilos ou abrigos. (Mesquita, 2001)

A partir do século XX, o modelo tradicional de educação perdura, sendo aquele no qual somente os que estavam dentro do “padrão de normalidade” tinham acesso, seu currículo não permitia mudanças e o ambiente não era acolhedor e nem receptivo as pessoas com deficiência ou necessidades educativas. Nesse modelo “os diferentes” eram institucionalizados, como uma forma de proteção. (Serrano, 2005)

Mesquita (2001) ao dissertar sobre a história da Educação Especial, afirma que o trajeto da educação especial até o século XIX foi agitado, pois as pessoas com deficiência “conheceram uma época conturbada, em virtude de se ter deixado de acreditar na sua cura através da Educação Especial, o que levou a que se reduzisse a investigação nos métodos de ensino” (Mesquita, 2001, p. 6). Essa falta de investimento, pode ser explicada pela prevalência do *Modelo Médico da Deficiência*, França (2014) enfatiza que esse modelo defendia uma normalização dos corpos e possíveis intervenções para corrigir ou regularizar as situações e como isso nem sempre seria possível através da Educação Especial, as investigações e pesquisas foram deixadas de lado.

De acordo com essa perspectiva estritamente biológica, é sobre o corpo que devem decorrer as ações a serem tomadas face à deficiência. Dever-se-ia, assim, realizar intervenções sobre o corpo para promover o seu funcionamento adequado (quando possível) e servir à sociedade, para que se aproxime ao máximo das expectativas e representações da normalidade. (França, 2014, p. 8)

Já o modelo integrativo, emergiu na segunda metade do Século XX, era uma continuação do tradicional, com algumas melhorias. Foi a partir da efervescência de movimentos sociais que contestavam as práticas segregacionistas que geravam desigualdades, que o modelo tradicional foi sendo cada mais questionado e sendo substituído pelo integracionista (Mesquita, 2001).

Esse novo modelo, com uma visão mais integradora da educação, visava a participação de uma maior variedade de estudantes, no entanto eles precisavam se adaptar ao ambiente escolar e ao currículo. Este modelo ainda não incluía uma boa

parte de possíveis estudantes e os que conseguiam acessar a escola, nem sempre tinham autonomia e liberdade de participação, Rodrigues (2001) e Serrano (2005). A educação especial, aqui era vista como algo fora do comum, em paralelo a educação formal as pessoas com deficiência eram categorizadas para serem inseridas em programas ou instituições especializadas. (Mesquita, 2001).

O modelo integrativo, apesar de pregar uma normalização do convívio e uma participação social mais elevada das pessoas com deficiência, ainda não rompe com o tradicional, "o conceito de integração é um conceito complexo e diversificado, pois pode esconder, ou revelar, aspectos muito diferentes, visto que oculta modelos anteriores de práticas educativas segregativas" (Mesquita, 2001, p. 104).

A efervescência de estudos e pesquisas sobre a educação especial colocou em xeque os objetivos da escola e o próprio entendimento sobre o que é a deficiência, tirando o foco do biológico e pensando nas experiências sociais. Sendo assim, a importância da educação especial passa a ser a interação entre os indivíduos e a possibilidade de participação social, Mesquita (2001) e França (2014). Um dos grandes marcos sobre o "saber fazer" da educação especial é o documento Warnock Report de 1978, citado nos estudos de Mesquita (2001), o documento propõe que: a educação e o aprendizado são para todos; que os alunos devem estar todos juntos na mesma classe; novas terminologias para romper com estigmas; participação ativa dos pais, entre outras mudanças. Enfatizando que:

Os fins da educação, são os mesmos para todas as crianças, independentemente das vantagens ou desvantagens das diferentes crianças. Estes fins são, em primeiro lugar, ampliar o conhecimento que a criança tem do mundo em que vive e, em segundo lugar, proporcionar a sua independência e auto-suficiência, de acordo com as suas capacidades e potencialidades. (Mesquita, 2001, p. 120)

Portanto, no fim do século XX têm-se grandes mudanças em relação a educação e os direitos das pessoas com deficiência. A promulgação de legislações, tratados e acordos em diversos países que se comprometeram a realizar mudanças em seus sistemas educacionais, juntamente com evolução dos estudos e pesquisas na área e concomitante com os movimentos sociais, traz uma nova ideia da escola inclusiva, que pretende romper com o modelo tradicional.

Esta orientação inclusiva é um dos pilares da Declaração de Salamanca, *UNESCO* (1994), onde é focada a necessidade de as escolas regulares se tornarem escolas inclusivas, isto é, onde se procurem meios eficazes destinados a fomentar a educação para todos, reorganizando-se estas sob o ponto de vista cultural e

estrutural, de forma a apoiar tais esforços, tornando-se escolas para a comunidade. (Mesquita, 2001, p. 137)

Sendo assim, a educação inclusiva vai se tornando o novo padrão, não mais algo especial ou paralelo. Nessa perspectiva, entende-se que o ambiente deve se adaptar para receber todos os alunos. As opiniões dos estudantes influenciam nas diretrizes da escola, nada é fixo, tudo é um constante processo para que todos alcancem o máximo de suas potencialidades. O foco é que todos se sintam valorizados e respeitados (UNESCO 1994). Nessa nova perspectiva da inclusão, “quando se fala de educação, o discurso assenta sempre no objectivo de formar cidadãos aptos a participarem activa e conscientemente na vida de uma sociedade democrática” (Mesquita, 2001, p. 9)

A educação inclusiva avança também, a partir do século XXI, apoiando-se no *Modelo Biopsicossocial* da deficiência, muito utilizado também pela *World Health Organization* (WHO) e definido por França (2014) como uma síntese dos modelos médicos e sociais, ou seja, leva em consideração a questão biológica da pessoa, suas necessidades e dificuldades, mas também as condições socioeconômicas em que vive e o modo como tudo isso afeta sua existência.

Sendo assim, Rodrigues (2006), define que a educação inclusiva vem para questionar “alguns dos fundamentos e das práticas mais arraigadas da escola tradicional: questiona o carácter selectivo da escola, a homogeneidade dos seus métodos de ensino e ainda o facto de não ser sensível aos que os alunos são e querem” (Rodrigues, 2006, p. 14).

Rodrigues (2014) cita a definição da UNESCO sobre a inclusão, que se resume ao incentivo da participação no processo de aprendizagem, mas também de participação social, envolvendo mudanças nos modelos, nas estruturas e nas estratégias educacionais, reduzindo a exclusão. O autor define ainda que a construção de uma educação inclusiva necessita de:

a) uma escola em que todos os alunos aprendam, b) que os alunos aprendam numa cultura de respeito e de não discriminação pelo que cada um é, sabe e pode como ponto de partida, c) uma escola que construa a aprendizagem com os alunos (não confundir construir a aprendizagem com construir conteúdos...)

(Rodrigues, 2014, p. 11).

No Quadro 2, é possível perceber as principais diferenças entre os modelos educacionais, partindo do século XX, o quadro é uma síntese baseada na literatura apresentada em todo o capítulo III, norteando-se principalmente nos estudos de Mesquita (2001), Rodrigues (2001), (2006) e (2014), Serrano (2005), Meireles-Coelho et al., (2007), e nos documentos da UNESCO (1994) e European Agency for

Development in Special Needs Education, (2009) e (2011). No quadro fica evidente que o modelo integrativo é uma continuidade do seu antecessor, ou seja, mantém o foco na padronização dos sujeitos, na inflexibilidade do currículo e na capacidade do aluno de se adaptar ao ambiente escolar. O modelo inclusivo procura romper com o com o integrativo, não sendo considerado uma continuidade ou evolução deste (Rodrigues, 2006), quebrando diversos paradigmas e enaltecendo a diversidade e a flexibilidade.

**Quadro 2** - Diferenças entre os modelos educacionais, baseado em Mesquita (2001), Rodrigues (2001, 2006 e 2014), Serrano (2005), Meireles-Coelho et al., (2007), e nos documentos da UNESCO (1994) e European Agency for Development in Special Needs Education (2009 e 2011)

<b>Principais diferenças nos modelos educacionais a partir do século XX</b>		
<b><i>Modelo Tradicional</i></b>	<b><i>Modelo Integrativo</i></b>	<b><i>Modelo Inclusivo</i></b>
Foco no aluno individual, <b>atribuindo a ele o sucesso ou fracasso</b> do seu processo. Ressaltando o que o aluno não sabe/consegue fazer.	Continuidade do foco no aluno, com algumas estratégias diferenciadas. <b>Responsabilidade do aprendizado do aluno.</b> Descobrir o que o aluno não consegue fazer e propondo alterações.	Reconhecimento da importância do <b>coletivo</b> , e da celebração da diversidade. Estratégias diferenciadas no currículo. <b>Corresponsabilização no processo de aprendizagem.</b> O foco é no que o aluno sabe e consegue fazer.
Existe um padrão de normalização dos estudantes. São realizadas intervenções para que se <b>corrija</b> .	O padrão continua existindo, no entanto, as intervenções estão voltadas para que o aluno se <b>adapte</b> ao modelo padrão	Entendimento que não existe um padrão e de que todos ao longo da vida escolar podem apresentar necessidades educativas. A escola se prepara para receber todos os tipos de aluno. A <b>diferença é positiva</b> .
A escola é quem <b>determina</b> o aprendizado.	Abre-se a escola para <b>intervenção de alguns profissionais</b> especializados.	<b>Trabalho colaborativo e em rede.</b> Profissionais da escola, estudantes, família, profissionais de outras áreas e instituições e sociedade.
Currículo <b>fechado</b>	Currículo com <b>algumas possibilidades</b> pontuais de mudança	Currículo <b>em construção</b> (com participação de vários agentes) e flexível.
Foco em desenvolver as <b>capacidades do aluno padrão</b> , que se encaixa no método escolar.	Foco nas capacidades dos alunos que podem <b>alcançar sucesso com algumas medidas de adaptação</b> .	A ideia é que cada aluno tenha <b>sucesso no alcance das suas potencialidades</b> , respeitando os processos individuais, os diversos modos de aprendizagem e ensino.

<b>Frequentar a escola é para aqueles</b> que conseguem acompanhar o currículo e acessar o ambiente escolar livremente.	Frequentar a escola é para aqueles que conseguem <b>acompanhar o currículo com algumas modificações e acessar o ambiente escolar</b> , não considerando muito importantes as limitações.	A <b>escola é para TODOS</b> . O ambiente escolar é pensado (e repensado) para incluir e acolher toda a diversidade de alunos.
<b>Alunos “normais”</b> podem aprender.	<b>Quase todos</b> têm condições de aprender. (Separação entre os ditos normais e as pessoas com deficiência)	<b>Todos podem</b> aprender e ensinar. (Não deve haver separações)
O <b>estudante é passivo</b> , não participa e nem opina nas decisões escolares. Não há incentivo à participação social.	<b>Poucos são ouvidos e questionados</b> . Sem autonomia para se expressar. Autonomia é para àqueles que conseguem se adaptar ao ambiente	As opiniões do estudante, das famílias e da comunidade são acolhidas. <b>Incentivo à participação social e autonomia</b> para todos.
A perspectiva é <b>formar adultos aptos para o mercado</b> de trabalho.	Segue sendo a mesma ideia, mas com o intuito de <b>capacitar as pessoas com deficiência</b> ou necessidades educativas mais brandas.	A perspectiva é <b>formar cidadãos</b> para que possam atingir o máximo as suas potencialidades. Tendo sua participação social e autonomia garantidas.
O <b>estudante precisa se adaptar</b> ao currículo e ao ambiente escolar.	<b>Algumas adaptações curriculares</b> e ambientais por parte das escolas.	<b>A escola e a comunidade se adaptam aos indivíduos</b> , eliminando as barreiras que impedem seu processo de aprendizagem e participação social.

### 3.2 - Educação inclusiva e o conceito de Necessidades Educativas

As Necessidade Educativas (NE) configuram-se como a necessidade de alguns estudantes precisarem de recursos extras para o seu processo de aprendizagem. As NE podem estar presentes, durante todo o percurso escolar do individuo ou somente em uma parte dele e tem como objetivo auxiliar o aprendizado acadêmico e socioemocional (Évora, 2019).

As primeiras menções sobre as NE foram no documento intitulado Warnock Report de 1978, este relatório inovou ao defender que todas as crianças têm o poder de aprender. E defende, que todos, ao longo do percurso escolar podem apresentar dificuldade específicas de aprendizagem. Outro ponto inovador deste documento é a valorização do paradigma educacional (todos podem aprender) ao invés do médico (classificação da deficiência), no qual nem todos podiam estar na escola e os que

estavam precisavam de diagnósticos para acessar medidas específicas. (Meireles-Coelho et al., 2007).

O paradigma educacional se destaca pela forma como as questões educacionais devem ser resolvidas, através da identificação, descrição e avaliação das NE. O objetivo principal era garantir o sucesso e a integração dos estudantes e ajudá-los a superar as dificuldades, através de inúmeras técnicas, métodos diferenciados de ensino, tecnologias assistivas, adaptações curriculares, eliminação de barreiras arquitetônicas, redução do número de alunos por turmas entre outras questões. “O Relatório Warnock introduz pela primeira vez o conceito de Necessidades Educativas Especiais, englobando não só alunos com deficiências, mas todos aqueles que, ao longo do seu percurso escolar possam apresentar dificuldades específicas de aprendizagem (Warnock, 1978: 36)” (Meireles-Coelho et al., 2007, p. 179).

O documento prevê ainda a criação serviços de orientação e apoio a educação especial, para ajudar as escolas, os pais e os alunos, tendo como principal função avaliar as NE dos estudantes e acompanhar o seu desenvolvimento. O relatório considera a importância da documentação e registos do processo individual dos estudantes, bem como a necessidade da participação dos pais, principalmente nos momentos de tomada de decisão e avaliação (Meireles-Coelho et al., 2007,).

A partir da publicação deste relatório, as legislações e recomendações, principalmente na Europa, passaram a reconhecer a importância do direito de todos poderem acessar as escolas e compreendendo que qualquer estudante pode apresentar dificuldades de aprendizagem e não somente as pessoas com deficiência. Introduzindo a ideia de que o insucesso do processo de aprendizagem está ligado a forma de ensinar, a configuração do currículo padronizado e ao ambiente escolar em geral e não na multiplicidade de estudantes, ou seja, com as devidas medidas as necessidades educativas podem ser sanadas e todos podem aprender.

As necessidades educativas surgem, portanto, quando os estudantes apresentam dificuldades permanentes ou temporárias, que podem estar relacionadas a fatores orgânicos e/ou ambientais e se encaixam em uma ou mais áreas, relacionadas a: desenvolvimento motor; desenvolvimento intelectual; desenvolvimento e aquisição de linguagem; questões relacionadas a leitura e escrita; questões sensoriais (visuais e/ou auditivas); questões de comportamento e habilidades sociais; e altas capacidades e sobredotação. Outro ponto importante é que elas também podem estar relacionadas a variadas doenças e também a questões socioeconômicas.

Esta definição engloba todos aqueles que se encontrem em desvantagem, devido a deficiência, problemas de saúde mental ou de aprendizagem, sobredotação, crianças de rua ou em situação de risco, que pertençam a minorias étnicas ou culturais, ou outras (Correia, 2003). Assim, este conceito

reforça a necessidade de se criarem condições que permitam a inclusão destes indivíduos num processo de aprendizagem acessível e universal. (Pereira et al., 2021, p. 13)

A compreensão acerca das necessidades educativas é citada por Évora (2019), quando parafraseia os estudos de Ferreira (2013), afirmando que o termo necessidade educativa “tem como filosofia base a inclusão, abrangendo ideais fundamentados na igualdade de direitos, apoiando a não discriminação baseada na raça, ideais religiosos, opinião, características intelectuais, sensoriais, físicas e socioeconómicas, de todas as crianças e adolescentes abrangidos pela idade escolar” (Évora, 2019, p. 6).

A fim de concluir essa temática, é importante salientar que a identificação e a utilização de medidas e recursos voltadas para os alunos com algum tipo de necessidade educativa potencializa o sucesso do processo de aprendizagem e contribui significativamente para a inclusão escolar, bem como fortalece, dentro da comunidade escolar, o senso de equidade, respeito e solidariedade.

### **3.3 - Educação inclusiva: Um grande passo para a inclusão social**

Como já discutido anteriormente, a autonomia, a inclusão e a participação social plena e ativa, ainda são uma utopia na sociedade atual, a caminhada tem sido longa e muitas mudanças aconteceram ao nível de sociedade, mas ainda os patamares alcançados nesse quesito não são os esperados e previstos nas orientações e legislações. É possível adaptar as ideias de Rodrigues (2014) sobre o não cumprimento dos direitos humanos e os questionamentos sobre sua universalidade, ao contexto aqui trazido, reconhecendo a importância das legislações, convenções, declarações e acordos e entendendo que elas “são um grande referencial que, como todas as grandes utopias da humanidade, serve de farol para guiar as ações e as opções” (Rodrigues, 2014, p. 9)

Isso se dá porque o sistema capitalista, provoca e também alimenta as desigualdades sociais, o que causa a exclusão social (Iamamoto & Carvalho, 2008). E então tem-se a sociedade construída em cima do ideário capitalista, que celebra a meritocracia; o poder; o capacitismo, no qual, o valor das pessoas é associado ao trabalho e lucro que podem gerar, enfim, uma sociedade muito diversa, mas que não contempla realmente a diversidade, pois esta requer liberdade e igualdade de direitos (Abramowicz et al., 2011)

Diariamente é possível perceber toda diversidade de pessoas, que possuem corpos, cores, raças, sexualidade, pensamentos e crenças, inteligências e potenciais, identidades, e status econômicos diferenciados, mas ainda assim, temos um padrão do que é socialmente aceito ou não, do que é incluído ou excluído do convívio e participação na sociedade, um “modelo de normalidade”. E tudo na sociedade foi e

ainda é pensado e construído para as pessoas que estão dentro desse padrão social, portanto quem não se encaixa tem seus direitos de cidadania e participação negados. É urgente que a sociedade se encaminhe para um novo patamar, não apenas de aceitação da diferença, mas sim, de combate às desigualdades sociais e econômicas (Lopes & Macedo, 2011, as cited in Rodrigues & Abramovicz, 2013).

Honneth (2007, as cited in Kritsch & Ventura, 2019), afirma que a negação dos direitos de cidadania, que afeta as minorias, influencia diretamente na dignidade e autoestima dos sujeitos e disserta sobre como é possível quebrar este padrão. Portanto, define exclusão social como o processo em que os

seres humanos padecem em sua dignidade por terem sido privados de seus direitos morais e de suas responsabilidades enquanto pessoa legal plena em sua própria comunidade de pertença. Portanto, nesse caso, o combate ao desrespeito tem de mirar sua relação correspondente, isto é, o reconhecimento recíproco por meio do qual os indivíduos passam a se considerar como portadores iguais de direitos, a partir da perspectiva – e isto é relevante – de seus companheiros. Quando os sujeitos sociais adquirem esse reconhecimento legal, a atitude positiva de que passam a desfrutar é a do autorrespeito elementar, na medida em que passam a compartilhar com seus iguais os atributos de um ator moralmente competente (p. 449)

Ao longo dos dois últimos séculos, tem-se criado inúmeras legislações acerca dos mais diversos temas, atualmente temos leis que determinam e orientam cada área de nossa vida. No entanto muitas dessas leis, são obsoletas ou inespecíficas, isso porque muitas vezes as evoluções políticas e sociais são muito rápidas, ou porque são construídas sem a participação popular e sem um suporte teórico de qualidade. Freitas (2015) cita os estudos do filósofo István Mészáros, sobre controle social e satisfação das necessidades humanas.

a democracia representativa apresenta restrições para garantir, por si só, os direitos dos cidadãos. Isso requer a criação de espaços e canais de participação e confronto de projetos, nos quais os sujeitos coletivos possam expressar seus interesses e demandas orientando a administração pública no atendimento de suas necessidades básicas. É preciso pensar um sistema alternativo de controle

social que possa garantir a plena satisfação das necessidades humanas (Mészáros, 1993 as cited in Freitas, 2015, p. 115).

Sendo assim, é possível afirmar que mudanças substanciais no cerne das necessidades humanas e das expressões da questão social só acontecerão a partir da movimentação e participação popular (Mészáros 2003). Desta forma, “parece procedente relacionar a ideia de descentralização à de democratização – embora ela não se restrinja – na medida em que passa a ser entendida não apenas como distribuição de responsabilidades, mas como fragmentação do poder através das diferentes esferas sociais” (Freitas, 2015, p. 117).

Essa fragmentação do poder e a ampliação das vozes dos movimentos sociais, contribui fortemente para muitas políticas de Estado que existem atualmente, a questão da inclusão é uma delas. Desde final do século XX, as discussões acerca da inclusão se ampliaram, fortalecendo a ideia dos direitos de existir e participar socialmente. As Convenções dos Direitos das crianças e das Pessoas com Deficiência, são um exemplo dessa efervescência dos movimentos sociais na busca por direitos de cidadania. Essas convenções surgiram como pactos coletivos para garantir que essas pessoas sejam consideradas sujeitos de direitos. Cada uma a sua época, estabeleceram um marco, no que consiste a uma nova visão – que deveria ser coletiva – dos sujeitos envolvidos, seus direitos de viver e participar ativamente em sociedade, ou seja, seus direitos de inclusão. No entanto:

Afirmar que a inclusão é um direito, não significa sustentar a autoaplicabilidade das leis, nem supor que sua mera existência resolva os problemas ou que baste a presença e a manifestação da coerção para que sejam efetivas. Uma mudança legislativa é uma mudança imposta pelo Estado. Reflete a relação Estado-coletividade. Em virtude de imposição legal, o Estado força mudanças sociais. No caso da legislação inclusiva, seus destinatários são tanto o poder público como a coletividade. (Braga et al., 2013, p. 386)

Apoiado, no que foi exposto, parte-se do pressuposto de que as legislações devem ser destinadas ao poder público e a sociedade, reforçando a importância da participação popular na construção, mudança ou revogação de leis (Mészáros, 2003 as cited in Freitas, 2015). Os movimentos sociais têm muito conhecimento a agregar, principalmente de situações cotidianas, que devem ser levadas em consideração. Os estudos teóricos também são de grande valia. As convenções citadas anteriormente, são um grande exemplo da exploração de potenciais desses dois âmbitos. Inclusive a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência promulgada pela *Organização*

*das Nações Unidas*, ONU (2006), reconhece a importância do envolvimento das pessoas com deficiência e seus familiares nas questões relacionadas aos programas e políticas.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, UNICEF (2019), vigente desde a década de 1990, disserta em seus artigos 3º, 12º e 13º, que o interesse da criança é superior, ou seja, toda decisão que a envolve, deve levar em consideração seus desejos, demandas e necessidades, ela deve ser ouvida e acolhida. Partindo desse pressuposto, inauguramos um novo jeito de olhar as crianças, considerando-as como sujeitos desejosos e de direitos e não apenas um ser que é extensão dos desejos dos cuidadores e responsáveis (UNICEF, 2019).

Reconhecendo as crianças como indivíduos ativos e com potencial, a Convenção (UNICEF, 2019), nos seus artigos 28º e 29º, afirma ainda sobre as questões relativas a educação e seus valores, estabelecendo que deve ser obrigatória e gratuita a todos, que deve respeitar as potencialidades de cada um, garantindo acessibilidade ao processo de aprendizagem, autonomia, respeito a diversidade e tendo como foco principal uma vida adulta ativa (UNICEF, 2019).

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança também faz uma referência no artigo 23º, sobre as crianças com deficiência, “a criança com deficiência tem direito a cuidados especiais, educação e formação adequados que lhe permitam ter uma vida plena e decente, em condições de dignidade, e atingir o maior grau de autonomia e integração social possível” (UNICEF, 2019, p. 19), ou seja, legalmente falando, há mais de trinta anos já se falava em autonomia e dignidade das pessoas com deficiência.

No entanto, foi somente em 2006, que foi aprovada na assembleia geral das Nações Unidas, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que estabeleceu uma mudança em todo o entendimento acerca da deficiência, como por exemplo, já em seu preâmbulo, na alínea e) reconhece que:

Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (ONU, 2006).

Já em seu artigo 1º, a convenção estabelece que seu propósito é “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.” (ONU, 2006). Ao longo do texto, a Convenção vai ratificando questões abordadas na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, como por exemplo ouvir as crianças, garantir condições dignas, acessibilidade,

autonomia, educação, desenvolvimento pleno de suas potencialidades, participação social, entre outras.

Especificamente no artigo 19º, aparece uma questão importante, que influencia diretamente *o status quo* societário, pois reconhece “o igual direito de todas as pessoas com deficiência de viver na comunidade, com a mesma liberdade de escolha que as demais pessoas” (ONU, 2006), essa questão atualmente ainda é muito complexa, pois de um lado temos as questões de superproteção das crianças e adolescentes com deficiência ou necessidades educativas, o que impossibilita o desenvolvimento da sua autonomia e de outro os preconceitos, estigmas e barreiras físicas que impedem sua liberdade, e ambas as visões acabam por excluir essas pessoas da participação ativa na vida comunitária.

Partindo do que foi exposto sobre as convenções, entende-se que o que está definido é de extrema relevância, para consolidação dos direitos, principalmente no que diz respeito a inclusão. Braga et al., (2013), afirmam que “O reconhecimento jurídico contém, em si, um potencial moral capaz de ser desdobrado através de lutas sociais, na direção de um aumento de universalidade e de sensibilidade ao contexto.” (p. 390)

Seguindo na linha de apresentar documentos e legislações relevantes e marcantes para o processo de inclusão nas escolas, é de suma importância destacar a Declaração de Salamanca de 1994 (UNESCO, 1994), como um marco na história da educação inclusiva de diversos países que são signatários desse acordo. O documento enfatiza sobre o direito de todos a terem acesso a educação, independente de suas condições e deixa explicitado que esse processo de ensino e aprendizagem deve ocorrer nas escolas e não em locais diferenciados (UNESCO, 1994). O documento:

introduz uma nova alteração de paradigma com a noção de inclusão, uma nova atitude filosófica, científica, política, social e económica, que quer dizer que já não é o aluno que deve adaptar-se à escola, mas é a escola que deve adaptar-se a cada aluno na especificidade das diferenças de cada um — a escola não pode ser mais um local de elite, rejeitando os que não se enquadram dentro dos parâmetros pré-estabelecidos de —normalidade, mas deverá ser aberta a todos os alunos, onde cada criança, qualquer que seja o seu problema, encontrará resposta na escola. (Meireles-Coelho et al., 2007, p. 183)

A declaração aponta também para a corresponsabilidade do processo de educação inclusiva, ou seja, além da responsabilidade das famílias, chama a atenção para o envolvimento dos governos, instituições intergovernamentais e sociedade. A inovação

do documento, contudo, está na afirmação de que toda pessoa pode e deve aprender em uma escola regular e que cada indivíduo tem seu tempo, potencialidades e necessidades próprias. Sendo assim, a escola e os profissionais envolvidos se adaptarão as necessidades individuais e coletivas de cada estudante e não o contrário (UNESCO, 1994, s.p.).

O documento reforça ainda o papel das escolas no combate à discriminação, dentro e fora do ambiente escolar e salienta a importância de discutir a temática da educação inclusiva e necessidades educativas em qualquer ambiente que se pense e discuta sobre educação (UNESCO, 1994, s.p.). Tendo a escola como ponto central da inclusão social as chances de sucesso do processo são maiores, pois é um local que pode promover a educação popular da comunidade na qual está inserida.

Uma escola inclusiva reflete em cidadãos que respeitam uns aos outros, que praticam a solidariedade, que entendem a importância dos direitos de cidadania. Indo além do que propõe a declaração, atualmente percebe-se que a inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas deve ser uma pauta trabalhada transversalmente em todos os temas relacionados ao cotidiana dos seres humanos, como por exemplo saúde, meio ambiente, segurança, cultura, entre outros.

Indo ao encontro do que foi estabelecido na declaração de Salamanca a *European Agency for Development in Special Needs Education* publicou, a partir dos anos 2000, principalmente, importantes documentos com recomendações acerca da Educação Inclusiva, sustentando a ideia da *Educação para Todos*. A ideia dos documentos é dar recomendações e orientações visando o sucesso do processo de ensino e aprendizagem para todos os estudantes. Sucesso esse, baseado nas potencialidades e habilidades de cada indivíduo, ressaltando, portanto, a importância da flexibilidade para adaptação curricular.

A seguir serão citados alguns dos documentos da agência, relevantes para este trabalho:

O documento chamado de *Princípios-Chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva: Recomendações para Decisores Políticos* de 2009, enfatiza a necessidade dos envolvidos na política de educação de se envolverem e discutirem sobre a educação inclusiva, numa perspectiva ampla. O documento reconhece a importância desses decisores para aumentar os impactos positivos da inclusão. Os princípios norteadores do documento, baseiam-se: na ampliação do acesso a educação; na capacitação, na área da educação inclusiva, de todos os professores; no fortalecimento da cultura organizacional da escola, tendo como princípio a resposta as mais diversas necessidades; na flexibilidade das políticas de financiamento da educação; e na promoção de políticas e legislações inclusivas (European Agency for Development in Special Needs Education, 2009). Esse documento reforça a ideia de que a inclusão é para todos, remetendo a ideia de inclusão social, no qual todos tem o direito do acolhimento das suas diferenças. O texto afirma que “inclusão diz respeito a um grupo mais vasto de alunos e não apenas aos identificados com necessidades

educativas especiais. Diz respeito a quaisquer alunos em risco de exclusão resultante de insucesso escolar” (European Agency for Development in Special Needs Education, 2009, p. 15).

O documento *Princípios-chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva: Recomendações para prática*, traz diversas recomendações para uma educação inclusiva de qualidade para todos os alunos, no mesmo ambiente. O texto parte dos princípios norteadores do documento citado anteriormente e ressalta como princípios-chave as seguintes ações: Ouvir a voz dos alunos, ou seja, os alunos devem poder opinar sobre tudo que envolve o processo educativo; garantir que os estudantes tenham o direito de participar ativamente das atividades da escola e da comunidade; incentivar os professores a terem atitudes positivas com os estudantes e senso colaborativo com os colegas; capacitar os professores para terem competência de saberem lidar com as mais diversas necessidades; garantir que os diretores das escolas incentivem e celebrem, de forma positiva, a diversidade tanto dos profissionais quanto dos alunos, apoiando iniciativas inclusivas de inovação do processo de ensino e aprendizagem; apoiar o trabalho em rede e interdisciplinar, garantindo que a escola, fora dos seus muros, tenha acesso e apoio dos mais variados serviços e instituições. No texto fica evidenciado a importância do trabalho colaborativo entre pais, escola, governo, instituições públicas e sociedade. E também a importância da valorização e motivação dos professores para o sucesso da educação inclusiva. Outro ponto importante levantado é o pensar na inclusão de todos, como afirma o seguinte trecho: “a inclusão é atualmente entendida como uma questão de direitos humanos, que diz respeito a um vasto grupo de alunos muito para além daqueles que apresentam necessidades educativas especiais”. (European Agency for Development in Special Needs Education, 2011, p. 9)

Em 2014 a European Agency for Development in Special Needs Education, lançou um título chamado de *Cinco Mensagens-chave para a Educação Inclusiva: Colocar a teoria em prática*, no qual evidencia cinco eixos principais e relevantes para o progresso da educação inclusiva, são eles:

*O mais precocemente possível*: o impacto positivo da deteção e intervenção precoces, bem como de medidas proativas. *A educação inclusiva beneficia todos*: o impacto educativo e social positivo da educação inclusiva. *Profissionais altamente qualificados*: a importância de dispor de profissionais altamente qualificados em geral, e de professores em particular. *Sistemas de apoio e mecanismos de financiamento*: a necessidade de sistemas de apoio bem estabelecidos e mecanismos de financiamento relacionados. *Dados fiáveis*: o importante papel desempenhado pelos dados, bem como os benefícios e

limitações do seu uso” (European Agency for Development in Special Needs Education, 2014, p. 5).

Um ponto a ser ressaltado, é a discussão da importância dos dados para a formulação, proposição e monitorização de políticas de educação inclusiva, de acordo com o documento vários países da união europeia estão em falta na obtenção de dados precisos. Portanto, é imprescindível que exista uma recolha de dados de qualidade, envolvendo questões diretamente relacionadas “com os alunos, colocação, professores e obtenção de recursos. Os dados relacionados com a colocação do aluno constituem um ponto de partida útil e necessário, embora tenham de ser complementados com dados claros sobre os resultados e efeitos do sistema” (European Agency for Development in Special Needs Education, 2014, p. 7). Outro destaque sobre o referido documento é a importância de oferecer ferramentas diversas aos profissionais da educação, para que também tenham a chance de alcançar todas as suas potencialidades profissionais, enfatizando que “a educação inclusiva implica uma alteração sistémica, que exige uma transformação quanto ao modo como os professores e outros profissionais do ensino são formados, não apenas em termos de competências, mas também de valores éticos”. (European Agency for Development in Special Needs Education, 2014, p. 19)

O relatório *Aumentando o sucesso de todos os alunos no contexto de uma Educação Inclusiva*, produzido em 2017 pela mesma agência, traz como princípio de que para se alcançar o sucesso na educação inclusiva não bastam iniciativas políticas, é necessário um posicionamento ético frente a situação. Esse relatório é fruto de um projeto que analisou abordagens que incentivaram o desenvolvimento e a motivação de estudantes de diversos países da Europa, incluindo Portugal. Numa perspectiva geral, as conclusões do relatório indicam que para alcançar a qualidade e a equidade nos sistemas educacionais é necessário: que as escolas tenham a seu dispor recursos de intervenção para identificar o mais cedo possível as necessidades educativas e o risco de abandono escolar; que as escolas tenham condições de oferecer abordagens inovadoras, respeitando a individualidade de cada estudante; que tenha uma equipe, com liderança estratégica para avaliar e propor melhores resultados a partir da recolha de dados (European Agency for Development in Special Needs Education, 2017). Novamente é citada a relevância dos dados, a agência recomenda que os diretores e decisores políticos desenvolvam formas de recolher dados sobre os estudantes e o sistema de ensino e aprendizagem, bem como partilhar essas informações com seus pares, com a comunidade, as famílias e o governo, ou seja, pontuando o que deu certo, o que deu errado e o que pode ser aperfeiçoado. Esses dados são também o ponto de partida para iniciativas inovadoras e possíveis áreas de investigação e estudo. (European Agency for Development in Special Needs Education, 2017)

Para finalizar a análise dos documentos publicados pela European Agency for Development in Special Needs Education, é de suma importância citar o relatório

*Evidências da Relação entre Educação Inclusiva e Inclusão Social*, divulgado em 2018, de acordo com o relatório as evidências dessa relação são mais fortes nas áreas da educação, emprego e vida na comunidade. Na área da *Educação* as conclusões apontam que: a educação inclusiva contribui para o fortalecimento das relações sociais, socialização e criação de redes de apoio; que é necessário promover a participação social dos estudantes em todas as áreas, eliminando barreiras físicas e atitudinais, e garantindo a colaboração, reconhecimento e a aceitação; afirma que os alunos com deficiência e/ou necessidades educativas que frequentam uma escola inclusiva tem mais chance de ter um melhor desempenho acadêmico, aumentando inclusive a probabilidade de ingresso no ensino superior, quando o plano de transição é eficaz (European Agency for Development in Special Needs Education, 2018). No que diz respeito ao *Emprego*, o referido relatório aponta que: pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas que tiveram acesso a uma educação inclusiva tem mais chance de conseguir bons empregos; a flexibilidade e a natureza dos currículos escolares, bem como a qualidade dos programas de transição aliados a comunidade, podem limitar ou potencializar as oportunidades de emprego para jovens com deficiência; a educação inclusiva, que respeita cada indivíduo, pode influenciar o tipo de emprego (protegido, assistido, aberto ou por conta própria) das pessoas com deficiência. (European Agency for Development in Special Needs Education, 2018). Em relação a *Vida na Comunidade*, que em suma representa a vida independente, ou seja, ter segurança financeira, rede de amigos e de apoio, autonomia para participar das atividades que deseja, as conclusões reforçam que: a junção entre políticas públicas efetivas e educação inclusiva aumentam as oportunidades de independência na vida adulta; jovens com deficiência que frequentam escolas inclusivas tem mais chances de serem independentes comparados aos que frequentaram ambientes segregados; acessar uma escola inclusiva contribui para o aumento de oportunidade de acesso e participação em diversas atividades, principalmente o lazer (European Agency for Development in Special Needs Education, 2018). O documento reforça a importância da relação da educação inclusiva com outras políticas públicas, afirmando que uma educação inclusiva, de qualidade, aliada a políticas públicas que garantam a satisfação das necessidades básicas levam à inclusão social. Outro ponto importante, é que a educação inclusiva não visa apenas o desempenho acadêmico, mas também a realização e participação social e autonomia para a vida, sendo assim outro elo com a inclusão social (European Agency for Development in Special Needs Education, 2018).

Ainda na temática da relação da educação inclusiva e inclusão social, o *Relatório do Desenvolvimento Humano (2021 – 2022)* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], traz importantes afirmações sobre essa relação, afirmando que o que acontece na escola é ampliado para a sociedade, se o indivíduo tem voz na escola, esse ato ecoa para a comunidade. O documento ressalta que a educação inclusiva é também uma forma de quebrar paradigmas societários e cultivar novos valores culturais e éticos (PNUD, 2022).

As discussões sobre o papel da educação para a mudança das normas sociais encaram as escolas como um espaço que personifica a inclusão e a diversidade. As práticas pedagógicas também afetam as crenças dos alunos e a confiança nas instituições. A educação não só dita o conteúdo da aprendizagem dos alunos – o quê – mas também o como e com quem. O como refere-se a práticas pedagógicas que têm um impacto nas crenças e mundividências dos alunos. (PNUD, 2022, p. 189)

É possível afirmar, portanto que as legislações e orientações na área da educação inclusiva impactam diretamente na inclusão social dos indivíduos (European Agency for Development in Special Needs Education, 2018), no entanto, tão importante quanto ter essas legislações, é fazer com que a sociedade tenha conhecimento delas, veja e acolha as diferenças. Socializar e democratizar as informações é imprescindível para fortalecer a luta pelos direitos. Mioto (2009), afirma que essa socialização, parte principalmente da relação entre profissional<sup>9</sup> e o sujeito, no entanto essa prática exige um reconhecimento dos direitos de cidadania da pessoa envolvida, é um processo de cunho educativo “que possibilita aos usuários<sup>10</sup>, a partir de suas individualidades, apreender a realidade de maneira crítica e consciente, construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais) e interferir no rumo da história de sua sociedade” (Mioto, 2009, p. 4).

Numa análise macrossocial superficial, é possível perceber que as barreiras que as pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas e outras minorias, enfrentam em seu cotidiano são diversas e giram em torno de todas as áreas de sua vida. Partindo inclusive da ideia geral de constituição enquanto ser social, ou seja, seu próprio reconhecimento como um sujeito, pois esse entendimento depende do reconhecimento da sociedade, Dantas et al. (2010) e Kritsch & Ventura (2019).

A partir do que foi exposto é possível concluir que no campo jurídico do reconhecimento dos direitos as premissas são extremamente positivas e inclusivas; já na execução dessas premissas as abordagens são muito mais integrativas do que inclusivas e nem sempre reconhecem os envolvidos como sujeitos de direitos; no que diz respeito ao cuidado e afeto familiares tem-se a dificuldade no acesso e informação sobre seus direitos; e enquanto sociedade e relações sociais é possível afirmar que: muitos ainda agem com desconhecimento e certo preconceito, as instituições ainda

---

<sup>9</sup> Neste caso a autora fala dos assistentes sociais, no entanto é possível pensar na responsabilidade desse processo educativo com qualquer profissional que lide com pessoas, principalmente os professores.

<sup>10</sup> No Brasil, chama-se de usuários qualquer pessoa que use os serviços públicos.

possuem barreiras arquitetónicas e atitudinais, que privam as pessoas com deficiência de gozar de liberdades e de autonomia.

### 3.3.1 - Legislações e recomendações em Educação Inclusiva em Portugal

Em relação a educação inclusiva, Portugal, como todos os países, passou por inúmeras mudanças ao longo do tempo, no entendimento do que é inclusão, tendo as fases demarcadas pelo ensino tradicional, integrativo e agora caminhando para o inclusivo.

Portugal realizou, nas últimas décadas, grandes mudanças para reformar o sistema educativo. Desde a década de 1970 que a inclusão se tornou uma parte importante da agenda educativa, tendo-se registado esforços, intensificados na década de 90, no sentido de promover a integração de alunos/as com NEE nas escolas regulares. Em 2008, o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, definiu o apoio especializado para a inclusão destes/as alunos/as e, uma década depois, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, afastando-se da abordagem unidimensional da inclusão na educação como a mera participação de alunos e alunas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas escolas regulares, alarga os esforços de inclusão para todos/as os/as alunos/as, tornando-a a pedra angular da política educativa e uma responsabilidade fundamental do sistema educativo. (CNE, 2022, p. 4).

Como citado no trecho acima, a educação inclusiva em Portugal é orientada atualmente pelo Decreto de Lei nº 54 de julho de 2018, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, baseado no que referem os documentos da união europeia, com o intuito de garantir o ensino a todas as crianças e adolescentes, garantindo e respeitando os processos individuais de cada estudante. O referido documento, entende a educação inclusiva como um processo. Uma das características enaltecidas pelo documento é que o processo de ensino e aprendizagem deve ser flexível, considerando a inclusão como algo benéfico para todos (Decreto-lei nº 54/2018, 2018).

Em seu artigo 3º, o decreto de lei, estabelece os princípios orientadores da educação inclusiva, sendo eles: **Educabilidade universal**, no qual reconhece que com os apoios

necessários todos tem potencial de aprender; **Equidade**, para que todos os estudantes tenham acesso aos apoios que necessitam; **Inclusão**, como direito de participação plena e efetiva em todos os contextos educativos; **Personalização**, na qual é feito um plano de acordo com as necessidades, potencialidades e interesses do indivíduo; **Flexibilidade**<sup>11</sup>, que envolve tanto as questões curriculares, mas também de tempo e espaço, com o intuito de dar resposta efetivas as especificidades de cada estudante; **Autodeterminação**, que diz respeito ao incentivo a autonomia do indivíduo, portanto, suas vontades e interesses são acolhidos, bem como, ele participa do processo de tomada de decisões; **Envolvimento parental**, estabelecido como o direito, mas também o dever dos pais e encarregados da educação de participarem em todos os níveis do processo educativo do estudante e também ter acesso a informações precisas e objetivas; **Interferência mínima**, as intervenções devem ser realizadas por instituições que sejam realmente necessárias para o desenvolvimento do estudante, respeitando a vida familiar. (Decreto-lei nº 54/2018, 2018)

Sendo a inclusão um processo, a necessidade de acessar medidas de suporte a aprendizagem também se configura com um processo flexível que deve ser reavaliado sempre que possível ou necessário ao longo da trajetória escolar. No artigo 6º o decreto disserta sobre os objetivos das medidas de suporte a aprendizagem, explanando que eles tem como princípio a resolução das necessidades e o alcance máximo da potencialidade de cada indivíduo. Enfatizando que esse processo deve acontecer em condições de equidade no acesso as oportunidades e deve respeitar o tempo de cada um. E para alcançar sucesso nessas medidas os profissionais devem desenvolver um trabalho colaborativo e de corresponsabilidade entre todos os envolvidos. (Decreto-lei nº 54/2018, 2018)

As medidas devem ser organizadas em três níveis de intervenção, como estabelece o artigo 7º, são elas: medidas universais, seletivas e adicionais. As medidas implementadas devem ser monitorizadas sistematicamente para que os profissionais descubram se estão funcionando ou se será necessário mobilizar outras medidas. Podem ser utilizadas medidas de diferentes níveis ou estabelecer<sup>12</sup> outras, que não estão listadas no decreto, mas que se enquadrem no caso especificamente. (Decreto-lei nº 54/2018, 2018)

O artigo 8º disserta sobre as medidas universais, que são ações que podem ser aplicadas a todos os alunos com o objetivo de melhorar a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, os relacionamentos sociais e a vivencia em sociedade. A lei 116/2019, acrescenta ainda o carater preventivo e temporário de tais medidas. O texto destaca as seguintes medidas: diferenciação pedagógica; acomodação curricular; enriquecimento curricular; promoção do comportamento pró social; intervenção em

---

<sup>11</sup> Item em conformidade com a lei 116/2019. Primeira alteração por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.

<sup>12</sup> Item em conformidade com a lei 116/2019. Primeira alteração por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.

pequenos grupos, com foco acadêmico ou comportamental. (Decreto-lei nº 54/2018, 2018)

Em relação as medidas seletivas, o artigo 9º estabelece que são aquelas que visam complementar o suporte as necessidades educativas que não foram supridas pelas medidas universais. As seletivas são definidas pelos: percursos curriculares diferenciados; adaptações curriculares não significativas; apoio psicopedagógico; antecipação e reforço das aprendizagens; apoio tutorial. Essas medidas são realizadas com recursos materiais e humanos presentes na escola (Decreto-lei nº 54/2018, 2018).

O artigo 10º, traz as medidas adicionais que exigem recursos especializados de apoio a aprendizagem. Essas medidas visam a resolução de dificuldade persistentes a nível de: comunicação, interação, cognição e aprendizagem e a aplicação dessas acontece quando as universais e as seletivas são insuficientes. As medidas adicionais são: frequência do ano de escolaridade por disciplinas; adaptações curriculares significativas; plano individual de transição; desenvolvimentos de metodologias e estratégias de ensino estruturado; desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social. (Decreto-lei nº 54/2018, 2018).

O decreto de lei ainda estabelece quem são os responsáveis pela aplicação, monitorização e avaliação de cada medida e também como esse processo deve acontecer. Define ainda os recursos específicos de apoio a aprendizagem e como a equipe multidisciplinar de apoio a educação inclusiva é formada. O documento disserta ainda sobre os mecanismos de apoio dentro e fora das escolas, bem como sobre as escolas de referência (intervenção precoce, bilingue e da visão). E ressalta os direitos de participação em avaliações, com as devidas adaptações para cada aluno. (Decreto-lei nº 54/2018, 2018).

Um ponto importante no texto do decreto é a relação entre as medidas de apoio e as necessidades educativas (NE), fortalecendo a ideia de que qualquer aluno, ao longo da vida acadêmica pode necessitar de medidas de apoio. Portanto, essas ações não estão mais intrinsecamente ligadas as NE, sendo assim, estabelece também que alguns tipos de medidas podem ser universais e benéficas para todos os alunos, não precisando mais separá-los em categorias ou diagnósticos. O enfoque, portanto, passar a ser dar respostas as necessidades educativas.

Outro documento relevante para esse trabalho é o *Recomendação sobre o acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva*, de 2022, que corrobora com todos citados até aqui, no tocante à importância da inclusão e da construção da *escola para todos* que acolhe a diversidade dos estudantes. Entendendo que a inclusão é um processo que está sempre em movimento e se reconstruindo. “Mas a inclusão é um processo dinâmico (UNESCO, 2020) que visa promover uma educação de qualidade para todos e todas, respeitando a diversidade, as necessidades e expectativas de todos/as e de cada um/a, eliminando todas as formas de exclusão” (CNE, 2022, p. 2).

O referido documento, aborda a temática da educação intercultural, que é um dos temas centrais da questão educacional que envolve os migrantes, essa interculturalidade perpassa todas as disciplinas, deve ser vivida no cotidiano da escola e extrapolada para a sociedade. Outro ponto é que essa visão traz uma reflexão e questionamentos sobre as narrativas dominantes na história, pois muitas vezes estarão presentes a visão do colonizado e do colonizador, o que enriquece o debate e promove uma nova visão de sociedade.

O paradigma da educação intercultural introduz, por sua vez, a importância da interação e do diálogo entre as culturas como ferramentas de aprendizagem mútua, de reciprocidade e de troca, numa lógica baseada não apenas no respeito pelas identidades, mas também na procura de compreensão mútua e da convivência pacífica. É, por isso, um conceito que não envolve apenas as minorias. Perfilhamos o entendimento de Giménez Romero (2010) quando afirma que “Entendemos a educação intercultural (...) como um movimento pedagógico para todos (...) não apenas uma proposta educativa para os imigrantes e para as minorias étnicas, mas uma proposta para toda a sociedade (p. 21)”. (CNE, 2022, p. 4)

Nesse sentido, é possível perceber o quão positivo é esse enfoque multicultural, no entanto, ele deve ser usado não somente para enaltecer as diferenças culturais, mas também para achar pontos em comum, gerar, além da curiosidade, solidariedade e empatia entre os envolvidos. No entanto, é importante ressaltar que a ideia não é apagar a diferença e sim entendê-la e acolhê-la a partir de outras perspectivas.

O enfoque exclusivo na diferença leva frequentemente a uma certa folclorização e comemoração do exótico através da exploração dos elementos mais visíveis das culturas como as festividades, gastronomia e os trajes típicos, ao invés da busca pelas semelhanças entre as diversidades, pelo sentimento de pertença e pelo respeito individualizado de cada aluno ou aluna. (CNE, 2022, p. 4)

Considerando que a inclusão educacional e a social andam juntas, o documento aborda, de forma enfática, a necessidade de incluir os estudantes migrantes fortalecendo sua participação no processo de ensino e aprendizagem, na comunidade

escolar e na comunidade em geral. Para tanto é necessário que os alunos e suas famílias sejam acolhidos, que tenham senso de pertencimento e se sintam valorizados.

Neste contexto, medidas que promovam a inclusão dos/as alunos/as no sistema educativo através do acesso ao currículo, do sucesso escolar e da garantia do seu sentido de pertença e valorização pessoal tornam-se uma prioridade, promovendo-se uma política de educação centrada nas pessoas, que garanta equidade, qualidade e igualdade de oportunidades. (CNE, 2022, p. 5)

Alem dessas medidas citadas, o documento informa ainda que todos os documentos da política de educação, devem referir-se à *educação inclusiva* e a não discriminação, com o objetivo de promover o desenvolvimento máximo de cada estudante, explorando todos os seus potenciais (CNE, 2022). Para que o sucesso educacional seja alcançado por todos, o documento aborda um conjunto de princípios orientadores da educação inclusiva, são eles:

promover a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem; garantir uma escola inclusiva que promova a igualdade e a não discriminação, cuja diversidade, flexibilidade, inovação e personalização respondem à heterogeneidade dos/as alunos/as; valorizar a língua e a cultura portuguesas como veículos de promoção da identidade nacional; valorizar as línguas estrangeiras como veículos para promover a identidade global e multicultural; facilitar o acesso a informação e tecnologia; valorizar a diversidade linguística da comunidade e dos/as alunos/as, como expressão de identidade coletiva e promover a cidadania e a educação para o desenvolvimento da intervenção pessoal, interpessoal e social durante toda a escolaridade obrigatória (CNE, 2022, p. 5).

Esses princípios norteadores devem fazer parte de todas as iniciativas relacionadas a educação. Além das estratégias já citadas no Decreto de lei 54/ 2018, é importante citar uma das iniciativas, que corrobora perfeitamente com o arco teórico deste trabalho, que é a criação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (DGE, 2017), que incluiu no currículo nacional a área de estudos de Cidadania e Desenvolvimento que promove o debate e a reflexão crítica sobre diversidade,

equidade, inclusão. Fortalecendo a importância dos alunos participarem e desenvolverem projetos que promovam a inclusão social e a construção de uma sociedade justa e equitativa. A ideia é apresentar aos estudantes “um vasto leque de questões em torno da diversidade e consciência cultural, com vista ao desenvolvimento do respeito e aceitação de outras culturas, etnias e minorias nacionais, bem como identidade de género e orientação sexual” (CNE, 2022, p. 6).

Essa iniciativa é de extrema importância, principalmente no que diz respeito ao sucesso educacional de pessoas migrantes, pois o documento cita um estudo realizado por Guerra et al. em 2019, que envolveu crianças que não tinham NE, e os resultados demonstraram que os estudantes migrantes apresentam baixos níveis de bem-estar e aceitação pelos seus colegas, comparados a outras crianças portuguesas. Essas diferenças são mais marcantes principalmente no primeiro ciclo. O desempenho escolar desses alunos é inferior aos dos portugueses, mesmo quando não existe a barreira da língua. A pesquisa descreve ainda que a discriminação é maior em alunos migrantes e isso provoca desordens socio emocionais. Portanto, é de extrema importância a discussão, a nível escolar e societário, sobre discriminação, racismo e xenofobia (CNE, 2022).

O conselho Nacional de Educação, publicou em 2020 a recomendação nº5/2020 sobre “A cidadania e a Educação Antirracista” na qual aborda a importância de discutir o termo raça, num viés sociológico, reconhecendo que a sociedade foi contruída em cima desse ideário, ou seja, o racismo é estrutural (assim como o machismo). O documento cita Kendi (2019, p. 53), que afirma:

a estratégia pós-racial bem-intencionada não faz sentido no nosso mundo racista. A raça é uma miragem, mas uma miragem em torno da qual a humanidade se organizou de formas bem reais. [...] o mito pós-racial de que falar de raça constitui racismo, ou de que se pararmos de nos identificar através da raça, o racismo miraculosamente desaparece. [...] falha em reconhecer que, se deixarmos de usar categorias raciais, não seremos capazes de identificar a desigualdade racial (CNE, 2020, s.p.).

Novamente, nesse documento a questão da importância dos dados foi abordada, atentando sobre a importância de fazer um recorte racial e étnico nas pesquisas. Vale ressaltar que como é um dado que sempre deve estar ligado a autodeclaração, ou seja o pesquisador pergunta ao individuo e não supõe. Sendo assim o CNE recomenda que:

a recolha de dados sobre raça e etnia na caracterização de aluna/os dos vários níveis e sistemas de ensino. O reconhecimento da discriminação ou injustiça

racial implica uma efetiva monitorização do impacto destas variáveis, que possa informar as políticas públicas e ajudar ao desenvolvimento de medidas corretivas visando a equidade do acesso e sucesso em todos os níveis de educação e formação. (CNE, 2020, s.p.).

Essas recomendações e orientações, fortalecem a ideia de que a escola deve educar seus estudantes para serem, acima de tudo, cidadãos, que tenham seus direitos de cidadania respeitados e que de forma alguma neguem o direito a cidadania e de existir a outros. Nesse sentido, é importante combater a despolitização e o esvaziamento de temas tão importantes e descolonizar a educação, para desconstruir uma infinidade de preconceitos, construindo uma educação voltada para a cidadania (CNE, 2020, s.p.).

## Capítulo IV - Enquadramento Metodológico

*“Esse país não é meu. Nem vosso ainda, poeta. Mas ele será um dia o país de todo homem.” (Carlos Drumond de Andrade).*

Neste capítulo será abordado o processo de trabalho para a realização deste estudo, ou seja, o tipo de pesquisa, os objetivos, os instrumentos utilizados, os procedimentos de recolha de dados, os sujeitos envolvidos e o tratamento de dados obtidos através do Questionário das Necessidades das Famílias (QNF) e do Questionário Socioeconómico (QSE).

### 4.1 - Questão de investigação e objetivos do estudo

Considerando que atualmente, como já citado, Portugal tem sido o destino de migração de pessoas de vários lugares do mundo, tornando-o um país com uma enorme diversidade de etnias. Esse acolhimento de sujeitos de diversas culturas, implica diretamente em uma análise de como esse processo está acontecendo, principalmente nas escolas. E reconhecendo que a questão da imigração, bem como o enfoque nas necessidades das famílias de crianças e adolescentes com necessidades educativas, são temáticas que envolvem diretamente a inclusão.

A contribuição desse estudo está diretamente ligada a possível melhoria do processo de inclusão e participação social das famílias migrantes, pois através dos resultados será possível identificar as principais demandas das famílias com crianças e adolescentes com necessidades educativas e propor soluções, ideias e construir estratégias coletivas para que possam transpor essas barreiras.

Para adentrar nessa realidade da temática escolhida, foi elaborada a seguinte questão de investigação: ***Quais as necessidades das famílias brasileiras, de crianças e adolescentes com necessidades educativas, incluídos em escolas do concelho do Fundão?***

Os objetivos pensados a partir da questão investigativa são os seguintes:

- Identificar as necessidades mais frequentes das famílias brasileiras de crianças e adolescentes com necessidades educativas que residem no concelho do Fundão;
- Identificar as necessidades prioritárias dessas famílias;
- Analisar de que forma as características das famílias brasileiras (QSE) se relacionam com as necessidades elencadas pelo QNF;

- Propor ideias, soluções e estratégias que possam contribuir eficazmente com o processo de inclusão e o aperfeiçoamento de políticas públicas.

## 4.2 - Caracterização do tipo de pesquisa

A escolha pelo tipo de pesquisa se dá principalmente pelo interesse de conhecer e refletir sobre a situação de vida dos sujeitos envolvidos e também pela oportunidade de produzir novos conhecimentos e contribuir com possíveis respostas as demandas que surgirem. A pesquisa é essencialmente naturalista, pois trata-se apenas da recolha de dados e não interferência na realidade atual. Os dados colhidos são essencialmente qualitativos, no entanto haverá análises quantitativas para compreendê-los.

A investigação, portanto, é um estudo de caso de caráter qualitativo, que tem por objetivo conhecer a opinião dos sujeitos envolvidos. De acordo com Rego et al. (2018), a pesquisa qualitativa tem o objetivo mostrar elementos específicos da realidade. “Uma vez que a investigação qualitativa trabalha normalmente com pequenos números, compete aos autores explicar a razão pela qual os seus números são adequados para responder à pergunta de investigação” (Rego et al., 2018, s.p.).

Ao dissertar sobre pesquisa qualitativa, Martins (2004), cita Fernandes (1977) quando este autor salienta que nesse tipo de pesquisa são desenvolvidos “determinados procedimentos de obtenção, verificação e sistematização do conhecimento e uma concepção do mundo e da posição do homem dentro dele” (Fernandes, 1977 as cited in Martins, 2004, p. 291).

Ainda no que tange ao caráter qualitativo, Martins (2004), evidencia que “A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva [no sentido do que já foi aprendido teoricamente]” (p. 292).

Sendo assim, constatamos a riqueza e a importância das pesquisas qualitativas que abordam as características de vida de um sujeito ou grupo, suas opiniões, em tempo real. Essa investigação será caracterizada como um estudo de caso, com sujeitos singulares, escolhidos intencionalmente pela pesquisadora. Duarte (2022) cita, indiretamente, os estudos de Yin (1994) quando afirma que:

um estudo de caso tem como objetivo explorar, descrever e explicar as unidades particulares, sociais ou educativas. Este autor defende que um estudo de caso é um projeto de investigação adequado ao estudo de uma determinada situação com algum nível de profundidade e durante um certo período. (Yin, 1994 as cited in Duarte, 2022, p. 62)

A escolha desse método se dá pela valorização da opinião dos sujeitos envolvidos e pela “tentativa de ver o indivíduo não mais como objeto, mas como sujeito do conhecimento e da história” (Martins, 2004, p. 298), e pela possibilidade de explorar mais detalhadamente situações reais e atuais. Portanto, a ideia principal é transformar essas opiniões, tanto a do pesquisador, quanto a do sujeito, em contribuições úteis para confrontar a realidade social e obter avanços no processo de construção e respeito das diversidades, da solidariedade e da capacidade de escuta e acolhimento. (Martins, 2004).

De acordo com Mills (1959, as cited in Martins, 2004), acredita-se que o conhecimento também deve ter esse viés (subjetivo) direcionado a indivíduos ou grupos que dele necessitem, para este autor o “conhecimento teria de se transformar em discurso político eficaz” (p. 299). Isto significa que a produção de conhecimento direcionada a sujeitos ou grupos deve ser acessível para estes e para todos os outros.

Esse exercício de construção de conhecimento com o intuito de democratização e socialização das informações remete ao exercício da dialética, na qual opiniões diferentes dos sujeitos envolvidos, colidem, junto também com as teorias, e a partir da reflexão é possível formar novos conceitos que sejam úteis para a sociedade.

### **4.3 - Técnicas e instrumentos de recolha de dados**

Após a escolha do tipo de estudo, é necessário escolher o instrumento que melhor se adapta a opção, de acordo com Minayo (2014), citada por Rafagnin et al, (2020) “Os instrumentos de coleta de dados na pesquisa social objetivam fazer a mediação entre os marcos teóricos-metodológicos e a realidade empírica” (p. 2138), com o intuito de explorar ao máximo o fenômeno estudado.

Para essa pesquisa optou-se pelo uso de inquérito por questionário, usando o “Questionário sobre as Necessidades das Famílias” (QNF), traduzido e adaptado para a realidade sócio-cultural portuguesa por Pereira (1996). E com o intuito de complementar a pesquisa, também será utilizado um outro questionário socioeconómico (QSE), por nós elaborado, com o objetivo de caracterizar as famílias e conhecer algumas questões socioeconômicas que permeiam seu cotidiano. De acordo com Gil (1999), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (p. 128).

A triangulação dos dados seguirá a premissa proposta por Triviños (1987), citada por Bruning et al (2018), que enfatiza que a triangulação acontece por diversos níveis de análise que compõem um mesmo fenômeno, de acordo com o autor, o processo,

[...] tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. (Triviños 1987 as cited in Bruning et al., 2018, p. 284)

Sendo assim, nessa pesquisa, a triangulação será garantida devido: ao questionário aplicado a sujeitos diferentes; a diferenciação das características das famílias; a abordagem sócio-histórica; a validação através da revisão da literatura na área, legislações e trabalhos anteriores.

#### **4.3.1 - O Questionário sobre as Necessidades das Famílias (QNF)**

O instrumento utilizado para avaliar as necessidades das famílias foi uma adaptação do “Family Needs Survey” (FNS, 1988) desenvolvido por Donald B. Bailey, e Rune J. Simeonsson da University of North Carolina at Chapel Hill e posteriormente traduzido e adaptado por Pereira (1996). Este já foi previamente apresentado no capítulo I deste trabalho, no entanto é importante ressaltar que o instrumento original foi confeccionado a partir de uma cuidadosa revisão do estado da arte no trabalho com famílias, discussões com especialistas na área (teórico e clínicos), revisão de dados de questionários anteriores. Além de fase de teste e revisão por um grupo de especialistas (Pereira, 1996).

Como já citado anteriormente, o QNF é composto por 6 categorias, totalizando 28 itens a serem respondidos:

- Necessidades de Informação (composto por 7 itens).
- Necessidades de Apoio (composto por 7 itens).
- Necessidade de Explicar a Outros (composto por 4 itens).
- Necessidade de Serviços da Comunidade (composto por 3 itens).
- Necessidades Financeiras (composto por 4 itens).
- Funcionamento da Vida Familiar (composto por 3 itens).

Cada item das categorias terá uma classificação de 1 a 3 sugerindo uma gradual complexidade da necessidade, sendo assim, o número 1 significa “não necessito deste tipo ajuda”, 2 remete a “não tenho a certeza” e o número 3 corresponde a “necessito desse tipo de ajuda”.

A parte final QNF apresenta uma questão de resposta fechada, onde se pretende conhecer as necessidades prioritárias das famílias. Assim, solicita-se aos inquiridos que, de acordo com as necessidades, assinalem os 10 principais itens que correspondem às suas maiores necessidades.

Outra questão, fechada, está relacionada a outras necessidades que os responsáveis consideram importante, mas que não foram abordadas no QNF.

As 6 categorias pretendem recolher as seguintes informações (Pereira, 1996):

- **Necessidades de informação:** os responsáveis precisam de informações sobre a condição que envolve seus filhos; sobre manejo; sobre atendimentos e serviços; e sobre o prognóstico futuro, e o conjunto dos 7 itens avalia as necessidades das famílias quanto à informação.

- **Necessidades de apoio:** constituída por 7 itens, tem como objetivo avaliar os apoios e recursos formais e informais que a família tem acesso e identificar possíveis estressores. A categoria avalia as necessidades em relação ao diálogo, acolhimento e construção de uma rede de apoio (familiar, amigos, outros responsáveis na mesma situação, técnicos e instituições) para a família, possibilitando momentos de escuta, troca e reflexão.

- **Explicar a outros:** constituída por 4 itens que avaliam as necessidades das famílias de relatarem aos outros (sejam membros da própria família, amigos, profissionais ou estranhos) sobre a deficiência e/ou necessidade educativa do indivíduo, bem como conseguir expressar como é ser responsável por essa pessoa.

- **Serviços da comunidade:** constituída por 3 itens, que pretendem avaliar como os responsáveis muitas vezes necessitam de algo além da informação, tal como acessar a serviços de apoio social e educativo, muitas vezes de apoio concreto para obter esses serviços, através de indicações.

- **Necessidades financeiras:** formada por 4 itens focados na realidade financeira das famílias, e vai além das necessidades humanas básicas, destacando também as despesas com materiais, próteses, cuidados médicos em geral, atendimentos especializados, entre outros.

- **Funcionamento da vida familiar:** última categoria que inclui 3 itens e cujo intuito é perceber as necessidades das famílias em relação ao cotidiano familiar abordando as necessidades em relação ao diálogo, colaboração, parceria e a divisão de tarefas.

#### 4.3.2 - O Questionário Socioeconómico (QSE)

A ideia de utilizar um questionário socioeconómico, tem o intuito de conhecer e aprofundar os entendimentos sobre a família e o ambiente em que vive. Os dados solicitados estão baseados no que o QNF não contempla, em relação ao conhecimento

da estrutura e ambiente da família, e também nas necessidades humanas básicas definidas por Pereira (2006). Entende-se, portanto, que o estudo socioeconómico da família tem “por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional especialmente nos seus aspectos socioeconómicos e culturais”. (Fávero, 2004, p. 42)

No QSE são solicitados dados em relação à composição do agregado familiar em geral (quem são, sexo, idade, raça), condições económicas e de habitação da família, habilitações literárias e situação trabalhista. No que diz respeito as informações da criança e adolescente, o intuito é conhecer suas necessidades educativas, suas condições de saúde e acesso a mesma e como foi o processo de acesso as medidas referentes as necessidades educativas. Essas informações, articuladas com as recolhidas no QNF irão proporcionar uma visão mais abrangente das famílias, reconhecendo que a situação das famílias “condensam, simultaneamente, as dimensões universais, particulares e singulares da vida em sociedade”. (Iamamoto, 2004, p. 286)

#### **4.4 - Procedimentos e considerações éticas**

A ideia inicial, centrou-se em realizar contato com o agrupamento escolar do concelho do Fundão, para efetuar o levantamento das famílias brasileiras de jovens com necessidades educativas, que residem neste concelho e através da mediação do agrupamento entrar em contato com as famílias. No entanto, após não obter nenhuma resposta através do contato de email com o agrupamento e as escolas individualmente e também não ter respostas após contato telefónico, sentiu-se a necessidade de partir para outra forma de recolher a informação. Assim, posteriormente, tentou-se contato, isoladamente, com alguns profissionais das escolas, que informaram que esses dados não estão computados e de fácil acesso.

A partir disso, pensou-se em algumas alternativas e a que mais foi acessível, foi anunciar a pesquisa em dois grupos de WhatsApp que possuem somente brasileiros que moram no Fundão. Um grupo formado por somente mulheres, com 266 participantes e um outro grupo misto com 295 participantes. Vale lembrar que algumas pessoas participam dos dois grupos. Os anúncios no grupo foram feitos durante 5 semanas, explicando a pesquisa, a motivação e o público-alvo, os anúncios foram feitos em dias de semana diferentes e horários, inclusive ao fim de semana, com o intuito de atingir o máximo de participantes. O link para participação da pesquisa não foi disponibilizado no anúncio durante as 4 primeiras semanas, pois na primeira vez já surgiram muitas dúvidas sobre o que eram NE, então preferiu-se fazer uma triagem em particular com os interessados em participar, evitando assim respostas que não fazem parte do público desejado. Na última semana, no entanto, como já haviam ocorrido explicações sobre a pesquisa nos grupos e com intuito de salvaguardar ainda mais o

anonimato das respostas, o link foi disponibilizado juntamente com o anúncio, obtendo-se mais respostas.

Os questionários (QNF e QSE) foram colocados na plataforma do *google forms* e o link para preenchimento foi enviado individualmente às famílias participantes. No próprio questionário fica evidente o termo de consentimento para a participação (sobre a confidencialidade dos dados), no qual se a pessoa optar que não concorda o questionário se encerra automaticamente. Com o intuito de salvaguardar a privacidade dos sujeitos, os questionários foram aplicados de forma anônima, ou seja, o sujeito não se identificou ao respondê-lo, pois foi acionado a opção “não recolher o email” do formulário.

#### **4.5 - Tratamento de dados**

O tratamento de dados será feito em relação aos objetivos definidos da investigação. Os dados provenientes do QSE serão utilizados para definir a caracterização dos sujeitos da pesquisa e relacionados as necessidades levantadas pelas famílias através do QNF.

Em relação aos dados obtidos através do QNF, primeiramente aqueles fechados, que correspondem a escala de 1 a 3, será feita uma análise percentual que será apresentada em forma de gráficos, tabelas e análises descritivas.

Na questão na qual os participantes devem elencar, por ordem de importância as suas 10 maiores necessidades, atribuiu-se 10 pontos para o item mais importante, 1 ponto para o menos importante e 0 pontos para os que não foram citados.

Referente ao tratamento de dados da última questão do QNF, que é uma pergunta aberta e tem o intuito de conhecer outras possíveis necessidades das famílias que não foram abarcadas no questionário, será feita uma análise de conteúdo das mesmas. Através da análise categorial, os registros serão distribuídos em subcategorias de análise.

#### **4.6 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa**

Neste item serão apresentados os sujeitos deste estudo, que são as famílias de crianças e adolescente com necessidades educativas que migraram do Brasil para o município do Fundão em Portugal. Os dados analisados foram obtidos através do QSE.

#### 4.6.1 - Caracterização dos responsáveis pela criança e/ou adolescente

Os sujeitos dessa pesquisa, foram escolhidos em função dos objetivos propostos para o estudo. Portanto, configuram-se como brasileiros que migraram para o Fundão e são responsáveis por uma criança e/ou adolescente com necessidades educativas. Ao total, 13 famílias se interessaram em participar, a partir do anúncio feito em grupos de *WhatsApp*, 2 desistiram por questões pessoais e relativas a sua migração e 5 não estavam dentro dos critérios. Portanto o estudo contou com a participação de 6 famílias (N= 6).

A partir do que foi perguntado no QSE sobre os responsáveis, serão apresentados abaixo, na forma de gráficos, as questões relativas a quem são esses responsáveis, situação familiar, idade, raça/etnia, sexo, habilitações literárias, situação perante o trabalho, quais áreas das atividades profissionais. Vale lembrar, que como em todo o trabalho, exploramos as questões sobre as diversidades das composições das famílias, no questionário optamos pelo termo *responsável legal 1* e *responsável legal 2* ao invés de pai ou mãe, abarcando assim o máximo de combinações possíveis de famílias e sendo possível assinalar apenas um deles.

##### 4.6.1.1 - Quem são os responsáveis

Como já dito anteriormente, foi solicitado que os participantes definissem quem são os responsáveis legais pelas crianças e adolescentes, no qual poderiam escolher dentre as opções quem é o responsável 1 e 2.

No Gráfico1 é possível perceber que 83,3% das famílias consideram a figura da Mãe como a responsável número 1 e 16,7% consideram o Pai.

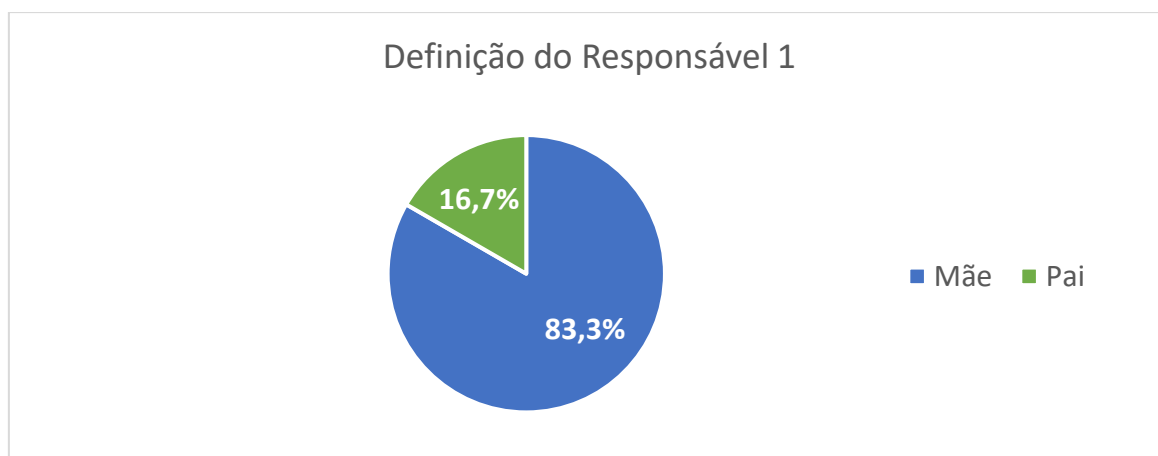


Gráfico 1 - Definição do Responsável 1

Como é possível perceber a figura da mãe é majoritária em relação aos responsáveis. Em relação aos respondentes do questionário essas percentagens se

repetem, ou seja, é possível concluir que os respondentes, nesse caso, se consideram sempre o responsável 1.

No Gráfico 2 é possível perceber 83,3% dos que responderam ao questionário eram mães e 16,7% pais.

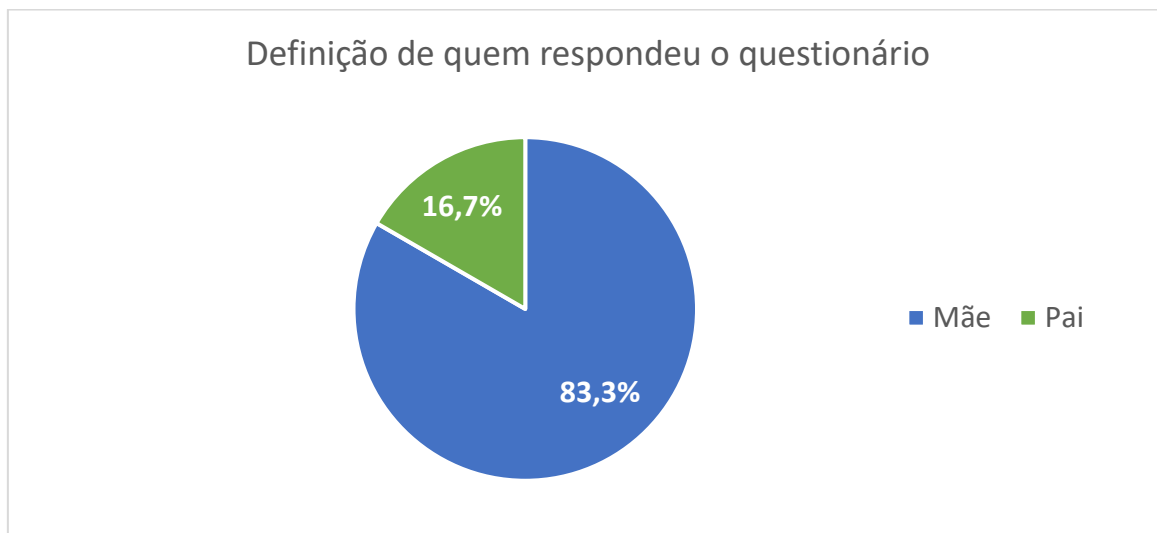


Gráfico 2 - Definição de quem respondeu o questionário

Sobre o responsável 2, verificaram-se respostas na opção “não se aplica”, que deveria ser usada pra famílias monoparentais e respostas repetidas na opção “mãe”. Ao analisar o conteúdo das respostas de forma individual, percebeu-se que não se tem famílias monoparentais e sim reconstituídas. Essa estrutura familiar denominada de reconstituída, é baseada no “recasamento”, ou seja, famílias, principalmente as com filhos, que constroem novos laços afetivos após separação/divórcio e formam novos arranjos familiares (Carnut & Faquim,2014).

Por esse motivo serão apresentados a seguir, dois gráficos, um com as respostas obtidas pelo questionário (Gráfico 3) e outro com as respostas reais, após análise individual (Gráfico 4), nesse segundo gráfico foi considerado que a criança só tem um responsável, já que os responsáveis legais não assinalaram outra figura.

No Gráfico 3 com as respostas obtidas pelo questionário o responsável 2 é definido por: 33,3% pela mãe; 33,3% pelo pai; 16,7% pelo padrasto e 16,7% em não se aplica.

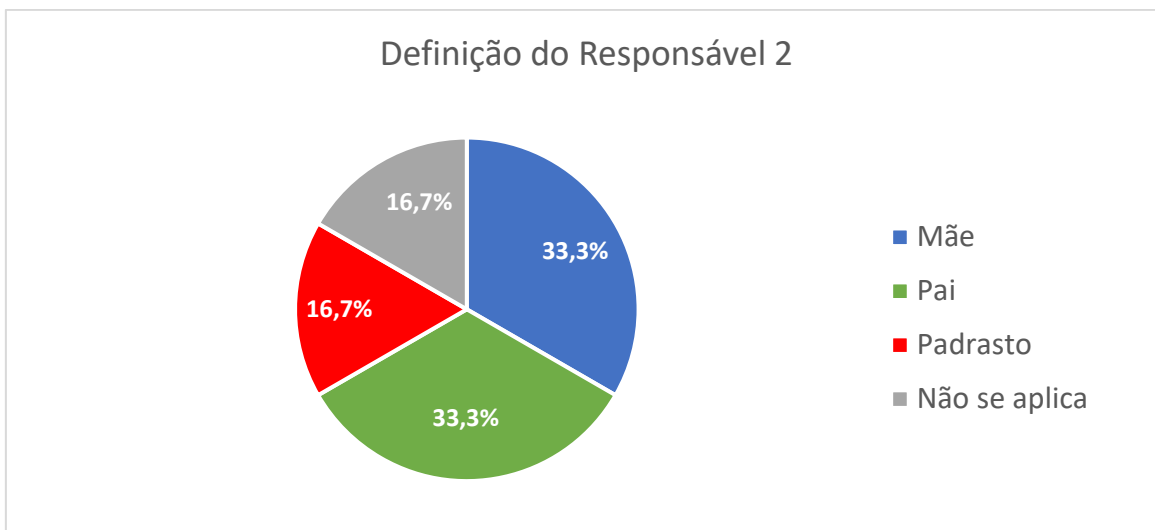


Gráfico 3 - Definição Responsável 2 (a partir do questionário)

Ainda sobre o responsável 2, na análise individual dos questionários, percebe-se, como mostra no Gráfico 4 que a figura do pai corresponde a 33,3%, a mãe a 16,7%; o padrasto corresponde a 16,7% e a categoria não se aplica a 33,3%.

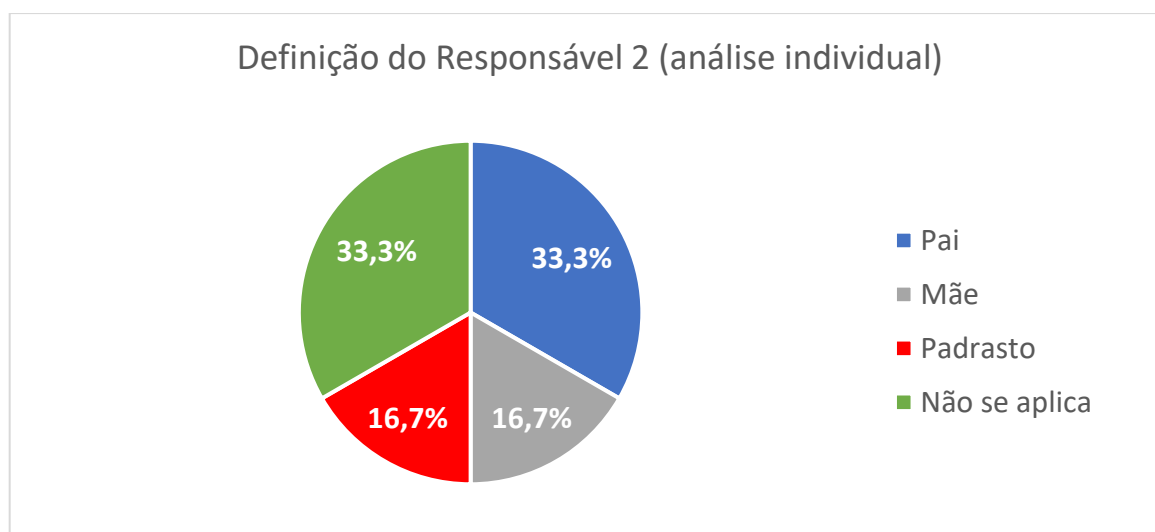


Gráfico 4 - Definição Responsável 2 (a partir da análise individual)

#### 4.6.1.2 - Idade dos responsáveis

Em relação as idades dos responsáveis 1 e 2 a variação de idade dos responsáveis 1 corresponde entre 33 e 45 anos e dos responsáveis 2 de 37 a 46 anos.

No Gráfico 5 sobre os responsáveis 1, no qual foram foram obtidas 6 respostas, fica explicito que 16,7% tem 33 anos; 16,7% tem 35 anos; 33,3% tem 36 anos, 16,7% tem 44 anos e 16,7% tem 45 anos.

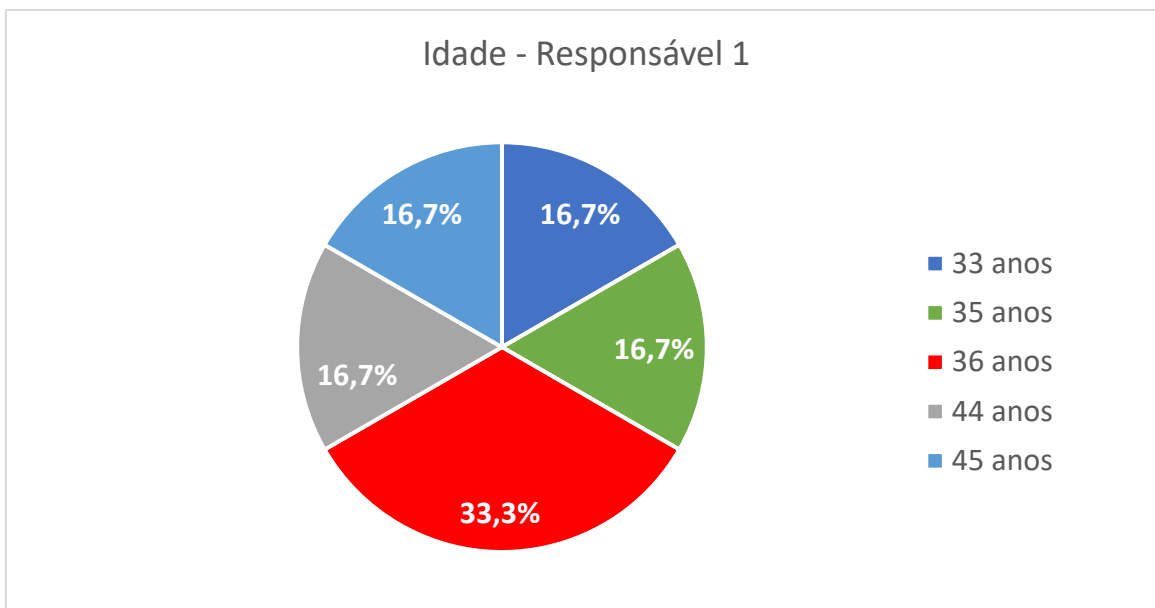


Gráfico 5 - Idade dos Responsáveis 1

As idades dos responsáveis 2 , apresentam-se da seguinte forma: 16,7% tem 37 anos, 33,3% tem 39 anos, 16,7% tem 46 anos e 33,3% não responderam (Gráfico 6).

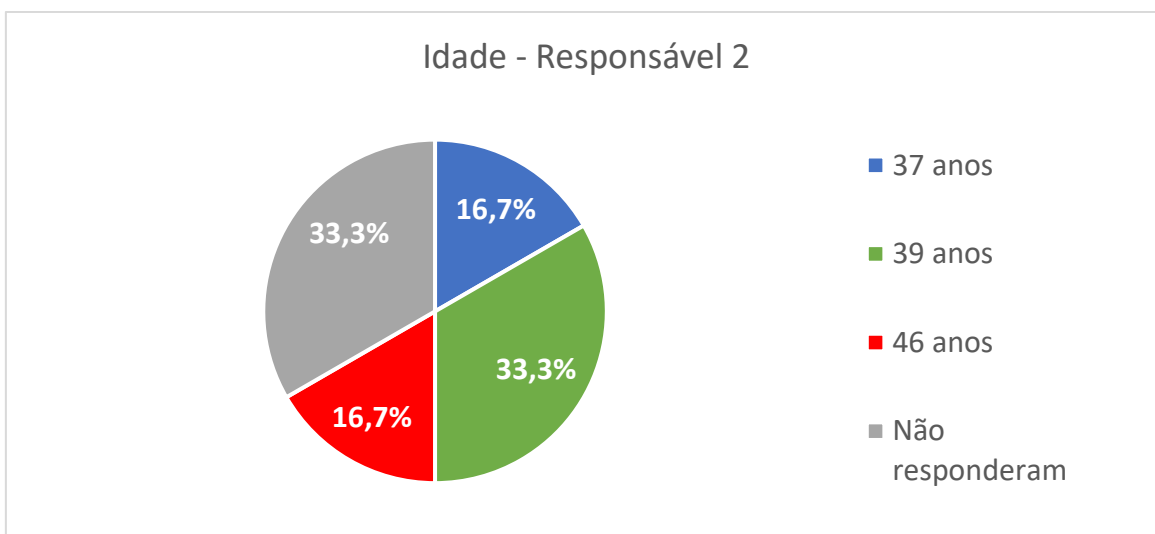


Gráfico 6 - Idade dos Responsáveis 2

#### 4.6.1.3 - Cor / Etnia dos responsáveis<sup>13</sup>

No que se refere a cor/etnia dos responsáveis 1, foram obtidas 6 respostas, como pode ser observado no Gráfico 7, que 50% se consideram brancos e 50% pardos<sup>14</sup>.

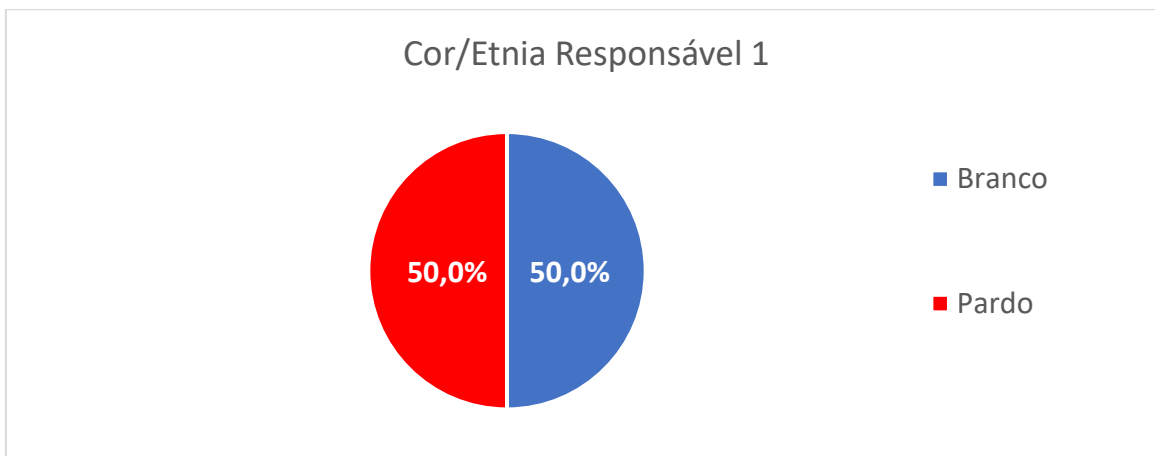


Gráfico 7 - Cor e etnia dos responsáveis 1

A cor/etnia dos responsáveis 2, tem um universo de 4 respostas, nas quais 16,7% são pretos; 16,7% são pardos; 33,3% são brancos e 33,3% não responderam a questão (Gráfico 8).

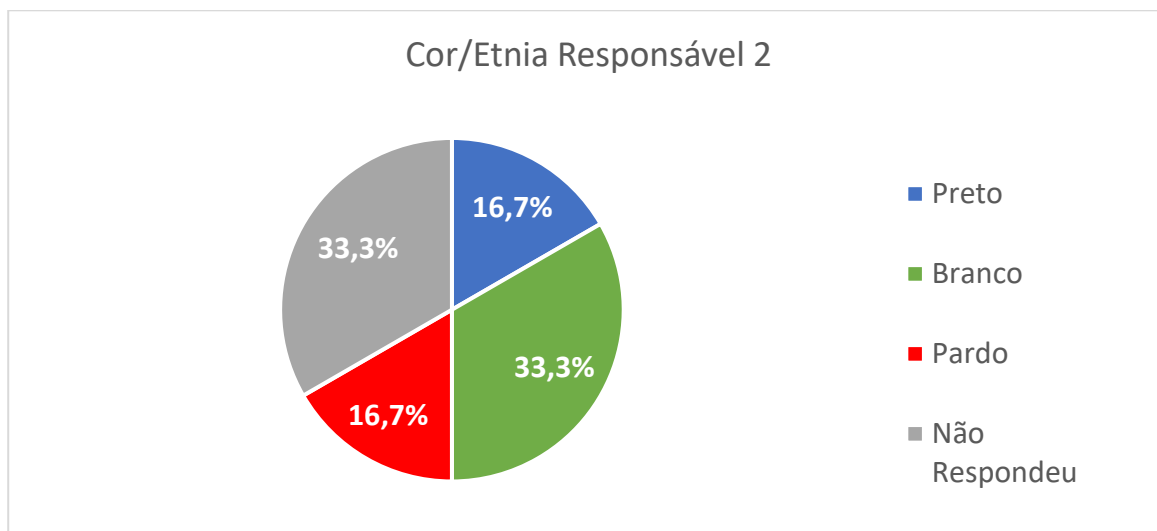


Gráfico 8 - Cor e etnia dos responsáveis 2

<sup>13</sup> Os dados são de acordo com os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pois o censo de Portugal não recolhe essa categoria de informação.

<sup>14</sup> No Brasil o termo pardo é utilizado pelo IBGE, desde 1940, para definir o grupo de miscigenados. No entanto, a utilização do termo gera muitas controvérsias e discussões, atualmente entende-se que seu uso promove o “apagamento racial” e o “embranquecimento” da sociedade. Corroborando com essas discussões, atualmente, os dados gerais publicados pelo IBGE declaram como “negros” aqueles que se autointitulam *negros e pardos*.

#### 4.6.1.4 - Situação familiar

Todos os inqueridos, nessa questão responderam que estão em um relacionamento, ou estão casados ou vivem uma união consensual ou de facto (foi por esse motivo que foi possível concluir que não há famílias monoparentais e sim reconstituídas). Nessa questão também foi possível verificar a ausência de dados em relação ao parceiro (a), ou o responsável 2. Ao analisar outras respostas individualmente, foi que se percebeu a figura do marido/esposa ou companheiro (a). Nesse sentido, neste item será apresentado apenas um gráfico (Gráfico 9) com as percentagens e situação geral, baseadas nas respostas do Responsável 1. Como é possível perceber 66,7% dos inqueridos declaram ser casados e 33,3% vivem em uma união consensual ou de facto.

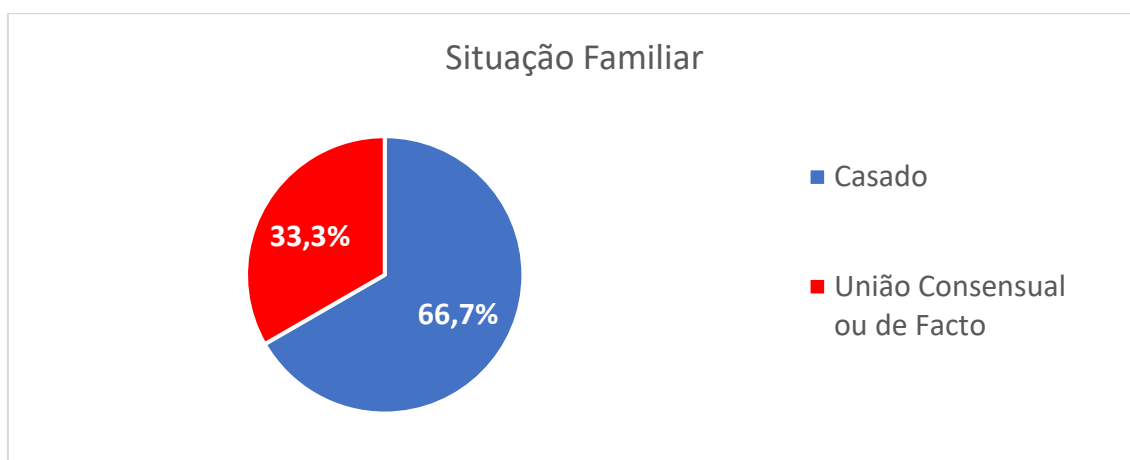


Gráfico 9 - Situação Familiar dos Responsáveis

#### 4.6.1.5 - Habilitações académicas

Na questão sobre as habilitações académicas é possível perceber que dentre os responsáveis 1, a habilitação mínima é o Ensino Médio e a Máxima a Pós-graduação completa. Já em relação aos responsáveis 2 a mínima é o ensino Fundamental e a máxima a Pós-graduação incompleta.

O Gráfico 10 demonstra os valores para cada habilitação, para os responsáveis 1: 16,7% possuem Ensino Médio completo; 8,3% possuem Graduação incompleta; 16,7% possuem Pós-graduação incompleta e 8,3% possuem Pós-graduação completa.

Em relação aos responsáveis 2, 8,3% possuem Ensino Fundamental completo; 8,3% tem Ensino Médio completo; 8,3% Graduação completa; 8,3% Pós-graduação incompleta e 16,7% não responderam.

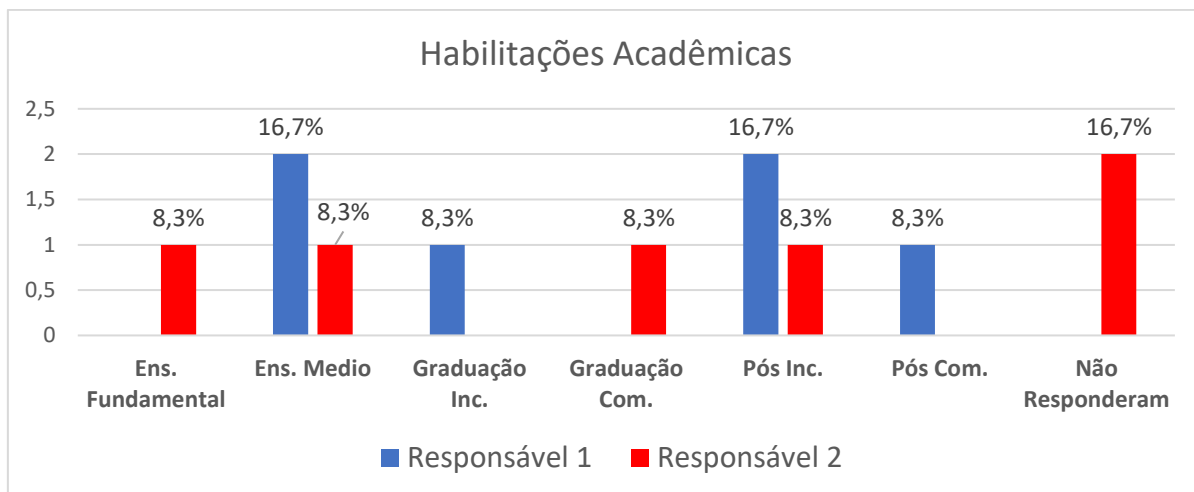


Gráfico 10 - Habilitações Acadêmicas dos Responsáveis

#### 4.6.1.6 - Situação perante o trabalho

Neste item serão abordados a situação perante o trabalho dos responsáveis e suas áreas de. No Gráfico 11 serão demonstrados a situação perante o trabalho dos Responsáveis 1 e 2. Fica evidente que a situação do desemprego afeta mais os responsáveis 1, no entanto estes são também aqueles que mais possuem contratos de trabalho a tempo indeterminado. Nos responsáveis 2, chama-se atenção um único caso de reformado.

No que toca aos responsáveis 1 temos os seguintes percentuais: 25% estão desempregados; 8,3% são autônomos e 16,7% exercem profissões com contratos a tempo indeterminado. Já os responsáveis 2, os dados estão igualmente distribuídos como é possível perceber: 8,3% de desempregados; 8,3% de autônomos; 8,3% exercem profissões com contratos a tempo indeterminado; 8,3% exercem profissões com contratos a tempo determinado; 8,3% são reformados e 8,3% não responderam.

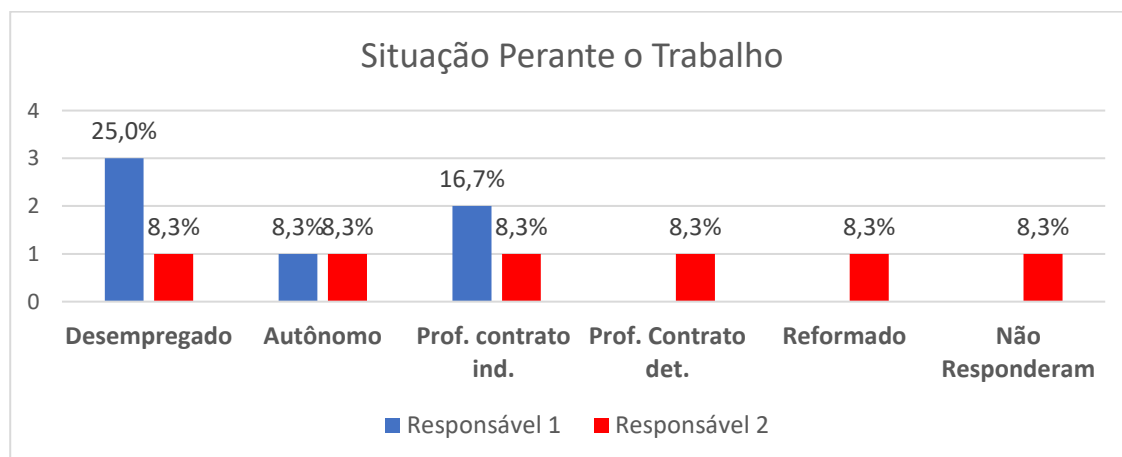


Gráfico 11 - Situação perante o trabalho dos Responsáveis

O Gráfico 12 é uma síntese do 11, para uma melhor visualização da questão do emprego. Dessa forma apresenta-se os resultados de uma maneira global, na qual é possível observar que considerando os responsáveis 1 e 2, a situação define-se como 61,5% estão empregados; 30,8% estão desempregados e 7,7% reformados.

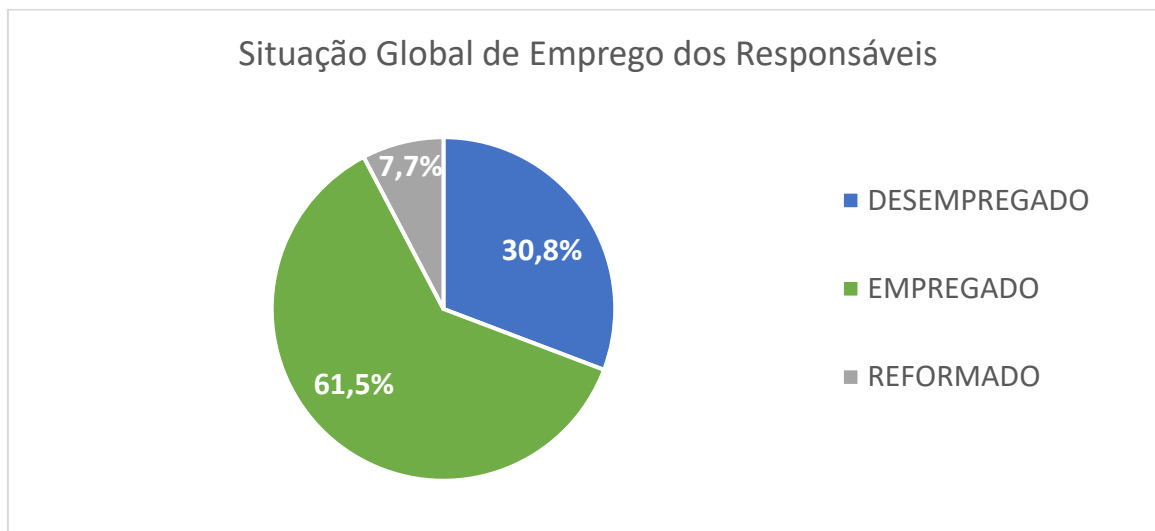


Gráfico 12 - Situação Global de Emprego dos Responsáveis

O Gráfico 13 irá abordar as áreas de domínio em que os responsáveis 1 e 2 atuam ou atuaram. Entre os responsáveis 1, destaca a predominância da área da Saúde. É importante destacar também que nos responsáveis 2 temos 4 respostas, ao invés de 6, pois duas famílias não responderam essa questão.

Sobre os responsáveis 1 é possível afirmar que 8,3% são da área de escritórios; 8,3% administração pública; 8,3% são mecânicos; 8,3% tecnologia da Informação; 16,7% da saúde. Nos responsáveis 2 observa-se quem 8,3% são da área da indústria; 8,3% construção civil; 8,3% tecnologia da informação; 8,3% na área de trabalho com redes sociais e 16,7% não responderam.

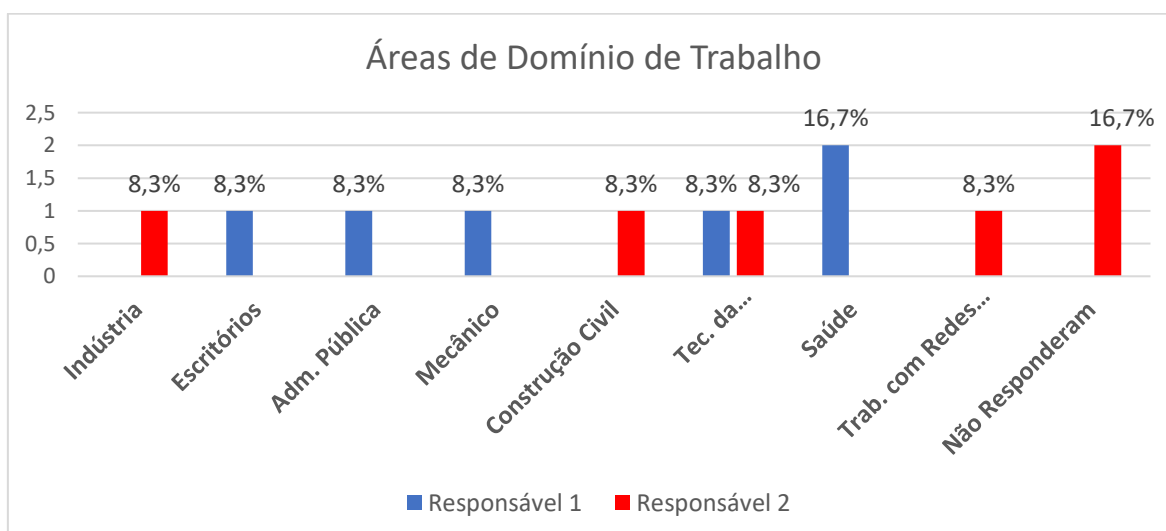


Gráfico 13 - Áreas de domínio de trabalho dos Responsáveis

No Gráfico 14 será demonstrado quantas pessoas possuem renda na família. Do total, 50% tem a renda proveniente dos 2 responsáveis e 50% de apenas um dos responsáveis.

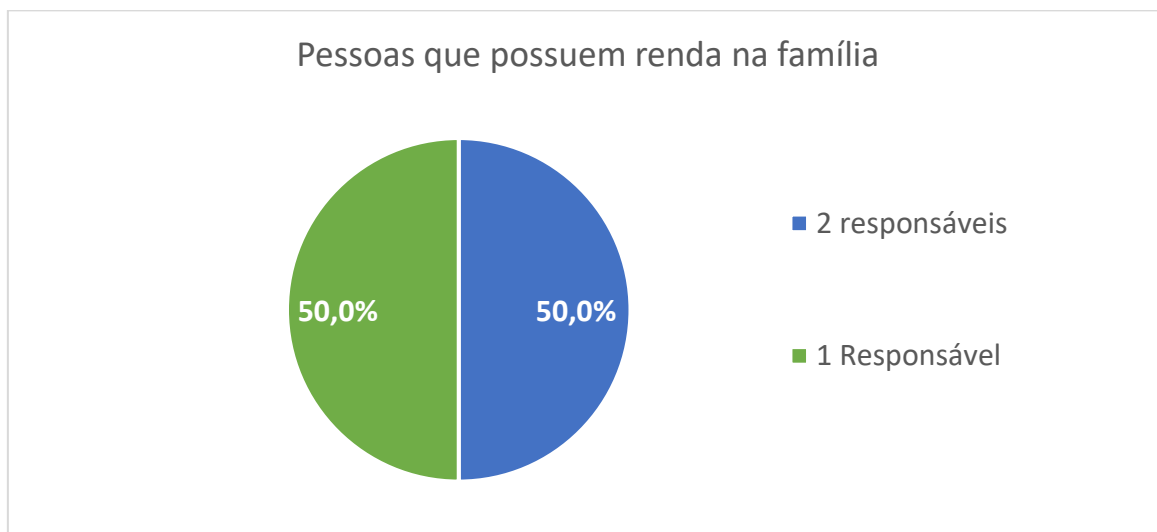


Gráfico 14 - Número de pessoas que possuem renda na família

No que diz respeito a caracterização geral dos responsáveis é possível afirmar que todos estão em um relacionamento, a maioria é branco com idades entre de 33 e 46 anos. Todos tem o ensino fundamental completo. No que concerne a questão do emprego, mais da metade dos responsáveis estão empregados e em todas as famílias existe pelo menos um dos responsáveis com emprego remunerado.

#### 4.6.2 - Caracterização da família da criança ou adolescente

Este item pretende caracterizar as famílias de uma forma geral. Partindo do que foi solicitado no QSE referente a família, com um grupo coletivo, serão abordadas as questões relacionadas a tempo de migração, constituição do agregado familiar, acesso a saúde e habitação, e poder econômico, para compreender melhor a família em relação às necessidades básicas humanas estudadas neste trabalho.

##### 4.6.2.1 - Tempo de migração

Para iniciar a apresentação dos dados, como se trata de famílias migrantes, primeiramente serão analisados a quantidade de tempo que mudaram para o Fundão. Os destaques vão para os residentes que estão aqui a mais de 5 anos e os que chegaram entre 1 e 2 anos.

O Gráfico 15 estabelece que 33,3% dos participantes migraram para o Fundão a mais de 5 anos; 16,7% entre 3 e 4 anos; 33,3% entre 1 e 2 anos; e 16,7% migraram no período entre 0 e 1 ano.

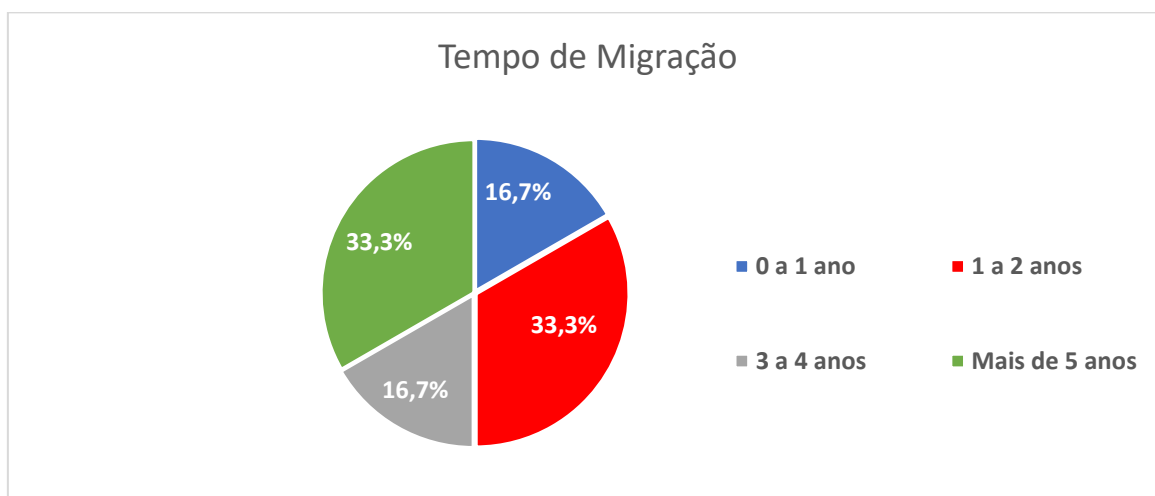


Gráfico 15 - Tempo de Migração para o Fundão

#### 4.6.2.2 - Composição do agregado familiar

No Gráfico 16 será apresentado o número de elementos que compõe o agregado familiar. As famílias com 4 elementos são as que mais se sobressaem, com 50%; em segundo lugar tem-se as famílias com 5 pessoas, totalizando 33,3% e por último as famílias compostas por 3 membros, com 16,7%.

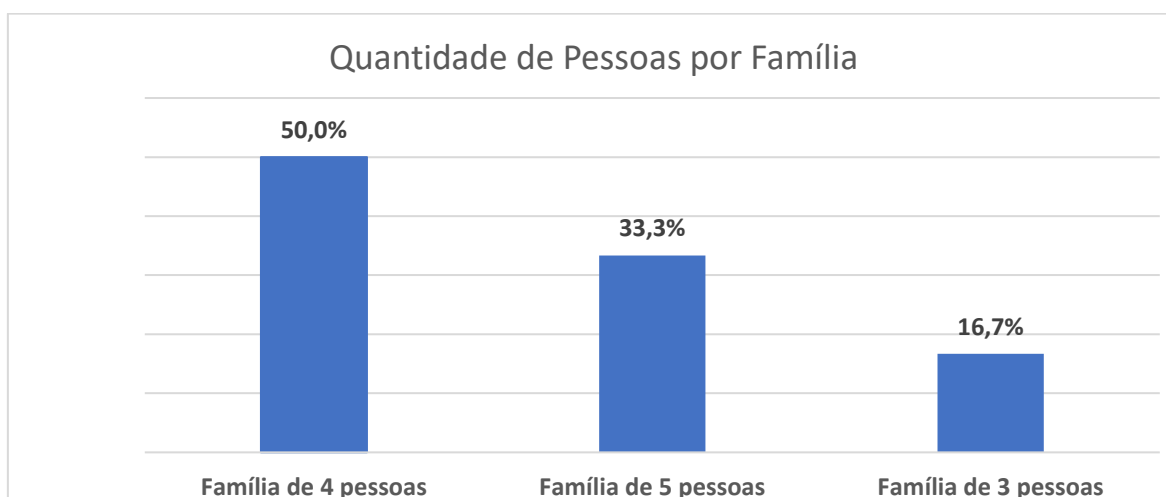


Gráfico 16 - Número de pessoas por família

Em relação a composição do agregado familiar é possível observar uma variedade de famílias, no entanto as composições “Mãe, Pai e 2 filhos” e “Mãe, Padrasto e 3 filhos” se destacam.

No Gráfico 17, fica estabelecido que 33,3% das famílias são formadas pela mãe, pai e 2 filhos; 16,7% pela mãe, padrasto e 2 filhos; 33,3% é composto pela mãe, padrasto, 3 filhos (aqui inclusos os enteados); e 16,7% das famílias é composta por mãe, pai e 1 filho.

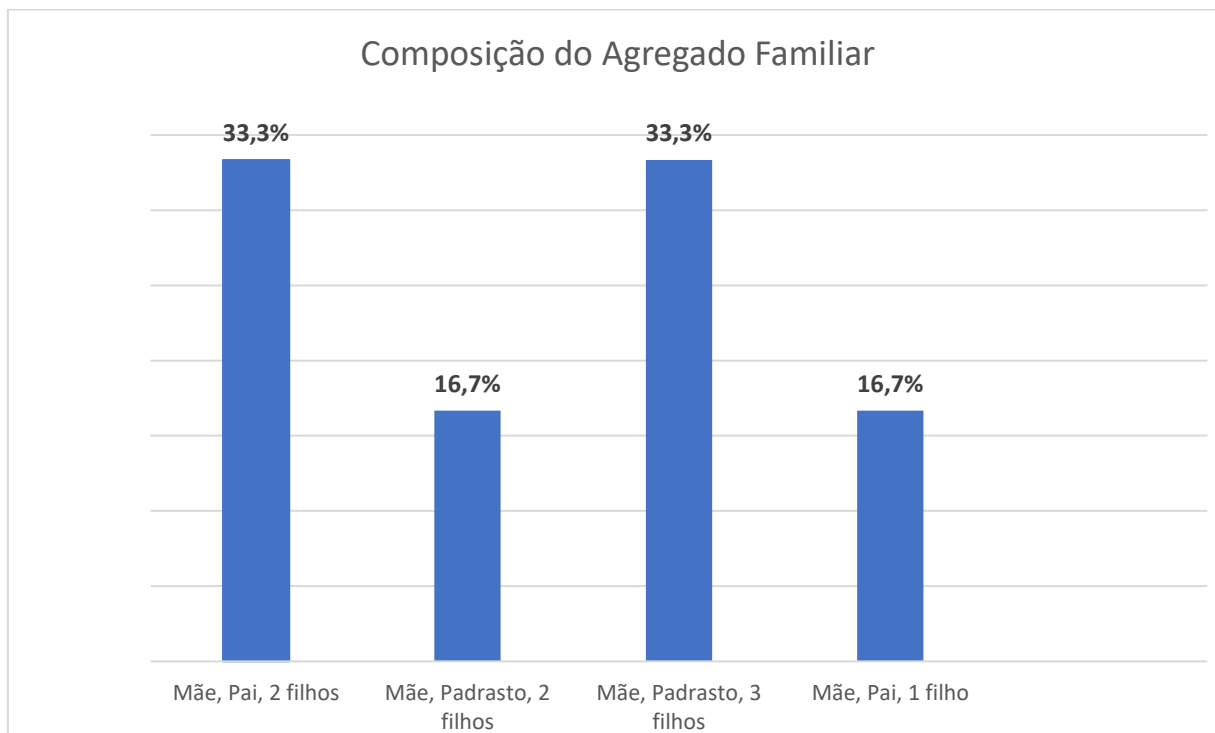


Gráfico 17 - Composição do Agregado Familiar

#### 4.6.2.3 - Acesso aos serviços de saúde

Em relação ao acesso a saúde da família observa-se uma variedade de respostas, desde as que tem médico da família e também usam plano de Saúde e as que até o momento não conseguiram acesso aos serviços de Saúde.

O Gráfico 18 demonstra que 33,3% das famílias possuem o número de utente e um médico da família; outros 33,3% são de famílias que possuem o número de utente, mas não tem um médico da família; 16,7% frequentam os serviços de saúde, mas não possuem o número de utente<sup>15</sup>; e 16,7% ainda não conseguiram acessar os serviços de saúde.

<sup>15</sup> É possível frequentar os centros de saúde sem o número de utente, através de um Certificado de Direito a Assistência Médica - CDAM, que é uma parceria entre os governos do Brasil e Portugal, no entanto não são atribuídos os mesmos direitos (valores diferentes para consulta e remédios). Para conseguir um número de utente são necessários muitos documentos, entre elas a autorização de residência (AR), número do NIF e NISS e comprovante de residência. E nem sempre esses documentos são rápidos para confeccionar (principalmente a AR) e alguns tem interdependência. Outro ponto é que não há um entendimento global nas instituições de saúde sobre quais documentações são necessárias.

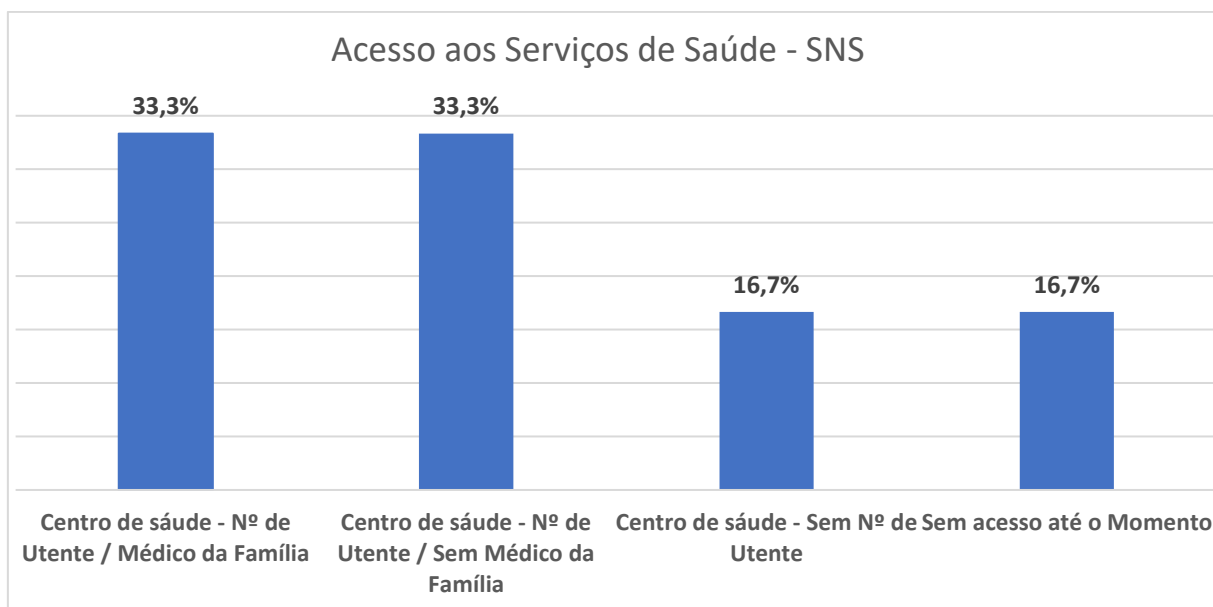


Gráfico 18 - Acesso ao Serviço Nacional de Saúde - SNS

O Gráfico 19 pretende ilustrar o acesso das famílias aos planos de saúde privados. Das famílias estudadas, a maioria (66,7%) não possui planos de saúde privado e 33,3% usufrui destes.

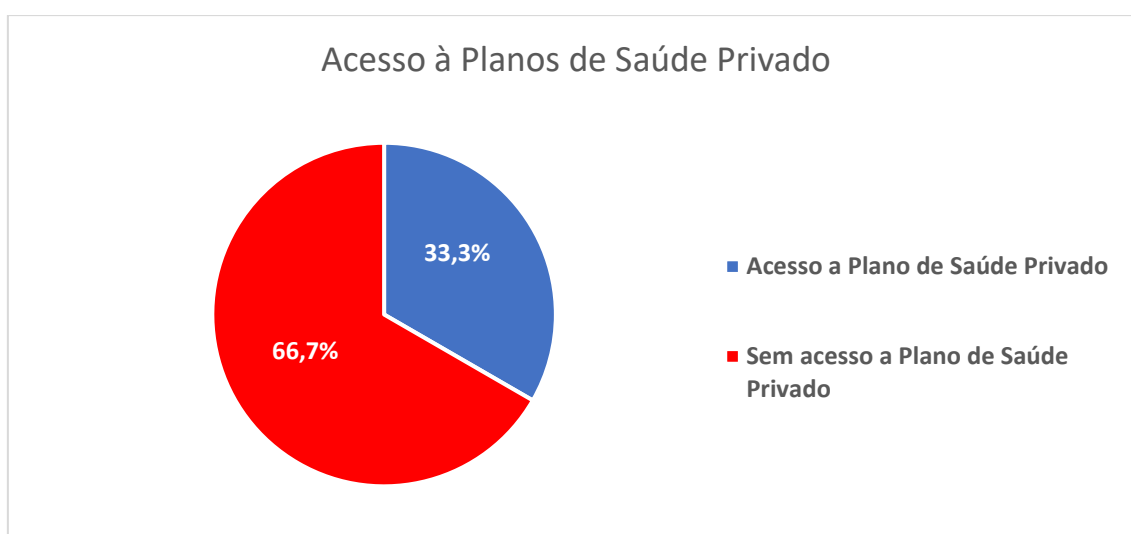


Gráfico 19 - Acesso a planos de saúde privados

#### 4.6.2.4 - Condições de habitação

Sobre as condições de habitação das famílias, o QSE abordou sobre a situação da moradia e se acham que o tamanho da casa é suficiente.

O Gráfico 20 demonstra que 50% possuem casa própria e outros 50% dependem de aluguel.

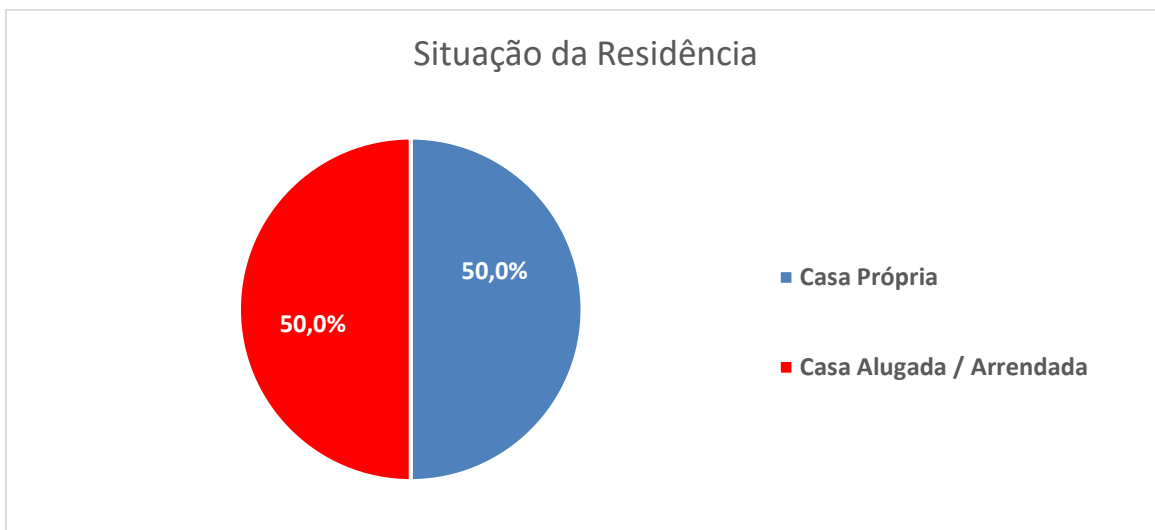


Gráfico 20 - Situação da Habitação

Sobre o tamanho da residência, comparado ao tamanho da família, a maioria concorda que está satisfatório.

Como é possível ver no Gráfico 21, 66,7% concordam que o tamanho da sua residência é compatível com a família e 33,3% discordam dessa afirmação.

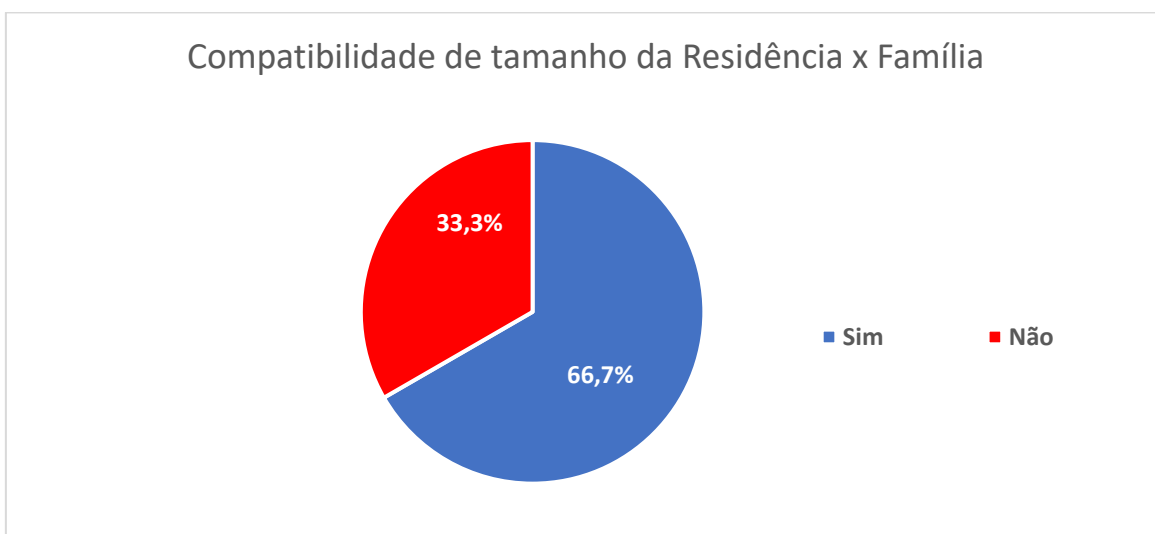


Gráfico 21 - Compatibilidade de tamanho da Residência x Família

#### 4.6.2.5 - Satisfação em relação a renda

O último gráfico (Gráfico 22) deste item, irá abordar como está a satisfação das condições econômicas do ponto de vista da família. É possível observar que 50% dos participantes declaram que a renda é insuficiente para todas as despesas e necessidades; 33,3% afirmam que a renda é suficiente para todas as despesas e

necessidades e ainda é possível poupar; e 16,7% dizem que a renda é suficiente para todas as despesas e necessidades, no entanto não conseguem poupar.

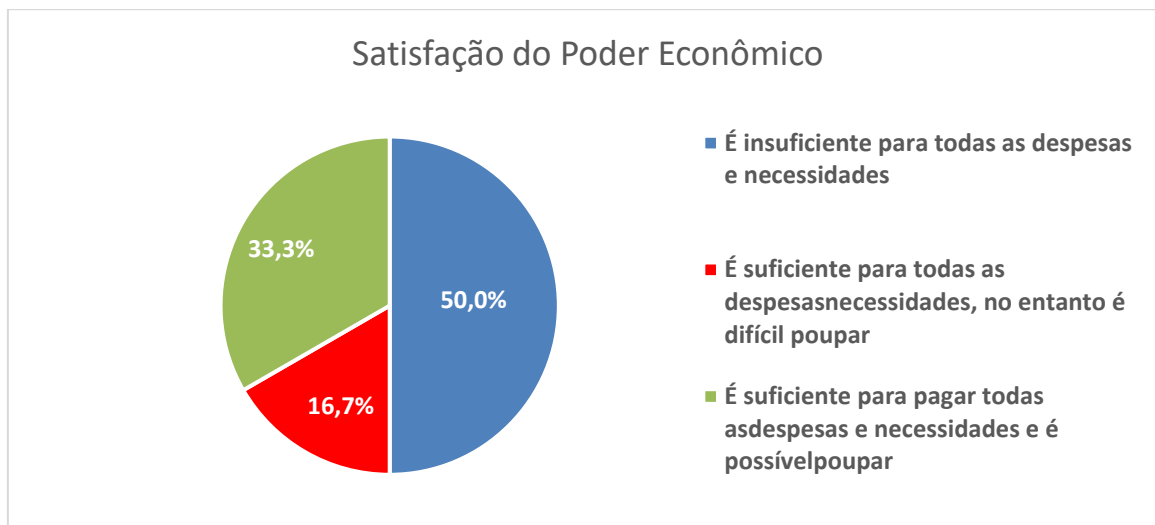


Gráfico 22 - Satisfação do Poder Económico

Em síntese a caracterização das famílias, pode ser explicada da seguinte forma: muitas migraram para o Fundão a mais de 5 anos. A maioria é composta por 4 membros, formados por mãe, pai e 2 filhos. As famílias reconstituídas, com a presença do padrasto, somam 50% dos sujeitos. A maioria das famílias tem acesso aos serviços do SNS e a minoria possui planos de saúde privados. Em relação a residência está dividido igualmente entre quem possui casa própria e quem precisa arrendar e a maioria está satisfeita com a proporção tamanho da residência/ tamanho da família. Sobre o poder económico 66,7% não tem condições de poupar dinheiro e a metade relata que sua renda é insuficiente para todas as despesas.

#### 4.6.3 - Caracterização da criança ou adolescente

No QSE foram solicitadas informações acerca da criança ou adolescente, como idade, sexo, raça/etnia, qual a posição do sujeito em relação aos irmãos. E também sobre suas NE, onde foram identificadas, em qual área do desenvolvimento estão situadas e se necessita de uso de alguma medicação. Perguntou-se também sobre o processo para acessar as medidas em relação a NE e como classificam a orientação das escolas.

##### 4.6.3.1. - Idade

Em se tratando das idades das crianças e adolescentes com NE, elas variam entre 8 e 15 anos. A idade que mais se destaca é 12 anos.

No Gráfico 23 é possível verificar que 16,7% possui 8 anos; 16,7% 10 anos; 33,3% tem 12 anos; 16,7% 13 anos; e 16,7% possuem 15 anos.

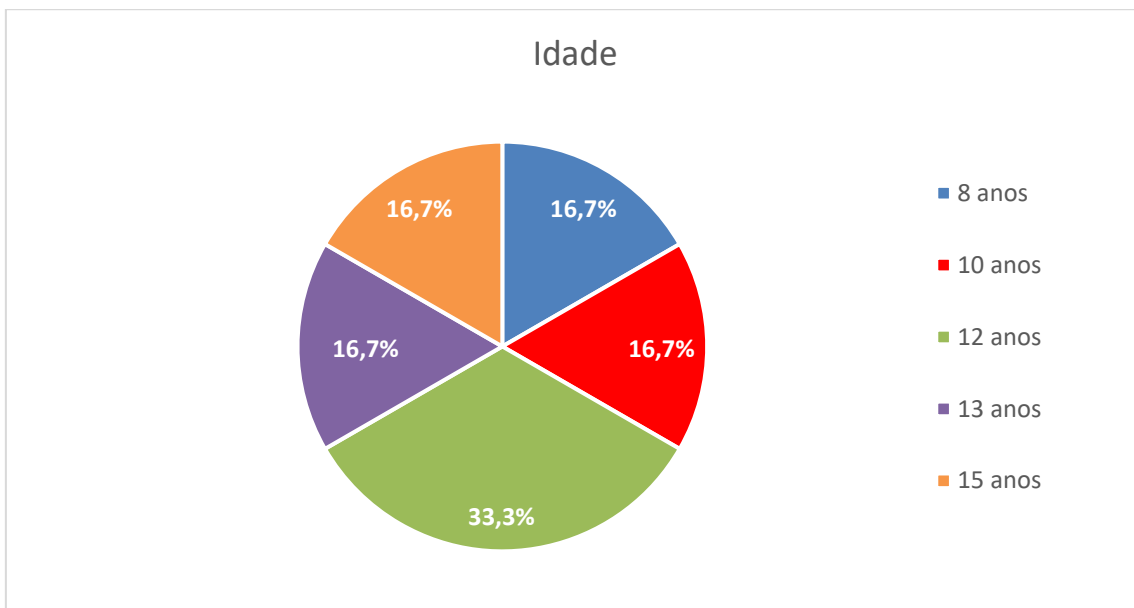


Gráfico 23 - Idade das Crianças e Adolescentes

#### 4.6.3.2 - Sexo

Na análise sobre o sexo das crianças e adolescentes, verifica-se que estão divididos igualmente. Sendo assim, 50% são do sexo feminino e 50% do sexo masculino, como podemos constatar pelo Gráfico 24.

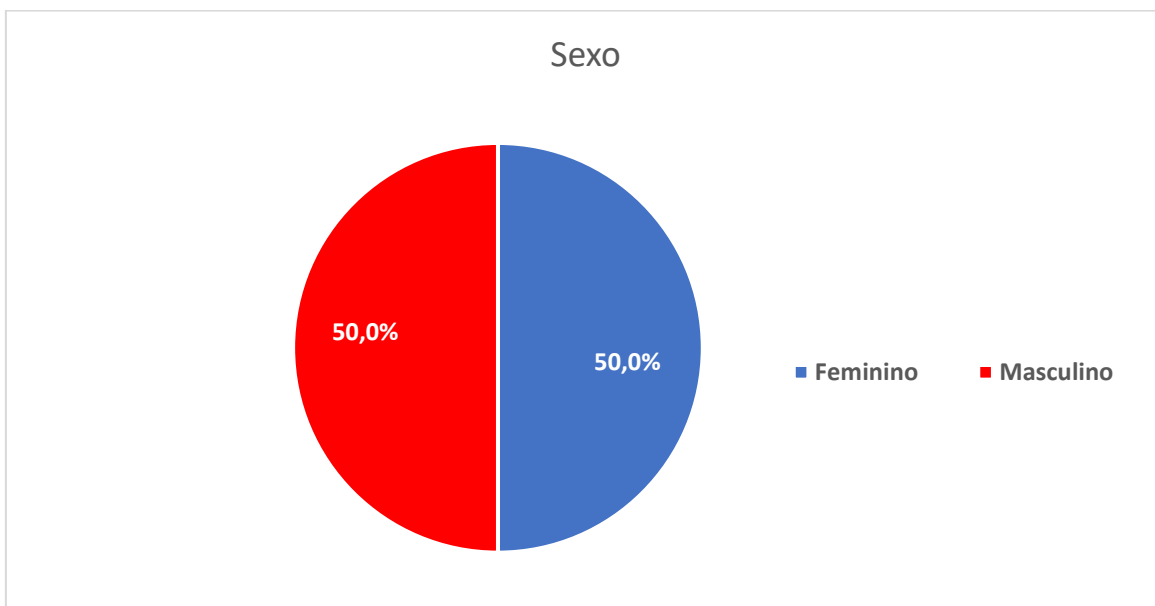


Gráfico 24 - Sexo das crianças e adolescentes

#### 4.6.3.3 - Cor/Etnia das crianças e adolescentes

No que diz respeito a cor e etnia das crianças e adolescentes, a cor branca prevalece, seguida dos pardos. Sendo assim, o Gráfico 25 demonstra que 50% consideram-se brancos; 33,3% pardos; e 16,7% pretos.

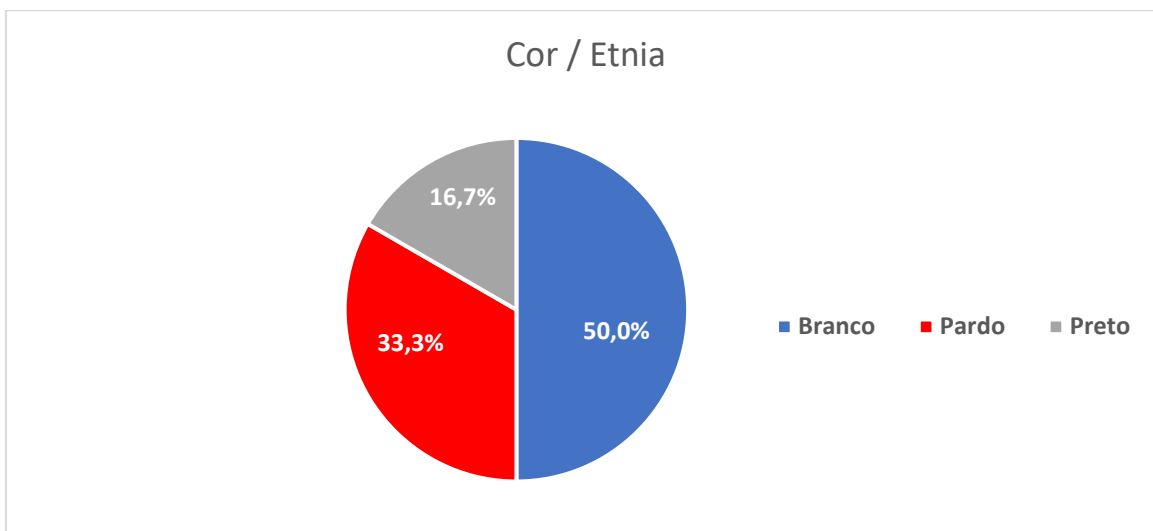


Gráfico 25 - Cor/Etnia das Crianças e Adolescentes

#### 4.6.3.4 - Posição em relação aos irmãos

Como já visto anteriormente, a maioria das famílias possuem mais de um filho, então a presença de irmãos é frequente para a maioria das crianças e adolescentes. Apenas uma família possui um filho único.

No Gráfico 26 será apresentada a posição das crianças em relação aos irmãos. Novamente é possível observar um empate entre os dados, e como tal em 50% das famílias é a criança/adolescente mais velha (a primeira ou a única) e em outros 50% é o segundo filho.

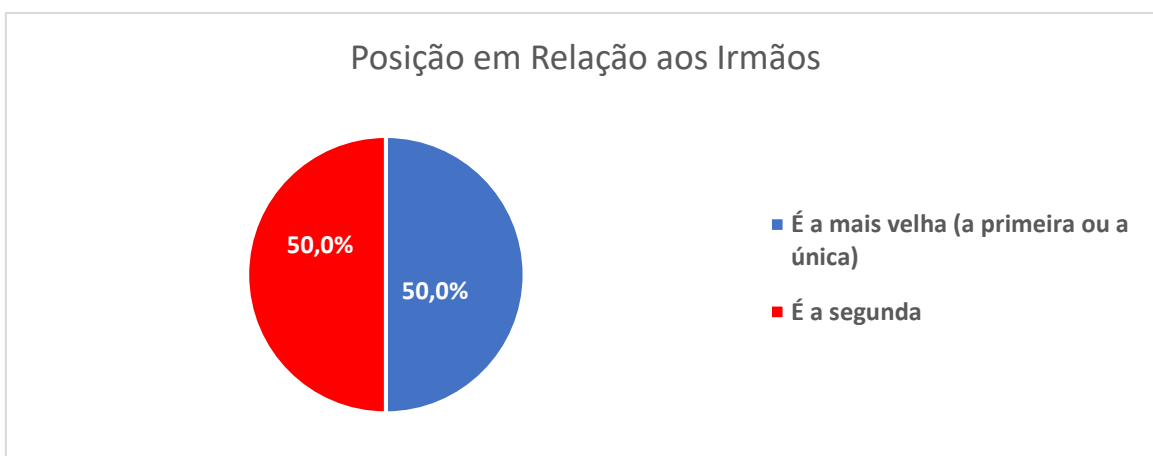


Gráfico 26 - Posição das crianças ou adolescentes perante os irmãos

#### 4.6.3.5 - Sobre as Necessidades Educativas das crianças e adolescentes

Nesta parte do QSE, primeiramente verificou-se se necessita de medicações, em seguida o local onde as NE foram identificadas, depois quais são essas necessidades e por último solicitou-se que avaliassem o processo para acessar as medidas e como foi o trabalho e orientação da escola. Em relação ao uso de medicamentos, a maioria não os utiliza.

No Gráfico 27 é possível perceber que 66,7% não utilizam medicamentos e 33,3% necessitam deles.

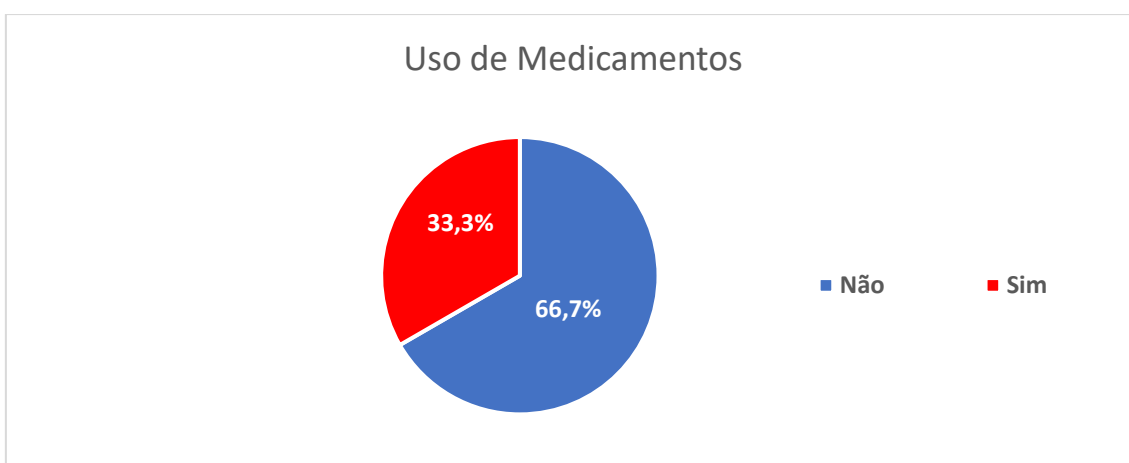


Gráfico 27 - Necessidades de Utilização de Medicamentos

A maioria das crianças teve suas NE identificadas ainda no Brasil, e o Gráfico 28 demonstra que 16,7% foram identificadas em Portugal, 16,7% identificadas em um outro país; e 66,7% foram identificadas no Brasil.

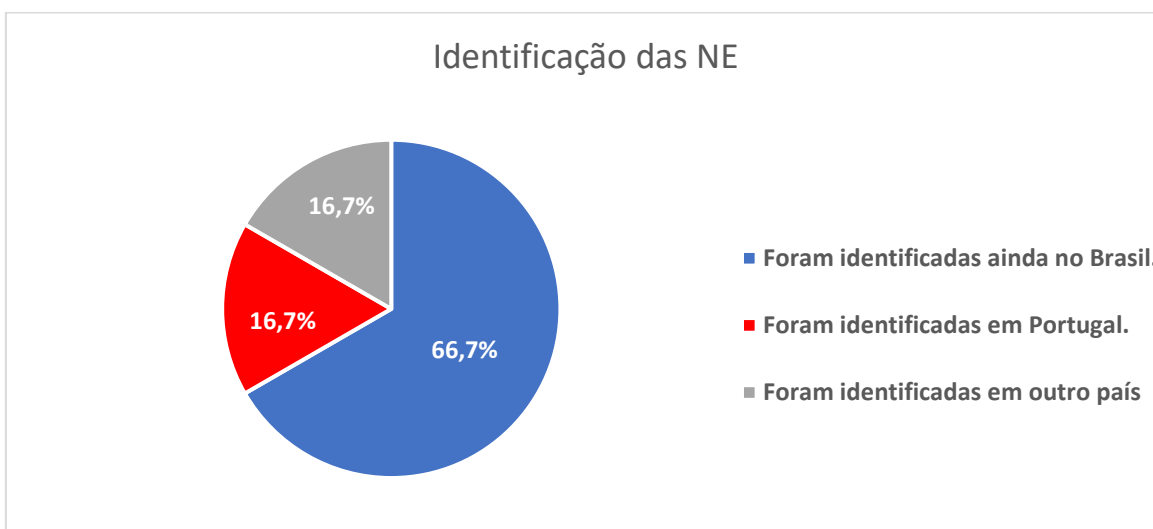


Gráfico 28 - Local de Identificação das NE

Em relação as Necessidades Educativas das crianças e adolescentes, é notável a prevalência das NE relacionadas a questões comportamentais e de habilidades sociais (muito presentes em crianças com PHDA e PEA, entre outros).

No Gráfico 29 é possível perceber que 50% tem NE relacionadas as questões comportamentais e de habilidades sociais; 33,3% relacionadas a leitura e escrita; e 16,7% relacionadas ao desenvolvimento intelectual.

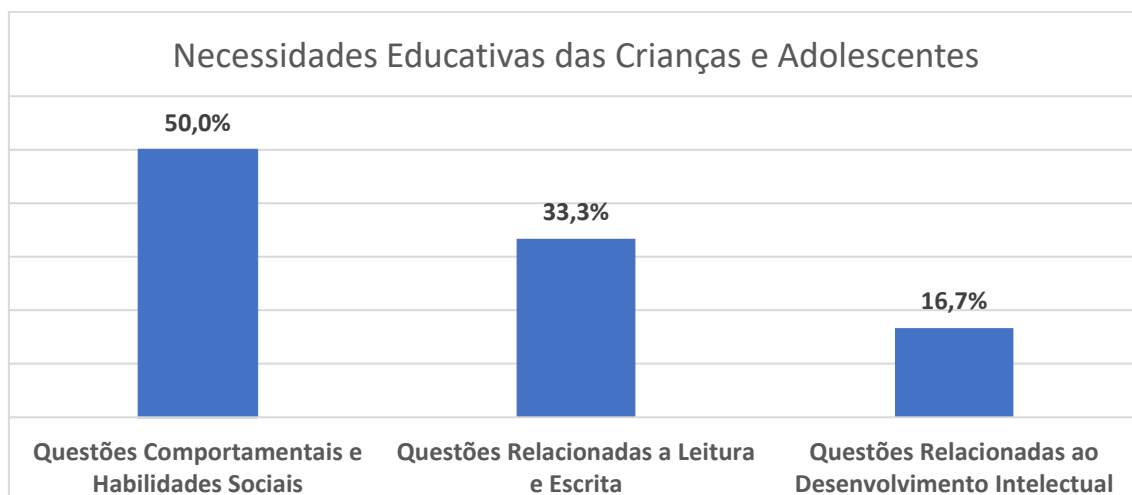


Gráfico 29 - Necessidades Educativas das Crianças e Adolescentes

Em se tratando do processo para acessar as medidas nas escolas e o modo como foram orientados, os responsáveis em sua maioria consideram que em geral todo esse processo é regular. No Gráfico 30 são demonstradas as opiniões dos responsáveis em relação ao processo para a criança ou adolescentes acessarem as medidas referentes as suas NE. 50% referem que o processo foi regular; 16,7% que foi mau; 16,7% que foi bom; e 16,7% referem não ter uma opinião formada acerca do assunto.

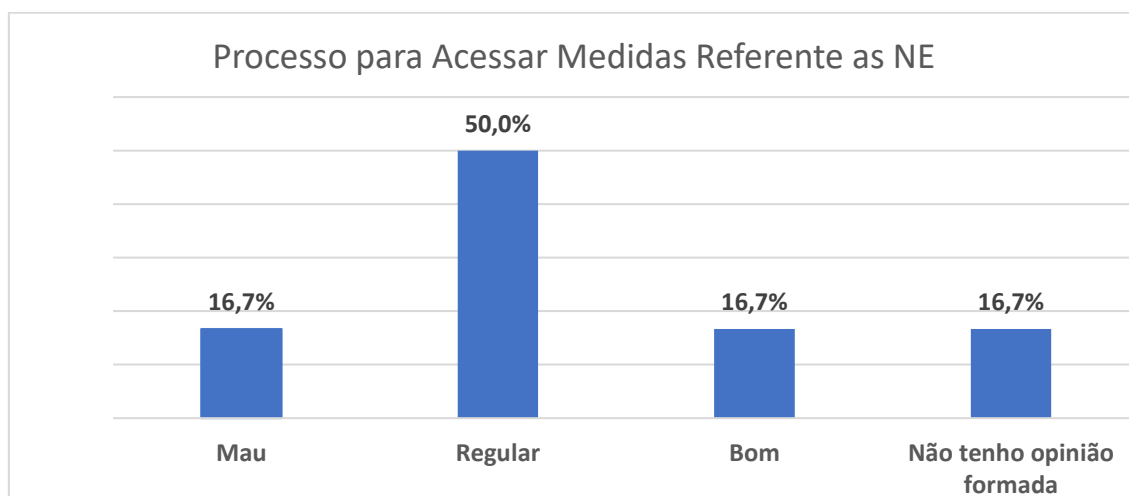


Gráfico 30 - Como foi o processo para acessar medidas referentes as NE

No último gráfico (Gráfico 31) deste item serão apresentadas as opiniões dos responsáveis em relação ao trabalho da escola na orientação em relação as necessidades educativas. É possível observar que as respostas são as mesmas do item anterior, pois são processos interdependentes. Sendo assim, 50% considera o trabalho realizado como regular; 16,7% como um mau trabalho; 16,7% como um bom trabalho; e 16,7% não tem uma opinião formada em relação a essa questão.

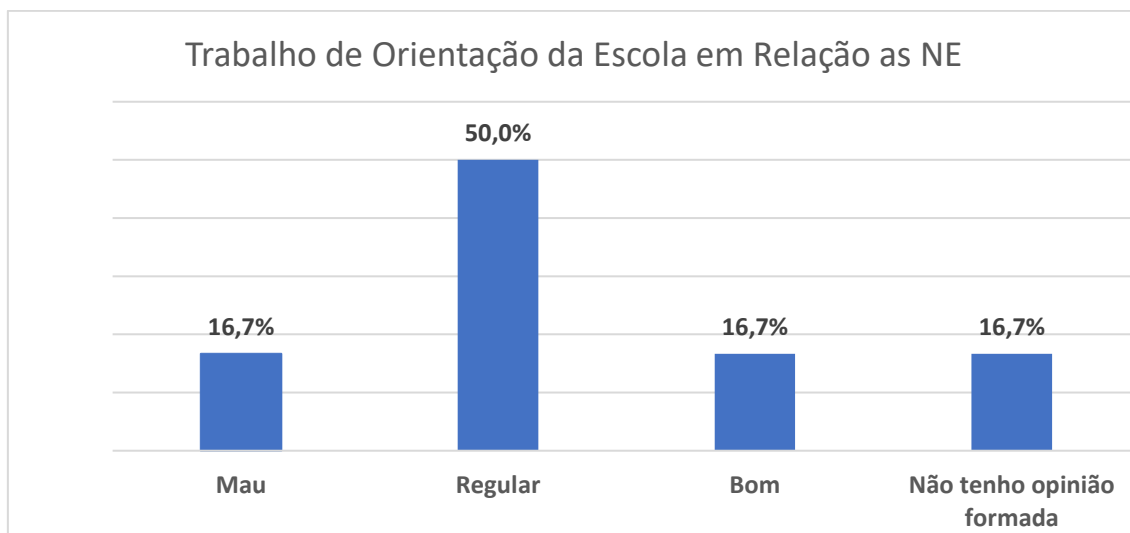


Gráfico 31 - Como foi trabalho de orientação da escola em relação as NE.

Em suma, o grupo das crianças e adolescentes com NE, que fazem parte do conjunto de famílias participantes da pesquisa, é formado por maioria de cor branca, com idades entre 8 e 15 anos e dividem-se igualmente entre o sexo masculino e feminino. Quanto a sua posição em relação aos irmãos são ou os mais velhos ou o segundo filho. A maioria não necessita de medicações e suas NE foram identificadas ainda no Brasil. Em relação as necessidades educativas a que teve maior destaque foram as relacionadas as questões comportamentais e/ou de habilidades sociais. Em relação ao processo global de encaminhamento para acessar as medidas relativas as NE e o trabalho de orientação das escolas, a maioria classificou o processo como regular, ou seja, é possível melhorar esse processo, tornando mais acessível, rápido e informativo.

## Capítulo V - Apresentação e Discussão dos Resultados

*“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” (Eduardo Galeano)*

Neste capítulo serão apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos no estudo, através da aplicação do QNF e do QSE. As questões seguirão a ordem apresentada no QNF e quando necessário será realizada a intersecção com o QSE. Os resultados serão apresentados na forma de tabelas com análise descritiva das situações apresentadas.

Serão feitas algumas relações entre as necessidades das famílias e suas características e sobre a relação entre suas necessidades prioritárias e os atributos familiares. Tendo em vista que, as perguntas do QNF tiveram 100% de respostas e as questões relacionadas a idade, cor/etnia, habilitações académicas, situação perante o trabalho e áreas de domínio do QSE não obtiveram o número de respostas de acordo com a quantia de participantes, essas questões não serão exploradas nas relações entre o QSE e o QNF. Em relação a situação familiar, todos são casados ou vivem em união consensual ou de facto, portanto não há diversidade para fazer uma relação.

Portanto, as relações realizadas entre o QSE e o QNF serão a i) composição do agregado familiar, ii) a situação perante o emprego (famílias com 1 dos responsáveis com emprego remunerado e famílias com os dois responsáveis com emprego remunerado), iii) a relação entre a satisfação com a renda e as necessidades das famílias, iv) a idade por fases (criança, pré-adolescente e adolescente) e por último v) o tempo de migração.

Em alguns momentos deste trabalho serão feitas comparações com outros estudos, principalmente os de Évora (2019) que conta com a mesma quantidade de famílias que este estudo e o público-alvo também são famílias migrantes (nesses caso cabo-verdianas). Portanto quando for pertinente será feito um comparativo entre alguns resultados.

Por último, serão apresentados sugestões e estratégias de ação para Estado, família, comunidade e escolas, com vistas a inclusão educacional e social. Essas sugestões estão baseadas tanto na concepção teórica desse estudo quanto nos resultados obtidos através dos questionários utilizados.

## 5.1 - Necessidades mais frequentes nas famílias

A recolha de dados das necessidades mais frequentes na família, foi obtida através das respostas do QNF, levantadas online *pele google forms*. Os resultados serão apresentados pela ordem colocada no instrumento.

### 5.1.1 - Necessidades de informação

Essa categoria é formada por um conjunto de 7 questões relacionadas a necessidade de informação. Na Tabela 1 estão apresentados os resultados dos sete itens da categoria.

Tabela 1 - Necessidades de Informação

<b>Necessidades de informação</b>	<b>1 - Não Necessito deste tipo de ajuda</b>	<b>2 - Não tenho a certeza</b>	<b>3 - Necessito deste tipo de ajuda</b>
1. Necessito de maior informação sobre a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho	2	1	3
2. Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com meu filho	2	2	2
3. Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho	0	1	5
4. Necessito de maior informação sobre a maneira como falar com o meu filho	3	1	2
5. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho	0	2	4
6. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que meu o meu filho poderá se beneficiar no futuro	0	2	4
7. Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve	2	0	4
<b>Total</b>	9	9	24
<b>Percentagem</b>	<b>21,4%</b>	<b>21,4%</b>	<b>57,1%</b>

A análise geral da Tabela 1 permite verificar que das 42 repostas, 24 recaem na opção 3 “Necessito deste tipo de ajuda”, sendo assim essa opção tem um total de 57,1%

das escolhas, e as opções 1 e 2 apresentam a mesma quantificação, 21,4%. Neste sentido é possível observar que os responsáveis precisam de mais acesso as informações, o que corrobora com os resultados dos gráficos 30 e 31 deste trabalho, que tratam sobre o processo de acesso as medidas e sobre as orientações das escolas. É possível afirmar que na maior parte dos itens a opção de resposta 3 foi a mais selecionada, com exceção do item nº 4. Necessito de maior informação sobre a maneira como falar com o meu filho. O item “2. Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com meu filho” obteve o mesmo número de respostas em cada opção de respostas.

Quando se referem a opção de resposta 1 “**Não necessito deste tipo de ajuda**”, o item mais destacado foi o 4. Necessito de maior informação sobre a maneira como falar com o meu filho. Em contrapartida, os itens que não tiveram nenhuma resposta foram: 3. Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho; 5. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho; 6. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que meu o meu filho poderá se beneficiar no futuro.

Já na opção de resposta 2 “**Não tenho a certeza**”, os itens mais assinalados, com empate, foram: o 2. Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com meus filhos; 5. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho; 6. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que meu o meu filho poderá se beneficiar no futuro. O item 7. Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve, não teve nenhuma resposta.

Na opção de resposta número 3 “**Necessito deste tipo de ajuda**” o item de maior destaque foi: 3. Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho. Seguido três itens que tiveram a mesma quantidade de respostas, são eles: 5. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho; 6. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que meu o meu filho poderá se beneficiar no futuro; 7. Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve.

### 5.1.2 - Necessidades de apoio

Essa categoria é formada por um conjunto de 7 questões relacionadas a necessidade de apoio. Na Tabela 2 estão apresentados os resultados dos sete itens da categoria.

Tabela 2 - Necessidades de Apoio

<b>Necessidades de apoio</b>	<b>1 - Não Necessito deste tipo de ajuda</b>	<b>2 - Não tenho a certeza</b>	<b>3 - Necessito deste tipo de ajuda</b>
<b>8.</b> Necessito de ter alguém na minha família com quem possa falar mais sobre os problemas que a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho colocam	3	1	2
<b>9.</b> Necessito de ter mais amigos com quem conversar	2	2	2
<b>10.</b> Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com pais de outras crianças com deficiência e/ou necessidades educativas	2	1	3
<b>11.</b> Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho	1	2	3
<b>12.</b> Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, assistente social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho colocam	0	3	3
<b>13.</b> Necessito de informações escritas sobre os pais das crianças que têm os mesmos problemas que o meu filho	4	0	2
<b>14.</b> Necessito de mais tempo para mim próprio	2	2	2
<b>Total</b>	14	11	17
<b>Percentagem</b>	<b>33,3%</b>	<b>26,2%</b>	<b>40,5%</b>

Mesmo com uma visível diminuição, em relação a categoria anterior, a opção de resposta 3 “Necessito deste tipo de ajuda”, ainda é a que mais se sobressai nessa categoria, com 40,5%. Em segundo lugar a opção de resposta 1 “Não necessito deste tipo de ajuda” conta com 33,3% das respostas e por último a opção de resposta 2 “Não tenho a certeza” obteve 26,2% de respostas. O item “9. Necessito de ter mais amigos com quem conversar” e o “14. Necessito de mais tempo para mim próprio” obtiveram o mesmo número de respostas em cada opção de respostas.

No que se refere a opção de resposta 1 “**Não necessito deste tipo de ajuda**”, o item mais destacado foi o “13. Necessito de informações escritas sobre os pais das crianças que têm os mesmos problemas que o meu filho”. Já o item “12. Gostaria de me

encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, assistente social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho colocam” não obteve nenhuma resposta.

Na opção de resposta 2 “**Não tenho a certeza**”, é possível observar uma inversão do item anterior, pois o item mais assinalado foi “**12. Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, assistente social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho colocam**”. E o item sem nenhuma resposta foi o “**13. Necessito de informações escritas sobre os pais das crianças que têm os mesmos problemas que o meu filho**”.

Em relação ao item 12, mais especificamente, a forma como foi respondido na opção de resposta 1 e 2, pode demonstrar que os pais estão confusos em relação ao papel dos profissionais na orientação, ajuda e encaminhamento das questões relativas as necessidades educativas.

A última opção de resposta, 3 “**Necessito deste tipo de ajuda**”, apresenta um certo equilíbrio em relação a quantidade de respostas, sendo assim tem-se o item **10. Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com pais de outras crianças com deficiência e/ou necessidades educativas**”; o **11. Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho**; e o **12. Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, assistente social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho colocam**; como os de maior destaque.

### 5.1.3 - Necessidades de explicar a outros

As informações obtidas sobre os 4 itens da categoria “Explicar a Outros”, estarão analisados na Tabela 3.

Tabela 3 - Necessidades de Explicar a Outros

Explicar a outros	1 - Não Necessito deste tipo de ajuda	2 - Não tenho a certeza	3 - Necessito deste tipo de ajuda
15. Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos	2	2	2
16. O meu marido (ou a minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação para do nosso filho	3	1	2
17. Necessito de ajuda para saber como responder, quando amigos, vizinhos ou estranhos, me façam perguntas sobre meu filho	3	2	1

<b>18. Necessito de ajuda para explicar a situação do meu filho a outras crianças</b>	3	2	1
<b>TOTAL</b>	11	7	6
<b>PERCENTAGEM</b>	<b>45,8%</b>	<b>29,2%</b>	<b>25%</b>

Ao contrário do que aconteceu com as outras categorias, nesta, a opção de resposta 1 “Não preciso deste tipo de ajuda” foi a que se destacou com 45,8% das respostas, seguida da opção de resposta 2 não tenho a certeza obteve 29,2% (pela primeira vez essa opção não é a menor ou igual entre as 3 opções) e por último a opção 3 “Necessito deste tipo de ajuda” teve 25% das respostas. O item “**15. Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos**” obteve o mesmo número de respostas em todas as opções.

Na opção de resposta 1” **Não necessito deste tipo de ajuda**”, o número de respostas foi igual para três itens, sendo que o item menos assinalado foi “**15. Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos**”.

Na opção de resposta 2” **Não tenho a certeza**”, o número de respostas também foi igual para três itens, sendo que o item menos assinalado foi “**16. O meu marido (ou a minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho**”.

Em relação a opção de resposta 3 “**Necessito deste tipo de ajuda**” os destaques vão para os itens: **15. Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos**; e **16. O meu marido (ou a minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho**. É válido destacar que esses dois itens, estão alinhados com as necessidades de informações, pois com maior orientação e ajuda essas questões poderão ser satisfeitas.

#### 5.1.4 - Necessidades de serviços na comunidade

Na Tabela 4 encontram-se os dados referentes a categoria Serviços na Comunidade, composta por 3 itens.

Tabela 4 - Necessidades de Serviços da Comunidade

<b>Serviços da comunidade</b>	<b>1 - Não Necessito deste tipo de ajuda</b>	<b>2 - Não tenho a certeza</b>	<b>3 - Necessito deste tipo de ajuda</b>
<b>19.</b> Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho	2	2	2
<b>20.</b> Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa ...), fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade	2	2	2
<b>21.</b> Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho	2	1	3
<b>TOTAL</b>	6	5	7
<b>PERCENTAGEM</b>	<b>33,3%</b>	<b>27,8%</b>	<b>38,9%</b>

A partir da análise geral da Tabela 4 é possível perceber que a opção de resposta 3 “Necessito deste tipo de ajuda” volta a ser a mais assinalada, com 38,9% das respostas. A opção 1 “Não necessito deste tipo de ajuda” representa 33,3% das respostas e na opção 2 “Não tenho a certeza” os resultados são 27,8%. No entanto, como é possível perceber este item apresenta um certo equilíbrio entre todas as respostas. Inclusive os itens “19. Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho” e “20. Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa ...), fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade” possuem o mesmo número de respostas em todas as opções.

Em função deste equilíbrio entre as respostas, serão destacados apenas na opção de resposta 3 o item “21. Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho” como o mais assinalado. Este mesmo item foi o menos escolhido na opção de resposta 2 “não tenho a certeza”. Novamente vale atentar para a necessidade de ajuda que as famílias precisam nesse item, que convergem para a questão do acesso à informação.

### 5.1.5 - Necessidades financeiras

As necessidades financeiras da família serão abordadas na Tabela 5, com a análise dos seus 4 itens.

**Tabela 5** - Necessidades Financeiras

<b>Necessidades financeiras</b>	<b>1 - Não Necessito deste tipo de ajuda</b>	<b>2 - Não tenho a certeza</b>	<b>3 - Necessito deste tipo de ajuda</b>
<b>22.</b> Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas como: alimentação, cuidados médicos, transportes, ajudas técnicas (cadeira de rodas, prótese auditiva, máquina braille...)	3	2	1
<b>23.</b> Necessito de maior ajuda para obter o material ou o equipamento especial de que o meu filho precisa	4	2	0
<b>24.</b> Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimento de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita	1	2	3
<b>25.</b> Necessito de maior ajuda para pagar a serviços de colocação temporária (os referidos no ponto 20)	4	1	1
<b>Total</b>	12	7	5
<b>Porcentagem</b>	<b>50%</b>	<b>29,2%</b>	<b>20,8%</b>

Novamente a opção 1 “Não necessito deste tipo de ajuda” se destaca em uma categoria, nesse caso abarcando 50% das respostas. No entanto, tal qual aconteceu na categoria “Necessidade explicar aos outros” os indecisos, presentes na opção 2 “Não tenho a certeza” também ocupam o segundo lugar, neste caso somando 29,2%. Já as percentagens relativas a opção de resposta 3 “Necessito deste tipo de ajuda” somam 20,8%. O questionamento que se faz sobre esses indecisos é se nunca pararam para refletir a respeito da situação ou se o que lhes falta é informação.

Nas respostas “**Não necessito deste tipo de ajuda**” os dois itens com mais respostas foram: **23.** Necessito de maior ajuda para obter o material ou o equipamento especial de que o meu filho precisa; e **25.** Necessito de maior ajuda para pagar a serviços de colocação temporária (os referidos no ponto 20). O item com menos número de respostas foi o “**24.** Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimento de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita.”

Na opção de resposta 2 “**Não tenho a certeza**”, tiveram 3 itens com o mesmo número máximo de respostas, portanto o item com o menor número de respostas foi “**25. Necessito de maior ajuda para pagar a serviços de colocação temporária (os referidos no ponto 20)**”.

Já na opção de resposta 3 “**Necessito deste tipo de ajuda**” o item com maior destaque foi o “**24. Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimento de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita**”. Já o item “**23. Necessito de maior ajuda para obter o material ou o equipamento especial de que o meu filho precisa**”, não obteve nenhuma resposta.

### 5.1.6 - Necessidades do funcionamento da vida familiar

As necessidades das famílias na categoria do “Funcionamento Familiar” foram verificadas a partir dos 4 itens que a compõem, os resultados se encontram na Tabela 6.

Tabela 6 - Necessidades do Funcionamento da Vida Familiar

<b>Funcionamento da vida familiar</b>	<b>1 - Não Necessito deste tipo de ajuda</b>	<b>2 - Não tenho a certeza</b>	<b>3 - Necessito deste tipo de ajuda</b>
<b>26.</b> A nossa família precisa de ajuda para discutir problemas e encontrar soluções	3	0	3
<b>27.</b> A nossa família necessita de ajuda para encontrar forma de, nos momentos difíceis, nos apoiarmos mutuamente	2	2	2
<b>28.</b> A nossa família necessita de ajuda para decidir quem fará as tarefas domésticas, quem tomará conta das crianças e outras tarefas familiares	4	0	2
<b>Total</b>	9	2	7
<b>Porcentagem</b>	50%	11,1%	38,9%

Ao analisar a Tabela 6 fica evidente que mais uma vez a opção de resposta 1 “Não necessito deste tipo de ajuda” ficou em destaque, com 50% das respostas; em segundo lugar a opção 2 “Necessito deste tipo de ajuda” conta com 38,9% das respostas e por último a opção 2 “não tenho a certeza” apresenta o resultado de 11,1%.

Ao se referirem a opção 1 “**Não necessito deste tipo de ajuda**” os inqueridos assinalaram mais vezes a o item “**28. A nossa família necessita de ajuda para decidir quem fará as tarefas domésticas, quem tomará conta das crianças e outras tarefas**

familiares”. O item com menos respostas foi o “**27. A nossa família necessita de ajuda para encontrar forma de, nos momentos difíceis, nos apoiarmos mutuamente**”.

Na opção de resposta 2 “**Não tenho a certeza**” o item de destaque foi “**27. A nossa família necessita de ajuda para encontrar forma de, nos momentos difíceis, nos apoiarmos mutuamente**”. Os outros dois itens não obtiveram nenhuma resposta.

Em relação a opção de resposta 3 “**Necessito deste tipo de ajuda**” o item de maior destaque nas respostas foi o “**26. A nossa família precisa de ajuda para discutir problemas e encontrar soluções**”. Os outros 2 itens empataram em relação a quantidade de respostas.

Em SÍNTESE, os dados apresentados em cada categoria, exaltam que as famílias tem mais carências na categoria de necessidades de informações, seguida pelas necessidades de apoio e de serviços da comunidade. Ao realizar uma análise mais profunda no conteúdo dessas 3 categorias, é possível perceber que todas estão relacionadas a informação. Ou seja, basicamente, para alcançar satisfação dessas necessidades, deve-se possibilitar o acesso e a democratização das informações, como por exemplo o modo de como funcionam os serviços, como cada profissional realiza seu trabalho, do conhecimento dos seus direitos de cidadania das legislações, do conhecimento das necessidades educativas e de como lidar com elas, enfim, muitas das necessidades elencadas estão relacionadas a falta de comunicação entre escolas, instituições e as famílias. Vale ressaltar que essa reflexão corrobora com o que já foi explorado nesse trabalho sobre a importância do acolhimento e do acesso as informações.

No estudo de Évora (2019) que tem componentes parecidas com este trabalho (estudo com 6 famílias cabo-verdianas), essas categorias também foram destaque, o que pode significar que as famílias que migram tem ainda mais necessidades em relação a informações no geral.

### 5.1.7 - Análise global das necessidades das famílias

Após apresentar cada categoria de necessidades individualmente, a Tabela 7 apresentará uma síntese global das necessidades, com todos os resultados para cada uma das 3 opções de respostas.

Tabela 7 - Análise Global das Necessidades

<b>Categorias</b>	<b>1 - Não Necessito deste tipo de ajuda</b>	<b>2 - Não tenho a certeza</b>	<b>3 - Necessito deste tipo de ajuda</b>
<b>1-Necessidades de Informação</b>	<b>9 (21,4%)</b>	<b>9(21,4%)</b>	<b>24(57,1%)</b>
<b>2-Necessidades de Apoio</b>	<b>14(33,3%)</b>	<b>11(26,2%)</b>	<b>17(40,5%)</b>

<b>3-Explicar aos Outros</b>	<b>11(45,8%)</b>	<b>7(29,2%)</b>	<b>6(25%)</b>
<b>4-Serviços da Comunidade</b>	<b>6(33,3%)</b>	<b>5(27,8%)</b>	<b>7(38,9%)</b>
<b>5-Necessidades Financeiras</b>	<b>12 (50%)</b>	<b>7(29,2%)</b>	<b>5(20,8%)</b>
<b>6-Funcionamento da Vida Familiar</b>	<b>9 (50%)</b>	<b>2 (11,1%)</b>	<b>7(38,9%)</b>
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>41</b>	<b>66</b>
<b>Percentagem</b>	<b>36,3%</b>	<b>24,4%</b>	<b>39,3%</b>

O QNF obteve 100% de respostas, nas questões em que eram necessários escolher as respostas entre 1, 2 e 3, sendo assim a análise conta com o universo de 168 respostas recolhidas, 39,3% (66 respostas) incidiram na opção de respostas 3 “Necessito deste tipo de ajuda”; 36,3% (61 respostas) recaíram na opção de resposta 1 “Não necessito deste tipo de ajuda”; e 24,4% (41 respostas) refletem as respostas dos indecisos que assinalaram a opção “Não tenho a certeza”. É possível perceber que a diferença entre as opções “Necessito deste tipo de ajuda” e “Não necessito deste tipo de ajuda” é bem pequena, 3%. No entanto a percentagem dos indecisos é relativamente alta.

Ao analisar os estudos de Branco (2014), Évora (2019), Duarte (2021), que também confeccionaram essa síntese global, é possível perceber que as margens são maiores entre a primeira opção de resposta mais assinalada e a segunda, e a quantia dos indecisos também se mostrou menor. Outro ponto a ser destacado é que em todos esses estudos e neste, a opção menos assinalada foi a resposta 2 “Não tenho a certeza”. No entanto a diferença entre a opção mais assinalada e a que teve menos escolhas, nos estudos citados, tem uma margem mínima de mais de 30% de diferença entre elas, já nestes estudos ficou na média de 15%.

Neste sentido, é válido questionar o motivo de ter tantos indecisos, se é por questões de desinformação acerca dos seus direitos, ou falta de reflexão sobre as situações ou ainda por que não se sentiram confortável em responder? Infelizmente, não é possível responder essa questão, no entanto refletir sobre ela é essencial.

Corroborando com os questionamentos acima, outro ponto que merece reflexão, é que mais de metade das famílias, quando questionadas no QSE sobre a situação econômica, refere ser insuficiente e outra parte suficiente, mas que não consegue poupar, no QNF, na categoria das necessidades financeiras, essa questão não reaparece. No entanto o item está mais voltado para as questões relacionadas a material, próteses e contratação de terapeutas ou serviços de cuidado. Nesta categoria em específico, a opção de resposta 2 “Não tenho a certeza” foi a segunda mais assinalada, com 29,2% das respostas.

Seguindo com a análise global, verificou-se um empate entre a prevalência de respostas nas categorias, 3 mais assinaladas na opção de resposta “necessito deste tipo de ajuda” e 3 na opção de respostas 1 “não necessito deste tipo de ajuda”. A opção de resposta 3 “**Necessito deste tipo de ajuda**” foi a mais frequente nas seguintes categorias:

- Necessidades de Informação – 57,1%;
- Necessidades de Apoio – 40,5%
- Serviços da Comunidade – 38,9%

## 5.2 - Prioridade das necessidades

A penúltima pergunta do QNF, solicita que os participantes elenquem, por ordem de importância, um máximo de até 10, das 28 necessidades citadas no questionário. Foi atribuída uma pontuação de 1 a 10 pontos para os itens elencados, sendo que o colocado em primeiro tem o valor de 10 pontos e o último tem valor de 1 ponto.

Neste item, uma família assinalou 11 necessidades prioritárias, uma elencou 9, outra apenas cinco e uma afirmou que todas são importantes, sendo assim apenas duas ordenaram exatamente 10 itens. Para tanto consideramos todas as respostas que elencaram até 10. Na Tabela 8 serão apresentadas as pontuações obtidas para os 28 itens que compõe o QNF.

**Tabela 8** - Prioridade das Necessidades

Posição	Categorias	Itens mais pontuados	Pontuação
1 <sup>a</sup>	Informação	5. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho	34
2 <sup>a</sup>	Informação	6. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que meu o meu filho poderá se beneficiar no futuro	26
3 <sup>a</sup>	Informação	3. Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho	25
4 <sup>a</sup>	Informação	2. Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com meu filho	22
5 <sup>a</sup>	Informação	1. Necessito de maior informação sobre a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho	19
6 <sup>a</sup>	Informação	4. Necessito de maior informação sobre a maneira como falar com o meu filho	15
7 <sup>a</sup>	Apoio	12. Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, assistente social) com quem possa falar sobre os	13

		problemas que a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho colocam	
8 <sup>a</sup>	Explicar a outros	16. O meu marido (ou a minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho.	13
9 <sup>a</sup>	Apoio	10. Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com pais de outras crianças com deficiência e/ou necessidades educativas	11
10 <sup>a</sup>	Informação	7. Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve	10

Ao analisar a Tabela 8 é possível perceber que o item mais elencado pelos responsáveis, foi o número “5. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho”, com 34 pontos. Ao comparar com outros estudos, principalmente com Évora (2019) percebe-se que nestes existe uma preocupação com o acesso aos serviços no futuro, enquanto este item 5 sugere o presente. No entanto, na segunda posição aparece exatamente este item que prevaleceu nos outros estudos como o primeiro, sendo assim o segundo lugar ficou para o item “6. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que meu o meu filho poderá se beneficiar no futuro” com 26 pontos. Tanto o item 5 quanto 6, fazem parte da categoria “Necessidades de Informação”.

Além do primeiro e segundo lugares, dentro da categoria de “necessidades de informação” tem-se ainda as posições de: 3<sup>o</sup> lugar “3. Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho”, com 25 pontos; o 4<sup>o</sup> lugar vai para o item “2. Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com meu filho” com 22 pontos; a 5<sup>a</sup> posição foi para o “1. Necessito de maior informação sobre a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho” com 19 pontos; em 6<sup>o</sup> lugar tem-se o item “4. Necessito de maior informação sobre a maneira como falar com o meu filho” somando 15 pontos. O 10<sup>o</sup> lugar, com um total de 10 pontos é ocupado pelo item “7. Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve”. Sendo assim a categoria necessidades de informações, além de ocupar os seis primeiros lugares, conta ainda com a 10<sup>o</sup> posição, totalizando sete itens do ranking feito pelos responsáveis.

Já a categoria “necessidades de apoio”, ocupou dois lugares no ranking, primeiramente o 7<sup>o</sup> lugar com o item “12. Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, assistente social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho colocam” totalizando 13 pontos. A outra posição é a 9<sup>a</sup>, com o item “10. Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com pais de outras crianças com deficiência e/ou necessidades educativa” com 11 pontos.

A “necessidade de explicar aos outros” apareceu em somente uma vez, na 8ª posição com o item “16. O meu marido (ou a minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho”, contando com 13 pontos.

Na Tabela 9 serão evidenciadas as pontuações em relação as categorias que apareceram nas prioridades das famílias. A categoria que mais pontuou, com a presença de todos os seus 7 itens, foi de **Necessidades de Informações**, com 151 pontos. Em segundo lugar as **Necessidades de Apoio** somam 24 pontos. Por último, tem-se a categoria **Necessidade de Explicar aos Outros**, com 13 pontos.

**Tabela 9** - Prioridade das Necessidades por Categorias de Análise

<b>Posição</b>	<b>Categorias</b>	<b>Itens mais pontuados</b>	<b>Pontuação</b>
1º	Necessidades de Informações	5. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho	34
2º	Necessidades de Informações	6. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que meu o meu filho poderá se beneficiar no futuro	26
3º	Necessidades de Informações	3. Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho	25
4º	Necessidades de Informações	2. Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com meu filho	22
5º	Necessidades de Informações	1. Necessito de maior informação sobre a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho	19
6º	Necessidades de Informações	4. Necessito de maior informação sobre a maneira como falar com o meu filho	15
10º	Necessidades de Informações	7. Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve	10
<b>Total</b>			<b>151</b>
7ª	Necessidades de Apoio	12. Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, assistente social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho colocam	13
9ª	Necessidades de Apoio	10. Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com pais de outras crianças com deficiência e/ou necessidades educativas	11
<b>Total</b>			<b>24</b>

8 <sup>a</sup>	Explicar a outros	16. O meu marido (ou a minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho.	13
<b>Total</b>			<b>13</b>

### 5.3 - Questão aberta sobre outras necessidades da família

O último questionamento do QNF é uma pergunta aberta, na qual os pais deveriam elencar outras necessidades que não foram contempladas. Ao todo 4 famílias elencaram mais necessidades, que foram agrupadas em três categorias de análise. Uma família não respondeu e a outra relatou não ter mais necessidades. A Tabela 10 mostra as respostas tal qual as famílias responderam, após a análise de conteúdo, identificando-as dentro das categorias de análise concebidas por Pereira (1996).

Tabela 10 - Apresentação das necessidades relatadas pelos responsáveis

<b>Categoria das Necessidades</b>	<b>Necessidades Relatadas pelos Responsáveis</b>
Funcionamento da Vida Familiar	<p>“Necessito de ajuda no relacionamento dos meus filhos (a mais velha não consegue lidar com o mais novo”. <b>(Família A)</b></p> <p>“Necessito de ajuda pro relacionamento dos meus filhos, eles não conseguem se entender”. <b>(Família B)</b></p>
Necessidades Financeiras	“Preciso de mais um quarto, a casa é pequena”. <b>(Família C)</b>
Necessidades de Informação	<p>“Conseguir ir nas instituições de saúde e educação é bem difícil se não tem toda a documentação e autorização de residência. Mas também não é possível conseguir o reagrupamento familiar rápido. E assim a <i>criança</i><sup>16</sup> não consegue acessar aquilo que necessita, até pra medicações fica mais caro”. <b>(Família D)</b></p> <p>“A escola tem dificuldade pra aceitar a documentação do Brasil sobre a <i>necessidade educativa da criança</i><sup>17</sup>. Daí a criança não frequenta o que precisa e ficam esperando alguém fazer”. <b>(Família B)</b></p>

Ao analisar a Tabela 10, é possível perceber que surgiram demandas em três categorias, no entanto duas dessas categorias não aparecem como destaque, na análise global do QNF, são elas “Funcionamento da Vida Familiar” e “Necessidades Financeiras”. Em relação a categoria **Funcionamento da Vida Familiar**, é possível

<sup>16</sup> Alteração de nome para manter anonimato.

<sup>17</sup> Alteração de nome e diagnóstico para manter anonimato.

observar que as demandas das famílias A e B são iguais, precisam de apoio e orientação para que os filhos (com e sem NE) consigam encontrar soluções para os problemas e passem a viver em harmonia.

Em relação as **Necessidades Financeiras**, a família relata sobre o tamanho da residência e a importância de um quarto a mais. Como já citado anteriormente a privacidade dos membros da família é um fator de análise das necessidades básicas. Em uma busca rápida pelos jornais<sup>18</sup> de maiores circulação é possível perceber que a questão habitacional está sendo um grande problema em Portugal e na Europa como um todo, e por mais que o governo proporcione algumas mudanças, elas ainda não atingem a todos.

As **Necessidades de Informação** aparecem novamente nesta questão, ao analisar a Tabela 10 é possível resumir que a questão da documentação é um grande problema para o acesso as instituições, principalmente de saúde e educação. Não existe um consenso sobre o que pode ser aceite ou não e as famílias ficam no limbo. O tempo de espera, do extinto SEF, também é um fator conhecido, pois pode levar muitos meses para conseguir um atendimento. É preciso pensar em formas de garantir a dignidade e o acesso de qualidade aos direitos básicos de cidadania dessas famílias, mesmo que ainda não estejam devidamente regulamentadas a educação e saúde não podem esperar.

Essas demandas das famílias D e B, corroboram também com o resultado obtido através do questionamento do QSE em relação ao processo e orientações recebidas referentes as NE das crianças e adolescentes, no qual 50% classificam como regular e 16,7% como mau. Em relação as informações e também aos processos, é importante reconhecer o papel não somente das escolas e seus profissionais, mas também do Estado em criar orientações para as instituições e definir processos, bem como, tornar esses processos mais práticos e rápidos.

## 5.4 - Possíveis relações entre o QSE e o QNF

Neste item pretende-se analisar se existem relações entre as necessidades das famílias (QNF) e suas principais características levantadas no QSE. Para isso serão apresentadas tabelas com análises descritivas. Essas possíveis relações vão se basear nas seguintes características: i) composição do agregado familiar, ii) situação perante o emprego, iii) satisfação com a renda familiar, iv) idade por fase e v) tempo de migração. Com o intuito de verificar as necessidades de uma forma mais aprofundada, em cada item, serão analisados, de forma focalizada, a opção “necessito deste tipo de ajuda” e ressaltar qual grupo se destaca, somente neste item.

---

<sup>18</sup> Ver: <https://www.publico.pt/2023/10/04/economia/noticia/habitacao-inaccessivel-crise-2008-2065584> e <https://observador.pt/opiniao/um-retrato-da-crise-da-habitacao-em-portugal/>

Nas tabelas o item “Respostas QNF” correspondem a: **1** – Não necessito deste tipo de ajuda; **2** – Não tenho a certeza; **3** – Necessito deste tipo de ajuda, e “N” significa o número de famílias em cada característica.

#### 5.4.1 - Composição do agregado familiar

Através da frequência dos resultados obtidos nas respostas dos itens do QNF (1 a 3), pretende-se analisar se existe uma influência entre o número de pessoas que fazem parte do agregado familiar e as respostas nas diferentes categorias das necessidades. Para tanto, a partir do QSE estabeleceu-se que a análise será composta por famílias de: 3, 4 e 5 elementos. Abaixo estão as análises descritivas da Tabela 11, por categoria do QNF e por quantidade de membros da família e a seguir a apresentação da mesma.

Em uma análise focal só da opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda”, as famílias com 5 elementos são que mais assinalaram questões nessa opção, com exceção das categorias “Necessidades de serviços na comunidade” e “Necessidades financeiras”.

- **Necessidades de Informação:** Ao observar a Tabela 11, é possível perceber que a opção de resposta não “necessito deste tipo de ajuda” predomina entre as famílias com mais indivíduos (4 e 5 membros). No entanto na Família com 3 membros, as respostas dividem-se somente entre “não necessito desse tipo de ajuda” e “necessito deste tipo de ajuda”, sendo que a opção não tenho a certeza não foi assinalada nenhuma vez, ao contrário das famílias com 4 e 5 indivíduos no qual esse valor da opção 2 foi bem representativo. Seguindo a ordem das respostas na tabela (1 a 3), a opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” aparece como dominante na família com 3 membros, com 57,1%, já nas famílias com 4 e 5 indivíduos se encontra na segunda posição com resultados de 19% e 7,1%, respetivamente. Já na opção 2 “não tenho a certeza” a família com 3 membros não assinalou essa opção; na família com 4 membros essa opção totaliza 28,6% (sendo a maior entre os três tipos de agregados familiar) e em famílias com 5 indivíduos a soma fica em 21,4%. A opção 3 “Necessito deste tipo de ajuda”, aparece com 42,9% na família com 3 membros, com 52,4% nas famílias compostas por 4 pessoas e nas famílias com 5 membros, os resultados são de 71,4%. Evidenciando, neste estudo, que as famílias com mais indivíduos possuem mais necessidades de Informação. Corroborando com estudos de Évora (2019), em que a opção 3 também foi a mais selecionada em todos as configurações do agregado de familiar e foi mais representativa nas famílias com 5 membros.

- **Necessidades de Apoio:** Os dados expostos na Tabela 11, explicitam que nessa categoria não há um destaque, em cada grupo de famílias se sobressaiu uma diferente. No entanto o resultado mais alarmante, é no grupo com 3 membros, no qual a opção “não tenho a certeza” configura com 57,1% das respostas. Essa alta taxa de indecisão, não é algo comum, comparando com estudos de Évora (2019), no entanto no trabalho de Duarte (2022), ela também aparece, mas nas famílias com 5 elementos. Analisando

as opções de respostas, a opção 1 “não necessito deste tipo de ajuda” somou 42,9% na família com 3 membros, nas famílias com 4 elementos o resultado foi de 47,6% (sendo essa a de mais destaque na opção 1), já nas famílias com 5 membros, foi onde obteve o menor número de respostas, 7,1%. A opção 2 “não tenho a certeza” obteve o maior destaque nas famílias com 3 elementos, totalizando 57,1%, já nas famílias com 4 membros foi a menos escolhida com 9,5%, nas famílias com 5 indivíduos também obteve um número expressivo de respostas somando 35,7%. A última opção de resposta “Necessito deste tipo de ajuda” teve o menor destaque na família com 3 indivíduos, na qual não obteve nenhuma resposta, já nas famílias com 4 membros totalizou 42,9%, sendo a segunda mais assinalada, o maior destaque vai para as famílias compostas por 5 pessoas, com o resultado de 57,1%.

- **Necessidade de Explicar aos Outros:** A análise desta opção evidencia que novamente não se pode destacar uma opção de resposta, pois em cada grupo, uma opção diferente ficou em evidência. Novamente a opção “não tenho a certeza” fulgura entre os destaques de 1º e 2º lugar em determinadas opções. Iniciando com a opção de respostas 1 “não necessito deste tipo de ajuda” os dados demonstram que na família com 3 membros a soma fica em 25%, nas famílias com 4 indivíduos, é a opção de destaque com 66,7% e nas com 5 pessoas totaliza 25%. A opção 2 “não tenho a certeza”, tem como destaque novamente (igual ao item anterior) a família com 3 membros com 50% das respostas, as com 4 indivíduos apresentam a percentagem mais baixa nessa opção, totalizando 16,7%, já as famílias com 5 pessoas também apresentam uma taxa alta (a segunda posição) de indecisão, somando 37,5%. A opção 3 “necessito deste tipo de ajuda”, curiosamente apresenta empate e com a opção 2 em dois tipos de família. Nas famílias com 3 membros o resultado da resposta soma 25%, nas famílias com 4 membros o resultado é o mesmo da “opção 2”, 16,7%, nas famílias com 5 membros se repete o empate com a “opção 2”, tendo como resultado 37,5%.

- **Necessidade de Serviços da Comunidade:** Nesta categoria é possível destacar que a opção “necessito deste tipo de ajuda” foi mais escolhida pela maioria das famílias. A opção “não tenho a certeza” segue tendo destaque, neste caso em segundo lugar na maioria das famílias. Em relação a opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” na família com 3 pessoas, não obteve nenhuma resposta, nas com 4 membros o resultado foi de 33,3% e nas famílias com 5 pessoas o total foi de 50%. Na opção de resposta 2 “não tenho a certeza”, a família com 3 indivíduos assinalou 33,3% das respostas, as famílias que escolheram menos essa alternativa foram a de 4 membros, com 11,1% e as famílias que mais assinalaram essa resposta foram as de 5 indivíduos, com 50% das respostas. Na opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda”, o destaque vai para a família com 3 membros com o resultado de 66,7% das respostas, as famílias com 4 pessoas ficam em segundo lugar nessa opção, totalizando 55,6% e as famílias com 5 indivíduos não escolheram nenhuma vez essa opção.

- **Necessidade Financeiras:** A análise da Tabela 11, permite verificar que a maioria das famílias, não possuem essa necessidade. Como dito anteriormente, uma das hipóteses é que o item traz questões mais voltadas para compra de próteses, materiais

específicos, contratação de serviços e terapeutas e as necessidades específicas das famílias desse estudo são maioritariamente relacionadas a questões comportamentais e de habilidades sociais. No QSE as dificuldades financeiras gerais das famílias ficaram mais evidenciadas, expondo que talvez essa categoria não extrapola a questão em relação a satisfação com a renda das famílias. Nos estudos de Évora (2019) os resultados deste item foram todos de destaque para a categoria “necessito deste tipo de ajuda”, no entanto as necessidades educativas das crianças deste estudo estavam relacionadas a dificuldades múltiplas, motoras e visuais, o que pode demandar a compra de materiais, próteses e mais necessidades de contratação de terapeutas e serviços especializados. Na opção de resposta 1 “não necessito deste tipo ajuda” o destaque vai para a família com 3 pessoas, com o resultado de 75% das respostas, em segundo lugar tem-se as famílias com 4 membros, com 58,3% e por último as famílias com 5 pessoas com 50% das respostas. Já na opção de resposta 2 “não tenho a certeza”, a família com 3 pessoas pontuou 25% das respostas, as famílias com 4 elementos foram as que menos assinalaram essa opção, um total de 8,3% e as famílias com 5 membros foram as que se destacaram nessa opção, totalizando 50% das suas respostas. A opção 3 “necessito deste tipo de ajuda”, configura-se como a que as famílias com 3 e 5 membros não assinalaram nenhuma alternativa e as famílias de 4 membros apresentam o resultado de 33,3%.

- **Necessidades Funcionamento da Vida Familiar:** Nesta categoria, é possível notar a presença de dois extremos de 100% relacionados as opções de resposta “não necessito deste tipo de ajuda” e “necessito deste de ajuda”, consequentemente também foi a única categoria a apresentar o resultado de 0% duas vezes na opção “não tenho a certeza”. Ao analisar os resultados da opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” tem-se 100% na família com 3 membros, 66,7% nas famílias com 4 elementos, e nenhuma resposta nas famílias com 5 indivíduos. A opção dois fulgura com ausência de respostas nas famílias com 3 e 5 elementos, já nas famílias com 4 elementos o resultado é 22,2%. Em relação a opção 3 “necessito deste tipo de ajuda” a família com 3 elementos não pontuou nenhuma vez, as famílias com 4 membros apresentaram o resultado de 11,1%, o destaque fica com as famílias de 5 elementos, no qual todos escolheram essa alternativa, totalizando 100% das respostas.

Tabela 11 - Relação entre composição do agregado familiar e as 6 categorias do QNF

Agregado Familiar	Família com 3 Membros			Família com 4 membros			Família com 5membros		
	N= 1			N=3			N= 2		
<b>Necessidades de Informação (Categoria com 7 itens)</b>									
Respostas QNF *	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	4	0	3	4	6	11	1	3	10
%	57,1%	0%	42,9%	19%	28,6%	52,4%	7,1%	21,4%	71,4%
<b>Necessidades de Apoio (Categoria com 7 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	3	4	0	10	2	9	1	5	8
%	42,9%	57,1%	0%	47,6%	9,5%	42,9%	7,1%	35,7%	57,1%
<b>Necessidades de Explicar aos Outros (Categoria com 4 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	1	2	1	8	2	2	2	3	3
%	25%	50%	25%	66,7%	16,7%	16,7%	25%	37,5%	37,5%
<b>Necessidades de Serviços na Comunidade (Categoria com 3 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	0	1	2	3	1	5	3	3	0
%	0%	33,3%	66,7%	33,3%	11,1%	55,6%	50%	50%	0%
<b>Necessidades Financeiras (Categoria com 4 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	3	1	0	7	1	4	4	4	0
%	75%	25%	0%	58,3%	8,3%	33,3%	50%	50%	0%
<b>Necessidades de Funcionamento da Vida Familiar (Categoria com 3 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	3	0	0	6	2	1	0	0	6
%	100%	0%	0%	66,7%	22,2%	11,1%	0%	0%	100%

#### 5.4.2 - Situação perante o emprego

Neste item serão analisadas as relações entre a situação perante o emprego dos responsáveis. Pretende-se verificar se existe uma influência entre o número de responsáveis com emprego remunerado (1 ou 2) e as respostas nas diferentes categorias das necessidades.

Ao analisar os estudos de Évora (2019), realizado com 4 grupos diferentes em relação a situação laboral, ambos, optaram pela opção “necessito deste tipo de ajuda” na maioria das categorias, diferente do que aconteceu neste estudo.

Foi possível observar, que ao analisar opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” das famílias com 1 ou 2 responsáveis com emprego remunerado, o destaque de maior número de respostas para essa opção, ficou para as famílias com apenas 1 responsável com emprego remunerado, com exceção da categoria “necessidades de serviços na comunidade”.

- **Necessidades de Informação:** Ao observar a Tabela 12 é possível perceber em ambos os grupos que a opção de resposta “necessito deste tipo de ajuda”, foi a que mais destacou. No grupo com 1 empregado totalizou 61,9% e no grupo com 2 empregados os resultados foram de 52,4%. A opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de informação” teve o menor índice nas famílias com 1 empregado, 9,5%, já nas famílias com 2, totalizou 33,3%. A opção de resposta 2 “não tenho a certeza”, teve um resultado expressivo no grupo com 1 empregado, contanto com 28,6% das respostas, no grupo com dois empregados resultou em 14,3%.

- **Necessidades de Apoio:** Nessa categoria o destaque é para a opção “necessito deste tipo de ajuda” sendo a mais escolhida pelas famílias com 1 membro empregado. Seguindo a ordem das opções de resposta, a opção 1 “não necessito deste tipo de ajuda” apareceu com 28,6% das respostas no grupo com 1 responsável empregado, já no grupo com 2 totalizou 38,1%. Na opção de resposta 2 “não tenho a certeza”, as famílias com um 1 responsável empregado tiveram o resultado de 14,3% e nas com 2, o expressivo resultado de 38,1%. Em relação a opção 3 “necessito deste tipo de ajuda” as famílias com um membro empregada destaca-se com 57,1%, seguido de 23,8% apontados pelas famílias com 2 responsáveis empregados.

- **Necessidade de Explicar aos Outros:** Ao analisar esta categoria na Tabela 12, percebe-se que a opção “não necessito deste tipo de ajuda” tem grande destaque em ambos os grupos. Nas famílias com 1 empregado, 50% assinalaram a opção de resposta “não necessito deste tipo de ajuda” e nas famílias com 2 membros empregados 41,7%. Na opção de resposta 2 “não necessito deste tipo de ajuda” o grupo de famílias com 1 empregado totalizou 16,7% e o grupo com 2, com expressivos 41,7% das respostas. A opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” contou com 33,3% das respostas das famílias com 1 membro empregados e com 16,7% das respostas das famílias com 2 responsáveis empregados.

- **Necessidade de Serviços da Comunidade:** Neste item é possível observar que o padrão da opção “necessito deste tipo de ajuda” nas famílias com apenas um responsável empregado, não se repetiu. Sendo assim, na opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” as famílias com 1 empregado destacam-se, totalizando 55,6% e as famílias com 2, 11,1%. Na opção de respostas 2 “não tenho a certeza” o destaque das respostas vai para as famílias com 2 responsáveis com emprego, totalizando 44,4% das respostas, contra 11,1% das famílias com 1 empregado. Na opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda”, foi a primeira vez, nesta tabela, que a família com 2 membros empregados, apresentou mais necessidades, 44,4%, seguidos de 33,3% das famílias com 1 responsável empregado.

- **Necessidade Financeiras:** Nesta categoria ambos os grupos assinalaram mais vezes a opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda”, sendo que o grupo com 1 membro empregado somou 33,3% e o grupo com 2 empregados 83,3%. Na opção de resposta 2 “não tenho a certeza”, o destaque vai para as famílias com 1 responsável com emprego, totalizando 41,7%, seguida de 8,3% das famílias com 2 indivíduos com emprego. A opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” contou 25% de respostas do grupo de famílias com 1 responsável empregado e 8,3% das respostas do grupo com 2 responsáveis.

- **Necessidades Funcionamento da Vida Familiar:** Na Tabela 12 é possível perceber que a opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” tem evidente destaque no grupo de famílias com responsáveis 2 empregados, totalizando 66,7%, seguida de 33,3% do grupo com 1 membro empregado. A opção de resposta 2 “não tenho a certeza” obteve 22,2% das respostas do grupo com 1 membro empregado, o outro grupo não escolheu essa opção nenhuma vez. Em relação a opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” o grupo de famílias com 1 responsável se destaca com 44,4% seguido de 33,3% do grupo com dois membros.

Tabela 12 - Relação entre Situação perante o emprego e as 6 categorias do QNF

Situação perante o Emprego	Famílias com 1 responsável com emprego remunerado			Famílias com 2 responsáveis com emprego remunerado		
	N=3			N=3		
<b>Necessidades de Informação (Categoria com 7 itens)</b>						
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3
Total	2	6	13	7	3	11
%	9,5%	28,6%	61,9%	33,3%	14,3%	52,4%
<b>Necessidades de Apoio (Categoria com 7 itens)</b>						
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3
Total	6	3	12	8	8	5
%	28,6%	14,3%	57,1%	38,1%	38,1%	23,8%
<b>Necessidades de Explicar aos Outros (Categoria com 4 itens)</b>						
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3
Total	6	2	4	5	5	2
%	50%	16,7%	33,3%	41,7%	41,7%	16,7%
<b>Necessidades de Serviços na Comunidade (Categoria com 3 itens)</b>						
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3
Total	5	1	3	1	4	4
%	55,6%	11,1%	33,3%	11,1%	44,4%	44,4%
<b>Necessidades Financeiras (Categoria com 4 itens)</b>						
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3
Total	4	5	3	10	1	1
%	33,3%	41,7%	25%	83,3%	8,3%	8,3%
<b>Necessidades de Funcionamento da Vida Familiar (Categoria com 3 itens)</b>						
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3
Total	3	2	4	6	0	3
%	33,3%	22,2%	44,4%	66,7%	0%	33,3%

### 5.4.3 - Renda familiar

Nessa questão serão verificadas as relações existentes entre as necessidades das famílias e o modo como entendem a sua renda familiar. As categorias do QSE utilizadas foram a renda é: insuficiente para todas as despesas e necessidades; suficiente para todas as despesas necessidades, mas é difícil poupar; suficiente para pagar todas as despesas e necessidades e é possível poupar.

A análise geral da opção “Necessito deste tipo de ajuda” na Tabela 13, permite perceber que as famílias que consideram sua renda insuficiente, são as que mais assinalaram essa opção de resposta, com exceção da categoria “Necessidades de Serviços na Comunidade”

- **Necessidades de Informação:** Ao examinar essa categoria percebe-se um fenómeno curioso, no qual as famílias com renda insuficiente e as com condições de poupar se destacam na opção “necessito deste tipo de ajuda” enquanto a família com renda suficiente apenas para as despesas não assinalou essa opção nenhuma vez. Seguindo a ordem apresentada na Tabela 13, a opção de resposta 1 “Não necessito deste tipo de ajuda” contou com os resultados de 4,8% para famílias com renda insuficiente, 28,6% para famílias com renda suficiente e 42,9% para famílias com renda suficiente para poupar. A opção de resposta 2 “não tenho a certeza” contou com 19% para os com renda insuficiente, e destacando os com renda suficiente que nesta opção somaram expressivos valores de 71,4%, seguidos pelas famílias com condições de poupar que não optaram por essa resposta. Em relação a opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” o destaque vai para as famílias com renda insuficiente que somam 76,2% das respostas, seguida das famílias com condições de poupar com 57,1%, a famílias com renda suficiente não pontuou neste item.

- **Necessidades de Apoio:** Nesta categoria o destaque vai para os grupos com renda suficiente e suficiente para poupar que optaram mais vezes pela resposta “não necessito deste tipo de informação. Ao analisar a opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” os resultados apresentam-se da seguinte forma: 9,5% para as famílias com renda insuficiente, 71,4% para a família com renda suficiente e 50% para o grupo com condições de poupar. Na opção de resposta 2 “não tenho a certeza” os valores ficaram bem próximos para todos os grupos, sendo eles: 23,8% para os que tem renda insuficiente e 28,6% para os outros dois grupos de famílias. As famílias com renda insuficiente são o destaque da opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” com 66,7% das respostas, seguida de 21,4% das famílias com renda suficiente para poupar, a família com renda suficiente não assinalou essa opção nenhuma vez.

- **Necessidade de Explicar aos Outros:** Novamente nesta categoria o destacam-se os grupos com renda suficiente e suficiente para poupar que optaram mais vezes pela resposta “não necessito deste tipo de informação. Ao examinar esta opção, é possível perceber as diferenças ressaltadas, no grupo de famílias com renda insuficiente opção de resposta 1 obteve 25% das respostas, já as famílias com renda suficiente destacam-

se com 75% das respostas seguidas das famílias com renda suficiente para poupar com 62,5%. Em relação a opção de resposta 2 “não tenho a certeza” as famílias com renda insuficiente somam 33,3% das repostas, seguidas pelo empate, dos outros dois grupos, de 25% das respostas. Na opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda”, as famílias com renda insuficiente alcançaram 41,7%, seguidas de 12,5% das famílias com renda suficiente para poupar, as famílias com renda suficiente não selecionaram essa resposta.

- **Necessidade de Serviços da Comunidade:** Nesta categoria os grupos com renda insuficiente e suficiente, foram os que mais tiveram respostas na opção “não tenho a certeza”. As famílias com renda insuficiente apresentaram um empate em todas as opções de respostas, resultando em 33,3% em cada uma. Já a família com renda suficiente apresentou um resultado de 66,7% na opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” e 33,3% na opção de resposta 2 “não tenho a certeza” e não pontuou na opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda”. O grupo de famílias com condições de poupar apresentou os resultados de 16,7% na opção de resposta 1, 16,7% na opção de resposta 2, destacando na última opção de resposta com 66,7% das respostas.

- **Necessidade Financeiras:** Ao observar esta categoria percebe-se que na opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” destacam-se as famílias com renda suficiente e as com condições de poupar, apresentando os valores de 100% e 75% respetivamente, já as famílias com renda insuficiente se apresentam com 33,3%. Na opção de resposta 2 “não tenho a certeza” as famílias com renda insuficiente se destacam ao totalizarem 41,7%, seguidas de 12,5% das famílias com renda suficiente para poupar, as famílias com renda suficiente não escolheram essa alternativa. Em relação a opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” as famílias com renda insuficiente totalizaram 25%, seguidas de 12,5% das famílias com renda suficiente para poupar, as famílias com renda suficiente não pontuaram nesta opção.

- **Necessidades Funcionamento da Vida Familiar:** As famílias com renda suficiente para poupar e renda suficiente destacam-se na opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” com 100% das respostas e 66,7% respetivamente, seguidas das famílias com renda insuficiente com resultados de 11,1%. A opção de resposta 2 “não tenho a certeza” obteve respostas somente das famílias com renda insuficiente, 11,1% e das famílias com renda suficiente 33,3%. Já a opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” destaca-se pelo resultado das famílias com renda insuficiente, com resultados expressivos de 77,8%, os outros dois grupos de famílias não assinalaram nenhuma resposta nessa opção.

**Tabela 13** - Relação entre satisfação com renda familiar e as 6 categorias do QNF

Renda Familiar	Insuficiente			Suficiente e sem poupar			Suficiente e poupando.		
	N=3			N=1			N=2		
<b>Necessidades de Informação (Categoria com 7 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	1	4	16	2	5	0	6	0	8
%	4,8%	19%	76,2%	28,6%	71,4%	0%	42,9%	0%	57,1%
<b>Necessidades de Apoio (Categoria com 7 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	2	5	14	5	2	0	7	4	3
%	9,5%	23,8%	66,7%	71,4%	28,6%	0%	50%	28,6%	21,4%
<b>Necessidades de Explicar aos Outros (Categoria com 4 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	3	4	5	3	1	0	5	2	1
%	25%	33,3%	41,7%	75%	25%	0%	62,5%	25%	12,5%
<b>Necessidades de Serviços na Comunidade (Categoria com 3 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	3	3	3	2	1	0	1	1	4
%	33,3%	33,3%	33,3%	66,7%	33,3%	0%	16,7%	16,7%	66,7%
<b>Necessidades Financeiras (Categoria com 4 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	4	5	3	4	0	0	6	1	1
%	33,3%	41,7%	25%	100%	0%	0%	75%	12,5%	12,5%
<b>Necessidades de Funcionamento da Vida Familiar (Categoria com 3 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	1	1	7	2	1	0	6	0	0
%	11,1%	11,1%	77,8%	66,7%	33,3%	0%	100%	0%	0%

#### 5.4.4 - Idade dos filhos com NE

Neste item serão analisadas as questões referentes a idade dos filhos com NE, das famílias participantes da pesquisa, encaixando-os nos critérios da World Health Organization - WHO, nos quais define que crianças são sujeitos até os 9 anos de idade; pré-adolescentes os indivíduos entre 10 e 14 anos; e adolescentes os que se encontram na faixa etária de 15 a 19 anos. (World Health Organization, 2003). Considerou-se analisar esse item, com o intuito de perceber se há diferenças em relação as necessidades das famílias de acordo com a fase em que seus filhos estão.

Ao examinar a Tabela 14 é possível perceber, primeiramente que a única categoria que todos os grupos assinalaram mais vezes a opção “necessito deste tipo de ajuda” foi a de “necessidades de informação”, ou seja, essa é uma necessidade para todas as fases. As famílias com pré-adolescentes destacaram-se na opção “não tenho a certeza” em 4 categorias. Outro ponto a ser destacado é que as famílias que mais assinalaram a opção “necessito deste tipo de ajuda” são as de criança e de adolescente.

- **Necessidades de Informação:** Ao analisar essa categoria percebe-se que todas as famílias destacaram mais a opção de resposta 3 “Necessito deste tipo de ajuda”, sendo que a de criança, apresentou o resultado de 87,5%, as de pré-adolescentes 39,3% e a de adolescente 100%. A opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” não teve nenhuma resposta nas famílias de criança e de adolescente, já nas famílias de pré-adolescentes totalizou 32,7%. As famílias com pré-adolescentes foram as que mais assinalaram a opção de resposta 2 “não tenho a certeza”, com 28,6% das respostas, seguida pela família de criança com 14,3%, a família com adolescente não assinalou essa opção.

- **Necessidades de Apoio:** O destaque nesta categoria vai para as famílias com criança e com adolescente, que assinalaram mais vezes a opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” apresentando igualmente o resultado de 85,7%, já as famílias com pré-adolescentes, 17,9%. A opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” obteve destaque nas famílias com pré-adolescentes resultando em 46,4%, seguida da com criança (14,3%), a família com adolescente não assinalou essa opção. Na opção de resposta 2 “não tenho a certeza” a família com criança não assinalou nenhum item, já as com pré-adolescentes apresentaram expressivos 35,7% das respostas, a família com adolescente resultou em 14,3%.

- **Necessidade de Explicar aos Outros:** Novamente nesta categoria o destacam-se, na opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda”, as famílias com criança e com adolescente, com 50% das respostas cada uma, as famílias com crianças e adolescentes com 12,5%. A opção de resposta 1 “não necessito deste tipo ajuda” destacou-se com iguais 50% nas famílias com pré-adolescentes e adolescente, na família com criança apresentou 25%. A opção de resposta 2 “não tenho a certeza” obteve novamente grande destaque nas famílias com pré-adolescentes, com 37,5%, seguida da família de criança com 25%, a família de adolescente não pontuou nessa opção.

- **Necessidade de Serviços da Comunidade:** Ao analisar essa categoria é possível observar dois extremos. Na opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” a família com adolescente assinalou 100% das respostas, seguida pelas famílias de pré-adolescentes com 25%, a família com criança não assinalou nenhuma vez essa opção. Já na opção de resposta 3 “necessito deste tipo ajuda” a família com criança optou por essa questão em 100% das respostas, seguida pelas famílias com pré-adolescente com 33,3%, a família com adolescente não pontuou nessa questão. Na opção de resposta 2 “não tenho a certeza” a única família que apresentou resultados foi a com pré-adolescentes, com expressivos 41,7%.

- **Necessidade Financeiras:** Nesta categoria percebe-se que na opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda”, as únicas famílias que assinalaram essa opção fora as com pré-adolescentes, totalizando 87,5%. O destaque da opção de resposta 2 “não tenho a certeza” vai para a família com adolescente que assinalou expressivos 100% das respostas, seguida da família de criança com 25% e das famílias com pré-adolescentes com 6,3%. A opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” destacou-se na família com criança, com 75% das respostas, seguida das famílias com pré-adolescentes (6,3%), a família com adolescentes não escolheu nenhuma vez essa opção.

- **Necessidades Funcionamento da Vida Familiar:** Ao analisar esta categoria é possível perceber que a família com criança pontuou igualmente para cada opção de resposta, com resultado de 33,3%. Já a família de adolescente optou por assinalar 100% das repostas na opção de resposta 3 “necessito deste tipo ajuda”. As famílias com pré-adolescentes na opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” escolheram 66,7% das respostas, já na opção de resposta 2 “não tenho a certeza” optaram por 8,3% e na última opção de resposta, 3 “necessito deste tipo ajuda”, as famílias escolheram 25% das respostas.

Tabela 14 - Relação entre Idade por Fases e as 6 categorias do QNF

Idade por fase	Crianças (8 anos)			Pré-adolescentes (10 a 14 anos)			Adolescentes (15 anos)		
	N=1			N=4			N=1		
<b>Necessidades de Informação (Categoria com 7 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	0	1	6	9	8	11	0	0	7
%	0%	14,3%	85,7%	32,7%	28,6%	39,3%	0%	0%	100%
<b>Necessidades de Apoio (Categoria com 7 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	1	0	6	13	10	5	0	1	0
%	14,3%	0%	85,7%	46,4%	35,7%	17,9%	0%	14,3%	85,7%
<b>Necessidades de Explicar aos Outros (Categoria com 4 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	1	1	2	8	6	2	2	0	2
%	25%	25%	50%	50%	37,5%	12,5%	50%	0%	50%
<b>Necessidades de Serviços na Comunidade (Categoria com 3 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	0	0	3	3	5	4	3	0	0
%	0%	0%	100%	25%	41,7%	33,3%	100%	0%	0%
<b>Necessidades Financeiras (Categoria com 4 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	0	1	3	14	1	1	0	4	0
%	0%	25%	75%	87,5%	6,3%	6,3%	0%	100%	0%
<b>Necessidades de Funcionamento da Vida Familiar (Categoria com 3 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	1	1	1	8	1	3	0	0	3
%	33,3%	33,3%	33,3%	66,7%	8,3%	25%	0%	0%	100%

#### 5.4.5 - Tempo de migração

Neste item serão avaliadas as relações entre o tempo que as famílias estão morando em Portugal e suas necessidades. Para esta análise as categorias do QSE, de “0 a 1 ano” e de “1 a 2 anos” foram agrupadas em uma só “0 a 2 anos”. Considerou-se essa análise partindo do pressuposto do que a migração implica. Como já visto anteriormente, a mudança para um novo país, inclui conhecimento sobre novas regras, legislações e funcionamento das instituições, a criação de novas redes de apoio, presença em novos ambientes e o se adaptar a uma nova cultura.

Ao analisar a Tabela 15, é possível perceber que a opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” foi a mais utilizada pelas famílias que migraram nos intervalos de 3 a 4 anos e a mais de 5 anos. Esse resultado vai contra ao que se tinha pensado inicialmente, pois a intenção desde o início era analisar também os possíveis impactos da migração nas necessidades das famílias de crianças e adolescentes com NE e por isso solicitou-se no QSE o tempo de migração de cada família.

No entanto, ao refletir sobre esse novo padrão, pensou-se em duas hipóteses são elas: as necessidades educativas foram identificadas em Portugal, então todo o processo (seja de lidar e entender a criança como o acesso as instituições) é relativamente novo; ou as necessidades vão mudando e talvez se intensificando com a idade, principalmente com chegada da adolescência.

Ao analisar as famílias individualmente que compões esse grupo de maior necessidade de ajuda, verificou-se que em um caso a NE da criança acabou de ser identificada e nos outros casos, em um tem-se uma criança recém chegando na adolescência e em outro um já considerado adolescente. Elucidado esse pequeno desvio de expectativas, abaixo serão analisado cada item do QNF de acordo com o tempo de migração das famílias.

- **Necessidades de Informação:** Nesta categoria destaca-se a opção “necessito deste tipo de ajuda” para todos os grupos, no entanto os que migraram há mais de 3 anos, apresentam um resultado expressivo de 71,4% das respostas, seguidos por 42,9% do grupo que migrou entre 0 e 2 anos. Em relação a opção 1 “não necessito deste tipo de ajuda”, as famílias que migraram entre 0 e 2 e 3 a 4 anos apresentaram o mesmo resultado de 28,6% e as famílias que migraram há mais de 5 anos 7,1%. Já na opção de resposta 2 “não tenho a certeza”, o grupo que migrou entre 0 e 2 anos representa 28,6%, seguido de 21,4% dos que migraram há mais de 5 anos, a família correspondente a faixa de 3 a 4 anos não escolheu essa opção nenhuma vez.

- **Necessidades de Apoio:** A opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda, teve destaque entre os grupos de 0 e 2 anos e 3 a 4 anos, com resultados de 42,9% e 57,1%, respectivamente, o grupo com mais de 5 anos apresentou o menor resultado, 7,1%. A opção de resposta 2 “não tenho a certeza” traz os índices mais altos no grupo com mais de 5 anos, com 35,7% e o grupo entre 0 e 2 anos em seguida com 28,6%, a família que corresponde ao tempo de 3 a 4 anos não assinalou essa questão. Em relação

a opção de resposta 3 “necessito deste tipo ajuda” o grupo que mais pontuou foi o de famílias que migraram há mais de 5 anos, com 57,1%, seguido pela família que migrou entre 3 e 4 anos com 42,9% e por último, com 28,6% o grupo de famílias que migraram entre 0 e 2 anos.

- **Necessidade de Explicar aos Outros:** O destaque desta categoria vai para a famílias que migrou entre 3 e 4 anos, no qual assinalou todas as opções da categoria com a resposta “não necessito deste tipo de ajuda”, totalizando 100% das suas respostas, ou seja, esse grupo não aparecerá nas descrições das outras respostas. Nessa mesma opção de resposta as famílias com 0 e 2 anos apresentam 41,7% e as com mais de 5 anos 25%. Na opção de resposta 2 “não tenho a certeza” as famílias entre 0 e 2 anos somam 33,3% e as com mais de 5 anos 37,5%. As famílias entre 0 e 2 anos e há mais de 5 anos, apresentaram 25% e 37,5% respectivamente, na opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda”.

- **Necessidade de Serviços da Comunidade:** Ao examinar a Tabela 15 é possível perceber que nesta categoria, a opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” obteve mais respostas entre as famílias que migraram entre 0 e 2 e 3 e 4 anos, com 55,6% e 66,7% respectivamente, O grupo de famílias com mais de 5 anos não assinalou nenhuma alternativa nesta opção. A opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” foi a única que obteve valores nos grupos de 0 e 2 anos, 3 e 4 anos e mais de 5 anos, com resultados de 22,2%, 33,3% e 50%, respectivamente. Em relação a opção de resposta 2 “não tenho a certeza” foram obtidas respostas somente nas famílias de 0 e 2 anos (22,2%) e nas com mais de 5 anos, com expressivos 50%.

- **Necessidade Financeiras:** Continuando com o que aconteceu nas outras análises, nessa categoria repetiu-se o padrão e as respostas se concentrarem na opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda”, sendo que as famílias entre 0 e 2 anos apresentam o resultado de 58,3%, a família que migrou entre 3 e 4 anos 75%, e o grupo que está há mais de 5 anos 50%. A opção de resposta 2 “não tenho a certeza” obteve respostas somente nas famílias entre 0 e 2 anos e os que migraram há mais de 5 anos com 16,7% e 50% respectivamente. Somente as famílias de 0 e 2 e 3 e 4 anos escolheram essa opção, com resultados de 25% para cada uma.

- **Necessidades Funcionamento da Vida Familiar:** Nessa categoria o único grupo que obteve respostas em todas as opções foi o de famílias que migraram entre 0 e 2 anos, apresentando na opção de resposta 1 “não necessito deste tipo de ajuda” 66,7%, na opção de resposta 2 “não tenho a certeza” 22,2% e na opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” 11,1%. A família que migrou entre 3 e 4 anos mostrou na opção 1, 100%. E por último o grupo que migrou há mais de 5 anos apresentou o resultado de 100% na opção 3.

É importante ressaltar que nas famílias que migraram há mais de 5 anos, a opção de resposta “não tenho a certeza” se destacou muito, nas famílias entre 0 e 2 anos também houve esse padrão, mas, menos acentuado.

Tabela 15 - Relação entre tempo de migração e as 6 categorias do QNF

Tempo de Migração	0 a 2 anos			3 a 4 anos			+ de 5 anos		
	N=3			N=1			N=2		
<b>Necessidades de Informação (Categoria com 7 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	6	6	9	2	0	5	1	3	10
%	28,6%	28,6%	42,9%	28,6%	0%	71,4%	7,1%	21,4%	71,4%
<b>Necessidades de Apoio (Categoria com 7 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	9	6	6	4	0	3	1	5	8
%	42,9%	28,6%	28,6%	57,1%	0%	42,9%	7,1%	35,7%	57,1%
<b>Necessidades de Explicar aos Outros (Categoria com 4 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	5	4	3	4	0	0	2	3	3
%	41,7%	33,3%	25%	100%	0%	0%	25%	37,5%	37,5%
<b>Necessidades de Serviços na Comunidade (Categoria com 3 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	2	2	5	1	0	2	3	3	0
%	22,2%	22,2%	55,6%	33,3%	0%	66,7%	50%	50%	0%
<b>Necessidades Financeiras (Categoria com 4 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	7	2	3	3	0	1	4	4	0
%	58,3%	16,7%	25%	75%	0%	25%	50%	50%	0%
<b>Necessidades de Funcionamento da Vida Familiar (Categoria com 3 itens)</b>									
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Total	6	2	1	3	0	0	0	0	6
%	66,7%	22,2%	11,1%	100%	0%	0%	0%	0%	100%

#### 5.4.6 - Síntese das relações entre QSE e QNF

Nessa síntese, diferente das outras análises já feitas até aqui, os resultados apresentados serão sempre voltados para a opção de resposta 3 “necessito deste tipo de ajuda” (foco deste estudo) em todas as 6 categorias, comparando essas respostas entre os grupos definidos das 5 relações realizadas.

Na análise da **composição do agregado familiar**, os participantes foram divididos em três grupos, percebeu-se que o grupo das famílias com mais de 5 elementos, assinalaram mais a opção do QNF “necessito deste tipo ajuda” na maioria das categorias.

Em relação a **situação perante o emprego**, os participantes foram divididos em dois grupos, ao analisar esses grupos, percebeu-se que as famílias com apenas 1 responsável com emprego remunerado, foram as que mais assinalaram a resposta “necessito deste tipo de ajuda”.

Já no que diz respeito a satisfação com a **renda total da família** (relacionada a satisfação das necessidades básicas), as famílias foram agrupadas em três grupos. Ao analisar esses grupos, ficou evidente que as famílias com renda insuficiente foram as que assinalaram mais a opção “necessito deste tipo de ajuda”.

O item sobre a fase de **idade**, dividido em; criança, pré-adolescente e adolescente, apontou que os grupos de famílias com criança e adolescente foram os que mais destacaram a opção “necessito deste tipo de ajuda”.

Em relação ao **tempo de migração**, as famílias foram divididas em três grupos, ao examinar eles, destaca-se que o grupo formado pelas famílias que migraram há mais de 3 anos (aqui foi unido o grupo de 3 e 4 anos e os que estão há mais de 5 anos) são os que escolheram mais vezes a opção “necessito deste tipo de ajuda”.

Em relação as categorias de necessidades, a que se destaca como exceção (não foi a opção mais escolhida) nas análises de agregado familiar, situação perante o emprego e satisfação com renda foi a de “serviços da comunidade”. Nas análises sobre a idade por fase e na do tempo de migração essa categoria se destaca (como a mais assinalada) nas famílias que com crianças e nas que migraram entre 0 e 2 e 3 e 4 anos, o que pode se explicar, justamente pelo tempo que as famílias tiveram para conhecer a comunidade e seus serviços.

A análise Global da Tabela 16 permite perceber que em relação ao agregado familiar a maioria optou pela opção “não necessito deste tipo de ajuda” exceto as famílias com 5 elementos que optaram pela resposta “necessito deste tipo de ajuda”. Em relação a situação perante o emprego remunerado, as famílias com 1 responsável com emprego, destacam-se com o total de 46,4% na opção “necessito deste tipo de ajuda” e as com 2 responsáveis com emprego, com o total 44% da opção “não necessito deste tipo de ajuda”. Na característica de satisfação da renda familiar a opção “não necessito deste tipo de ajuda” se sobressai nas famílias com renda suficiente (60,7%) e nas famílias

com renda suficiente para poupar (55,4%). As famílias com renda insuficiente destacaram a opção “necessito deste tipo de ajuda” (57,1%). Sobre a idade por fase, as famílias com criança e adolescente destacam-se na opção “necessito deste tipo de ajuda” com 75% e 64,3% respectivamente. A opção “não necessito deste tipo de ajuda” se sobressaiu apenas nas famílias com crianças pré-adolescentes, totalizando 49,1%, no entanto essas mesmas famílias se destacaram na opção não tenho a certeza com 27,7%. Na característica tempo de migração, o destaque dos resultados foi para as famílias dos grupos que migraram entre 0 e 2 e 3 e 4 anos, com respectivamente 41,1% e 60,7% na opção “não necessito deste tipo de ajuda”. Já as famílias que migraram há mais de 5 anos, destacam-se na opção “necessito deste tipo de ajuda” na qual obtiveram 48,2% das respostas.

Para finalizar este capítulo, a Tabela 16 apresenta uma síntese gráfica do que já foi exposto neste item, em relação a porcentagem global das 3 possíveis respostas nas categorias do QNF juntamente com as análises das 5 categorias do QSE. Em destaque (negrito) estão todas as percentagens da opção de resposta “necessito deste tipo de ajuda” que foram utilizadas para construir este item.

Tabela 16 - Relação Global entre QNF e QSE

Agregado Familiar	Famílias com 3 elementos			Famílias com 4 elementos			Famílias com 5 elementos		
	N=1			N=3			N=2		
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>Total %</b>	50%	28,6%	<b>21,4%</b>	45,2%	16,7%	<b>38,1%</b>	19,6%	32,1%	<b>48,2%</b>
Situação perante o emprego	1 Responsável com Emprego Remunerado						2 Responsáveis com Emprego Remunerado		
	N=3						N=3		
Respostas QNF	1		2	3		1	2	3	
<b>Total %</b>	31%		22,6%	<b>46,4%</b>		44%	25%	<b>31%</b>	
Renda Familiar	Insuficiente			Suficiente, sem poupar			Suficiente e poupando		
	N=3			N=1			N=2		
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>Total %</b>	16,7%	26,2%	<b>57,1%</b>	64,3%	33,3%	<b>0%</b>	55,4%	14,3%	<b>30,4%</b>
Idade	Criança			Pré-adolescente			Adolescente		
	N=1			N=4			N=1		
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>Total %</b>	10,7%	14,3%	<b>75%</b>	49,1%	27,7%	<b>23,2%</b>	17,9%	17,9%	<b>64,3%</b>
Tempo de Migração	0 e 2 anos			3 e 4 anos			+ de 5 anos		
	N=3			N=1			N=2		
Respostas QNF	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>Total %</b>	41,1%	26,2%	<b>32,1%</b>	60,7%	0%	<b>39,3%</b>	19,6%	32,1%	<b>48,2%</b>

## 5.5 - Como construir uma educação inclusiva

A partir dos resultados obtidos através da análise dos Questionários das Necessidades das Famílias e do Questionário Socioeconômico e com o que já foi explorado nesse trabalho sobre o estado da arte em relação ao trabalho com famílias e a importância da compreensão das suas necessidades, sobre educação inclusiva e inclusão social, neste item pretende-se trazer sugestões que possam contribuir para a educação inclusiva e inclusão social.

Como já dito anteriormente, atualmente existem diversas legislações e publicações que enfatizam a importância de uma educação universal, com acesso de qualidade a todos, bem como as escolas devem estar preparadas para receber todos os tipos de alunos e aberta para as trocas com a comunidade da qual faz parte. Portanto a **Escola para Todos**, resumidamente estabelece que o ambiente escolar deve ser pensado para que todos os alunos sejam acolhidos e celebrados em suas mais diversas especificidades. A escola deve ser um ambiente seguro para que todos possam desenvolver suas potencialidades da melhor forma possível, visando desenvolvimento na vida adulta não só voltado para o trabalho, mas, principalmente para o exercício da cidadania. O foco não é somente o currículo acadêmico, mas também com o que pode-se chamar de currículo social, no qual os alunos aprendem a ser cidadãos, aprendem a viver em sociedade agindo com ética e respeito com todos.

É da maior importância o papel crescente da educação inclusiva no desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, que valoriza a diversidade. Tal desenvolvimento envolve princípios como a igualdade de oportunidades, a não discriminação e o acesso universal e, em particular, deve ter em conta as necessidades individuais dos alunos em risco de exclusão social e de marginalização. (European Agency for Development in Special Needs Education, 2011, p. 7)

Uma escola que celebra e acolhe a diversidade, seja ela voltada para questões sociais, de saúde, sexuais ou culturais, é um local que provê a equidade, extrapolando inclusive os muros da escola. A educação deve promover o respeito a todas as pessoas, combatendo todas as formas de discriminação e preconceitos, para que essas não sejam um impeditivo dos alunos alcançarem todo seu potencial de aprendizagem. Portanto, quando se fala em educação inclusiva, não é limitando o tema apenas as pessoas com deficiência, o foco é para que cada um tenha acesso a tudo que precisa para participar ativamente da escola, da comunidade e do processo de aprendizagem. (European Agency for Development in Special Needs Education 2009 e 2011).

Para que esses níveis de excelência em educação sejam atingidos, é importante iniciar os esforços na base da educação, ou seja na educação infantil, também é imprescindível a atualização dos currículos formais, deixando-os mais modernos e flexíveis. Com o advento da internet e das tecnologias e com os conhecimentos que temos hoje em relação as fases de desenvolvimento das crianças e adolescentes, percebemos que o currículo formal é insuficiente e até mesmo excludente.

As escolas e os serviços de apoio devem trabalhar em estreita cooperação para responderem às necessidades das crianças e das suas famílias, na sua comunidade local. O investimento nas primeiras idades e no apoio precoce deve ser visto como um investimento a longo prazo que reduzirá os serviços a alunos vulneráveis na vida adulta. (European Agency for Development in Special Needs Education, 2011, p. 11).

Portanto, é imperativo discutir o processo de ensino/aprendizagem, as diferentes inteligências presentes em cada indivíduo e os diversos modos e métodos para se adquirir conhecimentos, e para isso os professores precisam ser capacitados e orientados para utilizarem métodos de ensino inovadores e inclusivos que atinjam os alunos com eficiência e qualidade.

Os fatores mais importantes para a eficiência e a equidade são a qualidade, a experiência e a motivação dos professores e os tipos de pedagogia que utilizam. Trabalhando em colaboração com os pais e os serviços de segurança social, os professores podem desempenhar um papel fundamental que garanta a participação dos “mais desfavorecidos”. (European Agency for Development in Special Needs Education, 2011, p. 19)

As escolas devem ser atrativas para os alunos, os professores, as famílias e para a comunidade, oferecendo serviços de qualidade, integrando a comunidade, acolhendo as famílias, discutindo maneiras de melhorar ainda mais a localidade onde está inserida e também seu espaço e dinâmicas internas. Quando os serviços prestados pela escola seguem os princípios normativos e são de qualidade, a inclusão se estabelece de forma natural. Em um dos documentos avaliados fica evidenciado que “as Orientações Políticas sobre a educação inclusiva realçam o seguinte: - Inclusão e qualidade são recíprocas; - Acesso e qualidade interligam-se e reforçam-se mutuamente; - Qualidade e equidade são fundamentais para garantir a educação inclusiva. (European Agency for Development in Special Needs Education, 2009, p. 14).

As instituições escolares devem centrar seu planejamento sempre em benefício dos alunos, garantindo: seu acesso a escola e os meios para que a assiduidade seja cumprida; sua participação efetiva em atividade significativa de aprendizagem e nas decisões individuais e políticas da escola; e seu envolvimento na escola e na sociedade. Isso explicita a urgente necessidade de mudarmos o entendimento de que para incluir um aluno, basta que ele esteja na escola, esses três pontos citados acima garantem uma educação de qualidade para todos. (European Agency for Development in Special Needs Education, 2011)

Além dessas importantes funções das escolas, o investimento do governo é essencial para que os projetos se desenvolvam e o processo educacional inclusivo tenha sucesso. Todos os setores do governo devem colaborar e trabalharem juntos para alcançar as metas de educação inclusiva, pois essas beneficiam a sociedade como um todo. Nas *Recomendações para Decisores Políticos, 2009*, fica elucidado que:

Para que possa ter impacto sobre a educação inclusiva, a legislação deve estabelecer claramente a inclusão como uma meta. Neste sentido, a legislação de todos os sectores públicos deve conduzir à prestação de serviços e à melhoria dos processos que favoreçam a inclusão educativa. (European Agency for Development in Special Needs Education, 2009, p. 23)

Visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e reforçando que a inclusão é um processo, que está sempre em discussão para atingir o máximo de sucesso, e que possui vários responsáveis na sua execução, é importante definir os papéis e atribuir as demandas para cada grupo. Esse grande grupo é formado pelo estado, escolas, famílias, sociedade e pelas ações dos indivíduos.

### **5.5.1 - Estratégias de intervenção com vistas à inclusão educacional e social**

Como ainda se caminha a pequenos passos rumo à inclusão, o papel do Estado ainda será o maior e mais relevante entre todos os responsáveis, no entanto uma vez que feito o reajuste e a criação de novas legislações e parâmetros as atividades ficam em situação de equidade e se retroalimentam. Sendo assim, abaixo serão representadas algumas estratégias de ação baseadas nas legislações até agora apresentadas, vale ressaltar que por mais que, para melhor visualização e entendimento os grupos estarão separados, as coisas podem e devem acontecer ao mesmo tempo e estão completamente interligadas.

As possibilidades de intervenções que serão citadas abaixo, são uma síntese do papel do estado, escola, sociedade, família baseadas nas principais necessidades das famílias (informação, apoio e serviços na comunidade) e nos textos e documentos, já

citados anteriormente nesse trabalho, são eles: Educação especial em Portugal no último quarto do século XX (Mesquita, 2001); Necessidades humanas básicas: subsídios à crítica dos mínimos sociais (Pereira, 2006); Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva (Rodrigues, 2006); A Inclusão como Direito Humano Emergente (Rodrigues, 2014); Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994); Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006); Decreto-lei nº 54/2018 (Presidência do Conselho de Ministros, 2018); Princípios-Chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva – Recomendações para Decisores Políticos (European Agency for Development in Special Needs Education, 2009); Princípios-chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva - Recomendações para a prática (European Agency for Development in Special Needs Education, 2011); Cinco Mensagens-chave para a Educação Inclusiva: Colocar a teoria em prática (European Agency for Development in Special Needs Education, 2014); Evidências da Relação entre Educação Inclusiva e Inclusão Social (European Agency for Development in Special Needs Education, 2018); Recomendação nº5 sobre A cidadania e a Educação antirracista (Conselho Nacional de Educação, 2020); Recomendação sobre acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva (Conselho Nacional de Educação, 2022).

**1. Possíveis intervenções relacionadas ao Estado, em relação ao acesso as necessidades básicas:** criar legislações e programas que garantam acesso gratuito à saúde, educação e habitação de qualidade; operacionalizar as legislações em busca da satisfação das necessidades básicas e pensar nelas como direito garantido, ou seja, essas questões não podem depender da filantropia; garantir que além da operacionalização, que as informações sobre os direitos de cidadania cheguem a todos de forma precisa e objetiva; investir em estratégias de prevenção e promoção da saúde; garantir a redistribuição da riqueza socialmente produzida através legislações trabalhistas justas e de intervenções econômicas;

No que diz respeito ao *combate a todo tipo de discriminação* (raciais, étnicas, capacitistas, sexuais e de gênero, de classe social e religiosas) o Estado deve: investir em eventos, propagandas em meios de comunicação (tv, rádio e redes sociais) para desconstruir mitos e preconceitos; entender a importância da democratização e da socialização das informações para combater as “fake News”; investir em capacitações de todos os profissionais que fazem parte da administração pública; focar na capacitação dos professores e outros profissionais que trabalham na escola; prever formas de educação para pessoas que não respeitam os direitos de cidadania (participação em eventos ou grupos de apoio, multas, trabalho comunitário na área, entre outros); garantir a laicidade do estado em todas as áreas; exigir que a questão da inclusão social esteja presente, de forma transversal, nas legislações de todas as áreas; reconhecer o ambiente escolar como principal agente no combate as discriminações e oferecer meios para que isso aconteça.

Sobre a *formação dos professores e o currículo escolar* é imprescindível: incentivar e exigir que os currículos dos cursos formadores de profissionais da educação debatam

a inclusão e demonstrem de forma prática como flexibilizar os currículos escolares e como construir uma práxis inclusiva; incentivar que o professor capacitado tenha autonomia para flexibilizar o currículo, levando em consideração as opiniões dos outros colegas, do estudante e da sua família; promover o acesso a ferramentas, tecnologias e cursos que possibilitem a inovação em sala de aula, com o intuito de garantir que a escola seja para todos explorarem seus potenciais e aprender.

Em relação a *motivação dos professores* cabe ao Estado: investir na melhoria do ambiente escolar, oferecendo recursos variados, e eliminando barreiras arquitetônicas; prever recursos para modernização da escola e flexibilização dos currículos; valorizar os profissionais, através de salários justos, mas também de possibilidades de estabilidade (segurança) e evolução na carreira; incentivar a capacitação através de cursos; oferecer recursos para incentivar as pesquisas científicas; promover a contratação de mais professores; incentivar projetos inovadores na área da inclusão; ouvir, acolher e valorizar as demandas dos profissionais e incentivar a sua participação na construção conjunta de estratégias e políticas inclusivas.

Referente a *escassez de dados* que podem embasar e justificar a criação, melhoria ou exclusão de políticas e serviços é necessário: fortalecer e capacitar o Instituto Nacional de Estatística - INE para que a recolha e o manejo dos dados sejam efetivas e eficientes e a socialização deles sejam de fácil entendimento e acesso para todos; realizar grandes pesquisas a nível nacional para conhecer de fato a população; incentivar, capacitar e oferecer os instrumentos necessários para que as escolas colham dados dos alunos, relacionados principalmente origem racial e étnica, necessidades educativas, nacionalidade, levantamentos socioeconômicos, satisfação do aluno e da família, satisfação dos profissionais que trabalham na escola entre outros; reconhecer a importância dos dados para formulação e monitorização das políticas públicas, garantindo sua eficácia, eficiência e efetividade.

Quando se fala em *legislações inclusivas* é importante que o Estado deva: reconhecer a importância dos movimentos sociais, incluir suas pautas nas discussões e chamá-los para construção conjunta; ouvir os envolvidos em cada política; realizar pesquisas para ter embasamento científico; ouvir e consultar profissionais especialistas em cada área; promover o debate comunitário para monitorização e avaliação das políticas; construir normas que garantam a acessibilidade e segurança, nas ruas e instituições, para todas as pessoas; exigir que todos os estabelecimentos privados cumpram com as normas; promover incentivos econômicos para eliminar ao máximo as barreiras arquitetônicas (antigas) que limitam a autonomia dos indivíduos; promover a ideia de que é a sociedade que precisa se adaptar as necessidades das pessoas e não o contrário.

Em relação as *famílias com crianças e adolescentes* as atitudes do Estado, além de assegurar o acesso as necessidades básicas devem estar voltadas para: discutir e criar legislações trabalhistas que permitam a flexibilidade de horário, sem prejuízo econômico ou de pagamento de horas, para que os pais possam participar das

discussões e eventos escolares e comunitários; conscientizar as empresas e promover incentivos, para que compreendam sobre a importância da participação ativa dos responsáveis na vida dos filhos; criar campanhas pela defesa intransigente dos direitos das crianças e adolescentes, e combatendo atitudes que ferem sua dignidade; reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

**2. Possíveis intervenções relacionadas a Escola e a Sociedade**, em relação a *escassez de participação da família e da comunidade no cotidiano escolar*, os atores sociais envolvidos devem: promover eventos (em conjunto) diversos que possibilitem a convivência, conhecimento e o acolhimento das famílias e fortalecimento dos laços comunitários; ter acesso a orçamento que permita a realização de eventos abertos com profissionais capacitados, incentivar a criação de grupos de discussão e apoio de acordo com as necessidades; sensibilizar os professores e as famílias sobre a importância da participação e da troca de experiências; incentivar as trocas entre os profissionais e entre as famílias; ouvir, acolher e pensar estratégias em conjunto a partir das demandas trazidas pelas famílias, pelos alunos, pela comunidade e pelos profissionais; fortalecer o trabalho em rede e colaborativo; reconhecer que as crianças são responsabilidade do Estado, da Comunidade e das Famílias.

Em relação a *dificuldades de envolvimento e conexão entre escola, família e comunidade* é preciso: valorizar as famílias em sua diversidade, respeitando sua configuração, valores e crenças, bem como incentivar as mudanças necessárias; potencializar os pontos positivos da comunidade e incentivar mudanças necessárias, sempre ouvindo todos os envolvidos; investir na socialização e democratização das informações para as famílias, sanando suas dúvidas e orientando-a no processo complexo de educar uma pessoa; valorizar as opiniões e a participação das famílias e da comunidade em geral, nas decisões escolares e comunitárias, estabelecendo uma relação de parceria e colaboração; incentivar o diálogo entre os professores, a direção da escola, as famílias e os alunos; promover encontros para que as pessoas que fazem parte da comunidade que a escola está inserida, se conheçam e troquem experiências e informações; sensibilizar a comunidade para a importância de todos zelarem pelas crianças e adolescentes.

No que diz respeito ao *pouco acesso ao conhecimento sobre o que é inclusão* as estratégias devem ser voltadas para: reconhecer a escola como elo principal entre sociedade, família e estado, portanto, entendendo sua responsabilidade no combate as discriminações; incentivar a Educação Popular nos mais diversos temas, inclusive levantando com a comunidade escolar, sociedade e famílias, possíveis temas de discussão que envolve a inclusão; promover campanhas na comunidade escolar e na sociedade em geral, incentivando o debate e a educação em relação a inclusão, fortalecendo papel de todos;

Em relação a *dificuldade de colaboração entre os profissionais ligados a escola e fora dela* é essencial: reconhecer e incentivar a importância do trabalho colaborativo, com trocas de experiências e ideias; combater as atitudes negativas e de julgamentos entre

os pares e fortalecer a solidariedade entre os companheiros de trabalho; promover encontros e eventos entre os profissionais da escola e de outras, com o intuito de criar laços e proporcionar a troca de experiências; fortalecer o trabalho em rede, para que os profissionais da escola conheçam e troquem experiências com outros profissionais de áreas diversas que fazem parte da comunidade, tendo conhecimento necessário para possíveis trabalhos colaborativos no futuro.

**3. Possíveis intervenções relacionadas a Família**, quando o suporte do Estado está garantido, as funções da família ficam bem delineadas. Em relação ao *desenvolvimento das crianças e adolescentes* a função da família é: garantir um ambiente seguro e acolhedor para seus membros; cuidar da criança e do adolescente, de maneira adequada em cada fase de suas vidas estimulando sua autonomia; reconhecer que crianças e adolescentes são seres desejantes, que possuem vontades e também inseguranças; ouvir as opiniões e desejos das crianças e adolescentes e manter o diálogo aberto e respeitoso acerca dos seus anseios e guia-los da melhor forma possível; dar suporte emocional para que seus membros desenvolvam maneiras de lidar com as adversidades do cotidiano.

Em relação a *autonomia das crianças e adolescentes* é importante salientar que as famílias devem: reconhecer aqueles indivíduos como sujeitos de direitos e incentivá-los a ter autonomia em todas as áreas da sua vida; incentivar seus membros a explorar seus potenciais e descobrir novas coisas e ter novas experiências; promover momentos de diálogo familiar e momentos de lazer e brincadeiras; incentivar o uso da imaginação e da brincadeira; atribuir pequenas responsabilidades as crianças e adolescentes, ensinando-os de acordo com cada fase, elementos importantes para vida adulta como tais como, organização, higiene pessoal, limpeza, alimentação adequada, cuidado com os outros, entre outras coisas.

No que diz respeito a *participação das famílias*, é importante que elas tenham condições de: receber o máximo de informações e orientações possíveis em relação a saúde dos seus filhos; participar ativamente das decisões que envolvem o processo de ensino e aprendizagem dos seus membros, bem como ter voz em relação a comunidade escolar; garantir que os direitos das crianças e adolescentes sejam cumpridos e quando não acontecer ter conhecimento, apoio e orientação para resolver as situações; assumir a responsabilidade de ações que promovam a inclusão e combatam todas as formas de preconceitos.

A guisa de conclusão, é possível afirmar que essas propostas de mudanças sistemáticas e estruturais são extremamente necessárias para a construção não só de escolas, mas de uma sociedade inclusiva, equitativa e que respeita a diversidade, a autonomia e liberdade de seus indivíduos. E para que isso aconteça é preciso que governo, diretores, professores, alunos, famílias e comunidade, trabalhem juntos e se apoiem mutuamente com um objetivo em comum: uma escola e uma sociedade que sejam inclusivas para todos.

## Capítulo VI - Considerações finais

*“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...” (Paulo Freire)*

Neste item serão apresentadas as conclusões realizadas a partir da aplicação do QNF e do QSE, tendo em conta os objetivos traçados. E por fim as limitações que este trabalho encontrou, bem como, as possíveis recomendações direcionadas aos envolvidos na questão da Educação Inclusiva.

### 6.1 - Conclusões

Ao finalizar este estudo, foi possível perceber que o objetivo de “Identificar quais as necessidades das famílias brasileiras de crianças e adolescentes com necessidades educativas, que migraram para o concelho do Fundão” foi concluído. E os objetivos específicos, pensados inicialmente, também tiveram seu desfecho. A seguir serão explorados cada objetivo que foi elencado para este trabalho.

No que diz respeito a “Identificar as necessidades mais frequentes das famílias brasileiras de crianças e adolescentes com necessidades educativas que residem no concelho do Fundão”, primeiramente verificou-se na análise global do QNF, que a maioria das famílias participantes assinalaram a opção “necessito deste tipo de ajuda” (39,3%), seguida das que optaram pela resposta “não necessito deste tipo de ajuda” (36,3%). Os indecisos, que escolheram a opção de resposta “não tenho a certeza” somam 24,4%. Esse resultado chama atenção pela margem pequena entre as outras opções, e por ser um número alto de “indecisos” o que pode significar que não tenham acesso as informações necessárias ou não refletiram sobre a questão. Constatou-se, também, através da aplicação do QNF, que as categorias das necessidades mais assinaladas pelos responsáveis são: Necessidades de Informação com 57,1%; Necessidades de Apoio, 40,5%; e Serviços da Comunidade com 38,9% das respostas.

A partir disso, é possível concluir que as famílias necessitam, de forma global, de ajuda e orientação em relação as **informações** sobre as necessidades educativas e o desenvolvimento das crianças e adolescentes; de como lidar com os filhos e a melhor maneira para ensiná-los; e de informações sobre os serviços na comunidade que as crianças podem ou poderão frequentar. Em relação ao **apoio**, necessitam da construção de redes de apoio, dentro e fora da família, para conversar sobre qualquer assunto, mas também de grupos para trocar ideais sobre as NE dos seus filhos; e

precisam ter contatos e orientações de profissionais (médicos, assistentes sociais, e psicólogos) para dialogar sobre as NE das crianças e adolescentes. Em relação aos **serviços da comunidade** precisam de ajuda para encontrar serviços de apoio social e educativo para seus filhos e também encontrar equipe médicas que as compreendam; e profissionais responsáveis para cuidar dos seus filhos quando quiser e/ou precisar se ausentar.

Sobre o objetivo de “Identificar as necessidades prioritárias dessas famílias”, os responsáveis elencaram, na penúltima questão do QNF suas prioridades, no entanto elas diferem pouco do que foi apresentado acima. Sendo assim, a única diferença está na terceira categoria, que ao invés de ser a de serviços na comunidade, ficou a de necessidade de **explicar aos outros**, com o item principal “O meu marido (ou a minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho”, ou seja, corrobora com o que foi elencado acima relacionado ao apoio e orientação de profissionais sobre as NE das crianças e adolescentes.

O penúltimo objetivo é definido como “analisar de que forma as características das famílias brasileiras (QSE) se relacionam com necessidades elencadas pelo QNF”. Para cumprir este objetivo foram analisadas as 5 características das famílias: composição do agregado familiar, da situação perante o emprego, da satisfação com a renda familiar, idade por fases e o tempo de migração. Além de apresentar o resultado global, foram destacados os resultados da opção “necessito deste tipo de ajuda”.

Em relação ao agregado familiar a maioria optou pela opção “não necessito deste tipo de ajuda” **exceto as famílias com 5 elementos** que optaram pela resposta “necessito deste tipo de ajuda”.

Sobre a situação perante o emprego remunerado, as famílias com **1 responsável com emprego remunerado**, destacam-se com o total de 46,4% na opção “necessito deste tipo de ajuda” e as com 2 responsáveis com emprego remunerado, apresentam o total 44% da opção “não necessito deste tipo de ajuda”.

Sobre a satisfação da renda familiar a opção “não necessito deste tipo de ajuda” se distingui nas famílias com renda suficiente (60,7%) e nas famílias com renda suficiente e com condições de poupar (55,4%). As famílias com **renda insuficiente** destacaram mais a opção “necessito deste tipo de ajuda” totalizando 57,1%.

Em relação a idade por fase, as famílias com **criança e adolescente** destacam-se na opção “necessito deste tipo de ajuda” com 75% e 64,3% respectivamente. A opção “não necessito deste tipo de ajuda” se sobressaiu apenas nas famílias com crianças pré-adolescentes, totalizando 49,1%, no entanto essas mesmas famílias se destacaram na opção não tenho a certeza com 27,7%.

Na característica tempo de migração, o destaque dos resultados foi para as famílias dos grupos que migraram entre 0 e 4 anos (Grupo de 0 e 2 anos e Grupo de 3 a 4 anos), com respectivamente 41,1% e 60,7% na opção “não necessito deste tipo de ajuda”. Já

as famílias que **migraram há mais de 5 anos**, destacam-se na opção “necessito deste tipo de ajuda” na qual obtiveram 48,2% das respostas.

Esses resultados nos mostram, que dependendo das características das famílias as necessidades de ajuda podem ser mais frequentes, neste estudo destacaram-se as seguintes famílias: as com mais de 5 elementos, as que contam com apenas um responsável com emprego remunerado, as que consideram sua renda insuficiente, as famílias com crianças (8 anos) e adolescentes (15 anos) e por último as que migraram há mais de 5 anos.

Outro ponto a ser elencado é que a análise das 5 características do QSE, mostrou a prevalência de respostas “necessito deste tipo de ajuda”, em todos os grupos, na categoria **Necessidades de Informação**. Exceto na característica de renda, na qual o predomínio foi da maioria, mas não unânime. Demonstrando, portanto, que independente da característica, as famílias necessitam de informações.

Em relação ao último objetivo “Propor ideias, soluções e estratégias que possam contribuir eficazmente com o processo de inclusão e o aperfeiçoamento de políticas públicas”, ele foi contemplado no item “5.5.1 – *Estratégias de intervenção com vistas à inclusão educacional e social*” onde foram levantadas inúmeras ideias e soluções para cada um dos responsáveis pelo desenvolvimento e proteção das crianças e adolescentes, sendo eles: Estado, Escolas, Comunidade e as Famílias.

No entanto, é de suma importância ressaltar novamente o quão problemática é a carência de dados em relação a população, pois, sem estes fica impossível traçar estratégias e propor soluções políticas eficazes e eficientes. Outro ponto que merece destaque é a valorização da democratização e socialização das informações, pois, é uma estratégia, que pode empoderar os sujeitos em relação aos seus direitos e combater mitos e preconceitos diversos. Por fim, ressalta-se e a importância do papel primordial realizado pelas escolas perante a educação dos cidadãos, mas para que isso aconteça é necessário o investimento por parte do Estado em capacitação e valorização dos profissionais, salários dignos e infraestrutura inclusiva.

Outra questão que merece destaque, em relação a ideias e sugestões, é a capacitação de profissionais da educação para que consigam articular da melhor forma o trabalho com alunos migrantes com NE, pois são duas condições educacionais desafiantes, que devem ser trabalhadas em conjunto. Sendo que a abordagem do contexto cultural, a participação das famílias e a celebração da diversidade devem fazer parte das estratégias do processo de ensino, pois podem aumentar a motivação dos envolvidos. (European Agency for Development in Special Needs Education, 2009b).

Reconhecendo ainda que as maiores necessidades das famílias estudadas são: *Necessidades de Informação, Necessidades de Apoio, Serviços da Comunidade*, ressalta-se novamente a urgência de se focar na questão da democratização e socialização das informações, pois as famílias precisam conhecer a comunidade na qual estão inseridas, entender como as instituições funcionam, quais seus direitos e deveres, quais os benefícios podem ter acesso, precisam conhecer e compreender as necessidades

educativas dos seus filhos e aprender a como lidar com elas e também conhecer outros grupos de pais, para dialogar e criar uma rede de apoio. Essas atitudes servem, inclusive, para todas as famílias, não só as migrantes. Esse papel pode ser realizado pelas escolas, mas necessita de um grande apoio do Estado, com investimentos em: contratação de mais profissionais, capacitação, infraestrutura e organização do funcionamento das instituições.

A guisa de conclusão, este trabalho proporcionou o conhecimento das necessidades das famílias brasileiras migrantes, evidenciando um problema social que é a falta de acesso a informação (seja sobre os direitos, de conhecimento em relação ao funcionamento das instituições, do que se trata a necessidade educativa do seu filho, ou ainda da falta de dados). Relembrando o que já foi explorado neste estudo, a desinformação pode gerar exclusão social e tirar a autonomia dos sujeitos. Sendo assim, o combate a esse desconhecimento deve ser o foco dos trabalhos dos profissionais que lidam com famílias, já que o norte da educação inclusiva é a inclusão social e conseqüentemente a autonomia dos sujeitos envolvidos.

## **6.2 - Limitações e recomendações**

Primeiramente, a limitação que mais se destaca, foi a questão relacionada a recolha de dados, a qual não foi possível ser realizada através de uma instituição e sim via grupos de WhatsApp. Como recomendação, ressalta-se a importância das escolas ampliarem sua comunicação com a comunidade, seja através de e-mails, contatos telefônico, e também respondendo aos recados e e-mail, realizando eventos informativos, e abrindo as portas da escola para a comunidade. É importante elucidar que isso pode envolver a capacitação dos profissionais sobre a importância desse “diálogo” com a comunidade como um todo e a contratação de novos profissionais, o que se configuram como responsabilidades do Estado.

Em segundo lugar, assinala-se a questão referente obtenção dos dados, tanto os relativos à migração, quanto os referentes às necessidades educativas nas escolas. Os dados são importantes não só para as pesquisas acadêmicas, e sim, essenciais para se pensar e conhecer a sociedade como um todo, propor políticas de estado efetivas e medidas relacionadas as diversas problemáticas sociais, entre outras opções. Esses dados precisam estar disponíveis publicamente (obviamente que garantindo a privacidade dos envolvidos) de forma prática e eficiente, não podem depender de alguém, a frase “é fulano que vai saber dessas informações” não deve ser mais aceitável nos tempos atuais, no qual se encontram diversas formas de tecnologia para recolha de dados. Vale ressaltar que esse é um investimento (de formas de captação e capacitação) que o Estado deve fazer, fazendo com que a recolha ética e a organização de dados, seja algo costumeiro nas instituições públicas.

Outra limitação, é que, inicialmente, afirma-se que o número de sujeitos participantes da pesquisa, seis famílias, é pequeno e não permite generalizar as

conclusões, o que é de fato realidade. No entanto, vale ressaltar, que há um desconhecimento em relação ao tamanho público-alvo (Família Brasileiras, de crianças e adolescentes com NE, que migraram para o Fundão). Sendo essa uma das principais limitações deste trabalho, recomenda-se que o PMIM do Fundão (na verdade de todos os concelhos) caracterize mais profundamente os migrantes e inclua as escolas nesse processo, como preconiza o Conselho Nacional de Educação.

Em suma recomenda-se a recolha de dados de forma geral em todas as instituições, e que esses dados estejam harmonizados e dialoguem entre si, pois a ausência deles gera a invisibilidade social de certos grupos. Em relação ao acesso ao conhecimento acerca do funcionamento das instituições, a socialização das informações deve ser objetiva e de fácil entendimento e os processos devem ser mais especificados e explicados para que todos entendam. Reconhecendo a escola como um espelho da sociedade, reforça-se o seu papel na Educação popular, ou seja, escola como um local que tem a potencial de formar cidadãos (alunos, pais, profissionais envolvidos e comunidade) que compreendam seus direitos de cidadania e combatam as injustiças, com o intuito de garantir a autonomia e inclusão social de todos.

## Referências bibliográficas

- Abramowicz, A., Rodrigues, T.C. & Cruz, A.C.J. da. (2011). A diferença e a diversidade na educação. *Contemporânea*, v.1(2), 85-97. <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38>
- Alencar-Rodrigues, R. de, Strey, M. N. & Pereira, J. (2007). Experiência migratória: encontro consigo mesmo? Percepções de brasileiros sobre sua cultura e mudanças pessoais. *Aletheia – Revista Interdisciplinar de Psicologia e Promoção da Saúde*, v.26, 168-180. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942007000200014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000200014&lng=pt&tlng=pt)
- Associação Nacional Intervenção Precoce (2016). *Práticas recomendadas em Intervenção Precoce na Infância: Um guia para profissionais*. <https://www.anip.pt/guia-ebook/>
- Becker, A. P. S. (2014). *Famílias sem fronteiras: Dimensões Psicossociais da migração no ciclo de vida familiar*. (Dissertação de mestrado não publicada em Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132465/333085.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Becker, A. P. S., Borges, L. M. & Crepaldi, M. A. (2017). Imigração e dinâmica familiar: uma revisão teórica. *Psicologia em Revista*, v.23(1), 160-181. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p160-181>
- Braga, M. M. S. & Schumacher, A. A. (2013). Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. *Sociedade e Estado*, v. 28(2), 375-392. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000200010>
- Branco, Ana (2014). *Necessidades dos pais de crianças com NEE incluídas em jardim de Infância*. (Dissertação de mestrado não publicada em educação na área de Educação especial). Instituto Politécnico de Castelo Branco. <http://hdl.handle.net/10400.11/2395>
- Bruning, C., Godri & L., Takahashi, A. R. W. (2018). Triangulação em Estudos de Caso: incidência, apropriações e mal-entendidos em pesquisas da área de Administração. *Administração: Ensino E Pesquisa*, 19(2), 277-307. <https://doi.org/10.13058/raep.2018.v19n2.889>
- Câmara Municipal do Fundão (2021). Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Fundão. <https://www.cm-fundao.pt/index.php/documentos/category/37-planos-municipais?download=366:plano-municipal-para-a-integracao-de-migrantes-do-fundao>
- Caníço, H., Bairrada, P., Rodríguez, E. & Carvalho, A. (2010). *Novos tipos de família - Plano de cuidados*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/52839>
- Carmo, M. G. (2004). *A influência das características das famílias em intervenção precoce na identificação das suas necessidades e na utilidade da sua rede de apoio social*. (Dissertação de Mestrado não publicada na área de Intervenção Precoce) Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/589>
- Carnut, L. & Faquim, J. P. S. (2014). Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. *JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care*, v. 5 (1), 62-70. <https://doi.org/10.14295/jmphc.v5i1.198>
- Cogo, D. (2017). Comunicação, migrações e gênero: famílias transnacionais, ativismos e usos de TICs1. *Intercom: Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação*, v. 40(1), 177-193. <https://doi.org/10.1590/1809-58442017110>

- Conselho Nacional de Educação [CNE] (2020). *Recomendação nº5 sobre A cidadania e a Educação antirracista*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/recomendacao/5-2020-149104826>
- Conselho Nacional de Educação [CNE] (2022). *Recomendação sobre acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva*. [https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao\\_Acolhimento\\_migrantes\\_escola\\_inclusiva.pdf](https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao_Acolhimento_migrantes_escola_inclusiva.pdf)
- Correia, M.R.O. (2020). *Necessidades e resiliência das famílias de crianças com perturbações do desenvolvimento: autismo e hiperatividade-défice de atenção*. (Dissertação de mestrado não publicada em educação na área Psicologia Clínica). Universidade Lusíada. <http://hdl.handle.net/11067/5764>
- Dantas, S.D., Ueno, L., Leifert, G. & Suguiura, M. (2010). *Identidade, migração e suas dimensões psicossociais*. REMHU - *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 18(34), 45-60. <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042011004.pdf>
- Decreto-lei nº 54/2018 da Presidência do Conselho de Ministros (2018). *Diário da República série I, nº 129/2018, p.p. 2918 - 2928*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>
- Dias, M.B. (2015). *Manual de Direito das Famílias*. 10ª edição. Editora Revista dos Tribunais. <https://www.udc.edu.br/libwww/udc/uploads/uploadsMateriais/27052019144452Manual%20de%20Direito%20de%20Fam%C3%ADlia%20-%20Maria%20Berenice%20Dias.pdf>
- Diniz, D., Barbosa, L. & Santos, W. R. (2009). *Deficiência, direitos humanos e justiça*. Sur. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 6(11), 64-77. <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>
- Direção Geral de Educação [DGE]. (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. [https://dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos\\_Curriculares/Aprendizagens\\_Essenciais/estrategia\\_cidadania\\_original.pdf](https://dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf)
- Duarte, Z.S. (2022). *Necessidades das famílias de jovens do ensino profissional com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão*. (Dissertação de mestrado não publicada em educação na área de Educação especial). Instituto Politécnico de Castelo Branco. <http://hdl.handle.net/10400.11/8170>
- Engels, F. (2014). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Bestbolso.
- European Agency for Development in Special Needs Education. (2009). *Princípios-Chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva - Recomendações para Decisores Políticos*. <https://www.european-agency.org/sites/default/files/key-principles-for-promoting-quality-in-inclusive-education-key-principles-PT.pdf>
- European Agency for Development in Special Needs Education. (2009b). *Diversidade Multicultural e Necessidades Especiais de Educação*. <https://www.european-agency.org/sites/default/files/multicultural-diversity-and-special-needs-education-Multicultural-Diversity-PT.pdf>
- European Agency for Development in Special Needs Education. (2011). *Princípios-chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva - Recomendações para a prática*. <https://www.european-agency.org/sites/default/files/key-principles-for-promoting-quality-in-inclusive-education-recommendations-for-practice-keyprinciples-rec-PT.pdf>
- European Agency for Development in Special Needs Education. (2014). *Cinco Mensagens-chave para a Educação Inclusiva: Colocar a teoria em prática*. [https://www.europeanagency.org/sites/default/files/Five\\_Key\\_Messages\\_for\\_Inclusive\\_Education\\_PT.pdf](https://www.europeanagency.org/sites/default/files/Five_Key_Messages_for_Inclusive_Education_PT.pdf)

- European Agency for Development in Special Needs Education. (2017). *Aumentando o sucesso de todos os alunos no contexto de uma Educação Inclusiva*. <https://www.european-agency.org/sites/default/files/ra-summary-pt.pdf>
- European Agency for Development in Special Needs Education. (2018). *Evidências da Relação entre Educação Inclusiva e Inclusão Social*. [https://www.european-agency.org/sites/default/files/evidence\\_final\\_summary\\_pt.pdf](https://www.european-agency.org/sites/default/files/evidence_final_summary_pt.pdf)
- Évora, N. M. R. (2019). *Necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.ºCEB em Portugal*. (Dissertação de mestrado não publicada em educação na área de Educação especial). Instituto Politécnico de Castelo Branco. <http://hdl.handle.net/10400.11/7141>
- Faleiros, V. de P. (2006). *Inclusão Social e Cidadania*. 32ª *International Conference on Social Welfare*. Brasília. [https://www.icsw.org/images/docs/Events/2006\\_Brazil/17\\_07\\_PDF/vicente\\_faleiros.pdf](https://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf)
- Fávero, E. T. O. (2004) *Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição para o debate no judiciário, penitenciário e previdência social*. Cortez.
- Ferro, C. A. T. (2012). *Relações entre factores de risco e necessidades das famílias*. (Dissertação de mestrado não publicada em educação na área da Intervenção Precoce). Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.26/9095>
- Franco, V., & Castro, J. B. F. de. (2021). A identificação das necessidades das famílias como base para promoção de um programa de intervenção precoce. *Revista Educação Especial*, 34(60), 1-21. <https://doi.org/10.5902/1984686X67416>
- França, T. H. de P. M. (2014). *Deficiência e pobreza no Brasil, a relevância do trabalho das pessoas com deficiência*. (Tese de doutoramento não publicada em Sociologia, na área de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo). Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/27101>
- Franken, I., Coutinho, M. da P. de L., & Ramos, M. N. P. (2012). Representações sociais, saúde mental e imigração internacional. *Psicologia: Ciência E Profissão*, v. 32(1), 202-219. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000100015>
- Freitas, L. O. (2015). Políticas públicas, descentralização e participação popular. *Revista Katálysis*, v.18(1), 113-122. <https://doi.org/10.1590/1414-49802015000100011>
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. ed.5. Atlas.
- Gonçalves, C.M.F. (2006). *Necessidades e recursos das famílias de crianças portadoras de síndrome de down residentes em área rural e área urbana*. (Dissertação de mestrado não publicada em educação na área de Psicologia Educacional). Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.12/561>
- Iamamoto, M. V. (2003). *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Cortez.
- Iamamoto, M.V. (2004). *Questão Social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. Cortez.
- Iamamoto, M.V. (2008). *Serviço Social em tempo de Capital e Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*, 2. ed., Cortez.
- Iamamoto, M.V. & Carvalho, R. de (2008). *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, 25. ed. Cortez.

- International Organization of Migration [IOM]. *Definição do termo migrante*. <https://www.iom.int/es/sobre-la-migracion>
- International Organization of Migration [IOM]. *Dados sobre migração*. <https://worldmigrationreport.iom.int/wmr-2022-interactive/?lang=ES>
- International Organization of Migration [IOM]. *Dados sobre redução da Desigualdade no mundo*. <https://www.iom.int/es/reduccion-de-desigualdades-en-el-mundo>
- Kritsch, R., & Ventura, R. W. (2019). Reconhecimento, identidade(s) e conflito social: debates a partir da teoria política e social. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, v.19(2), 441-463. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.2.29915>
- Kupfer, M. C. M., Jerusalinsky, A. N., Bernardino, L. M. F., Wanderley, D., Rocha, P. S. B., Molina, S. E., Sales, L. M., Stellin, R., Pesaro, M. E. & Lerner, R. (2009). Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology*, v.6(1), 48-68. [https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/valor\\_preditivo\\_de\\_indicador\\_2009\\_inedito.pdf](https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/valor_preditivo_de_indicador_2009_inedito.pdf)
- Lei 116/2019 da Assembleia da República (2019). Diário da República n.º 176/2019, Série I de 2019-09-13. <https://files.dre.pt/1s/2019/09/17600/0001200035.pdf>
- Luís, C.I.R. (2020). *Viver com o Autismo: as necessidades das famílias*. (Dissertação de mestrado não publicada em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo). Instituto Politécnico de Beja. <http://hdl.handle.net/20.500.12207/5478>
- Luz, R. S. H. (2018). *Crianças com perturbação do espectro do autismo: necessidades das famílias, suporte social e resiliência familiar*. (Dissertação de mestrado não publicada em Psicologia da Educação). Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/12170>
- Martins, H. H. T. de S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*. v. 30(2), 289-300. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>
- Mata, L., Pacheco, P., Brito, A. T., Pereira, M. & Cabral, S. (2022). Envolvimento das famílias no processo educativo: Perspetiva de futuros profissionais. *Revista Portuguesa de Educação*, v.35(2), 263-290. <https://doi.org/10.21814/rpe.24634>
- Machado, I. J. de R., Kebbe, V. H. & Silva, C. R. (2008). Notas sobre família transnacional. *REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, v. 30, 79-98. <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/778/613>
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 4(1), 63-77. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812004000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100006&lng=pt&tlng=pt)
- Meireles-Coelho, C., Izquierdo, T. & Santos, C. (2007). Educação para todos e sucesso de cada um: do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca. *Actas do IX Congresso da SPCE: Educação para o sucesso: políticas e actores*, v.2, 178-189. Porto. <http://hdl.handle.net/10773/6950>
- Mesquita, M. H. F. de P. (2001). *Educação especial em Portugal no último quarto do século XX*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Salamanca. <http://hdl.handle.net/10400.11/1506>
- Mesquita, H., Serrano, J.; Afonso, P.; Batista, M.; Honório, S. & Branco, A. R. (2017). Necessidades dos pais de crianças com NEE incluídas em jardim de infância. *Livro de Atas da IV Conferência Internacional para a Inclusão 2016*. Instituto Politécnico de Leiria. 53-65. <http://hdl.handle.net/10400.11/6183>

- Ministério Público do Rio Grande do Sul (s.d). Cartilha *Rede de Proteção à população vulnerável*. [https://www.mprs.mp.br/media/areas/dirhum/arquivos/rede\\_protecao\\_populacao\\_vulneravel.pdf](https://www.mprs.mp.br/media/areas/dirhum/arquivos/rede_protecao_populacao_vulneravel.pdf)
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Artes Médicas.
- Mioto, R. C. T. & Takashima, G. (1996). *Crises Familiares e Separação Conjugal. Anais do V ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Rio de Janeiro.
- Mioto, R. C. T. (2000) *Cuidados Sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. Capacitação em Serviço Social e Política Social*. UnB/CEAD.
- Mioto, R.C.T (2009). *Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. UnB/CEAD.
- Mioto, R. C. T. (2015). *Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. Serviço Social & Sociedade*, v. 124, 699–720. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.047>
- Mioto, R. C.T. & Dal Prá, K.R. (2015). *Serviços Sociais e Responsabilização da família: contradições da política social brasileira. Familismo, Direito e Cidadania: contradições da política social*. Cortez.
- Organização das Nações Unidas [ONU] (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Organização das Nações Unidas [ONU] (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>
- Passos, A.J.B.de. (2014). *As necessidades das famílias apoiadas pela Intervenção Precoce e o atendimento das equipas, no Concelho da Povoação na Ilha de São Miguel*. (Dissertação de Mestrado na área de Educação). Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/4501>
- Pedroso, J. & Branco, P. (2008). *Mudam-se os tempos, muda-se a família. As mutações do acesso ao direito e à justiça de família e das crianças em Portugal. Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.82, 53-83 <https://doi.org/10.4000/rccs.619>
- Pereira, F. (1996). *As representações dos professores de educação especial e as necessidades das famílias*. Secretariado Nacional de Reabilitação. <http://hdl.handle.net/10400.26/34485>
- Pereira, P. A. P. (2004) *Mudanças Estruturais, Política social e papel da família: críticas ao pluralismo de bem-estar. Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos*. Cortez.
- Pereira, P. A. P. (2006). *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. básicas*. v. 3. Cortez.
- Pereira, A.P., Seco, G., Filipe, L. & Alves, S. (2021). *Necessidades Educativas Especiais: Manual de apoio para docentes*, v.2, Instituto Politécnico de Leiria. <https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2021/11/VF-MANUAL-NEE-PROFS.pdf>
- Pimentel, J.V.Z. de S. (2005). *Intervenção Focada na Família desejo ou realidade*. <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1138/1/Livro023.pdf>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD] (2022). *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022: Tempos incertos, vidas instáveis A construir o nosso futuro num mundo em transformação*. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22ptpdf.pdf>
- Rafagnin, M. S. S., Madruga, M. N. & Furtado, D. da S. (2020). *Instrumentos para a pesquisa social: noções básicas. Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 4, 2137-2154. [https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020\\_04\\_2137\\_2154.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020_04_2137_2154.pdf)

- Rego, A., Cunha, M.P. e, & Junior, V.M. (2018). Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, v.17(2), 43-57. <https://www.redalyc.org/journal/5680/568060413004/html/>
- Rodrigues, D. (2001). A Educação e a Diferença. *Educação e Diferença: valores e práticas para uma Educação Inclusiva*. Porto Editora.
- Rodrigues, D. (2006). Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva*, Summus Editorial. <https://uenf.br/posgraduacao/ciencias-naturais/wp-content/uploads/sites/4/2022/05/20-Dez-ideias-mal-feitas-sobre-a-Educacao-Inclusiva-capitulo-do-livro-2006.pdf>
- Rodrigues, D. (2014). A Inclusão como Direito Humano Emergente. *Atas I Congresso Internacional: Direitos Humanos e Escola Inclusiva: Construindo Boas Práticas*. <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/6101/4/Atas%20%DHEI%2014%2012%202015%20Final.pdf>
- Rodrigues, T. C., & Abramowicz, A. (2013). O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. *Educação E Pesquisa*, v.39(1), 15–30. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100002>
- São Pedro, S. S. da C. S. R. (2021). *As Necessidades das Famílias das Crianças Integradas no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, da Equipa Local de Intervenção de Castelo Branco*. (Dissertação de mestrado não publicada em educação na área de Educação especial). Instituto Politécnico de Castelo Branco. <http://hdl.handle.net/10400.11/7865>
- Sampaio, F. M. & Geraldês, S. (2006). Necessidades das famílias de crianças com deficiência: um estudo com a escala Family Needs Survey. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, v. 3, 277-287. <http://hdl.handle.net/10284/629>
- Sarti, C. A. (2008). Famílias Enredadas. *Famílias: redes, laços e políticas públicas*. v. 4. Cortez.
- Sawaia, B. (2001). *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*, v.2. Vozes.
- Schröder, C. A. (2017). Ciclo intergeracional da pobreza e educação: uma proposta de ruptura do ciclo por meio da condicionalidade educação do programa bolsa família. *Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo*. <http://hdl.handle.net/20.500.11763/atlante1709educacao-bolsa-familia>
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2022). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. <https://www.sef.pt/pt/Documents/RIFA2022%20vF2a.pdf>
- Serra, I.R.C.S. (2009). *As Necessidades das Famílias de Adolescentes com Deficiência Mental*. (Dissertação de Mestrado na área de Psicologia Educacional). Instituto Superior de Psicologia Aplicada. <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4061/1/13150.pdf>
- Serrano, J. M. de M. (2005). Percursos e práticas para uma escola inclusiva. (Tese de Doutoramento não publicada em educação na área de Educação especial). Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/6981>
- Silva, M. J. (2007). Família e política de assistência social: o debate entre a provisão dos mínimos sociais e as necessidades básicas. *III Jornada Internacional de Políticas Públicas*. Maranhão. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/806535e60b6e32ad4bb2Maria%20Jacinta%20da%20Silva.pdf>
- Silva, M. O. da S. e (2010). Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katálysis*, v.13(2), 155–163. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200002>

- Silva, N. C. B. da, Nunes, C. C., Betti, M. C. M. & Rios, K. de S. A. (2008). Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. *Temas em Psicologia*, v.16(2), 215-229. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2008000200006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2008000200006&lng=pt&tlng=pt).
- Simões, M. I. (2010). *Necessidades das famílias de crianças com deficit cognitivo e motor*. (Dissertação de mestrado não publicada em educação na área de Educação especial). Instituto Politécnico de Castelo Branco. <http://hdl.handle.net/10400.11/511>
- Simões, M. I. P. G. & Mesquita, H. F. P. (2010). Necessidades das famílias de crianças com deficit cognitivo e motor. *Revista de Educação Especial e Reabilitação*, v.17, 47-58. <http://hdl.handle.net/10400.11/1552>
- Sousa, M. J. R. (2014). *Necessidades das famílias com crianças com autismo, resiliência e suporte social*. (Dissertação de mestrado não publicada em educação na área da Psicologia da Educação). Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/8199>
- Szymanski, H. (2004). Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psidoeducacional. *Estudos De Psicologia*, v, 21(2), 5-16. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2004000200001>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO]. (1994). Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/declaracao-salamanca.pdf>
- United Nations International Children's Emergency Fund [UNICEF]. (2019). Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos. [https://www.unicef.pt/media/2766/unicef\\_convenc-a-o-dos-direitos-da-crianca.pdf](https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o-dos-direitos-da-crianca.pdf)
- World Health Organization [WHO]. (2003). *Child and Adolescent health and development progress report*. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/43040/9241592230.pdf?sequence=1>
- Yazbek, M. C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, v. 110,288-322. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>

## Anexos

### Questionário - Levantamento de Dados Socioeconómicos e das Necessidades das Familiares

#### Secção 1 - Termo de Consentimento

Este questionário tem a finalidade de levantar dados relacionados a situação socioeconômica da família e suas necessidades. Esses dados farão parte da dissertação intitulada "Levantamento das necessidades das famílias de Crianças/Adolescentes com necessidades educativas que migraram do Brasil para o concelho do Fundão", aprovada pelo comitê de ética do Instituto Politécnico de Castelo Branco, sob orientação da Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita. O questionário será aplicado individualmente e online. Todos os dados colhidos ao longo deste estudo, serão utilizados para fins académicos. Os participantes não serão identificados em nenhum momento, e os resultados serão apresentados de forma global.

A decisão de participar, ou não, é de forma voluntária. Deste modo, agradecemos antecipadamente se quiser participar, suas respostas são extremamente importantes na conclusão do presente estudo. Para participar basta concordar em participar da pesquisa e responder a todas as questões.

Qualquer dúvida em relação as perguntas favor entrar em contato com [angelicacsebastiao@gmail.com](mailto:angelicacsebastiao@gmail.com)

Atenciosamente,

Angélica Carlos Sebastião

**1. Declaro que estou participando voluntariamente dessa pesquisa e que li e compreendi as informações necessárias. Compreendo que posso mudar de opinião e desistir de participar a qualquer momento, sem prejuízos.**

- Sim  
 Não

#### Secção 2 - Dados sobre os Responsáveis

Esta seção tem como objetivo definir quem são os responsáveis legais pela criança.

**2. Primeiramente defina quem são os responsáveis pela criança. Selecione o grau de parentesco do Responsável 1.**

(A partir dessa questão **deverá seguir o padrão que foi especificado** como responsável 1 e 2 em **todas** as questões solicitadas)

- Mãe

- Pai
- Madrasta
- Padrasto
- Avó
- Avô
- Madrinha
- Padrinho
- Tia
- Tio
- Prima
- Primo
- Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**3. Defina quem é o Responsável 2 pela criança.**

- Mãe
- Pai
- Madrasta
- Padrasto
- Avó
- Avô
- Madrinha
- Padrinho
- Tia
- Tio
- Prima
- Primo
- Não se aplica
- Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**4. Quem está respondendo este questionário?**

- Responsável 1
- Responsável 2

**5. Qual a sua situação familiar?**

SITUAÇÃO FAMILIAR	RESPONSÁVEL 1	RESPONSÁVEL 2
Casado(a)		
Solteiro(a)		
União Consensual ou de Facto		
Divorciado(a)/ Separado(a)		
Viúvo(a)		

**6. Idade Responsável 1 (apenas números):**

**7. Idade Responsável 2 (apenas números):**

**8. Cor / Etnia (Classificação de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)**

Cor / Etnia	RESPONSÁVEL 1	RESPONSÁVEL 2
Preto		

<b>Pardo</b>		
<b>Amarelo</b>		
<b>Branco</b>		
<b>Indígena</b>		

### Secção 3 - Habilitações Acadêmicas e Emprego dos Responsáveis

#### 9. Habilitações Acadêmicas

<b>HABILITAÇÕES ACADÊMICAS</b>	<b>RESPONSÁVEL 1</b>	<b>RESPONSÁVEL 2</b>
Sem Educação Formal		
Ensino Fundamental Incompleto		
Ensino Fundamental Completo		
Ensino Médio Incompleto		
Ensino Médio Completo		
Graduação Incompleta		
Graduação Completa		
Pós-Graduação Incompleta		
Pós-Graduação Completa		
Mestrado incompleto		
Mestrado Completo		
Doutorado Incompleto		
Doutorado Completo		
Não se aplica		

#### 10. Possui trabalho remunerado?

	<b>RESPONSÁVEL 1</b>	<b>RESPONSÁVEL 2</b>
<b>Sim</b>		
<b>Não</b>		

#### 11. Quantas pessoas possuem renda na família?

- 1  
 2  
 3  
 4  
 5  
 6  
 Nenhuma  
 Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

#### 12. Qual é a situação, perante o trabalho, do Responsável 1?

- Desempregado(a)  
 Doméstico(a)  
 Autônomo(a)  
 Exerce uma profissão com contrato a tempo indeterminado  
 Exerce uma profissão contratado(a) a tempo determinado  
 Exerce uma profissão sem contrato  
 Reformado(a)  
 Estudante

Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**13. Qual é a situação, perante o trabalho, do Responsável 2?**

- Desempregado(a)
- Doméstico(a)
- Autônomo(a)
- Exerce uma profissão com contrato a tempo indeterminado
- Exerce uma profissão contratado(a) a tempo determinado
- Exerce uma profissão sem contrato
- Reformado(a)
- Estudante
- Não se aplica
- Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**14. Existem outras pessoas com remuneração na casa? Especifique o grau de parentesco e a profissão:**

**15. Em que domínio de atividade atuam (ou atuaram, no caso dos reformados) os responsáveis:**

(Assinalar apenas uma alternativa para cada responsável)

ÁREA	RESPONSÁVEL 1	RESPONSÁVEL 2
Agricultura		
Comércio		
Alimentação		
Indústria		
Escritórios		
Banca/Seguros		
Administração pública		
Construção civil		
Transportes		
Tecnologia da Informação		
Saúde		
Educação		
Direitos Humanos		
Trabalho com redes sociais		
Outro		
Não se aplica		

**16. Se assinalou outro na questão anterior, defina qual.**

**17. Sobre a renda total da família**

- É insuficiente para todas as despesas e necessidades.
- É suficiente para todas as despesas necessidades, no entanto é difícil poupar.
- É suficiente para pagar todas as despesas e necessidades e é possível poupar.

**Secção 4 – Dados gerais sobre a Família**

**18. O agregado familiar é composto por (é possível assinalar mais de uma opção):**

- Mãe
- Pai

- Madrasta
- Padrasto
- Avó
- Avô
- Tia
- Tio
- +1 Irmão
- +2 Irmãos
- +3 Irmãos
- +4 Irmãos
- +5 Irmãos
- Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

**19. Situação da Residência**

- Própria
- Alugada
- Cedida

**20. Você considera que o tamanho da sua residência é compatível com a família?**

- Sim
- Não

**21. A família tem acesso ao acompanhamento em Saúde? (É possível assinalar mais de uma opção)**

- Sim, no Centro de Saúde (Família possui cadastro de utente e médico da família)
- Sim, no Centro de Saúde (Família possui cadastro de utente, mas não tem médico da família)
- Sim, no Centro de Saúde (Família não possui cadastro de utente)
- Sim, através de Plano de Saúde
- Até o momento não teve acesso.

**22. Há quanto tempo migrou do Brasil para Portugal?**

- 0 a 1 ano
- 1 a 2 anos
- 2 a 3 anos
- 3 a 4 anos
- 4 a 5 anos
- + 5 de anos

**Secção 5 - Dados da criança**

(Esta secção tem como objetivo conhecer a criança que é foco do estudo)

**23. Idade da Criança**

- 6 anos
- 7 anos
- 8 anos
- 9 anos
- 10 anos
- 11 anos
- 12 anos
- 13 anos
- 14 anos
- 15 anos

**24. Qual o sexo?**

- Feminino
- Masculino

**25. Cor / Etnia (Classificação de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)**

- Preto
- Pardo
- Amarelo
- Branco
- Indígena

**26. Caso existam, qual é, em termos de idade, a posição da criança face aos irmãos?**

- É a mais velha (a primeira)
- É a segunda
- É a terceira
- É a quarta
- É a quinta
- Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**27. A criança faz uso de medicamentos controlados?**

- Sim
- Não

## **Secção 6 - Sobre as Necessidades Educativas da Criança**

**28. Em relação as Necessidades Educativas da criança:**

- Foram identificadas ainda no Brasil
- Foram identificadas em Portugal
- Foram identificadas em outro país

**29. As necessidades educativas da criança estão relacionadas a (é possível assinalar mais de uma alternativa):**

- Questões relacionadas ao desenvolvimento motor
- Questões relacionadas ao desenvolvimento e aquisição de linguagem
- Questões relacionadas a leitura e escrita
- Questões Sensoriais (Visão)
- Questões Sensoriais (Auditivas)
- Questões relacionadas ao desenvolvimento intelectual
- Questões Comportamentais e Habilidades Sociais
- Questões relacionadas a altas capacidades e sobredotação
- Outras. Especifique: \_\_\_\_\_

**30. Como você classifica o processo para a criança poder acessar as medidas referentes as suas necessidades educativas?**

- Mau
- Regular
- Não tenho uma opinião formada
- Bom
- Ótimo

**31. Como você classifica o trabalho e orientação realizados pela escola?**

- Mau
- Regular
- Não tenho uma opinião formada

- ( ) Bom  
( ) Ótimo

### Secção 7 - Questionário sobre as necessidades das famílias – QNF

Os itens desta secção referem-se à adaptação [realizada por Filomena Pereira em 1996] do instrumento intitulado de "*Family Needs Survey*", desenvolvido na Universidade da Carolina do Norte - EUA, que tem como objetivo identificar as possíveis necessidades sentidas pelas famílias de crianças com deficiência e/ou necessidades educativas. Selecione o que diz respeito ao tipo de ajuda que a sua família necessita.

Para sinalizar a opção pretendida, coloque que um X no respectivo quadro, de acordo com o significado dos números mostrado abaixo:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Não necessito deste tipo de ajuda	Não tenho a certeza	Necessito deste tipo de ajuda

#### Questionário sobre as Necessidades das Famílias

<b>Necessidades de informação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
1. Necessito de maior informação sobre a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho			
2. Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com meu filho			
3. Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho			
4. Necessito de maior informação sobre a maneira como falar com o meu filho			
5. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho			
6. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que meu o meu filho poderá se beneficiar no futuro			
7. Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve			
<b>Necessidades de apoio</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
8. Necessito de ter alguém na minha família com quem possa falar mais sobre os problemas que a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho colocam			
9. Necessito de ter mais amigos com quem conversar			
10. Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com pais de outras crianças com deficiência e/ou necessidades educativas			
11. Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho			
12. Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, assistente social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência e/ou as necessidades educativas do meu filho colocam			
13. Necessito de informações escritas sobre os pais das crianças que têm os mesmos problemas que o meu filho			
14. Necessito de mais tempo para mim próprio			
<b>Explicar a outros</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
15. Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos			

16. O meu marido (ou a minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho			
17. Necessito de ajuda para saber como responder, quando amigos, vizinhos ou estranhos, me façam perguntas sobre meu filho			
18. Necessito de ajuda para explicar a situação do meu filho a outras crianças			
<b>Serviços da comunidade</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
19. Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho			
20. Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa ...), fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade			
21. Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho			
<b>Necessidades financeiras</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
22. Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas como: alimentação, cuidados médicos, transportes, ajudas técnicas (cadeira de rodas, prótese auditiva, máquina braille...)			
23. Necessito de maior ajuda para obter o material ou o equipamento especial de que o meu filho precisa			
24. Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimento de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita			
25. Necessito de maior ajuda para pagar a serviços de colocação temporária (os referidos no ponto 20)			
<b>Funcionamento da vida familiar</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
26. A nossa família precisa de ajuda para discutir problemas e encontrar soluções			
27. A nossa família necessita de ajuda para encontrar forma de, nos momentos difíceis, nos apoiarmos mutuamente			
28. A nossa família necessita de ajuda para decidir quem fará as tarefas domésticas, quem tomará conta das crianças e outras tarefas familiares			

**22. Dos 28 itens, citados na seção 7 (QNF), faça uma lista de importância com 10 itens (sendo que o primeiro é o de maior necessidade e décimo a menor), que na sua opinião correspondem às maiores necessidades da sua família (Indicar apenas o número das Questões).**

Item n.º:

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_
- 4 \_\_\_\_\_
- 5 \_\_\_\_\_
- 6 \_\_\_\_\_
- 7 \_\_\_\_\_
- 8 \_\_\_\_\_
- 9 \_\_\_\_\_
- 10 \_\_\_\_\_

**23. Utilize este espaço para indicar outras necessidades da sua família não contempladas nos itens anteriores do questionário:**